

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Chefe: Prof^a. Dr^a. Sandra G. T. Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Claudia S. Dornbusch

Eliana G. Fischer

Eloá Di Pierre Heise

Eva Maria Ferreira Glenk

George B. Sperber

Hardarik Blühndorn

Irene T. H. Aron

João Azenha Júnior

Maria Helena V. Bataglia

Masa Nomura

Ruth Cerqueira de Oliveira Röhl

Selma Martins Meireles

Willi Bolle

ASSESSORES EDITORIAIS

Berthold Zilly (Freie Universität Berlin) Ingedore G. Villaça Koch (UNICAMP,

Campinas)

Colin B. Grant (University of Edinburgh) John Milton (USP, São Paulo)

Francis Aubert (USP, São Paulo) Walter Moser (Université de Montreal)

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO: Hardarik Blühndorn, Eliana Fischer, Eva Glenk e
Maria Helena Battaglia

Apoio: CNPq

Endereço para correspondência

Comissão Editorial

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

ÁREA DE ALEMÃO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403
05508-900 – São Paulo-SP – BRASIL

Fone: + 55 (0)11-210-2325

Fax: 55 (0)11-818-5041

e-mail: dlm@edu.usp.br

Compras e/ou Assinaturas

HUMANITAS LIVRARIA – FFLCH/USP

Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária

05508-900 – São Paulo-SP – Brasil

Telefax: (011) 818-4589

e-mail: publch@edu.usp.br

http://www.usp.br/fflch/fflch.html

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade de São Paulo
Humanitas Publicações – FFLCH/USP – março 1999PANDAEMONIUM
GERMANICUM

REVISTA DE ESTUDOS GERMÂNICOS

Volume 3 Número 1

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS – FFLCH/USP
ÁREA DE ALEMÃO

Pandaemonium Germanicum • v. 3 • n. 1 • p. 1-382 • São Paulo • jan.-jun. • 1999

SUMÁRIO – INHALTSVERZEICHNIS

Apresentação	09
Geleitwort	11

LITERATURA – LITERATUR

Etnopoesia. Observações sobre a obra de Hubert Fichte	15
<i>Willi Bolle</i>	

Selbstdenken und Stil bei J.G. Fichte und Goethe	45
<i>Marcelo da Veiga Greuel</i>	

Formação feminista e formação proletária: O <i>Bildungsroman</i> no Brasil	65
<i>Wilma Patricia M.D. Maas</i>	

Die produktive Rezeption von Thomas Mann im Roman <i>Ana em Veneza</i> von João Silvério Trevisan (1994)	85
<i>Angela Pawlik & Henrick Stahr</i>	

Exílio no Brasil de escritores e intelectuais de fala alemã e a literatura do exílio de Ulrich Becher e Hugo Simon	109
<i>Izabela M. Furtado Kestler</i>	

Present Directions of German Exile Studies in the USA	127
<i>Hans-Bernhard Moeller</i>	

German Studies in the U.S.: History, Theory and Practice	151
<i>Hinrich C. Seeba</i>	

Pandaemonium Germanicum. n. 3.1, p. 5-7, jan.-jun. 1999

Pandaemonium Germanicum: Revista de estudos germânicos/
Departamento de Letras Modernas. Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.– n. 1 (1997) –
São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997 –

Semestral
Descrição baseada em: v. 3, n. 1 (jan.-jun. 1999)

ISSN 1414-1906

1. Literatura alemã 2. Língua alemã 3. Estudos germânicos 4.
Literatura I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas. Departamento de Letras Modernas.

CDD 830
430

Catálogo: Márcia Elisa Garcia de Grandi CRB 3608 SBD FFLCH USP

APRESENTAÇÃO

A revista PANDAEMONIUM GERMANICUM, agora em seu terceiro número, conseguiu alcançar grande ressonância junto à comunidade acadêmica especializada em estudos germânicos. Devido à expressiva quantidade de artigos recebidos, a revista passará, a partir deste número, a ter periodicidade semestral.

O presente número contém 14 artigos e 4 resenhas, dedicados à literatura e à língua alemãs.

A parte dedicada à literatura inicia-se com um trabalho sobre a etnopoiesia de Hubert Fichte, apresentado no *XI Congresso Latinoamericano de Germanistas*, na Universidade de Concepción, no Chile, em janeiro de 1998. No mesmo congresso foi apresentado o trabalho sobre a recepção de Thomas Mann no Brasil, ilustrado pelo romance *Ana em Veneza*, de João Silvério Trevisan. Além disso, contamos com artigos sobre os seguintes temas: a comparação da estética de Goethe com a filosofia de Johann Gottlieb Fichte, o *Bildungsroman* no Brasil, bem como o exílio de escritores e intelectuais de fala alemã no Brasil, particularmente de Ulrich Becher e Hugo Simon. Os últimos dois artigos tratam dos *German Studies* nos Estados Unidos.

A parte dedicada à língua traz outros três trabalhos apresentados no *XI Congresso Latinoamericano de Germanistas*. O primeiro versa sobre o uso de totalizadores nominais no alemão e no português do Brasil, o segundo sobre os provérbios de língua alemã referentes à mulher, e o terceiro, trata da influência do *Zeitgeist* sobre os livros didáticos de alemão como língua estrangeira. Outros três artigos resultam de palestras proferidas durante a *VII Semana de Língua Alemã* de 1998, evento promovido anualmente pela *Área de Alemão* da USP: um sobre os binômios do alemão, outro sobre *Aktionsarten*,

e o terceiro sobre a erosão da língua. O último artigo contextualiza o ensino e aprendizado de alemão como língua estrangeira no Brasil no âmbito sócio-histórico do discurso colonialista e pós-colonialista.

A publicação deste número da PANDAEMONIUM GERMANICUM, assim como a dos dois anteriores, só foi possível com o financiamento do CNPq, ao qual agradecemos.

A revista está aberta para contribuições de colegas de instituições brasileiras e do exterior, sendo bem-vinda, inclusive, a colaboração de pós-graduandos. Todos os artigos enviados passarão pelo crivo de dois especialistas. Os textos poderão ser redigidos em alemão, português, inglês, francês ou espanhol.

Os editores

GELEITWORT

Die Zeitschrift PANDAEMONIUM GERMANICUM, die hier in ihrer dritten Nummer vorliegt, traf auf lebhaftes Interesse in der brasilianischen und ausländischen Germanistik. Infolge der großen Anzahl eingegangener Aufsätze wird sie von dieser Nummer an zweimal jährlich erscheinen.

Die vorliegende Nummer enthält 14 Aufsätze und 4 Rezensionen zur deutschen Sprache und deutschsprachigen Literatur.

Der Literaturteil beginnt mit einer Arbeit zur Ethnopoese Hubert Fichtes, die auf dem *XI. Lateinamerikanischen Germanistenkongress* an der Universität Concepción, Chile, im Januar 1998 vorgestellt wurde. Auf dem gleichen Kongress wurde auch die Arbeit zur Rezeption Thomas Manns in Brasilien, am Beispiel des Romans *Anna in Venedig* von João Silvério Trevisan, präsentiert. Außerdem bringen wir Beiträge zu folgenden Themen: Vergleich zwischen Goethes Ästhetik und der Philosophie Johann Gottlieb Fichtes, Bildungsroman in Brasilien, Exil deutschsprachiger Schriftsteller und Intellektueller in Brasilien, insbesondere von Ulrich Becher und Hugo Simon. Die zwei letzten Aufsätze des Literaturteils beschäftigen sich mit den *German Studies* in den Vereinigten Staaten.

Der Sprachteil enthält weitere drei Beiträge vom *XI. Lateinamerikanischen Germanistenkongress* in Chile. Im ersten geht es um die Nominaltotalisatoren im Deutschen und im brasilianischen Portugiesisch, im zweiten um Sprichwörter, die sich auf die Frau beziehen, und im dritten um den Einfluss des Zeitgeistes auf Lehrwerke für Deutsch als Fremdsprache. Die drei folgenden Aufsätze gehen auf Beiträge von der *VII. Woche für deutsche Sprache* (1998) zurück, einer alljährlich stattfindenden Veranstaltung des *Instituts für Deutsch* der USP: der erste über Zwillingsformen im Deutschen, der zweite

über Aktionsarten und der dritte über die Erosion der Sprache. Der letzte Aufsatz kontextualisiert den Unterricht und Erwerb des Deutschen als Fremdsprache in Brasilien im sozio-historischen Umfeld des kolonialen und post-kolonialen Diskurses.

Die Veröffentlichung dieser Nummer, wie schon der beiden vorangegangenen, war nur möglich dank der Finanzierung durch den CNPq, für die wir uns vielmals bedanken.

Alle Leser sind herzlich eingeladen, Aufsätze und Rezensionen für die folgenden Nummern an die Redaktion zu schicken. Die eingereichten Manuskripte werden von zwei Fachwissenschaftlern begutachtet. Die Texte können in deutscher, portugiesischer, englischer, französischer oder spanischer Sprache verfaßt werden.

Die Herausgeber

*LITERATURA –
LITERATUR*

ETNOPOESIA.
OBSERVAÇÕES SOBRE A OBRA DE HUBERT FICHTE*

*Willi Bolle***

Em memória de Plácido Alcântara (1964-1993)

Abstract: In this paper, the idea of "ethnopoetics" is seen not exclusively as the characteristic trait of Hubert Fichte's (1935-1986) work, but as one among several forms of New Ethnology, which appeared in the context of the crisis of traditional ethnology in the 20th century. The first part intends to conceptually clarify several issues introduced by Fichte, such as the transformation of the world into words, the connection between fieldwork and interpretation, the "participant observation", and the encounter between hegemonic and peripheral cultures, comparing them with the ethnographical essays of Lévi-Strauss, Malinowski, Evans-Pritchard and Ruth Benedict. The second part is devoted to Fichte's posthumous book *Explosion*, published in 1993 – where he relates his experience of three journeys in Brazil, between 1969 and 1982, a text which may be considered as his working journal and guide to all his publications on Brazil. I discuss how far the author realized his proposals to write a "novel of ethnology" and to create a "new ethnology".

Keywords: Ethnopoetics; Ethnology; Anthropology; Afro-Brazilian Religions; Travel literature: Brazil; Hubert Fichte.

* Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada, sob forma de conferência, na IX Semana de Literatura Alemã, em setembro de 1997, na Área de Alemão da USP. Um segunda versão foi proferida, em janeiro de 1998, no IX Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Germânicos ALEG, na Universidade de Concepción, Chile.

** O autor é professor titular do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP.

Zusammenfassung: Der Begriff der "Ethnopoese" wird hier nicht ausschließlich als Merkmal des Werkes von Hubert Fichte (1935-1986) verstanden, sondern als eine unter verschiedenen Ausdrucksformen der "neuen Ethnologie", die im Zusammenhang mit der Krise der Ethnologie im 20. Jahrhundert entstand. Im ersten Teil dieses Beitrags geht es darum, von Fichte aufgeworfene Fragen wie die "Verwörterung der Welt", das Verhältnis von Feldforschung und Interpretation, die "teilnehmende Beobachtung" und die Begegnung von hegemonialen und peripheren Kulturen im Vergleich mit den ethnographischen Arbeiten von Lévi-Strauss, Malinowski, Evans-Pritchard und Ruth Benedict begrifflich zu erhellen. Im zweiten Teil wird die Frage erörtert, inwieweit Fichte in seinem posthum veröffentlichten Buch *Explosion* (1993), in dem die Erfahrungen seiner zwischen 1969 und 1982 unternommenen Brasilienreisen ihren Niederschlag fanden und das als Arbeitsjournal und Leitfaden für seine Publikationen über Brasilien gelten kann, seinen Anspruch eines "Romans der Ethnologie" bzw. einer "neuen Ethnologie" verwirklicht hat.

Stichwörter: Ethnopoese; Ethnologie; Anthropologie; Afrobrasilianische Religionen; Reiseberichte Brasilien; Hubert Fichte.

Palavras-chave: Etnopoesia; Etnologia; Antropologia; Religiões afro-brasileiras; Literatura de viagem Brasil; Hubert Fichte.

I. A etnopoesia como expressão da crise da etnologia

Há escritores alemães que, diante da existência de duas Alemanhas, em nosso século, não se situaram em nenhuma delas, mas resolveram procurar o legado cultural alemão no mundo contemporâneo como um todo. É o caso de Hubert FICHTE (1935-1986), que publicou em 1974 a autobiografia *Versuch über die Pubertät* (Ensaio sobre a Puberdade). Como órfão, judeu e homossexual, ele teve a experiência de ser diferente e marginal em relação aos tipos grupais e à sociedade alemã. Para compreender sua trajetória biográfico-social, ele fez de si mesmo um campo de experimento antropológico. Partiu para a Bahia, Trinidad, Haiti e outras paragens tropicais, e o estudo ali realizado dos cultos e rituais fez com que, na sua obra, as

categorias do "cotidiano" e do "exótico" se misturassem e que o autor voltasse para a sua cultura de origem com um olhar etnográfico ou "etnopoético".

De fato, o conceito de "etnopoesia" tem servido a vários estudiosos (HEINRICH, TEICHERT, ALCÂNTARA, e outros) para caracterizar o projeto literário e antropológico de Hubert Fichte. Ora, em vez de considerar a etnopoesia – e termos afins como "antropologia poética" (HEISSENBÜTTEL) ou "etnopoetologia" (WEINBERG) – como projeto específico daquele autor, procura-se aqui entendê-la como um gênero e uma disciplina para os quais convergiram os esforços de vários etnólogos e escritores. Portanto um projeto coletivo, do qual a obra de Fichte é apenas *uma* das expressões. Utilizando-a como uma espécie de catalizador, formularemos inicialmente algumas reflexões mais gerais, onde a etnopoesia, como atividade de fronteira entre a Literatura e as Ciências do Homem, é mostrada a partir da crise da etnografia tradicional, no século XX, provocada pela emancipação das antigas colônias, com o conseqüente abalo da visão dos centros hegemônicos e a necessidade de se repensar o discurso sobre as culturas periféricas.

Como ponto de partida pode nos servir uma declaração teórica de FICHTE, tirada do seu principal texto sobre o Brasil, o livro *Explosion*, de 848 páginas, publicado postumamente em 1993. A esse livro, o autor deu o subtítulo "romance da etnologia" (*Roman der Ethnologie*), designação de gênero que contém um programa bastante ambicioso. Na página final ele declara em retrospecto:

Jäcki inventou uma nova etnologia.

Jäcki é o protagonista do livro, o *alter ego* de Fichte, que realizou três viagens de estudo ao Brasil e se apresenta como inventor de uma nova forma de pesquisa nas Ciências Humanas, ligada à introdução do novo gênero.

É verdade que FICHTE reparte sua “invenção” com outros dois colegas (que talvez nem tivessem essa intenção):

Inventou-a juntamente com Lydia e com Pierri / o papa e a papisa dos estudos sobre a cultura negra em dois, três, quatro continentes. (1993: 848)

Trata-se dos antropólogos Lydia CABRERA e Pierre VERGER, especialistas de renome internacional no campo das religiões afro-americanas.

Sobre as características da “nova etnologia” FICHTE fizera várias declarações programáticas anteriores. O artigo *Observações heréticas sobre uma nova Ciência do Homem* (1980 = 1977 a) é considerado como manifesto de sua “etnopoesia” – termo atribuído por estudiosos como TEICHERT (1987: 242) e WEINBERG (1993: 321) ao próprio Fichte, embora sem citação explícita. A idéia de etnopoesia encontra-se no referido artigo de forma implícita, na medida em que FICHTE critica nas Ciências do Homem “o desprezo pela linguagem” (1980: 360), as “estigmatizações” e “deformações” causadas pela linguagem científica (364 e 361), a “rejeição das possibilidades estéticas” (364) e do “enunciado em forma poética” (363). Fichte insiste, portanto, no caráter discursivo das Ciências do Homem. Devido ao seu papel de mediador entre a cultura estrangeira e a sua cultura de origem, caberia ao etnólogo uma responsabilidade especial para transmitir fielmente o testemunho da cultura alheia. Portanto, a questão com que tipo de linguagem o pesquisador reproduz a linguagem do outro, o “objeto” pesquisado, é considerada a questão-chave.

Contudo, para avaliar adequadamente a crítica fichtiana da etnologia e antropologia tradicionais e a proposta alternativa de uma etnopoesia ou antropologia poética, é preciso considerar também a existência de outras vozes contemporâneas e de precursores. Se, por um lado, Fichte se aproxima dos objetos e métodos da etnologia e antropologia a partir da experiência e dos pressupostos do escritor,

por outro lado, vários etnólogos e antropólogos, insatisfeitos com o estado de sua ciência, foram ao encontro da literatura. Citemos apenas duas propostas contemporâneas às de Fichte: James CLIFFORD e G.E. MARCUS, organizadores do volume *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography* (1986), que refletem sobre a questão de como articular, hoje em dia, a diferença cultural; e Clifford GEERTZ com o livro *Works and Lives. The Anthropologist as Author* (1988), que passa em revista quatro autores paradigmáticos da antropologia do século XX – Claude Lévi-Strauss, Edward Evans-Pritchard, Bronislaw Malinowski e Ruth Benedict – mostrando como cada um deles procurou responder à crise de sua disciplina.

É a comparação com esses antropólogos-escritores que nos ajudará a compreender melhor a especificidade da proposta etnopoética de Fichte. (É o caso também de lembrar que os textos clássicos da etnografia desde o início se distinguiram também pela sua qualidade literária: autores como Heródoto, “redescoberto” por FICHTE (1987 b), ou viajantes alemães na América do Sul, como Hans Staden, Alexander von Humboldt e Carl Philipp Friedrich von Martius).

Duas características marcantes da obra de LÉVI-STRAUSS são sua qualidade estilística e o primado do sistema teórico sobre os fatos antropológicos. *Tristes Tropiques* é considerado por GEERTZ como “uma espécie de texto literário simbolista” (1988: 41), com significação autônoma, na esteira de Mallarmé. Os textos da antropologia estrutural, conclui Geertz, “não existem tanto para o mundo, mas o mundo existe para eles” (48). Assim, por exemplo, Levi-Strauss teria esperado “encontrar o contrato social de Rousseau ao vivo no fundo da selva amazônica” (38) ...

Na aspiração de apresentar a pesquisa de campo sob forma “literária”, há uma afinidade entre Lévi-Strauss e FICHTE. Este advoga na teoria e na prática a concepção mallarmiana d’ “o mundo inteiro

como um livro” (1987 b: 385) e a “Verwörterung der Welt” (413 e *passim*), isto é, a recriação do mundo através do poder da palavra. Segundo FICHTE, a língua de Heródoto seria particularmente propícia para produzir magicamente a realidade (419); um poder que se sentiria também num dos textos fundadores da literatura alemã, os *Merseburger Zaubersprüche* (1980: 216). A influência dessa tradição se percebe num relato de pesquisa sobre a cultura alternativa na cidade de Hamburgo, publicado por FICHTE em 1968 com o título *Die Palette*, onde a descrição realista de *hippies* cede lugar ao uso encantatório das palavras. Na mesma época, firmou-se, com o estruturalismo, uma transformação nas Ciências Humanas, no sentido de que o “fascínio pelo trabalho de campo” foi substituído pelo “fascínio do escrever” (GEERTZ, 24).

Apesar desse traço comum entre Lévi-Strauss e Fichte, existe entre eles uma radical divergência quanto à transformação do material da pesquisa de campo na escrita do autor. No seu estudo sobre a Casa das Minas de São Luís do Maranhão, FICHTE declara:

O estudo convencional de um campo etnológico traduz o discurso do informante para o discurso da instituição acadêmica. / Sem nenhuma lógica semântica ou poética. / Postula-se que o segundo discurso é superior e almejavél. / Alega-se uma completude e precisão da teoria e da realidade empírica, que quase nunca existem. (1989: 18)

Outros textos seus complementam essa crítica. À atitude do “etnólogo [que] sai da análise estrutural de uma tribo de índios como vencedor” (1976: 119), FICHTE opõe a postura de “não eliminar, mas manter as contradições, as mentiras, o inautêntico, o exagero, as incoerências – as dúvidas, as derrotas” (1980: 364).

Com esse raciocínio, contudo, Fichte acaba misturando duas ordens diferentes, o que enfraquece sua argumentação. Com razão, ele critica na atitude de certos etnólogos a pose de “vencedor”, her-

dada dos primeiros encontros dos europeus, técnica e militarmente superiores, com as culturas de ultramar (cf. BITTERLI, 1991). Mas completamente irracional é a sua oposição ao trabalho de tradução do material da pesquisa de campo em conceitos; pois afinal, qual seria a tarefa das Ciências do Homem, senão a compreensão e a interpretação dos fatos?

Para enxergar mais claro nessa dupla questão levantada por Fichte – a atitude do etnólogo-escritor diante dos entrevistados e, por outro lado, a relação da pesquisa de campo (o registro do discurso dos informantes) com a interpretação desses materiais (o discurso acadêmico, conceitual) –, um olhar sobre a obra de MALINOWSKI é muito instrutivo.

A obra de Bronislaw Malinowski, especialmente *Argonauts of the Western Pacific* (1922) constitui, segundo GEERTZ (1988: 75), o paradigma do *fieldwork*: o “mergulho total” na cultura alheia (77) e a descrição antropológica exemplar de uma tribo “selvagem”. “Na pesquisa de campo”, observa MALINOWSKI, “nós nos defrontamos com um caos de fatos [...]. Nessa forma bruta, porém, não são fatos científicos [...], estes só podem ser obtidos através da interpretação. [...] Apenas leis e generalizações são fatos científicos, e a pesquisa de campo consiste exclusivamente na interpretação da realidade social caótica, subordinando-a a leis gerais” (*apud* GEERTZ: 81).

Portanto, Malinowski defende enfaticamente o vínculo entre ciência e interpretação, bem como a necessidade da interpretação como parte do entendimento da cultura alheia – ao passo que o discurso interpretativo é visto por Fichte de modo preconceituoso. Entre o discurso dos informantes e as interpretações do etnólogo, MALINOWSKI estabelece uma rigorosa distinção: “Considero como fontes etnográficas de valor científico inquestionável apenas aquelas, onde se pode traçar claramente a linha divisória entre os resultados da observação

direta, incluindo as explicações e interpretações dos nativos e, por outro lado, as inferências do autor” (*apud* GEERTZ: 82).

Já Hubert FICHTE – como se pode mostrar em várias passagens do seu livro *Explosion* – teve dificuldades em separar entre a observação objetiva e inferências altamente subjetivas: por exemplo, quando o protagonista assiste a um ritual de macumba, na favela do Vigário Geral, no Rio de Janeiro, ele vê “as mães jogando seus nenês” em direção à pessoa possuída por Exu, e “os nenês”, então, “voam pelo ar como morcegos” (1993: 69s.) ...

Outro problema central, levantado por MALINOWSKI, é o da “observação participante” e de sua expressão literária, a “descrição participante” (GEERTZ 1988: 83). Trata-se de um dilema que Malinowski viveu. O eu pessoal, particular, emocionalmente envolvido pela experiência de campo, mas omitido na descrição científica, manifestou-se paralelamente numa outra forma, não destinada à publicação, mas correspondendo a uma necessidade interior do autor de falar de sua experiência: o diário íntimo (*A Diary in the strict sense of the term*), encontrado após a sua morte, em 1942, e publicado em 1967. Nesse diário, Malinowski fala de sua relação emocional (amor e ódio, desejos sexuais) com os membros da tribo dos Trobriand.

O que Malinowski manteve rigorosamente separado, é misturado propositadamente por Fichte: as informações etnográficas e o processo de obtenção das informações, com todos os detalhes, as experiências emocionais e, sobretudo, suas buscas e aventuras sexuais. Tudo o que é particular e íntimo, e aparentemente não tem nada a ver com a investigação etnográfica do Brasil, é apresentado em público, misturado com os fatos da pesquisa.

Com isso, levanta-se uma questão crítica: qual é a qualidade de conhecimento do Brasil proporcionado pelo livro *Explosion*? Especialmente em sua primeira viagem ao Brasil, em 1969, quando FICHTE

não apenas anota instantâneos do Rio de Janeiro – como as velas na praia de Copacabana, o vendedor de abacaxi, uma visita à favela da Providência e um ritual de macumba na favela do Vigário Geral –, mas também nos fala abundantemente da vida íntima do seu *alter ego*. Assim, o leitor fica sabendo, através de uma narração verbosa e exibicionista, do convívio diário de Jäcki com sua mulher, a fotógrafa Irma (*alter ego* de Leonore Mau, companheira do escritor), e da obcecada procura de Jäcki por satisfação (homos)sexual, seja no Jardim Botânico, nos mictórios da Central do Brasil ou em hospedarias baratas onde “os lençóis ainda estavam manchados da cópula anterior” (1993: 38). Por estudantes da Universidade de São Paulo, num curso dado em 1997 sobre o livro de Fichte, tais descrições foram avaliadas como variantes do turismo sexual.

Na segunda parte do livro (que corresponde à segunda viagem de Fichte ao Brasil, em 1971), há um episódio de busca de satisfação sexual de Jäcki junto aos motoristas de taxi da cidade de Salvador – uma experiência que termina com a conclusão de que todos os motoristas de taxi de Salvador são “bichas” e que é denominada “pesquisa de campo” (178). Em passagens como esta, o autor apaga a linha divisória entre a observação antropológica fidedigna e a caricatura.

É de se notar, contudo, que, na terceira e última parte do livro de Fichte sobre o Brasil (a terceira viagem, em 1981/82), a apresentação dos desejos sexuais do protagonista passa para o segundo plano. Como observou Torsten TEICHERT (1987: 228-255) “o viajante” desaparece cada vez mais, cedendo o lugar a depoimentos e relatos de pessoas entrevistadas, quase sem nenhuma interferência do eu do entrevistador. Em outras palavras: ao longo do livro *Explosion*, ocorre uma evolução formal, de um diário íntimo, fortemente exibicionista, do protagonista pesquisador, para um registro cada vez mais sóbrio de relatos das pessoas entrevistadas. O final é constituído pelo depoimento de três mulheres sobre rituais afro-brasileiros: Deni Pra-

ta Jardim, a antropóloga e mãe de santo Gisèle, e a jovem Wilma. São essas mulheres que, por sua vez, nos vão falar de sua intimidade.

Se as interferências do observador Jäckli tornam-se cada vez menores, quase desaparecendo, isto não significa, contudo, que o autor saiu de cena. Mesmo que o relato se concentre em registrar, com máximo cuidado, a fala e as interpretações dos entrevistados – como ocorre no estudo “A Casa das Minas em São Luís do Maranhão” (*Das Haus der Mina in São Luiz de Maranhão*, 1989), onde Fichte separa rigorosamente entre o registro do depoimento alheio e a interpretação própria – não deixa de ser o autor quem monta o texto.

A evolução formal, no livro *Explosion*, da preponderância do diário íntimo à opção pela pesquisa etnográfica, não equivaleria a uma volta de Fichte ao modelo proposto por Malinowski? Isto é: em vez de ele se decidir pela mistura dos gêneros sob o signo da “etnopoésia”, não acabaria ele aderindo à idéia de separação dos gêneros: por um lado, o diário pessoal; por outro lado, o *fieldwork*, dentro dos moldes tradicionais da antropologia científica? Ou haveria, eventualmente, a presença de um terceiro elemento, que precisaria ser posto melhor em evidência?

Para esclarecer essa questão, abordemos um terceiro tipo de problema da etnopoética, que concerne o trabalho de mediação entre as culturas. Para tal fim, podemos agrupar as observações de Clifford GEERTZ sobre Evans-Pritchard e Ruth Benedict num complexo comum.

Nas pesquisas de EVANS-PRITCHARD sobre as tribos do curso superior do Nilo, os Zande e os Ashanti, GEERTZ realça o procedimento de “desestranhamento” (1988: 69). Os estudos clássicos de Evans-Pritchard “começam todos com a descoberta de que algo que temos em nossa cultura falta na cultura do outro”, e terminam com o “desestranhamento”, no sentido de que o autor acaba falando sobre a

outra cultura “com o mesmo tom de familiaridade, com que alguém fala de seus próprios valores, práticas e sentimentos”.

Trata-se de um contraponto à atitude da geração dos viajantes naturalistas e etnógrafos oitocentistas que viam “os selvagens” a partir de uma posição de suposta superioridade cultural. Por exemplo, entre os viajantes estrangeiros no Brasil, SPFX e MARTIUS (1823-1831) manifestaram essa maneira de ver: eles próprios se concebiam como representantes “da civilização”, enquanto os outros, eram irremediavelmente “os selvagens”.

Por outro lado, há no “tom de naturalidade” de Evans-Pritchard, que nos quer fazer crer que, no fundo, os Zande ou os Ashanti não são fundamentalmente diferentes dos ingleses, um artifício qualificado por GEERTZ como “a studied air of unstudiedness” (1988: 59). O “desestranhamento”, a “familiaridade” de convívio e a pretensa “plena compreensão” provavelmente podem ser interpretados como uma compensação da atitude de discriminação praticada pelas gerações anteriores de antropólogos.

A questão da mediação entre diversos “padrões culturais” é central nos estudos de Ruth BENEDICT, a começar pelo seu *Patterns of Culture* (1932). Seu livro *The Chrysanthemum and the Sword* (1946) é uma comparação cultural entre os Estados Unidos e o Japão, um estudo contrastivo sobre comida, sexo, casamento, masculinidade, o “bom” e o “mau”, em que a autora realça a idéia de “relatividade cultural” (GEERTZ 1988: 115). A obra de Benedict é um marco na formação de uma nova consciência do “nós” em relação aos “outros”. Na medida em que ela nos faz enxergar a cultura ocidental da perspectiva oriental e nos introduz no espírito daquela cultura, a nossa própria cultura acaba nos parecendo cada vez mais estranha e arbitraria.

Com efeito, as diversas experiências de encontros culturais no século XX (em que pesam também os choques e os desdobramentos das duas guerras mundiais) fizeram com que o padrão do encontro entre colonizador e colonizado se tornasse algo definitivamente datado (GEERTZ: 134). (Embora haja ainda reminiscências imperialistas: há, por exemplo, equipes da TV alemã filmando à vontade a vida privada de tribos “exóticas” africanas; mas não há ainda equipes africanas de TV filmando à vontade em salas, quartos e cozinhas alemãs ...)

É um fato que a distância entre o *being there* e o *being here* – que é o eixo da investigação de Clifford GEERTZ – se encurtou muito. Os contrastes entre os “lá” e os “aqui” tornaram-se muito menos espectaculares; o que se observa no mundo atual é “uma escala gradual de diferenças mescladas” (148). Nesse contexto, as pesquisas de Hubert FICHTE sobre fenômenos culturais mistos, como o sincretismo religioso, parecem particularmente apropriadas, especialmente num país que se caracteriza por uma cultura sincrética, como o Brasil.

Mesmo assim – apesar das transformações históricas ocorridas, como o desaparecimento do estranho total e de contrastes culturais espectaculares – há nas pesquisas de FICHTE sobre o sincretismo religioso uma busca sensacionalista e uma recaída no exotismo. Isso se nota, por exemplo, na segunda parte do livro *Explosion* (146, 162, 191, 313 ...), em que Jäcki e Irma tentam obsessivamente documentar o “banho de sangue” (*das Blutbad*), que faz parte dos rituais de iniciação do candomblé e consiste em matar uma galinha ou um cabrito sobre a cabeça do noviço ou da noviça. Fichte se comporta como se o objetivo principal fosse satisfazer expectativas exóticas e voyeuristas do público alemão.

Todas as questões aqui examinadas convergem para um problema que coloca em xeque o próprio sentido e a identidade do trabalho “etnopoético”. Com o encurtamento das distâncias entre as culturas, recoloca-se radicalmente, como expõe GEERTZ (1988: 129,

145) o problema da autoria. Será que os povos da África, Ásia ou América Latina ainda precisam do mediador branco, europeu, norte-americano, para explicarem sua cultura? Não poderia Emawayish, a mulher de uma tribo etíope, como sugeriu Michel LEIRIS (1934), registrar e documentar a sua cultura de próprio punho? Anuncia-se o crepúsculo da etnografia tradicional. O outro deixa de ser “objeto”, para tornar-se sujeito do discurso, transformar-se, ele mesmo, em autor.

É nessa direção que parece caminhar a etnopoiesia de Fichte na última parte do seu livro *Explosion*. A maranhaense Deni Prata Jardim, entrevistada por ele, torna-se a chave para a Casa das Minas em São Luís e o culto alí praticado. Algo análogo vale para as duas outras mulheres entrevistadas, Gisèle Binon-Cossard e Wilma, que se tornam por assim dizer co-autoras do texto de Fichte. Assim como Wolli Indiefahrer e Hans Eppendorfer, o “homem-de-couro”, foram co-autores dos livros fichtianos de entrevistas na Alemanha.

Onde termina o estatuto de entrevistado e onde começa o de co-autor? Será que os entrevistados teriam chegado a publicar seus relatos por conta própria? Não se deve reconhecer que esses relatos nasceram basicamente graças à arte do entrevistador Hubert Fichte? Não podemos deixar de observar que a aparente autoria das entrevistadas – Deni, Gisèle e Wilma – se deve a um artifício literário. Mesmo que Fichte tenha apagado os rastros de seu próprio trabalho, mantendo apenas a fala daquelas mulheres – não deixa de ser ele que tem nas mãos os fios do discurso. Para ver mais claro nessas questões de gênese e grau de autoria, seria instrutivo consultar estágios textuais anteriores, eventualmente existentes no arquivo do escritor.

(Num retrospecto final sobre este ensaio, à luz da discussão teórica anterior e da releitura dos textos de Fichte, delineou-se mais claramente que o núcleo discursivo do seu projeto etnopoético, tanto na fase afro-americana quanto na fase anterior alemã, é o gênero artístico da *entrevista*, que mereceria uma investigação à parte.)

II. *Explosion*, de Hubert Fichte – romance da nova etnologia?

Como é que o projeto de uma “etnopoesia” ou, como Fichte preferia dizer mais tarde, de uma “nova etnologia”, se realiza em seus textos sobre o Brasil, especialmente no seu “romance da etnologia” *Explosion*? Enquanto na primeira parte deste ensaio, a etnopoesia foi considerada a partir da etnologia, nesta segunda parte, ela será examinada do ponto de vista da poética, ou seja, do uso das formas literárias.

Qual é a concepção que FICHTE tem do gênero por ele escolhido: o romance, mais especificamente, o romance “da etnologia”? Na parte central, ele manifesta várias vezes a idéia de estruturar sua narrativa em torno do relacionamento entre um “novo” e um “velho” etnólogo, ele próprio e Pierre Verger (276, 385, 397, e *passim*), que estavam ambos investigando o uso das ervas nas religiões afro-brasileiras. Mas com o fim do relacionamento entre eles, esse plano se desfez. Uma vez que o autor de *Explosion* não fornece nenhuma explicação conceitual mais consistente sobre o gênero anunciado no subtítulo, apenas nos resta chegar indutivamente a esse conceito, isto é, pelo caminho de descrição da obra.

A denominação de “romance” requer uma explicação, tanto mais que *Explosion* se configura, antes de mais nada, como um relato de viagem. Relato não ficcional, mas factual, das três viagens ao Brasil empreendidas pelo autor e sua companheira entre 1969 e 1982. O fato de Hubert Fichte substituir o seu nome pelo de Jäckli, mantendo, no mais, todas as suas características pessoais, não é exclusivo deste livro; o mesmo procedimento foi usado no também “romance” *Die Palette* (1968). Diante do duplo desafio de apresentar o mundo exterior e sua autobiografia, ele lançou mão de um recurso de distanciamento recomendado por Brecht a seus atores: falar de si mesmo na terceira pessoa (cf. TEICHERT 1987: 74 s.).

A cada uma das três viagens corresponde uma das três partes do livro, narrado segundo uma ordem cronológica linear. Qualificá-lo como romance “da etnologia” não deixa de ser uma aspiração ambiciosa pelo caráter da generalização, mas é justificado no nível do projeto literário-etnográfico do autor. Na medida em que informa sobre a gênese de todos os textos que Fichte escreveu sobre o Brasil – reproduzindo alguns deles em forma de esboços e variantes (no mais, eles foram publicados separadamente) –, *Explosion* configura-se como o **livro-guia** para essas publicações. (Para sublinhar essa utilidade, colocaremos ao lado desses títulos um número de registro, entre colchetes.)

Do ponto de vista qualitativo, as três partes do livro são bem desiguais. Naturalmente, deve se levar em conta que se trata de uma publicação póstuma, cujo manuscrito foi revisado pelo autor nos meses finais de sua vida, marcados por grave doença. De qualquer modo, na parte I (“Os travestis e os enxutos”, 7-117), a forma de apresentação é pouco exigente. É um tipo de diário para uso pessoal, redigido de modo prolixo e relapso, no estilo do *everything goes*: uma mistura de impressões e vivências, observações e encontros, com excesso de subjetividade e exibicionismo.

Além do diário íntimo, as formas literárias usadas são instantâneos e primeiras impressões, fragmentos de reportagens e *features*, esboços de trabalhos radiofônicos a serem irradiados na Alemanha. Esses textos têm a marca de trabalhos de encomenda, o que é sublinhado pelas repetidas informações de Fichte sobre o valor de venda de seus produtos literários, sua feitura em função do sucesso junto às redações e ao público, e a questão do financiamento de sua viagem.

O relato de Fichte começa a partir do repertório estereotipado dos turistas alemães que visitam o Brasil: a cidade do Rio de Janeiro, com suas praias, suas favelas, seu carnaval. Um elemento diferenciador é dado pelo enfoque político: o registro da atmosfera opressiva sob a

ditadura militar. (Durante a segunda viagem, o autor trabalhou num artigo para a revista *Der Spiegel* sobre a ditadura militar e a vida cotidiana no Brasil, 1972 b [1].) Quanto à extensa narração das aventuras homossexuais de Jäcki, o leitor pode se perguntar, num primeiro momento, onde estaria o limite em relação ao turismo sexual – embora se deva lembrar também, que, naquele contexto de discriminação e repressão dos homossexuais, o texto de Fichte, pelo próprio cunho exibicionista e provocador, tenha cumprido um papel pioneiro de militância.

O elemento mais relevante, nessa primeira parte, para a concepção do “romance etnológico”, é a busca de Fichte por um projeto literário e etnográfico próprio. Esse projeto, o estudo das religiões afro-americanas, nasceu da visita a um ritual de macumba. Na medida em que Fichte se dedicou cada vez mais a esse assunto, ele superou o exotismo inicial. E mais: juntamente com a descrição do sincretismo religioso, conseguiu lembrar a história da escravidão e registrar um retrato da situação **explosiva** (eis a razão do título do livro) contida na miséria e na violência acumuladas no Terceiro Mundo:

Explosões, multidões famintas, superpovoamento, famílias com dez filhos, correndo nas ruas entre lojas e lugares de trabalho, pondo a máquina do Estado pra rolar, pra queimar. Espancados, vítimas da fome, consumidores consumidos, logo mais viriam os próximos, em número maior. (FICHTE 1993: 652)

O projeto etnopoético propriamente dito, contido nessa citação tirada da parte final, começa a se definir na segunda parte do livro, intitulada “La Double Méprise” (119-414). Hubert Fichte e Leonore Mau decidiram passar um ano em Salvador/Bahia, a fim de estudar as religiões afro-brasileiras. Apesar de ser de praxe considerar esse momento como marco inicial da etnopoética fichtiana, não se pode separá-la da fase anterior alemã, os anos 60, em que já se cristaliza a posição intermediária, própria desse autor, entre o *fieldwork* antropológico e o experimentalismo literário (exemplo: *Die Palette*). Além

do mais, no autobiográfico *Ensaio sobre a Puberdade* (1974), um episódio brasileiro, o velório do Instituto de Medicina Legal de Salvador [2], se mistura com o cenário cotidiano europeu.

Em termos de formas literárias usadas na segunda parte de *Explosion*, nota-se a manutenção do estilo de diário, porém voltado cada vez mais para um jornal de trabalho, com uma sensível diminuição do *feature* e da reportagem em geral, em prol de novos gêneros como o retrato de cidade (“Bahia de Todos os Santos”; FICHTE 1976: 5-116) [3] e artigos etnográficos e antropológicos: um estudo sobre ervas usadas nos rituais religiosos afro-brasileiros (“Abó”; 1976: 321-352) [4] e uma sinopse da “situação das religiões afro-americanas no Brasil” (1985: 204-223) [5]. Com isso, Fichte começou a ingressar no grupo dos especialistas em religiões afro-americanas, embora caiba a eles a última palavra sobre o valor científico das contribuições dele.

A terceira parte de *Explosion*, intitulada “O rio e o litoral” (415-848), narra a terceira e última viagem de Fichte ao Brasil, em 1981/82, quando visitou a Amazônia (Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Belém) e passou vários meses em São Luis do Maranhão, aprofundando seus estudos do sincretismo religioso afro-brasileiro. Acentua-se ainda mais o caráter do livro como jornal de trabalho e caderneta de campo, fornecendo importantes informações sobre a gênese dos textos etnográficos escritos nesse período, além de reproduzir variantes deles. Agrupando-os por gêneros, temos os seguintes textos:

Dois artigos etnográficos específicos: “Os procuradores de Ahuasca” (1985: 187-203) [6] e “A quebra da consciência” (1985: 182-186; 1987 a: 180-185) [7]. Os relatos de vida de três mulheres, escritos a partir de entrevistas: Deni, sacerdotisa da Casa das Minas, em São Luís (“Prata Jardim”, 1985: 105-143; 1987 a: 140-179) [8]; Gisèle, antropóloga francesa e mãe-de-santo, dona de um templo de

candomblé no Rio de Janeiro (“A antropóloga diz”, 1985: 7-58; 1987 a, 39-91) [9]; e Wilma, uma jovem de 22 anos, ex-moradora de favela e iniciada ao candomblé por Gisèle (“Wilma diz” 1985: 59-104; 1987 a: 92-139) [10]. Finalmente, um trabalho de pesquisa de dimensão maior, o livro sobre a Casa das Minas, *Das Haus der Mina in São Luiz de Maranhão* [11], publicado em 1989, com o subtítulo “Materiais sobre o estudo do comportamento religioso, com a colaboração de Sérgio Ferretti”, antropólogo brasileiro. Ligado a essa temática, deve ser mencionado também o volume de fotografias *Xango*, organizado por Leonore Mau, com textos de Fichte [12].

Todos esses textos, que representam a parte mais avançada das investigações de Fichte sobre as religiões afro-brasileiras, na verdade mereceriam estudos à parte. Particularmente interessante seria uma investigação contrastiva da atitude do “etnopoeta” Hubert Fichte e do etnógrafo Sérgio Ferretti diante do mesmo objeto de estudo: a Casa das Minas. Quais os traços comuns e as diferenças do seu *approach*? Como é que cada um deles lida com a parte conceitual e com o saber dos precursores? E como é que Ferretti avaliaria a pretensão de Fichte de ter descoberto uma “nova etnologia”, na qual o escritor alemão incluiu Pierre Verger e Lydia Cabrera, mas não o seu prestimoso colaborador maranhense? (Nas três publicações de Sérgio FERRETTI, indicadas no final, encontram-se referências a Fichte; sua devida exploração ficará para um trabalho futuro.)

Depois deste esboço descritivo da composição do livro *Explosion*, tentemos chegar ao núcleo dos conceitos fichtianos de “etnopoesia” e “romance da etnologia”. Há um elemento de composição que se oferece como fio condutor. Fichte conseguiu encontrar uma porta de entrada ao estudo da cultura brasileira que pode ser considerado um achado: ele pesquisou as religiões afro-brasileiras a partir das ervas utilizadas nos rituais de iniciação. As ervas são o detalhe aparentemente irrelevante, e porém estratégico, graças ao qual se abriu a ele uma via mágica para o conhecimento do sincretismo

religioso e, com isso, da cultura cotidiana no Brasil. As ervas foram não apenas o objeto-chave de suas pesquisas na Bahia, mas também o inspiraram para formular a hipótese de trabalho para sua terceira viagem, que começou com uma investigação de trocas de ervas ritualísticas entre os praticantes dos cultos afro-brasileiros no litoral e os índios na Amazônia.

Sobre a importância das ervas nos cultos afro-brasileiros, observa a antropóloga Gisèle BINON-COSSARD:

Em minha dissertação falta pouca coisa a respeito da iniciação no candomblé angolano. / Roger Bastide já havia dito quase tudo. / Não falta nada do que era feito na Goméia. / Faltam as ervas. / Cá entre nós, o mais importante. (FICHTE 1993: 806 s.; 1987 a: 76)

É o caso de lembrar que as ervas são muito importantes não só nos exóticos cultos africanos, mas também na cultura cotidiana da Europa Central, como se vê pela resenha publicada por Walter BENJAMIN (1931) de um livro de ervas editado nos anos 1920 na Suíça, um verdadeiro *bestseller*.

As ervas pertencem ao mesmo tempo à esfera material e à esfera espiritual. Modificam o estado de saúde, transformam a consciência, têm poder de matar; com tudo isso, são uma significativa parte material e simbólica da religião. São utilizadas nos rituais de iniciação que costumam ser secretos.

Fichte segue a rota desses segredos, através de diálogos com pesquisadores do candomblé como Pierre Verger ou professores da Universidade Federal da Bahia, como Corello da Cunha Murango, com especialistas em ervas como Pedro de Batefolha, mães-de-santo como Gisèle ou Deni Jardim Prata, ou com recém-iniciadas como Wilma. O autor relata também uma experiência própria; depois de ter preparado uma poção de ervas, de acordo com os preceitos dos rituais, ele a ingeriu e observou os efeitos:

Depois de duas horas, leves perturbações da capacidade de concentração; impossibilidade de coordenar um índice. Ao anoitecer fortes sensações de frio. De noite, dor de cabeça. Na manhã seguinte, fortes falhas de memória; troca de nomes. Durante dois dias a impressão nunca experimentada antes de eu me encontrar numa cidade diferente da cidade real [...]. (FICHTE 1985: 164)

Experiência que faz lembrar os relatos de autores como De Quinsey, Baudelaire, Benjamin, Castañeda sobre alucinógenos, bem como o programa de Rimbaud de um “desregramento sistemático de todos os sentidos”.

Por outro lado, as ervas são a pedra de toque para se aferir a qualidade das pesquisas etnográficas de Fichte. Qual é o seu valor em termos de conhecimento científico? Em que medida seus trabalhos são citados por outros pesquisadores?

O detalhe estratégico das ervas revela um problema mais geral da etnografia de Fichte: sua relação problemática com o mundo das Ciências. Fichte, que foi sobretudo um escritor, auto-didata e pesquisador amador, no melhor sentido da palavra, teve diversos atritos com a pesquisa acadêmica, provocados em boa parte por ele mesmo. Não se pode contornar a questão, declarando que a etnopoiesia fichtiana não é e nem aspira ser antropologia. Foi ele mesmo quem procurou o diálogo e fez questão de realizar um trabalho de campo. Nos seus escritos encontram-se polêmicas de raso nível (como certas invectivas contra Lévi-Strauss, cf. FICHTE 1987 b: 319-351), lado a lado com questionamentos radicais da rotina acadêmica.

Com Pierre VERGER, uma autoridade nos estudos das religiões afro-brasileiras e ocupado naqueles anos em elaborar um tratado básico sobre o uso de ervas no candomblé (publicado em 1995, com o título *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*), Fichte teve um relacionamento tenso. Verger, que inicialmente o recebeu de modo amigável e lhe deu indicações valiosas, acabou encerrando o relacio-

namento (cf. FICHTE 1993: 315). As causas podem ser inferidas a partir do relato do próprio Fichte, que mostrou um comportamento deselegante, na medida em que ostentava as informações que lhe foram confiadas por Verger a outros pesquisadores na Bahia, questionando diante deles a sua validade (230). Também não se vê nenhuma razão para Fichte ridicularizar em várias passagens (172, 232, e *passim*) a meticulosidade com a qual Verger organizou seu fichário. Este, por sua vez, deve ter desconfiado da consistência metodológica daquele pesquisador visitante.

Como admite o próprio FICHTE, no fundo ele não queria aprofundar suas pesquisas sobre ervas; para isso, além do mais, o romance nem seria o meio formal adequado (391). Mas, então, o quê? A função das ervas no livro de Fichte sobre o Brasil não é predominantemente científica. Eis uma diferença básica entre a etnografia e a sua variante mais leve, a etnopoiesia. As ervas foram, antes de mais nada, um meio para o *escritor* Fichte entrar em contato com a cultura alheia, com os diversos informantes, pessoas do povo, – e conversar com elas sobre religião, mas também sobre suas necessidades cotidianas, aspirações, sonhos e desejos, sua vida íntima. É provável, aliás, que Fichte tenha recebido a dica estratégica do “caminho das ervas” nas conversas com Verger.

Com base nestas observações, reiteramos a pergunta em que medida o autor de *Explosion* encontrou de fato uma “nova etnologia”? Será que a temática etnográfica foi efetivamente articulada nesse livro através de uma nova *forma*, um novo gênero, com novos ângulos de percepção? Do ponto da composição, o “romance da etnologia” de Fichte é basicamente um diário – evoluindo do jornal *gay* para o jornal de trabalho e a caderneta de campo –, avolumando-se através da colagem de vários gêneros: instantâneos, reportagens, *features*, entrevistas, retratos de cidades, primeiras versões de estudos etnográficos, relatos de vida ...

A característica principal desse jornal é que FICHTE relata a origem das suas pesquisas: quais foram suas motivações, particulares e gerais; quais foram as condições materiais sob as quais as viagens se realizaram; como se deu o contato com os informantes, qual era o seu comportamento, e quais as circunstâncias do seu trabalho de campo. Com tudo isso, o autor cumpriu o objetivo que ele propusera para a etnopoiesia: não apenas fornecer as informações etnográficas, mas revelar igualmente as suas condições de produção (1980: 362).

No entanto, para dar nome a esses objetivos não seria a designação “jornal de trabalho” ou “caderneta de campo” bem mais adequada? Resta uma expectativa não satisfeita ligada à semântica dos termos “etnopoiesia” e “romance da etnologia”, que prometem mais do que apenas um relato de trabalho, sobretudo quando vistos diante do pano de fundo dos problemas anteriormente discutidos da crise geral da etnologia. Estaria Fichte, ao menos na parte final de *Explosion*, caminhando em direção a uma realização “etnopoética”, fornecendo propostas instigantes para uma “nova etnologia”?

Sem dúvida, a “etnopoiesia” – não apenas segundo Fichte, mas também num sentido mais geral – tem a ver com o fascínio que exercem sobre nós as culturas estranhas e estrangeiras, de preferência as bem diferentes e as de outros continentes. Em particular, a etnopoiesia pode ser um instrumento para se repensar as relações entre as culturas do Primeiro Mundo e Terceiro Mundo. Essa dimensão parece se delinear nos relatos de vida das duas mulheres, Gisèle e Wilma, no final do livro (722-828).

Gisèle Binon-Cossard pode ser entendida como um *alter ego* de Hubert Fichte. E mais: como porta-voz de toda uma geração que, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a revolta estudantil de 1968, deu as costas à Europa em busca do Terceiro Mundo. A antropóloga branca, européia, vinda da metrópole Paris e “mergulhando de cabeça” na outra cultura, de modo incomparavelmente mais radical do

que Fichte ou Malinowski, a ponto de ela colocar em jogo a sua identidade. Ela praticou a “observação participante” até às últimas conseqüências, uma “imersão total” na cultura dos “selvagens”, pela qual um viajante como o naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius sempre sentia um indisfarçado horror e uma jamais confessada atração.

Para FICHTE a questão da observação participante colocou-se como um dilema, uma vez que a descrição de rituais iniciáticos envolve a ética de manutenção do segredo. Ele formulou para si as seguintes alternativas: Ou se deixar iniciar e acabar tornando-se pai-de-santo; nesse caso, porém, seria obrigado a manter o segredo e, conseqüentemente, não poderia passar suas informações para a Ciência. Ou permanecer do lado de fora; nesse caso, provavelmente jamais chegaria a saber o que há de mais importante, não atingiria nunca o núcleo da religião (cf. 1985: 230).

Assim como procedera nos anos 60, quando realizou seu trabalho de campo entre os *hippies* de Hamburgo, que resulto no livro *Die Palette*, Fichte decidiu manter o distanciamento também com relação aos rituais afro-brasileiros. No entanto, ele encontrou um modo de abordagem que lhe permitiu contornar o dilema acima descrito e descobrir uma terceira via – graças ao tipo muito especial de pessoa que ele entrevistou. Gisèle Binon-Cossard fez, como ele, pesquisa etnográfica (com a diferença de ela ter tido uma formação acadêmica: um doutorado na Sorbonne, com a tese *Le Candomblé Angola*, orientada por Roger Bastide); por outro lado, ela foi mais longe que Fichte, na medida em que, depois do *approach* científico, optou por se deixar iniciar no candomblé, acabando por tornar-se mãe-de-santo e dona de um terreiro. A entrevista com Gisèle permitiu a Fichte rever a sua própria trajetória e experimentar por transferência algumas situações que vão bem além do que ele próprio viveu: uma espécie de antropologia total, com a ultrapassagem do limiar tabu entre o “sujeito” e o “objeto” dos estudos. Passo impensável para Martius e expli-

citamente desaconselhado mesmo por um antropólogo moderno como Lévi-Strauss.

Com a narração de Gisèle, temos um relato “a partir do outro lado”, o lado do “segredo”. Mas evoquemos, antes, o início da “viagem etnopoética” de Gisèle, as sensações e os desejos que ela experimentava por volta de seus vinte anos, e que iriam determinar o seu rumo de vida:

Comecei a estudar o mercado de Fort Lamy. / [...] Descobri que o que havia de mais importante no mercado de Fort Lamy eram os venenos. / [...] Venenos feitos de plantas, para matar pessoas. / Havia muçulmanos que iam a Meca com rapazes e voltavam com tapetes. / Jovens de catorze anos diziam: – Não vá! Quem vai não volta. / Os rapazes bonitos eram vendidos para *sheiks* velhos. / O Saara. / Negros. / Eles não voltavam. / Mas sempre havia a impossibilidade de se aproximar. / A harmonia. / Os corpos dessa gente eram harmoniosos. / E quanto aos velhos, quando iam à caça, eu sentia que / conheciam uma outra ciência que não é a nossa. / As adivinhações antes da caça. / Eu os via benzendo as armas. / Era um mundo fechado. / Havia aquela fascinação pelo negro. / Tudo era bonito. / A areia. / As noites de tempestade. / Tudo era vasto. (FICHTE 1993: 732 s.; 1987 a: 49)

Esse relato das sensações de outrora, essa visão do país dos desejos, é um poema, que lembra longinquamente um outro viajante à África, Arthur Rimbaud, com seu poema *Sensation*, “um dos poemas mais perfeitos da literatura universal” (FICHTE 1987 b: 253).

Ora, algumas páginas depois, aparece no relato de Gisèle um *contraponto* à sua fala primeira, a qual, numa singela acepção da palavra, poder-se-ia considerar “etnopoesia”. O retrospecto que Gisèle faz, na beira dos sessenta anos, sobre sua vida é marcado pelo desencantamento e o desengano:

Onde é que está, no candomblé, a grande libertação, a ternura, a generosidade? / Esse é o nosso problema. / O problema de Pierre, de

Bastide, de Métraux, de Lydia, meu problema: / Fomos embora para experimentar um outro mundo, mais voluptuoso, mais agradável, e descobrimos que ele é mais burguês que o mundo que havíamos abandonado. (FICHTE 1993: 822 s.; 1987 a: 86)

O sonho da geração de 1968, a “libertação” de Marcuse, a “ternura” de Ché Guevara, a aspiração dos jovens a um “mundo melhor”, deram lugar ao choque do despertar. No país que era para ser o dos sonhos predominam as necessidades prosaicas. É um mundo ainda mais burguês, mais estreito, cheio de intrigas, lutas pelo poder, mesquinhas, aviltamentos do ser humano. Foram se embora o segredo e a fascinação. Fichte põe em obra uma etnografia contrastiva: um desencantamento da *primeira* etnopoesia, a ingênua, por uma *segunda* etnopoesia, sóbria e própria para despertar do sonho e da mitificação.

Um elemento ainda mais agudo dessa etnografia contrastiva é a narração da Wilma, que não apenas é um ato de rebeldia contra sua mãe-de-santo, mas o avesso do sonho de juventude de Gisèle. (É de se notar que, na forma de publicação independente, os relatos das duas mulheres se seguem linearmente – “A antropóloga diz”; “Wilma diz”; cf. *Etnopoesia*, 39-91 e 92-139 – ao passo que em *Explosion* são montados de forma intercalada.) Wilma conta a sua infância e adolescência nas favelas da Baixada Fluminense, as perturbadas relações familiares, suas experiências afetivas e sexuais, seus problemas psicossomáticos, suas tentativas de cura. Depois de mal-sucedidos tratamentos medicinais, optou pela cura através da religião e acabou sendo iniciada ao candomblé.

Essa montagem em contraste das narrações de Gisèle e Wilma é um elemento particularmente instigante da composição de *Explosion*. Há uma curiosa troca de papéis: A antropóloga parisiense, a européia de alma negra, que se transmutou em mãe-de-santo, e por outro lado, a moça negra que se criou na favela, entrou meio forçada no candomblé e que aspira decididamente à cultura branca. São caminhos inver-

sos. Wilma conta também como conheceu um fotógrafo francês, quarenta anos mais velho, com quem ela convive no Rio de Janeiro, na Zona Sul. Ela tem horror de voltar para o seu meio de origem.

Eu dei a ele minha simplicidade, ele me deu sua cultura. / Só tenho medo ... / Medo ... / Penso muito em meu futuro. / Tenho medo de voltar para trás. / Não quero morar nunca mais num asilo. / [...] Eu me acostumei com o liberalismo francês. (FICHTE 1993: 813 s.; 1987 a: 138)

A montagem fichtiana do relato das duas mulheres, Gisèle e Wilma, é um caso paradigmático de etnologia contrastiva. Cada uma delas experimentou uma troca radical de lugar cultural, que transformou seus conceitos de cultura própria, cultura alheia e identidade.

Vimos que a etnopoesia de Fichte não é mais a nostalgia do longe e do inteiramente outro, que caracterizava as fantasias europeias de evasão no século XIX e ainda no século XX. Tais sonhos foram antigamente sonhados de forma paradigmática por autores como Joseph Conrad (*Heart of Darkness*) e Arthur Rimbaud, o qual, depois de ter lido “todos os livros” e criado a nova poesia, partiu definitivamente para a África. Em sua obra, Fichte revelou aqueles sonhos – que chegaram a ser novamente sonhados depois da Primeira e da Segunda Guerra Mundial por escritores e antropólogos como Michel Leiris ou Gisèle Binon-Cossard, e por ele mesmo –, revelou-os como historicamente datados e os exorcizou. É um ponto de ruptura.

Uma nova experiência etnográfica torna-se visível. Aqueles seres “exóticos” que antes eram os mitificados objetos de desejos europeus, tomaram a palavra e tornaram-se sujeitos, falando de suas necessidades e de seus próprios desejos. Sentindo esse novo rumo da história, o etnopoeta Fichte acabou por retirar seu *ego* de campo – ao menos aparentemente –, para ceder a voz àquelas pessoas. Com Gisèle e Wilma, ele nos apresenta pessoas em trânsito entre as culturas do Primeiro e do Terceiro Mundo, como também entre as classes sociais

e as raças, diante do pano de fundo da história das relações entre senhores e escravos. Em pessoas como Gisèle e Wilma a cultura mista do século XX realiza experiências inéditas, é uma procura de identidade que já não se satisfaz com nenhuma das culturas estabelecidas, mas visa o sincretismo cultural. Por enquanto esses atravessadores de fronteiras são *outsiders* da sociedade, mas seu número cresce diariamente, no mundo inteiro.

Obras de Hubert Fichte

Die Palette. Roman. Reinbek, Rowohlt, 1968.

Interviews aus dem Palais d'Amour. Reinbek, Rowohlt, 1972 a.

“Ein Geschwür bedeckt das Land’. Furcht und Elend der brasilianischen Republik”. In: *Der Spiegel*, n° 5, 72-80, e n° 6, 88-99, 1972 b.

Wolli Indienfahrer. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1978.

Versuch über die Pubertät. Roman. Hamburgo, Hoffmann & Campe, 1974.
Português: *Ensaio sobre a puberdade* (trad. Zé-Pedro Antunes). São Paulo, Brasiliense, 1986.

Xango. Die afroamerikanischen Religionen II. Bahia, Haiti, Trinidad. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1976.

“Ketzerische Bemerkungen für eine neue Wissenschaft vom Menschen”. In: *Petersilie*, 359-365, 1980 = 1977 a. Português: “Observações heréticas para uma nova ciência do Homem”. In: *Etnopoesia*, 29-38, 1987 a.

Hans Eppendorfer. Der Ledermann spricht mit Hubert Fichte. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1977 b.

Petersilie. Die afroamerikanischen Religionen IV. Santo Domingo, Venezuela, Miami, Grenada. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1980.

Lazarus und die Waschmaschine. *Kleine Einführung in die Afroamerikanische Kultur*. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1985.

Etnopoesia. Antropologia poética das religiões afro-americanas (org. e prefácio Wolfgang Bader, trad. Cristina Alberts e Reny Hernandes). São Paulo, Brasiliense, 1987 a.

“Mein Freund Herodot”, seguido de “Exkurs: Mittelmeer und Golf von Benin. Die Beschreibung afrikanischer und afroamerikanischer Riten bei Herodot”. In: *Homosexualität und Literatur I*, 381-407 e 407-421, 1987 b. Versão abreviada em português: “Mar Mediterrâneo e Golfo de Benin. A descrição de ritos africanos e afro-americanos em Heródoto”. In: *Etnopoesia*, 309-324, 1987 a.

Homosexualität und Literatur I. Polemiken (ed. Torsten Teichert). Frankfurt a.M., S. Fischer, 1987 b.

Das Haus der Mina in São Luiz de Maranhão. Materialien zum Studium des religiösen Verhaltens, zusammen mit Sérgio Ferretti (ed. Ronald Kay). Frankfurt a.M., S. Fischer, 1989.

Explosion. Roman der Ethnologie (ed. Ronald Kay). Frankfurt a.M., S. Fischer, 1993.

MAU, Leonore. *Xango. Die afroamerikanischen Religionen I. Bahia, Haiti, Trinidad* (Fotografias; Textos de Hubert Fichte). Frankfurt a.M., S. Fischer, 1976.

Outras Referências Bibliográficas

ALCANTARA, Plácido. “A etnopoesia de Hubert Fichte”. In: *Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia* (São Paulo, USP) 1: 61-67, 1991.

BENJAMIN, Walter. “Wie erklären sich große Bucherfolge? ‘Chrut und Uchrut’ – ein schweizerisches Kräuterbuch”. In: *Gesammelte Schriften III*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 294-300, 1982 = 1931.

BINON-COSSARD, Gisèle. *Contribution à l'étude des candomblés au Brésil. Le candomblé Angola*. Paris, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1970 (Doctorat de 3^{ème} cycle, mimeo).

BITTERLI, Urs: *Die ‘Wilden’ und die ‘Zivilisierten’. Grundzüge einer Geistes- und Kulturgeschichte der europäisch-überseeischen Begegnung*. Munique, Beck, 1991.

CABRERA, Lydia. *El Monte*. La Habana, Letras Cubanas, 1993 = 1954.

FERRETTI, Sérgio. *Querebentã de Zomadônu: Etnografia da Casa das Minas do Maranhão*. São Luís, EDUFMA, 1983.

FERRETTI, Sérgio. “Da Etnopoesia Afro-Americana”. In: *Anuário Antropológico* (Brasília, UnB) 87: 231-242, 1990.

FERRETTI, Sérgio. *Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa das Minas*. São Paulo, Edusp, 1995.

GEERTZ, Clifford. *Works and Lives. The Anthropologist as Author*. Stanford University Press, 1988.

HEINRICH, Hans-Jürgen: “Dichtung und Ethnologie.” In: *Hubert Fichte. Text + Kritik* 72: 48-61, 1981.

HEINRICH, Hans-Jürgen. *Die Djemma el-Fna geht durch mich hindurch. Oder wie sich Poesie, Ethnologie und Politik durchdringen*. Hubert Fichte und sein Werk. Bielefeld, Pendragon, 1991.

HEISSENBÜTTEL, Helmut: “Vaudou als Reise nach innen.” In: *Hubert Fichte. Materialien...*, 137-141, 1985 = 1976.

Hubert Fichte. Text + Kritik 72 (org. H. L. Arnold). Munique, 1981.

Hubert Fichte. Materialien zu Leben und Werk (org. Thomas Beckermann). Frankfurt a.M., Fischer, 1985.

LEIRIS, Michel. *L'Afrique fantôme*. Paris, 1934.

MALINOWSKI, Bronislaw. *A Diary in the Strict Sense of the Term*. Stanford University Press, 1989 = 1967.

SPIX, Joh. Bapt. von / MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von. *Reise in Brasilien 1817-1820*. 3 vols. Stuttgart: Brockhaus, 1980 = 1823-1831. Português:

Pandaemonium Germanicum. n. 3.1, p. 15-44, jan.-jun. 1999

Viagem pelo Brasil 1817-1820. 3 vols. (trad. Lúcia Furquim Lahmeyer). Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981.

TEICHERT, Torsten. "*Herzschlag aussen*". *Die poetische Konstruktion des Fremden und des Eigenen im Werk von Hubert Fichte*. Frankfurt a.M., S. Fischer, 1987.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Notes sur le culte des orisha et vodou à Bahia, la Baie de Tous les Saints au Brésil e à l'ancienne Côte des Esclaves en Afrique*. Dacar, IFAN, 1957.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Flux et reflux de la Traite des Nègres entre le Golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos du XVII au XIXe siècle*. Paris, 1968.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

WEINBERG, Manfred. *Akut. Geschichte, Struktur: Hubert Fichtes Suche nach der verlorenen Sprache einer poetischen Welterfahrung*. Bielefeld, Aisthesis, 1993.

Writing culture. The Poetics and Politics of Ethnography (orgs. James CLIFFORD e G. E. MARCUS). Berkeley, 1986.

SELBSTDENKEN UND STIL BEI J.G. FICHTE UND GOETHE

Marcelo da Veiga Greuel*

Abstract: This essay shows how Goethe and Johann Gottlieb Fichte converge in a common supra-national cultural ideal, in spite of their divergences in relation to their poetic and scientific approaches. Goethe's idea of style as the supreme principle of art and Fichte's philosophical conception, which emphasizes philosophical activity as the art of thinking independently, constitute the thematic focus of the present article which also tries to make the point of coincidence of art and science evident.

Keywords: Art; Philosophy; Classical German Literature; German Idealism.

Resumo: Este ensaio pretende mostrar como Goethe e Johann Gottlieb Fichte convergem num ideal cultural supranacional comum, apesar de suas divergências no que diz respeito a seus enfoques poéticos e científicos. A idéia de Goethe acerca do estilo como supremo princípio da arte e a concepção filosófica de Fichte, que enfatiza o fazer filosófico como arte de pensar por conta própria, constituem o foco temático central do presente artigo, tentando evidenciar, ao mesmo tempo, o ponto de coincidência de arte e ciência.

Palavras-chave: Arte; Filosofia; Literatura clássica alemã; Idealismo alemão.

Stichwörter: Kunst; Philosophie; Literatur der deutschen Klassik; Deutscher Idealismus.

* Der Autor ist Dozent für deutsche Literatur am *Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras* (DLLE) der *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC) sowie Kollegiumsmitglied im Promotions- und Magisterstudiengang Literatur der UFSC. Adresse des Autors: cronveiga@t-online.de

1. Einleitung

“[...] das eigentliche Urbild aber wird niemals wirklich, sondern liegt über aller Zeit, als ewig unsichtbarer Grund und Gesetz und Musterbild des unendlichen Fortbildens in der Zeit.” (FICHTE SW XI: 152)

Goethe, der die Berufung Johann Gottlieb Fichtes an die Universität Jena maßgeblich mitbeeinflusste, war, was er selber zugestand, kein Philosoph. Am 24. Juni 1794 schrieb er an Fichte:

“Was mich betrifft, werde ich Ihnen den größten Dank schuldig sein, wenn Sie mich mit den Philosophen versöhnen, die ich nie entbehren und mit denen ich mich aber niemals vereinigen konnte.” (GOETHE SW 17: 937)

Man kann aber in der Tat unschwer erkennen, daß Goethes gesamtes dichterisches und wissenschaftliches Schaffen von einem höchst subtilen philosophischen Sinn durchzogen ist. Goethe hatte Verständnis für die Philosophie des deutschen Idealismus, obgleich sein Denken sich in andersartiger Weise zum Ausdruck brachte.¹

Johann Gottlieb Fichte, der wohl abstrakteste Vertreter des deutschen Idealismus, war, trotz seiner poetischen Versuche und seiner Beziehungen zu den Frühromantikern, kein Dichter. Doch vertrat er eine Art des Philosophierens, die, weit entfernt von jeder gelehrten Vielwisserei, zur philosophischen Kunst tendiert. Fichte berührte in seiner *Wissenschaftslehre* genannten Philosophie eine Qualität des Denkens, die zwar den vielfältigsten Mißverständnissen und Verken-

1 Schiller zitiert in einem Brief an Wilhelm von Humboldt aus dem Jahr 1794 folgende Aussage, die Fichte über Goethe in Jena gemacht hat. „Fichte wünscht Goethe für die Spekulation zu gewinnen, sein (nämlich Goethes) Gefühl leite ihn richtig. 'Neulich', fuhr Fichte fort, 'hat mir Goethe mein System so bündig und klar dargelegt, daß ich es selbst nicht klarer hätte darstellen können.'“ (Goethe SW, 16: 937)

nungen verfallen mußte, die ihn aber durch den ihr eigenen schöpferischen Zug in die Nähe Goethes rückte. Er selber sah in Goethe zum einen die “edelste Blüte der Humanität, welche die Natur nur einmal unter dem griechischen Himmel hervorgetrieben hatte, durch ein Wunder im Norden wiederholt” (GOETHE SW 16: 930), zum anderen aber auch jemanden, dem sich durch die Kunst der Sinn für eine tiefere, sonst nur der philosophischen Reflexion zugängliche Form des Denkens erschlossen hatte.

Goethe skizziert in seinem Aufsatz *Über einfache Nachahmung der Natur Manier und Stil* einen Stufenweg des künstlerischen Schaffens, der in die Idee einer auf Naturerkennen beruhenden Kunst einmündet. Dadurch fundiert sich seine Kunst letztlich in der Wissenschaft, wenngleich auch im spezifisch Goetheschen Sinne einer wesenhaften Erkenntnis der der erscheinenden Natur (*natura naturata*) zugrundeliegenden urbildlich schaffenden Natur (*natura naturans*).

Fichtes *Wissenschaftslehre* ist der Versuch, die Grenzen des empirischen bzw. sinnlichen Bewußtseins zu überschreiten, um die gegenständliche Wirklichkeit als Produkt transzendentaler geistiger Handlungen zu verstehen. Seine Reflexion des Wissens mündet so in die Idee einer *intellektualen Anschauung* als eines produktiven, seinen Inhalt gleichsam erzeugenden Erkenntnisvermögens ein, wodurch die Wissenschaft zu einem schöpferisch-ästhetischen Geschehen wird.

Im folgenden sei versucht, sowohl das reziproke Verhältnis von Kunst und Wissenschaft bei Fichte und Goethe, als auch das dabei sichtbar werdende didaktisch relevante Problem von Nachahmung und Selbständigkeit zu thematisieren.

2. Nachahmung und Selbständigkeit im Nachvollzug der Fichteschen Wissenschaftslehre

Fichte gehört zu den Philosophen, die ihrem Leser die denkbar größten Mühen bereiten. Seine zahlreichen Darstellungen der *Wissenschaftslehre*, aber auch der Sittenlehre gehören zu den anspruchsvollsten Texten der Philosophiegeschichte überhaupt. Sie erreichen einen solchen Grad an Abstraktion, daß der Leser erst einiger Eingewöhnungszeit bedarf, um in das abgezogene Gedankenleben des Autors eindringen zu können.

Fichtes Darstellungen der *Wissenschaftslehre* können zwar einerseits durchaus als argumentative Systeme verstanden werden, aber andererseits (und das scheint mir wesentlicher) möchten sie zur Konstruktion eines Blickvermögens für einen Gegenstandsbereich beitragen, der dem empirischen Bewußtsein unbekannt ist. Sie ist in diesem Sinne Transzendentalphilosophie, womit gesagt ist, daß sie einer philosophischen Denkweise entspricht, die hinter das gegenständliche Bewußtsein (sinnliches Bewußtsein) zurückgehen will, um sich mit der Konstitutionsproblematik der sinnlichen Gegenständlichkeit zu befassen. Dies hat für den ungeübten Leser die eingangs erwähnte Konsequenz, sich zunächst in einem gleichsam luftleeren Raum bewegen zu müssen, der sich nur ganz allmählich füllt.

Fichtes Denken will jedoch nicht den Boden ernsthafter Wissenschaftlichkeit verlassen, um sich ins Dunkel des Nicht-Mehr-Faßbaren zurückzuziehen. Im Gegenteil: Ihm geht es ja gerade darum, das Wissen des empirischen Bewußtseins und der Wissenschaft durch die Analyse ihrer Entstehung zu begründen. Der so anvisierte Bereich der im übersinnlichen gründenden Genese des Wissens erfordert sogar in gewisser Hinsicht ein noch viel höheres Maß an gedanklicher und methodischer Disziplin, als es in den positiven Wissenschaften der Fall ist.

Die erwähnte, durch die Aufgabenstellung der *Wissenschaftslehre* den Leser vor höchste Ansprüche stellende Tendenz im Denken Fichtes äußert sich auch in einem ihr eigenen, ganz ungewöhnlichen Grad an Dichtigkeit. Fichte denkt nicht extensiv immer Anderes, sondern intensiv immer wieder das Gleiche neu. Dieser übend schöpferische Ansatz wurde später vor allem von Novalis und Schelling aufgegriffen und in selbständiger Art ausgestaltet.

Das Philosophieren Fichtes erweist sich dadurch in doppelter Hinsicht als Kunst. Denn zum einen erfordert es das Können, die für das empirisch-rationale Bewußtsein unbekanntes schöpferischen Schichten der Wirklichkeit zu erschließen, zum anderen ist es aber auch Darstellungskunst im Sinne einer Fähigkeit, das so schöpferisch Entdeckte in eine adäquate Begriffs- und Sprachform zu bringen. Die philosophische Einstellung überschreitet in dieser Weise ihre bloß aufklärerische und analytische Funktion der Kritik an tradierten Wahrheiten und sprachlichen Ausdrucksformen und wird zur Exemplifikation und zur Stimulation eines höheren schöpferisch-intuitiven Vermögens, dem sich immer neue Wirklichkeitsschichten eröffnen sollen. Hiermit mag wohl auch der zuweilen missionarische Duktus der Fichteschen Abhandlungen und Reden zusammenhängen. Fichte war sich bewußt, daß er eine neue Qualität des Philosophierens berührt hatte, die Novalis sogar als "Fichtisieren" bezeichnet hat. Um so größer war aber auch seine Verzweiflung am Unverständnis seiner Zeitgenossen gegenüber seinen Darstellungen.² Die erwähnte Intensität seines Denkens muß es aber auch gewesen sein, die ihm, ungeachtet des eher trockenen und zähen Stoffes seiner Untersuchungen, einen breiten Zuhörerkreis auch außerhalb der Universitäten beschert hat.

2 Man beachte in diesem Zusammenhang den Titel, den Fichte einer seiner Schriften gegeben hat: *Sonnenklarer Bericht an das größere Publikum über das neuere Wesen der Philosophie. Ein Versuch den Leser zum Verstehen zu zwingen* (1801).

Fichtes Art zu denken will und kann eigentlich keine Lehre vermitteln, sondern ist vielmehr Anregung zur Entwicklung eines bestimmten Vermögens, das im Sinne des späteren Leitwortes der Phänomenologie³ "Zu den Sachen selbst" auf einen vom Darsteller unabhängigen Sachverhalt hinlenkt. Diese Hinlenkung auf einen Sachverhalt, der dann selbständig angegangen werden kann, fordert nichtsdestotrotz vom Zuhörer bzw. Leser die Bereitschaft zu höchster Konzentration. Fichte beschreibt dies mit eindringlichen Worten so:

"Während des Unterrichtes daher ganze Sammlung bei und in sich selbst sein, sich in seiner Gewalt und unter dem Auge haben." (FICHTE SW IX: 33)

Der Hinweis auf die "ganze Sammlung" beim Unterricht scheint im Widerspruch zu dem Ziel der Selbständigkeit des Denkens gegenüber dem dargestellten Inhalt zu stehen. Doch ist sie notwendig, um wirklich mitvollziehend in den Inhalt einzudringen. Die zunächst nur latent vorhandene Selbständigkeit muß erst durch Übung erweckt und erworben werden. Der Unterricht, wenn er von einem eigenständig Denkenden abgehalten wird, hat den Sinn, hierfür Anreize und Beispiele zu schaffen.

Die Fichteforschung setzt sich gewöhnlich aus Verfechtern und Gegnern der Fichteschen Lehre zusammen. Historisch orientierte Interpreten betonen allenfalls noch den geistesgeschichtlichen Kontext, in den das Fichtesche System einzuordnen sei. Daß aber das Philosophieren Fichtes besser im Sinne einer "Organbildung" für das Erfassen der Genese des empirischen Bewußtseins verstanden werden kann und somit der formale Aspekt gegenüber dem inhaltlichen überwiegt, ist eine nur selten beachtete Perspektive in seinem Werk geblieben. Diese Art des Denkens bedient sich zwar der rationalen Argumentation, aber erschöpft sich nicht in ihr, da alle argumentative Entwick-

3 Eine genauere Darstellung dieses Denkmotivs der Phänomenologie findet sich in DA VEIGA GREUEL 1998.

lung letztlich nur die verständige Anschauung zum Ziel hat. Die Fichtesche *Wissenschaftslehre* geht dadurch auch über die Fragestellungen der traditionellen Erkenntnistheorie hinaus, denn sie fragt nicht primär, was der Mensch wissen kann, sondern wie das Wissen aus erzeugenden transzendenten Handlungen entsteht. Sie beschränkt sich nicht darauf, den Grund des Wissens bloß begrifflich zu definieren, da die konstituierenden Handlungen des Geistes sich dem fixierenden Zugriff des lediglich unterscheidenden Verstandes entziehen und die Entwicklung eines tätigen Anschauungsvermögens (*intellektuale Anschauung*) erfordern, das sich in ein produktives Verhältnis zu seinem Objekt setzt und sich so vollständig mit diesem durchdringt. In diesem Sinne ist die *Wissenschaftslehre* also kein Gedankengebäude, das man annehmen, übernehmen oder auch einfach ablehnen könnte, sondern entweder man vollzieht und konstruiert sie genetisch oder bleibt ihrem Wesen fremd.

"Der Strenge nach hat man sie nicht, sondern man ist sie und keiner hat sie eher, bis er selbst zu ihr geworden ist." (FICHTE A 2.6: 141).

Das vollständige Eintauchen in den in der Darstellung durchscheinenden Sachverhalt führt zum *Selbstdenken* im Sinne eines sich selbst motivierenden produktiven Denkvermögens, das sich willentlich und frei im anvisierten Thema bewegt. Es fordert die vollständige Identifikation und erzeugt erst dadurch die höchstmögliche intellektuelle Autonomie.

3. Vom "bloßen Lernen" und dem "mechanischen Gedächtnis" zum Selbstdenken

Das "bloße Lernen", wie Fichte das gewöhnliche, im wesentlichen rezeptive Bemühen um Verstehen nennt, scheint auch die zu-

nächst naheliegende Methode zu sein, um sich die Inhalte der *Wissenschaftslehre* zu eigen zu machen. Diese Haltung verfährt, wie man üblicherweise mit Wissensinhalten verfahren mag: Ein Inhalt wird gelernt, indem er in der Form, in der man ihn vorfindet, wiederholt und so in das Gedächtnis eingepreßt wird. Das Ziel besteht dabei darin, die größtmögliche Vollständigkeit in der Aneignung des vorgegebenen Inhalts zu erreichen. Auf die *Wissenschaftslehre* Fichtes angewendet, hieße das, den Wortlaut und die Darstellungsweise Fichtes möglichst originalgetreu nachzuahmen. Der so Verahrende könnte sich dann sicher sein, nichts über die *Wissenschaftslehre* zu denken, was Fichte nicht selber über sie gesagt hat.

Diese Art der Beschäftigung hat durchaus ihre beschränkte Berechtigung; denn im getreuen Wiederholen der Fichteschen Vorgaben kann sich für einen Anfänger eine nicht gerade geringe Differenzierung des Denkens und eine Bereicherung des Sprachvermögens entwickeln. Man kann diese Stufe des Philosophierens auch exegetisches Denken nennen. Im Sinne des Ideals des Selbstdenkens kann eine solche Haltung aber nur von vorbereitender Bedeutung sein, wie aus folgendem Ausspruch Fichtes erhellt:

“Der rechte, und mir liebste Zuhörer wäre der, der den gehörten Vortrag zu Hause für sich, nicht unmittelbar, denn dies wäre das mechanische Gedächtniß, sondern durch Nachdenken und sich besinnen, wieder zu producieren vermöchte und zwar mit absoluter Freiheit des Ganges.” (FICHTE A 2,8: 19)

Das ins *mechanische Gedächtnis* einmündende Prinzip des bloßen Lernens eines vorgegebenen philosophischen Inhaltes hat eine gewisse Verwandtschaft mit der von Goethe als *einfache Nachahmung der Natur* bezeichneten Stufe der Kunstausübung. Für Goethe hat die Kunst einen durchweg mimetischen Charakter, denn der Mensch ahmt, wenn er künstlerisch schafft, stets das große Vorbild, die schaffende Natur, nach. Das heißt natürlich nicht, daß er nur vorgegebene Naturgegenstände wiederholt, also das schon in der Natur

Vorhandene nochmals darstellt, sondern im Gegenteil: Gerade um der Natur zu entsprechen, muß er sich von ihren Produkten lösen und originär schaffen. Dies gelingt ihm aber nicht unmittelbar: Der werdende Künstler muß zunächst damit beginnen, ihre Objekte bzw. Produkte nachzuahmen. Er orientiert sich so am Vorbild eines bestimmten durch Sinneswahrnehmung gegebenen Naturgegenstandes und versucht, ihn möglichst detailgetreu in seinem Schaffen zu wiederholen. Wesentlich für diese Stufe der Kunstausübung ist der Verzicht auf jeden eigenen Zusatz oder Weglassung. Der Zeichner, Maler oder Bildhauer unterstellt sich gleichsam der vorgefundenen Natur als höchster Autorität.

Durch diese Art der Behandlung eignet sich die *einfache Nachahmung* aber auch nur zur Darstellung ganz bestimmter beschränkter Gegenstände und fordert auch gleichzeitig eine ebensolche Beschränkung seitens des Künstlers.

“Diese Art der Nachbildung würde also bei sogenannten toten oder stillliegenden Gegenständen von ruhigen treuen, eingeschränkten Menschen in Ausübung gebracht werden.” (GOETHE SW 13: 67)

Die *einfache Nachahmung* wendet sich den toten Gegenständen zu. Sie schult im werdenden Künstler eine ihrem Gegenstandsbereich entsprechende Fähigkeit, worin ihre spezifische Stärke und gleichzeitig Schwäche begründet liegt. Ihre Gegenstände sind nicht nur Steine und Mineralien, sondern überhaupt das gegenständlich Fixierbare: Das, was überhaupt “stillliegt”, kann naturgetreu wiederholt werden.

Goethes *einfacher Nachahmung der Natur* eignet wie dem *bloßen Lernen* Fichtes eine propädeutische Funktion. Sie schärft den Blick des Künstlers für die Einzelheiten vorgegebener Sachverhalte oder Gegebenheiten, indem sie ihm die Möglichkeit gibt, seine Darstellungen am vorgefundenen Objekt zu korrigieren. Gleichmaßen führt diese imitierende Haltung beim theoretischen Arbeiten dazu,

die Ebene des Alltags beim Denken und Sprechen zu verlassen und sich in ein unalltägliches und komplexes Sprachgebilde einzuleben.

Das Philosophieren kann zwar von Vorgefundenem und Tatsächlichem ausgehen oder sich in seinen Resultaten auf dieses beziehen, weist aber seiner Natur nach darüber hinaus. Denn die Resultate sind, worauf auch Hegel in der Vorrede zu seiner *Phänomenologie des Geistes* hinweist, nicht das eigentlich Bedeutsame für die Philosophie, sondern vielmehr der Prozeß, die Bewegung aus der sie gewonnen werden. Fichte bemerkt treffend hierzu:

“[...] – höchstens fasst er [der Philosophierende] ihn [den Inhalt] auf ins Gedächtnis, welches da, wo es auf Tatsachen ankommt, denn doch etwas ist, wiewohl das Allergeringfügigste; wo es aber, wie etwa in der Philosophie, auf irgend ein aufzufassendes Resultat gar nicht ankommt, sondern auf die Bildung des Geistes zur Fertigkeit selbst die Resultate zu finden, gar nichts ist, und eigentlich da gar nicht möglich ist.” (FICHTE SW XI: 201)

Während also im Bereich der bildenden Kunst die einfache Nachahmung durchaus als Stufe der Kunst dastehen kann, bedeutet ihre Entsprechung für das Philosophieren als Wort- und Gedankenkunst jedoch nur das “Allergeringfügigste”. Sie ist bloße Vorstufe und bleibt im Vorfeld der Aneignung sprachlicher Ausdrucksmittel stehen.

Wenn sich an die Darstellung, die den Zuhörer oder den Leser immer zunächst als bloßes Resultat erreicht, nicht der Versuch des eigenen originären Ergreifens anschließt, wenn also die Darstellung nicht als bloßes Beispiel, Hinweis oder als Bild, sondern für die Sache selbst genommen wird, dann kommt es zu einem folgenreichen Verfehlen des der Darstellung zugrunde liegenden Inhalts.

“Kurz, zwischen meinem Akte des Vortrages, und ihrem Besitzstand des Vorgetragenen muß noch ein Mittelglied eintreten, Ihre eigene Nacherfindung, außerdem ist mit dem Akte des Vortrages alles ge-

Vorhandene nochmals darstellt, sondern im Gegenteil: Gerade um der Natur zu entsprechen, muß er sich von ihren Produkten lösen und originär schaffen. Dies gelingt ihm aber nicht unmittelbar: Der werdende Künstler muß zunächst damit beginnen, ihre Objekte bzw. Produkte nachzuahmen. Er orientiert sich so am Vorbild eines bestimmten durch Sinneswahrnehmung gegebenen Naturgegenstandes und versucht, ihn möglichst detailgetreu in seinem Schaffen zu wiederholen. Wesentlich für diese Stufe der Kunstausübung ist der Verzicht auf jeden eigenen Zusatz oder Weglassung. Der Zeichner, Maler oder Bildhauer unterstellt sich gleichsam der vorgefundenen Natur als höchster Autorität.

Durch diese Art der Behandlung eignet sich die *einfache Nachahmung* aber auch nur zur Darstellung ganz bestimmter beschränkter Gegenstände und fordert auch gleichzeitig eine ebensoeiche Beschränkung seitens des Künstlers.

“Diese Art der Nachbildung würde also bei sogenannten toten oder stillliegenden Gegenständen von ruhigen treuen, eingeschränkten Menschen in Ausübung gebracht werden.” (GOETHE SW 13: 67)

Die *einfache Nachahmung* wendet sich den toten Gegenständen zu. Sie schult im werdenden Künstler eine ihrem Gegenstandsbereich entsprechende Fähigkeit, worin ihre spezifische Stärke und gleichzeitig Schwäche begründet liegt. Ihre Gegenstände sind nicht nur Steine und Mineralien, sondern überhaupt das gegenständlich Fixierbare: Das, was überhaupt “stillliegt”, kann naturgetreu wiederholt werden.

Goethes *einfacher Nachahmung der Natur* eignet wie dem *bloßen Lernen* Fichtes eine propädeutische Funktion. Sie schärft den Blick des Künstlers für die Einzelheiten vorgegebener Sachverhalte oder Gegebenheiten, indem sie ihm die Möglichkeit gibt, seine Darstellungen am vorgefundenen Objekt zu korrigieren. Gleichmaßen führt diese imitierende Haltung beim theoretischen Arbeiten dazu,

die Ebene des Alltags beim Denken und Sprechen zu verlassen und sich in ein unalltägliches und komplexes Sprachgebilde einzuleben.

Das Philosophieren kann zwar von Vorgefundenem und Tatsächlichem ausgehen oder sich in seinen Resultaten auf dieses beziehen, weist aber seiner Natur nach darüber hinaus. Denn die Resultate sind, worauf auch Hegel in der Vorrede zu seiner *Phänomenologie des Geistes* hinweist, nicht das eigentlich Bedeutsame für die Philosophie, sondern vielmehr der Prozeß, die Bewegung aus der sie gewonnen werden. Fichte bemerkt treffend hierzu:

“[...] – höchstens fasst er [der Philosophierende] ihn [den Inhalt] auf ins Gedächtnis, welches da, wo es auf Tatsachen ankommt, denn doch etwas ist, wiewohl das Allergeringfügigste; wo es aber, wie etwa in der Philosophie, auf irgend ein aufzufassendes Resultat gar nicht ankommt, sondern auf die Bildung des Geistes zur Fertigkeit selbst die Resultate zu finden, gar nichts ist, und eigentlich da gar nicht möglich ist.” (FICHTE SW XI: 201)

Während also im Bereich der bildenden Kunst die einfache Nachahmung durchaus als Stufe der Kunst dastehen kann, bedeutet ihre Entsprechung für das Philosophieren als Wort- und Gedankenkunst jedoch nur das “Allergeringfügigste”. Sie ist bloße Vorstufe und bleibt im Vorfeld der Aneignung sprachlicher Ausdrucksmittel stehen.

Wenn sich an die Darstellung, die den Zuhörer oder den Leser immer zunächst als bloßes Resultat erreicht, nicht der Versuch des eigenen originären Ergreifens anschließt, wenn also die Darstellung nicht als bloßes Beispiel, Hinweis oder als Bild, sondern für die Sache selbst genommen wird, dann kommt es zu einem folgenschweren Verfehlen des der Darstellung zugrunde liegenden Inhalts.

“Kurz, zwischen meinem Akte des Vortrages, und ihrem Besitzstand des Vorgetragenen muß noch ein Mittelglied eintreten, Ihre eigene Nacherfindung, außerdem ist mit dem Akte des Vortrages alles ge-

schlossen, und zu ihrem Besitzstande kommt es gar nicht.» (FICHTE A 2,8: 23)

Das “Denken” des *mechanischen Gedächtnisses* bleibt somit in der Distanz des Denkens “über” etwas befangen und vermag nicht schöpferisch in die Sache selbst einzudringen. Nach außen kann sich solches Wissen freilich – zumal wenn es breitgestreut ist – den Anschein tiefer Sachkenntnis geben, aber es ist in Wahrheit ein Hindernis für das echte philosophische Verstehen, das nur *der eigenen Nacherfindung*, die nicht eine vorgefundene Darstellung oder Lehre übernimmt, sondern mittels dieser lediglich die Blicklenkung auf den objektiven Inhalt, bzw. die Sache selbst vollzieht, erreichbar ist. Fichte macht dadurch ein poetisches bzw. ästhetisches Element zum wissenschaftlichen Prinzip. Das eigene schöpferische Hervorbringen ist Teil der Erkenntnisbildung und ohne Suche um selbständigen Ausdruck kommt es nicht zur Wissensbildung.

Daß es schon zu Lebzeiten Fichtes Interpreten seiner Lehre gegeben haben muß, die die *Wissenschaftslehre* vor allem zu einem Gegenstand der Exegese und reproduzierenden Gelehrsamkeit machen wollten, beweist folgende Bemerkung Fichtes:

“Das System ist für Selbstdenker, durch bloßes Lernen kann es nicht gefaßt werden. Jeder muß es in sich selbst hervorbringen, besonders weil keine feste Terminologie angenommen wird, durch das Gegenteil machte sich Kant so viele Nachbeter.” (FICHTE A 4,2: 25)

Die in eine bestimmte Terminologie geronnene Ausdrucksbemühung einer gedanklichen Darstellung der *Wissenschaftslehre* ist lediglich Exempel einer besonderen, je und je im Anvisieren des Objekts erst herzustellenen Sehfähigkeit. Im Hinblick auf den zu entwickelnden Blick für die Dynamik der Genese des Wissens *muß* die Terminologie variabel bleiben, da sie zwar im Rahmen des jeweiligen Darstellungsversuchs gültig, doch eben niemals endgültig ist. Das Selbstdenken bei Fichte ist somit mehr als der intellektuell prüfen-

de Nachvollzug. Es zielt vielmehr auf die Entwicklung eines in sich erhellten Blicks für die erzeugungsförmige Struktur des Wissens.

“Alles Sehen ist daher Sehen des Sehens, sich Sehen.» (FICHTE SW XI: 65)

4. Selbständigkeit als Bedingung der Sachlichkeit

Die Haltung, die ihren Inhalt als fertig voraussetzt und diesen daher einfach hinnehmen will, muß somit aufgegeben werden, wenn es zum Eintritt in den qualitativ erweiterten Wissenshorizonts der *Wissenschaftslehre* kommen soll. Die *Wissenschaftslehre* spricht von etwas, was eben nicht dem Bereich einer vorgegebenen Wirklichkeit angehört und über das man sich einfach informieren könnte. Eine Art Nadelöhr tut sich daher zwischen Fichte und seinem Zuhörer bzw. Leser auf, ein Nadelöhr, das genau den umgekehrten Gestus des “mechanischen Gedächtnisses” fordert, nämlich das Loslassen des vorliegenden, in eine bestimmte Terminologie geronnen Entwurfes um der eigenen Nacherfindung willen.

“Aller erhaltene Unterricht kann nur ein Vorbild sein des Unterrichts, den Jeder sich selbst geben muß.” (FICHTE SW IX: 35)

Goethe nennt die Stufe des Kunstschaffens im Bereich der bildenden Künste, die die Nachahmung eines einfachen vorgegebenen Objekt zugunsten einer interpretierenden Darstellung eines komplexen Bereichs oder Geschehens verläßt, *Manier*. In der *Manier* löst sich der Künstler vom vorgegebenen Naturgegenstand, um stärker sich selbst in seiner Darstellung zu folgen. Er läßt sich gegebenenfalls von einem bestimmten Natureindruck anregen, bestimmen aber nicht. Bei der *Manier* kommt es darauf an, daß das Erleben des Künstlers und weniger das von ihm Erlebte im Vordergrund steht. Seine

Gestalten werden zum Ausdruck einer persönlichen Akzentgebung bei gleichzeitiger Aufgabe der einfachen Nachahmung der vorgegebenen Wirklichkeit.

“[...] er erfindet sich selbst eine Weise, macht sich selbst eine Sprache, um das, was er mit der Seele ergriffen, wieder nach seiner Art auszudrücken, [...] ohne, [...] die Natur selbst vor sich zu haben, noch auch sich ihrer ganz lebhaft zu erinnern.” (GOETHE SW 13: 67)

Die *Manier* ist, positiv verstanden, ein notwendiger Zwischenschritt, der von der einfachen Nachahmung zum *Stil* führt. Sie übt sich in der Bearbeitung komplexer Motive, bei der das detailgetreue Wiederholen unmöglich wird und seinen Sinn verliert und die Formulierungen der eigenen persönlichen Art bzw. Sprache geradezu herausfordert.

Das Loslassen des vorgegeben Objekts zugunsten der *Manier* (oder im Fall der philosophisch-gedanklichen Auseinandersetzung, das Aufgeben der exegetisch reproduktiven Einstellung des “bloßen Lernens” und Nachahmens in Bezug auf eine vorgegebene philosophische Erörterung und insbesondere in Bezug auf die Fichtesche *Wissenschaftslehre*) birgt zwar die Gefahr der Überbetonung der eigenen Subjektivität in sich, sie muß aber durchschritten werden, da es anders weder zur eigentlichen Kunst noch zum sachgemäßen Wissen kommen kann. Manierismen in der Interpretation Fichtes und anderer Philosophen liegen überall dort vor, wo die persönliche Akzentuierung, der hermeneutischen Tradition folgend, im Nachvollzug der Darstellung vorherrschen. Diese Darstellungen können jedoch gerade aufgrund dieser Akzentsetzung oftmals besser zum behandelten Thema hinführen als eine “objektive Zusammenfassung” und zudem eine große geisteswissenschaftliche Bedeutung erlangen. Bringen sie doch außer Kontur und persönlichem Engagement in der Auseinandersetzung, auch eine neue Sicht auf das Thema hervor, indem sie z.B. aus der Bandbreite des Werks bestimmte Momente betonen und dadurch überhaupt bemerkbar machen. Die hermeneutisch

nacherlebende Haltung ist ein hilfreiches Mittel, kann aber letztlich nicht der Zweck der philosophisch-gedanklichen Produktion sein. Sie muß fortschreiten und den Mut zur eigenen Nacherfindung, zur Selbständigkeit entwickeln und zwar nicht nur aus Gründen der Wahrung der intellektuellen Autonomie, sondern vor allem der Sache wegen, die nicht anders als durch das Selbstdenken erreicht werden kann.

Der persönliche Impetus verliert seinen manieristischen Charakter, wenn er zum genuinen Selbstdenken und Selbsthervorbringen des Inhaltes fortschreitet. Hier erst kann die *Wissenschaftslehre* (jetzt nicht mehr als System Fichtes, sondern als universelles Denkmotiv) bearbeitet und verstanden werden. Denn nun entsteht die Fähigkeit in eigenständiger Weise das zu tun, was Fichte, historisch gesehen, vielleicht zum ersten Mal vollzogen hat, nämlich: aus der unmittelbaren Beobachtung der transzendentalen Handlungen des Geistes heraus den Stoff der *Wissenschaftslehre* darzustellen und dieser Anschauung einen gestalteten gedanklichen und sprachlichen Ausdruck zu verleihen. Auf dieser Stufe wird der Philosoph zum Wort- und Gedankenkünstler oder zum Selbstdenker im eigentlichen Sinne. Das Selbstdenken ist das Denken, das sich selbst in Bewegung setzt, aber das seine Bewegung zugleich von dem bewegten Inhalt gewissermaßen rückbestimmen läßt und dadurch erst sachangemessen ist. Es ist in der *Wissenschaftslehre* möglich und gefordert, weil diese ja nicht bloß eine subjektive Eigentümlichkeit Fichtes, sondern ein objektives Thema bzw. ein objektiver Sachverhalt ist.

“Ja, wie wir schon öfter auch in dieser Abhandlung zugestanden, die Begriffe, auf welche es in der *Wissenschaftslehre* ankommt, sind wirklich in allen vernünftigen Wesen wirksam, mit Notwendigkeit der Vernunft wirksam.” (FICHTE A 1,4: 258)

Das Selbstdenken im Sinne Fichtes ist Erzeugung des Blicks und des Gegenstandsbereichs zugleich. Letzterer ist nicht existent, solange der Blick nicht gleichzeitig erzeugt wird. Nicht zufällig vergleicht Fichte daher die Aneignung der *Wissenschaftslehre* mit der

Operation eines Blindgeborenen, oder führt die Wahl einer Philosophie auf den Charakter eines Menschen zurück. Denn mit Charakter ist hier die Bereitschaft gemeint, die Mühe der Verwandlung der Blick-einstellung des empirischen Bewußtseins durch Selbstdenken auf sich zu nehmen und sich in das Neuland der intellektuellen Anschauung zu begeben. Diese Operation mündet ein in das produktive Ersehen der das Gegenstandsbewußtsein generierenden Vorgänge, für die das faktische, an fixierbare Objekte gebundene Bewußtsein eben blind ist. Die neue Welt der intellektuellen Anschauung ist indessen nicht ein neuer Teil der alten Welt, sondern die alte Welt in neuer Form. Denn sie ist nicht eine bloß faktische Gegebenheit. Sie erscheint vielmehr als Ergebnis, als das sich stets neu ereignende Resultat transzendentaler Handlungen, deren Grund die Freiheit der absoluten Selbstsetzung des Geistes ist. Somit ist sie die neue Welt der Freiheit, eine Welt, die es für das empirische Bewußtsein nur deswegen nicht gibt, weil sie ihm voraus liegt.

“Erweiterung des Menschen über sein natürliches und gegebenes Sein, zum Sein mit Freiheit und zum Selbstbewußtsein derselben.”
(FICHTE SW IX: 9)

Dem Selbstdenken Fichtes entspricht in der Goetheschen Ästhetik der *Stil*. Der Mensch wird zum Künstler, d.h. zum wahren Nachahmer der Natur, wenn er sich seinen *Stil* erringt. Der Stil verlangt vom Künstler, daß er sein Schaffen gewissermaßen wissenschaftlich fundiert. Denn um sich von den vorgegebenen Naturobjekten einerseits und der Gefahr des Subjektivismus andererseits zu lösen, muß er sich in eine urbildliche Region der Natur erheben, von der aus er neue Individuationen schaffen kann.

“[...] der Stil [ruht] auf den tiefsten Grundfesten der Erkenntnis, auf dem Wesen der Dinge, insofern uns erlaubt ist, es in sichtbaren und greiflichen Gestalten zu erkennen.” (GOETHE, SW 13: 68)

Im Stil verwirklicht sich allererst das originäre Schaffen, das aber zugleich naturverbunden bleibt. Hier ahmt der Künstler nicht das schon Vorhandene nach, sondern verwandelt sich der Natur an, wird ihr ebenbürtig, indem er ihr Schaffen und nicht das von ihr bereits Geschaffene nachahmt. Der Künstler auf der Stufe des Stils hat die Fähigkeit erworben, in seiner Darstellung vom ideell verstandenen Wesen der Dinge selbst auszugehen. Der Zugang zum Wesen ergibt sich ihm aber nur durch die Steigerung seiner eigenen Persönlichkeit zu einer erkennenden Seinsform. Erst dann entspricht das Charakteristische in seiner Darstellung dem Charakteristischen der Sache selbst. Der Stil kann nur auf der Entbindung des jeweils eigenen schöpferischen Vermögens beruhen, das zugleich ein Vermögen ist, tiefer in die Wirklichkeit einzudringen.

Die intellektuale Anschauung als Sinn, dem sich die transzendentalen Handlungen des Geistes erschließen, ist ein in die Gesetzmäßigkeit der Genese der Gegenständlichkeit eintauchendes Tun. Dieses schildert nicht das Zufällige einer bloß subjektiven Perspektive, sondern bewegt sich, durch den beobachteten Inhalt rückbewegt, innerhalb der Notwendigkeit der Vernunft.

“Nur daß dieser Sinn nicht aussagt: es ist, sondern es muß sein, daß er wahrnimmt eine Notwendigkeit, Freiheit des Bildens unter einem absolut beschränkendem Gesetz.” (FICHTE SW IX: 31)

Fichte und Goethe waren gleichermaßen Vorbild für die deutschen Frühromantiker, obwohl sie an ihrem Programm nicht teilgenommen haben. Die Romantik hat vor allem in Novalis das Erkennen zur Ästhetik und die Poesie zum Organ des Erkennens erhoben. Die in diesen Ansätzen veranlagte Perspektive des Denkens und Schaffens ist ein Kulturideal, das seinem Wesen nach frei von jeder nationalen oder gar nationalistischen Konnotation ist. Es ist zwar von deutschsprachigen Denkern und Dichtern geäußert worden, aber zu einem Zeitpunkt, an dem von einer deutschen Nation überhaupt noch

nicht gesprochen werden konnte und der zugleich die denkbar größte kosmopolitische und kulturelle Öffnung aufwies. Die Idee, die besagt, daß der Mensch erst durch Entwicklung seiner schöpferischen Kräfte seinem Wesen gerecht und der Tiefendimension der Wirklichkeit teilhaftig wird, betont den Wert der individuellen Persönlichkeit und das, was sie sich in freier Weise an kultureller Substanz aneignet und kann daher nichts sein, was durch Volkszugehörigkeit oder Abstammung erworben wird.

“Daß die übersinnliche Welt nur derjenige sieht, der sie eben sieht, und daß man derselben nur durch das innere Auge, und durchaus auf keine andere Weise, nicht etwa durch Erdichten und Vernünfteln, inne werde; daß man ferner in diese Anschauung keineswegs durch leibliche Geburt hinein versetzt werde, sondern daß es dazu einer neuen und geistigen Wiedergeburt durch absolute Freiheit bedürfe, welche letztere nicht jedermann vollziehe, gestehen wir nicht nur, sondern prägen es auch bei jeder erdenklichen Gelegenheit scharf ein.” (FICHTE SW XI: 156)

Geistesgeschichtlich stellt die hier anklingende Auffassung eine Wiederanknüpfung an den *Uomo Universale* der italienischen Renaissance dar. Dieses humanistische Leitbild in der Erziehung, das das mittelalterliche Konzept vom von Natur aus verdorbenen und sündigen Menschen ablöste und den Wert des Menschen nicht in dem sieht, was er durch Geburt mitbringt, sondern in dem, was er im Laufe seines Lebens entwickelt, gehört zu den tragenden Errungenschaften der neuzeitlichen europäischen Kultur, und ist in der Frühromantik lediglich in neuer Form gedacht worden.

Hierin mag auch der Sinn dafür gesehen werden, sich aus der Perspektive der Auslandsgermanistik mit diesen Autoren weiterhin zu beschäftigen. Goethe und Fichte sind universelle, nicht national verengte Repräsentanten des Selbstschöpferischen und des Selbstdenkens und daher geeignet, überall den Mut und das Vertrauen in die individuelle geistige Leistung und in die schöpferische Freiheit des Menschen zu wecken und zu stärken.

“Darum: alle Betrachtungen, die sie [die *Wissenschaftslehre*] anstellt, sind bestimmt, die natürliche Besinnungslosigkeit zu erschüttern, zu erschrecken, die schlafende Freiheit aufzuregen.” (FICHTE SW IX: 36)

5. Schluß

Fichte und Goethe verfolgten, wie diese kurze Skizze zeigt, gegensätzliche Ansätze in ihrem Schaffen. Goethe ging es immer darum, aus dem Reichtum der Erfahrung heraus den Weg zur Kunst zu finden, die für ihn in einer Art urbildlichem Erkennen ihre Grundlage hat. Fichte entwickelt sein philosophisches Denken aus der reinen Abstraktion, die von einer formalen Analyse des Identitätssatzes ausgehend, gewissermaßen das gesamte Weltgebäude spekulativ abzuleiten versucht. Die Natur, von Goethe als sinnvolle Ganzheit gedacht, verflüchtigt sich bei Fichte zum “Material der Pflicht”. Trotz dieser Gegensätzlichkeit verbindet aber beide Geister der Sinn für das Originäre, für das kunstvolle Schaffen. Der Gegensatz in ihrem Denken hinderte sie nicht, wie die eingangs zitierten Äußerungen belegen, sich wechselseitig in ihren intellektuellen und künstlerischen Anliegen anzuerkennen.

Literaturverzeichnis

DA VEIGA GREUEL, Marcelo. *Experiência, Pensar e Intuição. Introdução à Fenomenologia Estrutural*. São Paulo, Cone Sul, 1998.

FICHTE, Johann Gottlieb. *Gesamtausgabe der Bayrischen Akademie der Wissenschaften* (hg. Reinhard Lauth & Hans Jacob). Stuttgart-

Bad Cannstatt 1962 ff. (ab 1970 hg. Reinhard Lauth, Hans Gliwitzky & al.) (zitiert als A).

FICHTE, Johann Gottlieb. *Werke* (hg. Immanuel Hermann Fichte). Berlin 1971. (Nachdruck der Ausgaben *Johann Gottlieb Fichtes sämtliche Werke* (hg. I.H. Fichte). Berlin 1845/56 und *Johann Gottlieb Fichtes nachgelassene Werke* (hg. I.H. Fichte). Bonn 1834/35 (zitiert als FICHTE SW).

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Artemis-Ausgabe* (unveränderter Nachdruck der Artemis-Gedenkausgabe zu Goethes 200. Geburtstag am 28 August 1949, hg. Ernst Beutler & al., Zürich 1961-1966) (zitiert als GOETHE SW).

FORMAÇÃO FEMINISTA E FORMAÇÃO PROLETÁRIA:
O *BILDUNGSROMAN* NO BRASIL

Wilma Patricia Marzari Dinardo Maas*

Abstract: This article shows how the genre *Bildungsroman* (self-development novel) has been assimilated to the Brazilian literary tradition. Through the examples of Cristina Ferreira Pinto's *O 'Bildungsroman' feminino* (*The female novel of development*) and Eduardo de Assis Duarte's *Jorge Amado e o 'Bildungsroman' proletário* (*Jorge Amado and the proletarian novel of development*), this article focuses the dynamic process by means of which a typical European genre has been assimilated by a young South-American literary tradition.

Keywords: *Bildungsroman*; German Literature; Brazilian Literature; Reception.

Zusammenfassung: Der vorliegende Artikel zeigt, wie die Gattung *Bildungsroman* von der literarischen Tradition Brasiliens assimiliert wird. Anhand des Buches *O 'Bildungsroman' feminino* von Cristina Ferreira Pinto und des Aufsatzes *Jorge Amado e o 'Bildungsroman' proletário* von Eduardo de Assis Duarte wird der Prozeß nachvollzogen, durch den ein typisch europäisches Textgenre durch eine junge südamerikanische Literaturtradition aufgenommen wird.

Stichwörter: *Bildungsroman*; Deutsche Literatur; Brasilianische Literatur; Rezeption.

Palavras-chave: *Bildungsroman*; Literatura alemã; Literatura brasileira; Recepção.

* A autora é Professora assistente doutora do Departamento de Letras Modernas, Área de Língua e Literatura Alemã, da UNESP, campus de Araraquara. Endereço: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Caixa Postal 174, CEP 14800-901 Araraquara, São Paulo, Brasil.

1. Introdução

A história do *Bildungsroman* (romance de formação) alemão estende-se, na historiografia literária, como uma longa e permanente referência a uma obra eleita como modelar para o gênero, o romance de GOETHE *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-1796). Ao mesmo tempo, a história do gênero remete a uma cristalização literária de megaconceitos em circulação na história cultural do século XVIII, como a educação e a formação das diferentes classes sociais, ao lado do estabelecimento do romance como gênero literário “digno”.

Criado pelo professor de filologia clássica Karl MORGENSTERN, provavelmente em 1803, e veiculado a público pela primeira vez em 1819, o termo *Bildungsroman* nasce vincado por um sentido historicizado e ideológico, traduzido pelo desejo de superação dos estreitos limites da formação destinada ao burguês e pela busca de uma identidade nacional.

MORGENSTERN, obscuro professor na Universidade de Dorpat, atual Tartu, no Báltico, é ele mesmo representante de uma classe de indivíduos intelectuais para quem a ficção sua contemporânea poderia constituir um espaço de auto-representação e identificação, contribuindo para que uma emergente burguesia se assegurasse de seu próprio estatuto.

Em sua conferência de 1819, intitulada *Ueber das Wesen des Bildungsromans*, Karl MORGENSTERN, ao mesmo tempo em que define pela primeira vez o objeto de representação nessa forma de romance, atrela o *Bildungsroman* à própria história do romance europeu:

“[Tal forma de romance] poderá ser chamada de *Bildungsroman* [...] devido a seu conteúdo, uma vez que ela representa a formação do herói em seu início e em sua trajetória até alcançar um certo grau de perfectibilidade; em segundo lugar, porque ela promove também a

formação do leitor através dessa representação, de uma maneira mais ampla do que qualquer tipo de romance.” (em: SELBMANN 1988: 64)

A definição decorre da discussão teórica que MORGENSTERN desenvolve sobre o caráter do romance burguês frente à epopéia antiga. MORGENSTERN afirma que a epopéia mostra o “protagonista agindo em direção ao exterior, provocando alterações significativas no mundo”. Já o romance mostra “mais os homens e o ambiente agindo sobre o protagonista, esclarecendo a representação de sua formação interior.” Em decorrência disso, “a epopéia mostrará antes os atos do herói com seus efeitos exteriores sobre os outros, o romance ao contrário privilegiará os fatos e acontecimentos com seus efeitos interiores sobre o protagonista.”

A primeira definição de *Bildungsroman* atrela-o assim a uma das questões mais determinantes frente ao fenômeno das origens do romance burguês. Desde o ensaio de Friedrich BLANCKENBURG (*Versuch über den Roman*, 1724), com o qual MORGENSTERN dialoga em sua conferência, até Georg LUKÁCS (1994) e Walter BENJAMIN, a tradição literária reconhece o momento da gênese do romance burguês como resultado de suas relações e distinções frente à epopéia antiga. Na Alemanha, onde o estabelecimento do romance como gênero “digno” se deu tardiamente, a discussão levada a cabo por MORGENSTERN assume papel relevante no que se refere à própria história do romance como gênero.

Mais adiante, no texto da mesma conferência, pode-se encontrar provavelmente a primeira referência ao romance de Goethe *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (*Wilhelm Meisters Lehrjahre*, 1795-1796) como paradigma do *Bildungsroman*:

“Como obra de tendência mais geral, mais abrangente da bela formação do homem, sobressai-se, com seu brilho suave, ‘Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister’, de Goethe, duplamente significativo para nós alemães, pois aqui o poeta nos oferece, no protagonista

e nas cenas e paisagens, vida alemã, maneira de pensar alemã, assim como costumes de nossa época.” (em: SELBMANN 1988: 66)

O termo *Bildungsroman* nasce portanto vinculado a circunstâncias históricas bastante específicas, contemporâneas do fortalecimento do desejo burguês pelo auto-aperfeiçoamento e pelo reconhecimento de uma nacionalidade que sustentasse uma identificação política. Esse quadro social coincide com o reconhecimento, em termos literários, do romance como “gênero digno” e capaz de oferecer suporte ao processo de certificação de uma incipiente burguesia frente a seu próprio estatuto.

Por sua vez, a conjunção do termo *Bildungsroman* ao romance de Goethe *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, realizada pela primeira vez por Karl MORGENSTERN e acolhida por toda a crítica e historiografia literária que se seguiu, resultou em uma projeção da figura e da obra de Goethe sobre toda a descendência literária do gênero, mesmo quando ultrapassadas as circunstâncias originais da criação do termo e de sua vinculação a *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*.

2. A tradição consciente

Embora as conferências de MORGENSTERN tenham permanecido no âmbito da Universidade de Dorpat, a circulação do termo *Bildungsroman* foi ampliada através do filósofo Wilhelm DILTHEY em *Das Leben Schleiermachers* (1870, *apud* MARTINI 1961). A concepção de DILTHEY para o *Bildungsroman* retoma a definição criada por MORGENSTERN relacionando o gênero ao “individualismo de uma cultura limitada à esfera de interesses da vida privada”. DILTHEY associa assim o *Bildungsroman* à situação de isolamento político da burguesia alemã, em uma época na qual “a sociedade se atomizava, fazendo

de cada cidadão um representante particular do gênero humano” (Thomas MANN, *apud* JACOBS 1972: 12).

É assim que, ao longo de sua fortuna crítica, o *Bildungsroman* cristalizou-se como uma forma literária cuja origem se deu em meio a circunstâncias ideológicas e históricas muito específicas, estreitamente ligadas à própria história da formação cultural e política da incipiente nação alemã.

Em decorrência disso, a historiografia literária apresenta o *Bildungsroman* como um gênero tipicamente alemão, gerado durante o Classicismo de Weimar, cuja expressão mais acabada se realiza em *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. Todas as obras consideradas como *Bildungsromane*, na Alemanha e fora dela, o são frente ao paradigma representado pelo romance de Goethe. Dessa forma, há obras que são consideradas *Bildungsromane*, em maior ou menor medida, dependendo de sua maior ou menor semelhança com *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*.

Essa conjunção entre conceito e obra resultou problemática para a crítica e teoria literárias contemporâneas. A grande circulação do termo *Bildungsroman* pelas literaturas nacionais européias, e, mais recentemente, também pelas americanas, levou a uma superexposição e superutilização do conceito. A classificação de um romance como *Bildungsroman* passou a ser utilizada como um recurso teórico e interpretativo capaz de classificar e abarcar grande parte da produção romanesca na qual se representasse uma história de desenvolvimento individual.

Na outra extremidade desse processo, pode-se identificar uma espécie de tradição consciente frente ao *Bildungsroman*, estabelecida através de uma dinâmica intertextual. É o caso, em língua alemã, de *O tambor*, de Günter Grass, ou de *Felix Krull*, de Thomas Mann, romances que, já no século XX, deslocam e mesmo transgridem as

convenções do *Bildungsroman* alemão tradicional, ao mesmo tempo em que se referem continuamente a ele, seja através de paródia ao estilo, seja através de alusão temática direta.

É precisamente através dessa dinâmica que se pode considerar possível a sobrevivência do gênero *Bildungsroman* para além de suas circunstâncias de origem, sustentadas principalmente na crença na possibilidade de um desenvolvimento teleológico das capacidades e talentos individuais em direção ao equilíbrio e à perfectibilidade.

O exemplo da apropriação do *Bildungsroman* pela crítica literária brasileira, aqui comentado através de obras de Eduardo de Assis DUARTE e Cristina FERREIRA PINTO, deverá ilustrar a medida desse processo de deglutição de uma instituição literária originada em uma literatura européia pela jovem tradição literária sul-americana.

3. O *Bildungsroman* no Brasil

A trajetória do termo *Bildungsroman* no Brasil é ainda recente. São raros os trabalhos publicados relacionados de alguma forma ao gênero. Aquela que é provavelmente a primeira referência sistematizada ao *Bildungsroman* em uma obra de autor brasileiro encontra-se no *Dicionário de termos Literários* de Massaud Moisés, representado por um verbete que se reproduz abaixo:

“**Bildungsroman** – Alemão *Bildung*, formação, *Roman*, romance. Francês: *roman de formation*. Português: romance de formação. Também se pode empregar, como sinônimo, o termo alemão *Erziehungsroman* (*Erziehung*, educação, *Roman*, romance). Modalidade de romance tipicamente alemã, gira em torno das experiências que sofrem as personagens durante os anos de formação ou educação, rumo da maturidade. Considera-se o pioneiro nessa matéria o *Agathon* (1766), de Wieland, e o ponto mais alto o *Wilhelm Meister*

(1795-1796), de Goethe. No fio da tradição germânica, outros ficcionistas cultivaram o tema: Tieck, Novalis, Jean Paul, Eichendorff, Keller, Stifter, Raabe, Hermann Hesse. Em Língua Inglesa, citam-se: Charlotte Brontë, Charles Dickens, Samuel Butler, Somerset Maugham. Em Francês: Romain Rolland. Em vernáculo, podem-se considerar romance de formação, até certo ponto, os seguintes: *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, *Amar, verbo intransitivo* (1927), de Mário de Andrade, os romances do “ciclo do açúcar” (1933-1937), de José Lins do Rego, *Mundos Mortos* (1937), de Otávio de Faria, *Fanga* (1942), de Alves Redol, *Manhã Submersa*, de Vergílio Ferreira, o ciclo *A Velha Casa* (1945-1966), de José Régio.” (Moisés 1974: 63)

A definição de *Bildungsroman* por Moisés opta portanto por uma conceituação bastante generalizante e temática, salientando que o *Bildungsroman* é uma “modalidade de romance tipicamente alemã”. Ao mesmo tempo, Moisés admite a continuidade do gênero para além das fronteiras nacionais e cronológicas. O verbete traz ainda uma lista de obras em língua portuguesa, consideradas “até certo ponto”, *Bildungsromane*. Com isso, Moisés dá o primeiro passo para uma legitimação crítica e ficcional do gênero em língua portuguesa, o que, entretanto, não aconteceu.

Se, na literatura européia, o gênero *Bildungsroman*, a despeito de todas suas variações e diferentes abordagens críticas, constituiu-se em pedra angular, em referência prolífica e essencial na história da narrativa, tendo mesmo suas origens confundidas com a própria origem do romance como gênero, na literatura de língua portuguesa, mais especificamente na literatura nacional do Brasil, permaneceu como referência erudita e pouco produtiva.

4. A formação feminista

O estudo de Cristina FERREIRA PINTO, *O ‘Bildungsroman’ feminino: quatro exemplos brasileiros*, deve ser considerado um marco

na tradição da crítica brasileira na apropriação e utilização do conceito *Bildungsroman*. Datado do início da década de 90, o livro, publicado na coleção *Debates* da Editora Perspectiva, insere-se como um estudo teórico, no qual a recorrência ao termo *Bildungsroman* se dá como recorrência a um modelo de interpretação para a narrativa feminina do século XX no Brasil.

Cristina FERREIRA PINTO recorre ao modelo narrativo temático do *Bildungsroman* para analisar os romances *Amanhecer* (1938), de Lúcia Miguel Pereira, *As três Marias* (1939), de Raquel de Queiroz, *Perto do coração Selvagem* (1944), de Clarice Lispector, e *Ciranda de Pedra* (1954), de Lígia Fagundes Telles. Trata-se de romances escritos por mulheres, cujas personagens principais também são femininas. O estudo fará portanto a aproximação do *Bildungsroman* à escrita feminina e feminista.

FERREIRA PINTO ocupa-se, nas primeiras páginas de seu livro, em buscar a definição e a história do termo *Bildungsroman*, utilizando-se principalmente do artigo de François JOST, *La tradition du Bildungsroman* (1969), e do livro de Martin SWALES, *The German Bildungsroman from Wieland to Hesse*, de 1978. Parte assim de estudos críticos considerados canônicos da abordagem atual ao *Bildungsroman* fora da Alemanha. Escritos respectivamente em língua francesa e inglesa, os estudos de JOST e SWALES podem ser considerados as principais obras de divulgação e difusão da teoria e história do *Bildungsroman* para o leitor de língua portuguesa.

Uma das questões essenciais abordadas logo no início pela autora é o reconhecimento da ausência de *Bildungsromane* femininos. Deprendendo, a partir da definição de JOST, que o objeto representado no *Bildungsroman* é, necessariamente, a trajetória de um jovem, de um homem, a autora pergunta-se sobre “o porquê dessa quase total ausência da mulher como personagem central no *Bildungsroman*”, indicando ao mesmo tempo a existência de trabalhos recentes que

vêm tentando estabelecer uma tradição feminina do *Bildungsroman* e propondo uma redefinição do gênero. Essa tradição compõe-se de obras escritas principalmente por mulheres, que, a partir das chamadas “características tradicionais do gênero”, estabelecem por sua vez o que seria o repertório capaz de dar identidade a um *Bildungsroman* feminino (e feminista).

A autora alinha então uma sucessão de etapas que devem compor a trajetória da protagonista feminina, que inclui a “infância da personagem, conflito de gerações, provincianismo ou limitação do meio de origem, o mundo exterior, auto-educação, alienação, problemas amorosos, busca de uma vocação e de uma filosofia de trabalho que podem levar a personagem a abandonar seu ambiente de origem e tentar uma vida independente [...]” (FERREIRA PINTO 1990: 14)

Além disso, uma das distinções mais significativas entre o *Bildungsroman* tradicional e uma narrativa feminina de formação encontrar-se-ia na própria idade do (da) protagonista; no chamado *Bildungsroman* tradicional a trajetória de desenvolvimento inicia-se na infância ou na adolescência, ao passo que, na contrapartida feminina, o desenvolvimento da protagonista inicia-se frequentemente na idade adulta. Com o propósito de bem demarcar as distinções temáticas e ideológicas entre o que chama de *Bildungsroman* tradicional e essa literatura de mulheres, a autora propõe a terminologia “romances de aprendizagem feminina” (“*novels of female development*”), sugerida por Elizabeth ABEL em *The voyage in* (1983).

Também quanto ao desfecho essa narrativa do desenvolvimento feminino difere do paradigma do *Bildungsroman*. Nos *Bildungsromane* masculinos, afirma FERREIRA PINTO, o protagonista acaba por alcançar a integração social e um certo nível de coerência, ao passo que, nas narrativas femininas, o final resulta em fracasso, ou, ao menos, em um certo tipo de coerência pessoal possível apenas através da não-integração social da protagonista. Assim, a existência

de um final harmônico, que integre o protagonista ao mundo social após uma relação tensa entre o indivíduo e a realidade exterior, característica considerada por críticos que vão de Wilhelm DILTHEY a Jürgen JACOBS como traço definidor do *Bildungsroman*, está ausente na revisão levada a cabo pelo “romance de aprendizagem feminino”. Nas quatro obras analisadas pela autora à luz do modelo teórico do *Bildungsroman* tradicional, as características do final harmônico, da integração ao mundo social estão ausentes de diferentes maneiras. Nos romances *Amanhecer*, *As três Marias*, *Perto do coração selvagem* e *Ciranda de Pedra* as protagonistas “iniciam seus processos de *Bildung* desejando alcançar a integração e realização do EU e a integração social.” Enquanto nos dois primeiros o processo é frustrado, nos dois últimos “as protagonistas abrem mão da integração no seu grupo social para alcançar a integração do EU.” (1990:30)

É preciso ressaltar que FERREIRA PINTO considera efetivamente o *Bildungsroman* como um gênero acabado, de características bem definidas e estáveis ao longo dos quase duzentos anos de existência do gênero. Trata-se de uma postura que difere, por sua vez, da recepção norte-americana do *Bildungsroman*, que vem ocorrendo simultânea à recepção brasileira. Críticos norte-americanos como Jeffrey SAMMONS (1981) e Friederick AMRINE (1987) problematizam a própria constituição literária do *Bildungsroman* como gênero estável na historiografia literária.

Dessa forma, através de um discurso típico do engajamento feminista, FERREIRA PINTO compreende a apropriação do *Bildungsroman* pela escrita feminina como uma “prática subversiva”, uma decorrência da atitude de afirmação da literatura de mulheres frente aos cânones da tradição literária, predominantemente masculinos: Tal “prática subversiva” se concretiza principalmente através da adaptação ou reescritura de enredos tradicionalmente masculinos, pela focalização de novos aspectos, pelo estabelecimento de “perspectivas incomuns” ou pelo oferecimento de uma “visão alternativa da

realidade”, o que resultaria em “uma revisão de gêneros masculinos e em uma revisão da história.” (1990:27)

O romance de formação ou de aprendizagem feminino mostrar-se-ia pois como um vetor revolucionário, subversivo, através da subversão do próprio modelo textual ao qual recorre. FERREIRA PINTO cita recursos narrativos como a ironia e o humor, considerados como formas de subversão do cânone instaurado pelo *Bildungsroman* tradicional. O processo, incessante, incluiria obras que se apresentam como “romances de aprendizagem”, de “transformação e renascimento”, “romances do despertar da mulher”, ou simplesmente romances que retratam o desenvolvimento feminino, “narrativas em que o final fracassado volta a aparecer, talvez com menos frequência, e em que novas possibilidades e horizontes, sempre maiores, são abertos pelas escritoras e seus personagens.” (1990: 31) Cristina FERREIRA PINTO afirma que o estudo dos quatro romances citados à luz do modelo do *Bildungsroman* tradicional deflagra uma discussão do processo de transformação da sociedade e da mulher brasileira, de maneira crítica e a partir do próprio ponto de vista feminino.

A autora lança mão, portanto, de um modelo narrativo até então pouco familiar na produção literária e crítica no Brasil, requerendo uma atualização e desestabilização do modelo que o adapte a um discurso feminista e “engajado”. Embora se possa certamente discutir a validade desse processo para os estudos literários e sociológicos, é preciso registrar sua ocorrência como forma de apropriação dos modelos europeus em meio à crítica brasileira contemporânea.

5. A formação proletária

Processo semelhante pode ser reconhecido em artigo publicado na *Revista da Associação Brasileira de Literatura Comparada*,

ABRALIC. “Jorge Amado e o *Bildungsroman* proletário”, de Eduardo de ASSIS DUARTE, analisa o romance *Jubiabá* sob a luz do modelo *Bildungsroman*. Segundo ASSIS DUARTE, em *Jubiabá* “Amado se apropria da tradição do romance de aprendizagem, para situá-lo no nível das classes populares no Brasil dos anos 30.” (ASSIS DUARTE 1994: 158)

Da mesma forma que Cristina FERREIRA PINTO, ASSIS DUARTE utiliza o modelo do *Bildungsroman* tradicional, representado através do paradigma *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, como referência de interpretação a uma obra da literatura brasileira.

Porém, a literatura secundária que serve de “ponte” entre o conceito tradicional de *Bildungsroman* e o leitor/crítico brasileiro não é mais o estudo de JOST, mas sim o LUKÁCS de *Teoria do romance* na tradução portuguesa de 1955. Trata-se do segundo ensaio de Georg LUKÁCS sobre *Meister* de Goethe escrito em 1936 durante o exílio soviético. Ali, *Os anos de aprendizado* são apreciados a partir de uma perspectiva marxista, que os considera como importante herança para o realismo socialista. A tônica do ensaio de LUKÁCS é o reconhecimento de *Os anos de aprendizado* como a possibilidade de “reconciliação do homem problemático – dirigido por um ideal que para ele é a experiência vivida – com a realidade concreta e social” (141). ASSIS DUARTE afirma, citando ainda LUKÁCS, que “esta reconciliação ‘não pode nem deve ser um simples acomodamento’, nem muito menos uma ‘harmonia pré- estabelecida’, sendo o personagem ‘forçado a procurá-la à custa de difíceis combates e de penosas vagabundagens, ao mesmo tempo em que deve estar, contudo, em condições de a alcançar.” (ASSIS DUARTE 1994: 160)

O aspecto ressaltado por ASSIS DUARTE no modelo fornecido pelo *Bildungsroman* é, portanto, o da integração social. O autor compara então o romance de Jorge Amado ao romance de Goethe, ressaltando que, no primeiro, “esta integração ao todo social passa por

mediações inexistentes na obra goetheana, a começar pela origem burguesa de Wilhelm, bastante diversa da quase indigência lumpen de Balduino [...]. O caráter de Balduino vai sendo delineado a partir de situações sociais bastante distintas das que produziram a ascensão burguesa na Alemanha. Ele cresce tomando ciência de uma memória familiar marcada pela tradição da rebeldia social e de uma memória comunitária que atualiza a tradição do cativo.” (ASSIS DUARTE 1994: 160).

Além do texto de LUKÁCS, acima citado, sustenta a proposta do autor a tipologia do romance proposta por Mikhail BAKHTIN em sua *Esthétique de la création verbale* (ASSIS DUARTE cita a tradução francesa; a tradução para o português data de 1992). BAKHTIN classifica o romance de formação ou de educação em cinco subtipos, dentre os quais considera o quinto “mais importante”:

“Nele [nesse quinto tipo] a evolução do homem é indissolúvel da evolução histórica. A formação do homem efetua-se no *tempo histórico real*, necessário, com seu futuro, com seu caráter profundamente cronotópico. [...] O homem se *forma ao mesmo tempo* que o mundo, reflete em si mesmo a formação histórica do mundo. [...] Ele é obrigado a transformar-se em um novo tipo de homem, ainda inédito. [...] A imagem do homem em devir perde seu caráter privado [...] e desemboca [...] na esfera espaçosa da existência histórica.” (BAKHTIN 1992: 239 s.)

ASSIS DUARTE sustenta portanto seu modelo de análise de *Jubiabá* como “*Bildungsroman* proletário” a partir dos textos de LUKÁCS e de BAKHTIN. A perspectiva assim constituída permite que se entenda o *Jubiabá* como uma narrativa em evolução, em direção a um momento histórico em que o proletariado deveria tomar seu destino no nas próprias mãos. É ASSIS DUARTE quem afirma:

“O triunfo realista de *Jubiabá* está situado justamente nesta combinação da aprendizagem e do crescimento do heróico com a narração do movimento ascensional das classes subalternas, que é o dado histórico mais importante da década de 30.” (DUARTE 1994: 163)

O “jogo de semelhanças e diferenças” entre os dois romances evidencia-se ainda na questão do desejo de ascensão. Enquanto Wilhelm “quer subir no palco como quem sobe na vida”, ou seja, a opção pelo teatro evidencia-se como “alternativa para uma formação que eleve o jovem ao mesmo patamar de reconhecimento social desfrutado pela classe dominante”, o mesmo desejo de ascensão tipicamente burguês está ausente no protagonista de *Jubiabá*. A trajetória de Balduíno, do tablado das lutas de boxe, passando pela estiva e culminando na liderança de uma greve insere seu destino, segundo ASSIS DUARTE, no referencial da utopia socialista.

Prosseguindo no balanço das semelhanças e das diferenças, o autor reconhece que tanto Balduíno como Meister tornam-se “pessoas públicas”. Porém, enquanto Meister apresenta dramas alemães no teatro, Balduíno exibe-se em tablados e ringues de circo; enquanto o personagem de Goethe “evolui do teatro para a medicina e finda sua peregrinação integrado ao avanço econômico e social da burguesia” Balduíno “sai do tablado para a estiva e termina liderando uma greve cujo referencial é a utopia socialista, e não a ‘ideologia da filantropia burguesa em sua formação utópica’ que permeia o Meister”.

ASSIS DUARTE argumenta ainda que, enquanto Meister transita por um processo de formação eminentemente individual, a trajetória de Balduíno se dá num “processo de crescimento coletivo de nítida coloração épico-romanesca. Sua formação é mais política do que propriamente individual: é toda uma classe que se levanta e luta por direitos mínimos de cidadania.”

Na verdade, a compreensão da trajetória de Wilhelm Meister como um processo de formação “basicamente individual” é problemática, e deixa de contemplar um dos aspectos mais importantes na constituição do conceito *Bildungsroman*: a possibilidade do individual-universal, a possibilidade de representação das idéias de formação da humanidade através do desejo individual pela formação uni-

versal. Porém, essa questão não será aqui problematizada, uma vez que este artigo tem por objetivo identificar as formas de apropriação do conceito *Bildungsroman* pela crítica brasileira.

Sob essa perspectiva, ASSIS DUARTE argumenta que, em resumo, *Jubiabá* coloca-se como “estilização ‘proletária’ do romance de formação burguês”, apontando aí uma oposição irremediável entre o *Bildungsroman* tradicional, produto do desejo de emancipação burguesa, e a atualização proletária como em *Jubiabá*. Assim como Cristina FERREIRA PINTO, ASSIS DUARTE utiliza portanto o *Bildungsroman* como modelo de referência, reaplicando-o sobre obras da literatura brasileira. Em ambos os casos, entretanto, são necessários deslocamentos radicais das características constituintes do *Bildungsroman* paradigmático, como o sexo e a idade do protagonista, no caso da narrativa feminina, ou a origem social, como em *Jubiabá*.

A possibilidade de um “*Bildungsroman* proletário” como explicita ASSIS DUARTE está, porém, em sintonia com um dos acontecimentos mais significativos para a história do conceito *Bildungsroman* no Brasil.

A hipótese de leitura de ASSIS DUARTE é reforçada, no âmbito da literatura brasileira, por um acontecimento editorial. A primeira tradução brasileira de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* veio a público no segundo semestre de 1994. Junto à edição integral do romance, com a reprodução das notas explicativas da edição original da *Deutscher Taschenbuch Verlag*, a edição brasileira traz, como posfácio, o ensaio de Georg LUKÁCS de 1936 sobre *Os anos de aprendizado*, no qual o autor considera o romance de Goethe como “legado irrenunciável para o realismo socialista”. A escolha do ensaio de LUKÁCS para o posfácio, que em princípio pode parecer aleatória, inscreve-se na linha editorial da editora paulistana Ensaio, que concede espaço prioritariamente a obras críticas e teóricas de autores, nacio-

nais e internacionais, ligados à questão do socialismo, do comunismo e das esquerdas em geral.

Constituiria porém uma simplificação bastante reducionista afirmar que o ensaio de LUKÁCS insere *Os anos de aprendizado* como uma obra defensora ou representante dos ideais socialistas, ou mesmo do socialismo utópico. O próprio LUKÁCS afirma que “não há em Goethe, evidentemente, nenhum socialismo utópico. Todas as tentativas de enxertar algo semelhante em suas obras [...] não de levar a uma distorção de suas concepções.” Para LUKÁCS, Goethe tenta renovadas vezes solucionar a grande contradição entre as paixões individuais frente à sociedade exterior de maneira utópica, “no quadro da sociedade burguesa”. Isso significa que LUKÁCS reconheceu o “final harmônico” de *Os anos de aprendizado* como o equilíbrio entre as paixões individuais e a inserção no coletivo social, como já prenunciava seu ensaio de 1916. Essa inserção porém, ele reconhece como um “fundamento contraditório” da concepção de sociedade de Goethe, “uma espécie de ‘ilha’” dentro da sociedade burguesa. De toda maneira, LUKÁCS vê no romance de Goethe “uma crítica humanista à sociedade, à divisão capitalista do trabalho, mas também contra o estreitamento, contra a deformação do ser humano pelo aprisionamento no ser e na consciência da classe social.” (LUKÁCS 1994: 597). É este, para LUKÁCS, o ponto de vista central sob o qual são expostos e criticados as diversas classes e os tipos que a representam.

Embora o artigo de ASSIS DUARTE não cite a tradução brasileira de *Os anos de aprendizado*, à qual possivelmente não tenha tido acesso à época de redação do artigo, valendo-se antes da tradução de Marcus Vinícius MAZZARI¹, salta aos olhos a evidente coincidência entre sua leitura e a leitura proposta pela edição brasileira. A editora Ensaio

1 Citando aqui a nota de rodapé do artigo de ASSIS DUARTE: a tradução direto do original é parte do ensaio ‘Utopia da formação e utopia social nos romances *Wilhelm Meisters Lehrjahre* e *Wilhelm Meisters Wanderjahre*’ São Paulo, FFLCH/USP, 1982, cópia mimeografada.

optou por uma aceção crítica de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* que ressalta as possibilidades de existência de um *Bildungsroman* socialista; ao lado do artigo de ASSIS DUARTE, a edição brasileira do romance de Goethe pode vir a constituir um paradigma para a leitura do *Meister* e do romance de formação no Brasil.

Em suma, pode-se afirmar que tanto a concepção de um *Bildungsroman* feminista como a de um *Bildungsroman* proletário afirmam-se como possibilidades ideológicas de leitura. Assim como a própria origem do *Bildungsroman* se encontra impregnada das concepções histórico-culturais de sua época, também a apropriação brasileira do gênero se estabelece a partir de núcleos histórica e socialmente determinados, como os movimentos das mulheres e do proletariado. A apropriação do *Bildungsroman* no Brasil manifesta-se portanto como uma assimilação do gênero a diferentes modelos históricos e ideológicos, através de um processo de deslocamento em relação às suas circunstâncias de origem, em proveito de novas cristalizações de sentido.

Referências bibliográficas

- ABEL, Elizabeth; HIRSCH, Mariane; LANGLAND, Elizabeth (eds.). *The voyage in. Fictions of female development*. Hanover, NH, University Press of New England for Dartmouth College, 1983.
- AMRINE, Friederick. “Rethinking the *Bildungsroman*”. In: *Michigan Germanic Studies*, 13, 119-139, 1987.
- ASSIS DUARTE, Eduardo de. “Jorge Amado e o *Bildungsroman* proletário”. In: *Revista da Associação Brasileira de Literatura Comparada* 2, 157-164, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal* (trad. Maria Ermantina G. Gomes Pereira). São Paulo, Martins Fontes, 1992.

- BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 197-221, 1986.
- BLANCKENBURG, Friedrich von. "Versuch über den Roman". In: LÄMMERT, Eberhard (ed.). *Romantheorie. Dokumentation ihrer Geschichte in Deutschland 1620-1680*. Köln/Berlin, Kiepenheuer und Witsch, 144-149, s.d.
- FERREIRA PINTO, Cristina. *O 'Bildungsroman' feminino. Quatro exemplos brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (trad. Nicolino Simone Neto). São Paulo, Ensaio, 1994.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. In: *Goethes Werke. Romane und Novellen 7* (Hamburger Ausgabe in 14 Bänden, ed. Erich Trunz). München, Beck, 1989.
- JACOBS, Jürgen. *Wilhelm Meister und seine Brüder. Untersuchungen zum deutschen Bildungsroman*. München, Fink, 1972.
- JOST, François. "La tradition du *Bildungsroman*". In: *Comparative Literature*, 21, 97-115, 1969.
- LUKÁCS, Georg. "Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister". In: *Teoria do romance*. Lisboa, Editorial Presença, 141-154, 1955.
- LUKÁCS, Georg. "Wilhelm Meister como tentativa de síntese". In: GOETHE, Johann Wolfgang, 593-613, 1994.
- MANN, Thomas. *Gesammelte Werke in 12 Bänden*. Frankfurt, Fischer, 1960.
- MARTINI, Fritz. "Der Bildungsroman. Zur Geschichte des Wortes und der Theorie". In: *Deutsche Vierteljahrschrift für Literaturwissenschaft und Geistesgeschichte* 35, 44-63, 1961.
- MAZZARI, Marcus Vinicius. *Utopia da formação e utopia social nos romances 'Wilhelm Meisters Lehrjahre' e 'Wilhelm Meisters Wanderjahre'*. São Paulo, FFLCH/USP (mimeo), 1982.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo, Cultrix, 1978.

- SAMMONS, Jeffrey. "The mystery of the missing Bildungsroman, or: What happened to Wilhelm Meister's legacy?" In: *Genre*, 14, 229-241, 1981.
- SELBMANN, Rolf (ed.). *Zur Geschichte des deutschen Bildungsromans*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988.
- SWALES, Martin. *The German Bildungsroman from Wieland to Hesse*. Princeton, University Press, 1978.

**DIE PRODUKTIVE REZEPTION VON THOMAS MANN
IM ROMAN
ANA EM VENEZA VON JOÃO SILVÉRIO TREVISAN (1994)**

*Angela Pawlik & Henrick Stahr**

Abstract: The novel *Ana em Veneza* (1994) by João Silvério Trevisan is composed as a literary game of intertextual references to the works of Thomas Mann. Especially his tales *Enttäuschung* (Desillusion) and *Tod in Venedig* (Death in Venice) and his novel *Doktor Faustus* serve as models. Trevisan uses figures, motives and themes of Thomas Mann on various levels of his own literary creation, thus using elements in the works of the German writer as pattern of a "European" attitude towards art, about which he argues through his characters, seeking a specific Brazilian identity as an artist. The article surveys this productive reception of motives from Thomas Mann's works, referring to the basic ideas of the novel.

Keywords: Reception; Intertextuality; Modern German Literature; Contemporary Brazilian Literature; Thomas Mann.

Resumo: O romance *Ana em Veneza* (1994), de João Silvério Trevisan, é construído como um jogo literário de referências intertextuais à obra de Thomas Mann. Serviram de modelo, sobretudo, os contos *Enttäuschung* (Desilusão) e *Tod in Venedig* (Morte em Veneza) e o romance *Doktor Faustus* (Doutor Fausto). Trevisan utiliza personagens, motivos e temas de Thomas Mann em vários níveis de sua própria criação literária e os toma como padrão de uma noção "européia" de arte, cuja essência é discutida através das personagens, em busca de uma identidade artística especificamente brasileira. O artigo faz uma análise crítica desta recepção produtiva de motivos mannianos, referindo-se às idéias básicas do romance.

* Angela Pawlik ist Germanistin; Henrick Stahr war von 1994 bis 1998 DAAD-Lektor an der UFC, Fortaleza-CE. Zur Zeit leben beide in Berlin. Adresse: Friedrich-Karl-Str. 27, D-12103 Berlin, Email: <pawlik.stahr@berlin.sireco.net>.

Palavras-chave: Recepção literária; Intertextualidade; Literatura alemã moderna; Literatura brasileira contemporânea; Thomas Mann.

Stichwörter: Rezeption; Intertextualität; Moderne deutsche Literatur; Zeitgenössische brasilianische Literatur; Thomas Mann.

1. Einführung

Thomas Mann gehört neben Stefan Zweig und Hermann Hesse zu den in Brasilien bekanntesten deutschsprachigen Autoren, ja zu den wenigen, deren Gesamtwerk publiziert wurde (THIMANN 1989: 63-80; DORNBUSCH 1992: 3). Für dieses intensive Interesse an Thomas Mann war, neben dem Nobelpreis und seinem antifaschistischen Engagement im kalifornischen Exil, von Anfang an der eher äußere Umstand wichtig, dass die Mutter Thomas Manns, Julia da Silva Bruhns (1851-1923), Brasilianerin war, d.h. in Brasilien als Tochter einer Brasilianerin und eines deutschen Vaters geboren wurde. Jenseits dieses besonderen biographischen Konnexes mit Brasilien folgte die Diskussion der Arbeiten Thomas Manns jedoch den gleichen Themen, die die Debatten auch in Deutschland lange bestimmten: Dekadenz und Tod, Todessucht und Krankheit und der Widerspruch zwischen Kunst und Leben (DORNBUSCH 1992: 1). Trotz des anhaltenden Interesses an Thomas Manns Werk und breiter Rezeption in den Medien und bei der universitären Kritik blieb dessen literarischer Einfluss auf brasilianische Schriftsteller gering.¹

Um so interessanter ist deshalb der Roman *Ana em Veneza* des 1944 geborenen Schriftstellers, Journalisten und Dramaturgen João

1 Eine direkte Wirkung lässt sich nur bei wenigen, so bei Guimarães Rosa (*Grande Sertão – Veredas*) und bei Clarice Lispector (*A hora da estrela*), in Bezug auf den *Doktor Faustus* strukturvergleichend belegen (vgl. HOFMANN-ORTEGA LLERAS 1995: 14-56).

Silvério Trevisan, der in direkter und expliziter Weise Thomas Mann produktiv rezipiert. Wie bereits der Titel in Anspielung auf den *Tod in Venedig* andeutet, ist der Roman angelegt als ein intertextuelles Spiel mit Themen, Motiven und Gestalten aus Thomas Manns Werk. Dieses ist für Trevisan die Folie einer "europäischen" Kunst- und Lebensauffassung, mit der er sich mittels seiner literarischen Figuren auf der Suche nach einer spezifisch brasilianischen Künstleridentität auseinandersetzt. Trevisan macht in ihm sowohl Julia als auch Thomas Mann zu literarischen Figuren. Als mannsche Prätexte dienen ihm besonders die Erzählungen *Enttäuschung* und *Tod in Venedig* sowie der Roman *Doktor Faustus*. Der Begriff "produktive Rezeption" erscheint uns zutreffend, bezeichnet er doch, nach Grimm, "den gesamten von Rezeption entweder veranlassten oder stark beeinflussten Produktionsprozess eines Werkes" (GRIMM 1977: 147). Trevisan betreibt eine intertextuelle Verarbeitung Thomas Manns auf verschiedenen Ebenen: strukturell, motivisch und in Bezug auf seine Schreibweise selbst in so intensiver Weise, dass sein Verfahren selbst als *Imitatio Manns* gelten kann. Dies soll im Folgenden verdeutlicht werden.

Trevisans Roman, abgeschlossen in der Zeit der Regierung Collor de Melo, ist sichtbar beeinflusst vom Gefühl der Frustration und Depression besonders bei Künstlern und Kulturschaffenden wegen dessen restriktiver Kulturpolitik. Teile des Romans spielen im Berlin des Jahres 1991; Trevisan referiert über die brasilianische Situation hinaus auf das Ende der Moderne und das "Ende der Utopien" nach dem Mauerfall und ihre Bedeutung für die Kunst. Vielfach werden Analogien zwischen dem *fin-de-siècle* und dem Ende des Jahrtausends gezogen.

2. Struktur und Inhalt des Romans

Der Roman besteht aus einem "Präludium" und vier Teilen, die mit musikalischen Tempobezeichnungen versehen sind. Der musika-

lische Aufbau verweist auf Thomas Mann, für den Musik ein zentrales Motiv darstellte und der sich insbesondere im *Doktor Faustus* an musikalischen Kompositionsprinzipien orientierte. Gipfelpunkt im dritten Teil ist die fiktive Begegnung dreier historisch verbürgter Personen 1890 in Venedig: Zum ersten Julia Mann, die sich dort in Begleitung ihres Mannes und des 15-jährigen Thomas aufhält, zweitens deren ehemalige schwarze, brasilianische Amme Ana, die Titelfigur des Romans, und schließlich der aus dem Nordosten Brasiliens stammende Musiker und Komponist Alberto Nepomuceno (1864-1920) (CORRÊA 1996), einer der Pioniere der "nationalen" Kunstmusik, Erforscher der brasilianischen Volksmusik, Förderer neuer musikalischer Ideen, (Mit)entdecker von Villa-Lobos und Übersetzer musiktheoretischer Schriften, u.a. von Schönberg. Obschon nicht die Titelfigur, ist er doch der eigentliche Protagonist des Romans, der in weiten Teilen eine Künstlerbiographie ist, und sich damit – kritisch – an den *Doktor Faustus* anlehnt. Wir kommen darauf zurück.

Im ersten Teil ("Lübeck, bem longe. Larghetto lamentoso") dichtet Trevisan die Kindheitserinnerungen von Julia Mann an Parati und ihre erste Zeit in Lübeck nach. Ihr Vater war von Lübeck nach Brasilien ausgewandert und nach dem Tod seiner Frau (1856) vorübergehend zurückgesiedelt. Julia war zu diesem Zeitpunkt 6-7 Jahre alt und sprach nur Portugiesisch. Die Übersiedlung war somit ein mehrfach traumatisches Erlebnis: der Verlust der Mutter, wenig später faktisch des Vaters, verknüpft mit dem der tropischen Umgebung ihrer ersten Jahre und der Muttersprache. Über die möglichen Wirkungen dieses frühen Traumas auf Julia Manns Persönlichkeit und auf die ihrer Kinder ist viel geschrieben worden (vgl. KRÜLL 1991: 22-32, 51-54); ihr Leben wurde 1997 in einer Ausstellung des Goethe-Instituts und der Casa Mann im Geburtshaus in Parati erneut gewürdigt (JULIA MANN 1997).

Die brasilianische Mutter Thomas Manns war sehr wirksam für seine Rezeption in Brasilien, sie wurde von der vorwiegend feuil-

letonistischen Kritik breit gewürdigt, oft genug "em tom de exaltação" (DORNBUSCH 1992: 35), mit Gefühlen nationalen Stolzes und Identifikation. Die Tatsache, dass Thomas Mann real an Brasilien desinteressiert war und, wie schon Rosenfeld bemerkte, es in seinem Werk keine explizit "brasilianische" Figur gibt, tat dieser Rezeptionslinie der Literaturkritik keinen Abbruch (vgl. THIMANN 1989: 76). Es verwundert daher nicht, dass die Kritiker in Brasilien viel Gewicht auf Analyse von Frauengestalten und exotischen Elementen in seinem Werk gelegt haben.

Thomas und Heinrich Mann haben ihre innerhalb der kühlen und etwas steifen Lübecker Gesellschaft auffällige und wohl auch auffällig schöne, südländisch aussehende, musikalische und extravagantere Mutter des Öfteren in ihren Werken als Vorbild für Frauenfiguren genommen, die mit der Mutter die Elemente exotisches Äußere, von Weithinsein und Musikalität gemeinsam haben (THIMANN 1989: 71-80). Ebenfalls vielerorts beschrieben ist der Einfluss von Julias Exotik auf Thomas Manns Künstlertum: von *Tonio Kröger* bis zum *Doktor Faustus* finden sich die Auseinandersetzungen des nordisch-strengen, pflichtbewussten, "apollinischen" Väterteils – des Bürgers – mit dem südländischen, "dionysischen", künstlerischen, mütterlichen Erbe – oder was Thomas Mann selbst dafür hielt. Er hat sich im Bild der Mutter (1930) aber gegen einen vorschnellen Autobiographismus gewehrt, der die literarischen Frauengestalten umstandslos mit seiner Mutter in eins setzte – ein Schluss, zu dem auch viele brasilianische Rezensenten und Kritiker neigten.

Trevisan übernimmt zahlreiche Fakten und Anekdoten aus Julia Manns Erinnerungen (MANN 1994: 7-49), wie z.B. ein Lied aus Julias Kindheit, "molequinho do meu pai", von welchem Julia Mann nur wenige Worte und die Melodie erinnerte, das aber die Geschichte eines Mädchens beschreibt, welches von der Stiefmutter lebendig begraben wird: für Trevisan wird es zur unbewusst erinnerten Metapher für den Verlust von Kindheit, Eltern und tropisch-paradiesischer

Heimat und für ein Leben im (inneren) Exil. Trevisan baut diese Anekdote leitmotivisch in den Roman ein, indem er Nepomuceno das Bild von der bösen Stiefmutter als Metapher für Brasilien wieder aufgreifen lässt (vgl. AV: 40, 564). Detailliert gestaltet Trevisan den Assimilationsprozess Julias in Lübeck aus ihrer kindlichen Perspektive, vor allem den Verlust der portugiesischen und den Gewinn der deutschen Sprache, einschließlich der Veränderung ihres Namens von Dodô zu Julia. Auch hier stützt er sich auf die sehr kargen Erinnerungen Julia Manns. Grundthema dieses ersten Teils ist der Zustand des "Exiliert-Seins" Julia Manns, die, so Trevisan, ihr Leben lang unter der Sehnsucht nach dem verlorenen Glück ihrer Kindheit im tropisch-paradiesischen Parati leiden wird. Dieser überwiegend aus der Sicht des Kindes Julia berichtete erste Teil ist in sich sehr geschlossen und könnte eine eigenständige Erzählung sein. Er ist mit dem Roman ganzem lediglich durch die Einführung der Titelfigur Ana und die Vorbereitung des Zusammentreffens der drei Hauptfiguren in Venedig verbunden.

Ana war die schwarze Kinderfrau im Hause da Silva Bruhns, als Sklavin nach Brasilien gekommen. Sie begleitete die Kinder zunächst nach Lübeck, ging dann mit dem Vater zurück nach Brasilien. Trevisans Ana hingegen bleibt in Deutschland, flüchtet aus Liebe zu einem Maler aus dem Haushalt Bruhns und fristet ein Dasein als mehrfach Exilierte, als im Zirkus bestaunte schwarze Exotin, die irgendwann eine Mischung aus ihrer afrikanischen Muttersprache, Portugiesisch und Deutsch spricht. Ana wird zur Schlüsselfigur für Alberto Nepomuceno.

Der zweite Teil des Romans ("Rumo a Roma. Andante appassionato") schildert in Form eines fiktiven Bordtagebuchs von Alberto Nepomuceno dessen Überfahrt von Rio nach Rom. Er gibt in Erinnerungspassagen einen Rückblick auf Nepomucenos Biographie bis 1888: seine Jugend in Fortaleza, die Studienzeit in Recife bei Tobias Barreto, seine ersten Erfolge und Niederlagen als Musiker und Komponist in Rio, bis zu seinem Europa-Stipendium.

Trevisan stellt einen kritischen, für die Abschaffung der Sklaverei kämpfenden, die gesellschaftlichen Verhältnisse Brasiliens reflektierenden Nepomuceno dar. Er ist eine vielfach gefährdete Figur auf der Suche nach seiner Identität als Künstler und Brasilianer. Grundmotiv der Biographie Nepomucenos ist wiederum das – innere – Exil, die Fremdheit: "Moço, pobre, nortista, provinciano. E, ainda por cima, músico num país sem tradição. São as tantas maneiras de ser exilado. Sempre que teu mundo de dentro não coincide com o grande mundo de fora, está criada a condição de estrangeiro e, por extensão, de exilado." (AV: 226) Er leidet unter der "tarefa hercúlea, essa de criar a música brasileira" (AV: 235) und schwankt zwischen Sehnsucht und Verachtung in Bezug auf sein Land. Ebenfalls eingeführt wird ein zweites Motiv, der Tod, einmal als Tod des Vaters und dann durch einen frühen Herzanfall, den er nur knapp überlebte (vgl. AV: 242).

Der gesamte dritte Teil des Romans ("Encontro em Veneza. Adagietto con variazioni") beschreibt den Aufenthalt Nepomucenos in Neapel und Rom und – als die zentrale literarische Erfindung Trevisans, welche die Teile des Romans miteinander verknüpft – die Begegnung Nepomucenos mit Julia Mann und der nun alten und tuberkulosekranken Ana in Venedig, im Jahr 1890. Das Leitmotiv des dritten Teils wird gleich zu Beginn angeschlagen: "A morte, a morte", als Ausdruck der Lebenskrise Nepomucenos, ausgelöst durch einen erneuten Herzanfall beim Besteigen des Vesuv, von Heimweh und frustrierten Erwartungen. Italien erscheint ihm – aus seiner brasilianischen Perspektive – als in seiner Überfülle von Tradition und Geschichte morbider Todesort: "Tudo aqui é tão antigo que o presente parece estar sujeito ao passado. Ruínas, museus, tradições." (AV: 276) Nach einem Besuch in Venedig will er Italien in Richtung Berlin verlassen.

Venedig wird zum Kulminationspunkt des Romans. Dieser Romanteil weist die intensivsten intertextuellen Bezüge zu Thomas Mann auf. In Venedig begegnet der junge Nepomuceno auf seiner

Identitätssuche einer Reihe von Gestalten mit mephistophelischen Zügen, Verführern, die eng an Figuren Thomas Manns angelehnt oder mit menschlichen Motiven verknüpft sind. Venedig wird von Nepomuceno erlebt als Ort einer gleichzeitig lustvollen und dekadent-morbiden Ambiguität, der Begegnung von Süden und Norden, Orient und Okzident, der Verschmelzung der Kulturen, als Ort der Masken und des Karnevals, Paradies und Hölle zugleich, von dem er sich unwiderstehlich angezogen fühlt: "Se Veneza espelha a morte, então devo admitir que a morte é deslumbrante." (AV: 333) In der Betonung der gefährlich-sinnlichen Verführung folgt Trevisan Thomas Mann. So in der fast aus dem *Tod in Venedig* wortgetreu zitierten Schilderung der Ankunft Nepomucenos in Venedig: Gondeln wie dunkle Säрге, weiche Trägheit ... – ein todessüchtiges Paradies, dem Aschenbach erlag und in das sich nun der junge, kränkelnde, ständig mit Selbstreflexionen und Todesängsten beschäftigte Nepomuceno begibt (AV: 313-15). Wie Aschenbach kostet auch er von der Hadesfrucht Granatapfel, dem Motiv der Verführung zum tödlichen Eros (AV: 334). Trevisan führt Nepomuceno an einer Reihe mephistophelischer Verführer-Gestalten entlang, die jeweils Modelle für verschiedene künstlerische und existenzielle Gefährdungen darstellen, und ihre Vorbilder in Gestalten Thomas Manns haben. Im Verlauf dieser Begegnungen findet jedoch eine Umwertung menschlicher Bewertungen statt (wie Trevisan sie rezipiert), die endlich in den Entwurf eines Wunsch-Nepomuceno münden. Wir werden diesen Umwertungsprozess versuchen nachzuzeichnen. Die erste dieser Begegnungen findet auf dem Markusplatz statt. Sie ist nahezu originalgetreu der menschlichen Erzählung *Enttäuschung* nachgebildet, mit Beimischungen aus dem Doktor Faustus.

3. Die Prätexte Thomas Manns

Zunächst zu den von Trevisan primär rezipierten Texten Thomas Manns: In der Erzählung *Enttäuschung* von 1896 lässt dieser

den Ich-Erzähler von einer ihn "ganz und gar verwirrenden" Begegnung mit einem "sonderbaren Herrn" auf dem Markusplatz in Venedig berichten. Jener Herr, der Züge Nietzsches und Schopenhauers trägt, klagt dort über "die große, die allgemeine Enttäuschung, die Enttäuschung, die alles, das ganze Leben einem bereitet" (MANN 1966: 47). Diese Enttäuschung bestehe darin, dass das Leben dürftig und begrenzt sei im Verhältnis zur Kunst. Sie reflektiert das Scheitern des – klassischen und romantischen – utopischen Ideals "vom Menschen als einer individuellen Unendlichkeit" (RUDOLPH 1991: 27). Sein Thema ist die moderne Erfahrung der Entfremdung durch die poetische Sprache, die zu einem Verlust an Unmittelbarkeit führt. Die Kunst erlöst nicht, sie tötet im Gegenteil die Er-Lebensfähigkeit ab. REENTS sieht hier vor allem Anlehnungen an den Schopenhauerschen Desillusionismus und seine tiefe Sprachskepsis (REENTS 1995: 211). Die Erzählung gipfelt im Bekenntnis des sonderbaren Herrn: "Ich träume davon, und ich erwarte den Tod. Ach, ich kenne ihn bereits so genau, den Tod, diese letzte Enttäuschung!" (MANN 1966: 50)

Der *Tod in Venedig* (1912) steht am Ende des menschlichen Vorkriegswerks, und mit ihm die zutiefst pessimistische Erkenntnis, dass, wer die Unbefangenheit einmal verloren hat, sie weder durch apollinische Erkenntnis noch durch dionysische Imitation eines naiven Schönheitskultes zurückgewinnen kann. Dabei betrieb Mann bewusst die Imitatio literarischer Vorbilder, vor allem Goethes, doch im Bewusstsein der Gebrochenheit und Uneinholbarkeit des klassischen Ideals: "Alle Versuche, der künstlerischen Existenz eine Rechtfertigung angesichts des Lebens zu geben, sind gescheitert. Dass Thomas Mann selbst als Künstler nicht scheitert, liegt darin, dass er eben dieses Scheitern zum Thema macht." (KURZKE 1985: 127f.) (Die Selbstrechtfertigung als Künstler in einem Land ohne Tradition und einer von der Kunst ausgeschlossenen Bevölkerung ist auch Thema Nepomucenos/Trevisans.) Das Schreiben Thomas Manns, so Renner (RENNER 1994: 399-402), entwickelte sich in dieser Phase zu seiner "Technik der 'doppelten Optik'", einem Spiel mit "offenkundigen

wie verdeckten Bezügen”, das dem “Gesetz der Intertextualität” auch innerhalb des eigenen Werks folgt. Es stelle eine Transformation psychischer Konflikte in eine zunehmend bewusster Selbstreflexion im ästhetischen Entwurf dar, bei dem die Figuren im Werk Masken seiner selbst seien. In den Techniken der Intertextualität liegt die Modernität Thomas Manns, jenseits seines vordergründigen traditionellen Realismus. Es ist offensichtlich, dass Trevisan in seinem Roman ähnlichen Mustern folgt und seinerseits eine *Imitatio Manns* versucht. Der Begriff der Maske spielt dabei eine herausragende Rolle.

30 Jahre später ist aus dem frühen Thomas Mann der *Betrachtungen eines Unpolitischen* ein inzwischen exilierter Thomas Mann geworden, der vielleicht kein Herzensdemokrat, aber ein Vernunftrepublikaner geworden ist. Im amerikanischen Exil greift er im *Doktor Faustus* die Künstlerproblematik wieder auf und macht sie zur Analogie für die Katastrophe des deutschen Faschismus (vgl. METSCHER 1994: 167-171). Wiederum findet sich die Konstellation von dionysischer, krank machender, künstlerischer Genialität, diesmal vom Teufel erkaufte, auf der einen, und die pflichtbewusste, apollinisch-bürgerliche Welt in Gestalt des braven Serenus Zeitblom auf der anderen Seite. Grundthema des *Faustus*-Romans ist die Krise der Kunst in der Moderne als Ausdruck für das Ende der bürgerlich-humanistischen Epoche (und seiner Symbolfigur, des Faust), das Verhältnis von Ästhetizismus und Barbarei und die Bedrohung durch die Indifferenz – ein zentrales Bild des Romans (vgl. RENNER 1994: 404f.; METSCHER 1994: 166). In seinen Ambivalenzen und Zweideutigkeiten durch die gegenseitigen Relativierungen der Diskurse – seien diese nun bewusst vom Autor so gestaltet oder nicht – ist der *Faustus*-Roman selbst Ausdruck der “Krise der *Imitatio*, der Repräsentanz und der künstlerischen Echtheit” (RENNER 1994: 412). Als Paradigma der Kulturkrise benutzte Thomas Mann den Dodekaphonismus, als Modell der radikalen Abwehr von Konvention und der fortschreitenden Subjektivierung des Kunstschaffens, bei gleichzeitiger Sehnsucht nach neu zu schaffenden “metasubjektiven

Systemen” (RENNER 1994: 405) und einer neuen Unmittelbarkeit – dem von Adrian Leverkühn so genannten “Durchbruch” zu einer neuen Unschuld (*DF*: 331, 345f.), für die er das Beispiel des kleistschen Marionettentheaters heranzieht. Dabei kann aber nicht übersehen werden, dass die mannsche Skepsis und seine Suche nach Lösungen gegen eine “Re-Barbarisierung” der Kunst in der Erfahrung des Faschismus wurzeln. Wie rezipiert ein brasilianischer Schriftsteller diese Ideen?

4. Venedig

Wir kehren zurück zum dritten, dem Venedig-Teil aus *Ana em Veneza*. Zunächst versetzt Trevisan Nepomuceno exakt in die Position des Ich-Erzählers aus Thomas Manns *Enttäuschung* und lässt ihn auf dem Markusplatz jenem sonderbaren Herrn begegnen. Die Erzählung ist nahezu originalgetreu nachgebildet, mit dem Unterschied, dass der sonderbare Herr bei Trevisan eine Biographie und einen Namen bekommt: er heißt Senhor Mustafâ (in Anklang an ‘Mephisto’!), ist ein Sänger und Kastrat. Er ist eine dämonische Figur, alters- und geschlechtslos (seine Kleidung ist gleichzeitig der letzte Schrei und altmodisch, er wirkt jung und alt zugleich; durch seine Stimme ist er nicht Kind noch erwachsen, nicht Mann noch Frau) (*AV*: 331-336). Er ist der Vertreter des Lebens- und Kunstüberdrusses, des Nihilismus. Die Figur des Kastraten erscheint darüber hinaus als Sinnbild der Opferung des Lebens für die Kunst: das Geschlechtliche wird abgetötet, um eine übermenschlich schöne Stimme zu erhalten, die Vollkommenheit der Kunst wird erreicht durch eine Monströsität, mit der sie auch an ihr Ende gelangt. Die Figur enthält Züge einer weiteren Thomas Mann-Gestalt: Mustafâ benutzt Zitate von Adrian Leverkühn, und wie dieser komponiert er eine “Apokalypse”. Wie der Teufel in der zentralen Dialogszene im *Doktor Faustus* lässt Trevisan Mustafâ den Tod der Kunst verkünden, mit den gleichen

Bildern, von der "Wallfahrt auf Erbsen" bis zu den Roten Schuhen aus Andersens Märchen von der kleinen Seejungfrau (AV: 343; vgl. DF: 256). Auch das "diabolische" Kompositionsprinzip der "Apokalypse", das "barbarische" Glissando, ist direkt aus dem *Doktor Faustus* übernommen (AV: 344; vgl. DF: 400-406).

Auch ein weiteres Motiv sei hier erwähnt, das Trevisan aus dem *Doktor Faustus* aufgreift und vielfach leitmotivisch transformiert: Der Vater des Tonsetzers Adrian Leverkühn besitzt ein Schmetterlingsbuch. "Ein solcher Schmetterling, in durchsichtiger Nacktheit den dämmernden Laubschatten liebend, hieß Hetaera esmeralda." (DF: 18) Esmeralda heißt auch die Prostituierte, an der sich Adrian Leverkühn später mit Syphilis anstecken wird. Hetaera esmeralda, das hat Anatol Rosenfeld schon 1958 beschrieben (vgl. DORNBUSCH 1992: 37), ist ein brasilianischer Schmetterling – ein exotisches Element, eine Metapher für die Ambiguität von Schönheit und Tod. Mit der Figur des Mustafâ führt Trevisan das Leitmotiv des Schmetterlings ein, das alle Figuren der Verführung und Gefährdung kennzeichnen wird. Wir seien für immer aus dem "Paradies" vertrieben in ein ewiges Exil, behauptet Mustafâ. Er gebraucht dafür das Bild, das Adrian Leverkühn im *Faustus-Roman* noch als Frage formulierte: "Es gibt im Grunde nur ein Problem in der Welt, und es hat diesen Namen: Wie bricht man durch? Wie kommt man ins Freie? Wie sprengt man die Puppe und wird zum Schmetterling?" (DF: 331) Diese Befreiung, so Mustafâ, werde niemals gelingen. Die Kunst täusche über die Tragödie des Menschen nur hinweg. Mustafâ verneint die utopische Hoffnung auf Erlösung und damit eine verändernde Wirkung der Kunst auf das Leben (AV: 343-46). Wie der Ich-Erzähler in Enttäuschung bleibt Nepomuceno während dieser Begegnung mit dem mephistophelischen Kastraten stumm. Über seine Reaktion auf Mustafâ erfahren wir nur, dass er plötzlich unter Heimweh leidet, er sehnt sich nach Identität, nach dem "cheiro do Brasil" (AV: 349) – eine deutliche Abwehrreaktion. Die Tatsache, dass die Erzählungen *Enttäuschung* und *Tod in Venedig* und der *Doktor Faustus* zwei völ-

lig verschiedenen Schaffensperioden Thomas Manns angehören, spielt für Trevisan keine Rolle. Er rezipiert sie losgelöst vom Werkkontext, und folgt damit der verbreiteten Lesart der kulturpessimistischen Frühphase Thomas Manns.

Die zweite Figur der Gefährdung, mit der Nepomuceno konfrontiert wird, ist der fiktive Maler Gustav Sternkopf, eine Figur mit Anklängen an Nietzsche, Rimbaud, Baudelaire, August von Platen. Er repräsentiert nicht den Überdruß, sondern die selbstzerstörerische, extatische Selbstopferung für die Kunst. Trevisan entwirft die Künstlerbiographie des heimatlosen Außenseiters und Bohemien, genial, manisch-depressiv, versoffen und erfolglos, ein Künstler auf der Suche nach der absoluten Wahrheit, der zum Schluss sein eigenes Werk vernichtet und an Syphilis stirbt, die er sich bei einer Prostituierten namens "Esmeralda" geholt hat. Hier wiederum das Thomas Mann-Zitat, und der Bezug zum Schmetterlings-Motiv. Trevisan schildert Sternkopf, den Geliebten der schwarzen Amme Ana, als "alemão sem pátria (...) um peixe fora d'agua" (AV: 393) – auch er ist also ein Exilierter. In seinem Drang zum Absoluten ist er angezogen vom Morbiden – Chaos, Gewalt und Wollust – und dem Nihilismus, als anti-bourgeoise Revolte. Sein bestes Werk wird ein Porträt Anas: das Schwarz ihrer Haut wird paradoxerweise zur Quelle aller Farben, zum "negro arco-íris" (AV: 416). Der Tod siegt über ihn, denn er erkennt nicht, dass die Rettung darin liegt, das Uneindeutige – den Zweifel – zu ertragen. Die Krankheit Sternkopfs ist nicht ohne gewollte Parallelität zu Aids, wie auch die – etwas klischeehaft wirkende – Figur intertextuelle Bezüge innerhalb Trevisans Arbeiten aufweist: Besonders die Sterbeszenen verweisen auf den Aidskranken Maler Bruno aus der Erzählung *Altar de Oferendas* von 1986 (TREVISAN 1997: 117-127).

Nepomuceno bekommt Sternkopfs Leben erzählt und interpretiert von Ana, der schwarzen Ex-Sklavin, die mit Sternkopf zusammenlebte, und nun – alt und krank – von der Familie Mann versorgt

wird. Ana ist "als sozial und rassistisch Marginalisierte (...) Sinnbild der vom europäischen Zentrum verachteten peripheren lateinamerikanischen Kultur" (STRÄTER 1998), aber auch der von der brasilianischen Elite selbst verachteten schwarzen Unterklasse. Ihr Name ist Programm: Ana Brazileira. Für Nepomuceno ist die Begegnung mit ihr ein Schlüsselerlebnis, denn sie wird zum Medium seiner Selbstfindung, sowohl indem sie das Leben Sternkopfs – eine zweite Künstlerbiographie im Roman – und ihr eigenes abenteuerliches Leben erzählt, als auch in der Szene ihrer Verwandlung in die afrikanische Göttin Iemanjá (AV: 488-93). In ihrer Verkörperung eines höchst zweideutigen "oráculo infantil" verrät sie das "Geheimnis": den Zweifel, die Ungewissheit zuzulassen, die Zweideutigkeit des Lebens selbst anzunehmen (AV: 491). Sie wird zu seinem *alter ego*, über die er im Präludium rückblickend-vorwärtsweisend sagt: "Ensinou-me a importância de duvidar. Ser uma dúvida ambulante, sempre (...) Como é difícil!" (AV: 41) Hier ist kritisch zu bemerken, dass die Figur der schwarzen Ana als Medium sehr problematisch ist. Aus der Rolle der Ex-Sklavin und Dienerin, immer nur für andere zu existieren, erlöst auch Trevisan sie nicht und lässt sie prompt nach Erfüllung ihrer Funktion sterben. Sie bleibt Medium, Aufzeichnungsmaschine im Wortsinne: Auf magische Weise erinnert sie sich nach dem Tod des Malers Sternkopf an alle seine Worte, auch kunsttheoretische Auslassungen, obschon sie nicht einmal Deutsch konnte (AV: 424). Und als Verkörperung der Göttin Iemanjá dient sie der Entwicklung Nepomucenos. Ihr Tod wird überhöht als Eintritt in den ewigen Kreis der Wiedergeburt (AV: 502f.). Ob aber die Idealisierung der (mystischen und musikalischen) Kultur der Afro-Brasilianer ihre offensichtliche Instrumentalisierung zur "Rettung" Nepomucenos – und Brasiliens (vgl. AV: 564-65) – bei Trevisan nicht lediglich verklärt, sei dahingestellt. Ana stirbt in Venedig, wie Gustav Aschenbach und anstatt Nepomuceno, der ihre Weisheit aufnimmt und überlebt.

Die dritte Figur im mephistophelischen Reigen ist der Graf "Agostino von Mölln Basucello", ein (fiktiver) Bekannter Julia

Manns, dem Nepomuceno auf einer Abendgesellschaft der Manns in Venedig begegnet. Er ist ein älterer Herr, aristokratisch, extravagant, von eleganter Ironie und – homosexuell. Auch er ist mit dem "Hetaera Esmeralda"-Motiv ausgestattet, in Form einer Krawattennadel mit Edelsteinen aus Brasilien. Der Graf ist ein Kenner Brasiliens, dessen kulturelle Identitätsprobleme er zum Thema der Abendgesellschaft macht (AV: 447-488).

Nepomuceno bekennt sich hier erstmals zu den Vermischungszuständen der brasilianischen Kultur, zu ihrer Jugendlichkeit und dem Zwang zur Kreativität gerade wegen des Fehlens von Tradition: "somos obrigados a inventar continuamente o Brasil" (AV: 461). Obwohl er die "mais absoluta mestiçagem" (AV: 482) als Grundcharakter brasilianischer Kultur, ja sogar als zukunftsweisend verteidigt, sieht er sie auch als Gefahr, als Dilemma einer ewigen Suche ohne Richtung und einer Überfrachtung mit Erlösungshoffnungen, wie es der Graf formuliert: "O Brasil carrega toda a saudade de um sonho europeu do Paraíso." (AV: 469) Es ist die Rolle des Grafen, Nepomuceno in der positiven Annahme des vieldeutigen Charakters der brasilianischen Kultur zu bestärken. Die Ambiguität und die "karnevaleske" Kultur Venedigs wird vom ihm zum Vorbild für Brasilien erhoben – schon der Name 'Brasilien' stamme von einem venezianischen Kartographen (AV: 467f.). Der Graf ist – zunächst noch – für Nepomuceno eine beunruhigende Figur der Versuchung, weil er die "karnevaleske" Identität der Nicht-Identität auf eine dekadente Spitze treibt, doch hat er für ihn auch etwas Anziehendes. Am Höhepunkt des Kapitels erscheint der Graf betrunken, geschminkt und verkleidet als Casanova, und hält ein Plädoyer für das Unauthentische und die Masken, das Spiel mit falschen Identitäten, das den Künstler ausmache – ein Credo, das auch auf Thomas Mann zutreffen würde. Trevisan/Nepomuceno denunziert ihn nicht, sondern lobt seine "postura aristocrática e elegante" und seine "eloquência profética" (AV: 484). Der Graf macht sich zum Modell einer masken- und rauschhaften Existenz und bekennt zum Schluss: "mi piace la decadenza." (AV:

484). Ein Vergleich mit anderen Arbeiten Trevisans macht die positive Bewertung dieser Figur deutlich: In der metaphysisch-utopischen Erzählung *A Convenção das Máscaras* von 1982 besteht gar die Rettung der Welt vor dem Nichts in der Verwandlung der Menschen in Masken, also in Kunst: “Já não receio o Nada. Nem a dor: tudo arrisco. E é na condição de máscara que continuarei narrando” heisst der Schlusssatz, der leicht das künstlerische Credo Trevisans sein kann (TREVISAN 1997: 67).

Da Trevisan seinen Roman stark auf diesen Venedig-Teil hin konstruiert hat, besonders auf die Szene der Begegnung von Nepomuceno mit Ana und damit auf seine Selbstfindung, wirken die darauf hin führenden Teile des Romans literarisch oft weniger überzeugend. Auch sind die mephistophelischen Figuren etwas zu schablonenhaft: als Wesen aus Zitaten Thomas Manns fällt es ihnen schwer, ein eigenes Leben zu gewinnen, und sie dienen eher als Vertreter von Ideen als komplexe Charaktere.

5. Interviews mit Alberto Nepomuceno

In den diese drei Teile umrahmenden, stark diskursiven Interviews mit Alberto Nepomuceno (“Prelúdio” und “Berlim”, “A Passagem. Allegro Bárbaro”) werden alle Motive und Themen der erzählenden Teile des Romans bereits angedeutet oder wieder aufgenommen. Im “Prelúdio” überschrieben mit “Um dedo de prosa”, zieht der alte Künstler 1919, ein Jahr vor seinem Tod, im Gespräch mit einem jungen Journalisten die Bilanz seines Lebens als Künstler. Diese Exposition, die die Geschichte von ihrem Ende her anfängt, um sie dann chronologisch zu erzählen, zeigt einen kränkelnden, dennoch attraktiven und eitlen, die brasilianische (Kultur-)Politik beklagenden Nepomuceno. Er ist von Selbstzweifeln geplagt, leidend unter seinem ewigen Zustand als “Exilierter”, eine “alma múltipla” (AV:

40) mit vielen Gesichtern, die er unentwegt in den Cafésiegeln betrachtet – für Trevisan ein Todessymbol, das er schon in der Erzählung *Sobreviventes* am Beispiel eines homosexuellen Drogensüchtigen benutzte (TREVISAN 1997: 39). Trevisan resümiert hier die faktische Biographie Nepomucenos und folgt der verbreiteten kunstgeschichtlichen Bewertung, z.B. durch Mário de Andrade, indem er Nepomuceno sich selbst als eher mediokre und provinzielle Gestalt bezeichnen lässt.

Die Interview-Form wird im letzten Teil wieder aufgegriffen. Das zweite Interview findet fast 30 Jahre früher mit dem noch jungen Nepomuceno 1891 in Berlin statt. Mitten im Interview versetzt Trevisan den Musiker durch einen magischen Zeitsprung nach Berlin-Tegel im Jahr 1991. Dieser literarische Trick erlaubt nicht nur eine Aktualisierung der zentralen Ideen des Buches; Trevisan entwirft hier – im Gegensatz zum gealterten und (fast) gescheiterten “realen” Nepomuceno des Anfangs – einen Wunsch-Nepomuceno, der zum Schluss in einem inneren Monolog zu einer Art Selbstbefreiung und -definition durchstößt.

Thema beider Interviews ist die Krise der Kunst, am Beispiel der brasilianischen (Kunst-) Musik, die nicht nur an der Oberflächlichkeit, Vereinnahmung oder Ignoranz durch die Oberschicht des Landes leidet, sondern vor allem an ihrer Identität zwischen dem Erbe und Vorbild Europas und der Aufgabe, die eigene Realität zu erfassen. Verbunden damit stellt sich die allgemeine Sinnfrage nach der Relevanz der Kunst für das Leben. Ähnlich wie im *Doktor Faustus* steht auch hier die Musik paradigmatisch, aber nicht für die Krise der Kultur angesichts des Faschismus, sondern für die Misere der brasilianischen Kultur auf der Suche nach sich selbst angesichts einer Moderne, die Kultur in Kommerz und Identität in (zynische?) Indifferenz – das Nichts – aufzulösen droht, und einer sozialen Realität, die Kunst zu einer isolierten Spielerei werden lässt. In den Interviews wird die Kunstauffassung Trevisans ebenso deutlich wie seine Lesart

Thomas Manns. Im ersten Interview kommt Nepomuceno auf Thomas Mann, "um escritor alemão muito talentoso", zu sprechen, den er vor dreißig Jahren in Venedig als 15-jährigen kennengelernt hätte, und sagt: "Acho que fui me tornar um personagem de Thomas Mann" (AV: 40), um drei Seiten später zu widersprechen: "Não, não quero ser um personagem de Thomas Mann." (AV: 43) Figuren Thomas Manns – das sind für Trevisan eben jene mephistophelischen Repräsentanten eines Scheiterns der Versöhnung von Kunst und Leben und einer Sehnsucht nach dem Tod.

Der Journalist im Gegenwarts-Teil des zweiten Interviews heißt – Adriano Leverkühn, und ist die vierte mephistophelische Figur, auch er versehen mit dem "Hetaera-Esmeralda"-Motiv: Das Flughafensteraurant heißt "Papillon", an der Wand hängt ein grüner Neon-Schmetterling (AV: 527, 532). Gegen Ende des Interviews wird der Journalist immer deutlicher als der Versucher, der Teufel bezeichnet: "Tentador", "Maligno", "Senhor das Moscas", "Cão Tinhoso" etc. (AV: 547-9). Er versucht, Nepomuceno zu zynischer Resignation angesichts des unterstellten Todes der (brasilianischen) Kunst zu überreden: "O Brasil acabou!" (AV: 533) Doch im Unterschied zum Nepomuceno im Erzählteil, der gegenüber den Gestalten der teuflischen Verführung meist stumm blieb, wehrt sich nun der Wunsch-Nepomuceno. In einem schnellen, vielleicht zu unvermittelten Wandlungsprozess werden dabei die Gestalten und Motive des Erzählteils umgewertet. Der Nepomuceno von 1991 bekennt sich zu einer sinnstiftenden Funktion der Kunst. Er vertritt aber gleichzeitig offensiv den Eklektizismus, die Uneindeutigkeit und den Abschied von konsequenter Formalität, als adäquaten Ausdruck der brasilianischen Mischkultur: "Para um país ambíguo, nada melhor do que uma música feita de ambigüidade." (AV: 540) Nun, in einem Rollentausch, greift Nepomuceno die *Doktor Faustus*-Zitate von der Wallfahrt auf Erbsen, den roten Schuhen (vgl. DF 256) und schließlich das Schmetterlings-Motiv wieder auf, als direktes Zitat: "Como se realiza a irrupção libertadora? Como arrebatamos o casulo e nos tornamos

borboletas?" Und Nepomuceno gibt die Antwort: "Através da Graça ..." (AV: 548-9). Sie bezieht sich direkt auf die Erlösungsproblematik im *Doktor Faustus* und auf den Begriff der "Grazie", der Anmut, aus dem kleistschen Aufsatz *Über das Marionettentheater*, die, so gibt Leverkühn ihn wieder, "dem Unbewusstsein oder einem unendlichem Bewusstsein vorbehalten ist, während jede (...) Reflexion die Grazie tötet." (DF: 331) Trevisan/der Wunsch-Nepomuceno versucht eine Antwort auf Adrian Leverkühn. Für ihn ist die "Grazie" aber nicht etwas am Ende der Welt stehendes, sondern das Leben selbst, die vitale Hoffnung: "tudo é Graça" (AV: 549). Die "graça" wird zur zentralen Kategorie der Rettung und Erlösung, die sowohl die ästhetische Schönheit, die Freude als auch die religiöse Gnade umfasst.

Im *Doktor Faustus* ist das Hetaera-Esmeralda-Motiv eindeutig: In seiner Nacktheit, Schattenexistenz und Namensgleichheit mit der tödlich infizierenden Prostituierten steht der Schmetterling für den zum Tode verführenden Eros. In einem Aufsatz gibt Trevisan seine Interpretation: In der Hetaera Esmeralda fänden wir die unbewusste, verdrängte Präsenz von Thomas Manns Mutter Julia, deren Züge die 'Schmetterlingsfrauen' in seinem Werk trügen, und Brasiliens selbst: Ergo befände sich Adrian Leverkühn, als *alter ego* Thomas Manns, in einer verdrängten inzestuösen Mutterbeziehung, "sublimada na figura da borboleta que veio do paraíso perdido, o Brasil" (TREVISAN 1997b: 143). Darüber hinaus sei der Schmetterling ein Symbol für die Verschmelzung der Gegensätze. Letzten Endes stünde er für das Rätsel Brasilien in all seinen Masken und Paradoxien, für die offene Frage also, wie eine Selbstbefreiung, die ihre dionysischen Lustwünsche nicht mehr verdrängen muss, erreicht werden kann, ohne zum Tode zu führen. Eine positive Umwertung des Hetaera-Esmeralda-Motivs durch Nepomuceno ist also eine von der todbringenden Verführung zum Versprechen auf Befreiung. In ihm, wie in den mit Brasilien verknüpften Paradiesbildern, steckt ein immer noch uneingelöstes – und notwendiges, dabei als uneinlösbar und offen bleibend auszuhaltendes – Wunsopotential.

An diesen an sich völlig ausreichenden Schluss hat Trevisan noch ein Kapitel gehängt, einen rauschhaft-delirierenden, in paradoxen Widersprüchen mäandernden inneren Monolog Nepomucenos auf seinem Flug nach Zürich, der ein komplexes Potpourri von Zitaten brasilianischer Künstler, vor allem Musiker, präsentiert. Alle zuvor erzählend behandelten Fragen werden nochmals reflektiert – es scheint, als habe Trevisan seiner eigenen Erzählung nicht getraut. Der Wunsch-Nepomuceno von 1991 verteidigt seinen Eklektizismus und das karnevaleske Maskenspiel als “projeto aberto”, als der Mischkultur Brasiliens adäquatere Kunstform (AV: 555f.) gegen einen dogmatisch-formalistischen Modernismus – damit legitimiert auch Trevisan sein Spiel mit Zitaten und Masken Thomas Manns. Sein Gedankenstrom gipfelt in einem Bekenntnis zur “chama viva do ambíguo incerto duvidoso” (AV: 559): “é sagrada a desordem do nosso espírito e o caos a nossa herança” (AV: 570), und, als zentraler Begriff: “A Dúvida” (AV: 571). Es sei die populäre Musik, als Produkt der Vermischung von schwarzer Kultur und Spiritualität mit europäischen Formen, die Brasilien rette (AV: 564-66). Leider steigert Trevisan sich bei seinem Lob von Chaos, Zweifel und Relativität immer mehr in tautologische, manchmal in Banalität umkippende Weisheiten hinein, mit der Konsequenz, jede begriffliche Anstrengung zu suspendieren: “se tudo faz sentido para quê respostas” (AV: 576) oder: wenn nichts Sinn macht, wozu dann fragen ... Hier droht Trevisan in die Falle einer “dionysischen” Naivität, einer inhaltlichen Indifferenz zu tappen, die in ihrer Extatik unterschiedslos alles zur Kunst erklärt (AV: 575). Konsequenterweise ist sein Roman, bei allem Bezug auf Thomas Mann, vollkommen unironisch.

Alberto Nepomuceno bleibt am Schluss nur die Lösung einer ästhetischen Wunschidentität: Er nennt sich Alberto Beriot Nepomuceno, entsprechend der phantasierten Familiengenealogie seines Vaters, man stamme von einer französisch-jüdischen Musikerfamilie ab (AV: 579, 245-46). Der Phantasienamen steht für die unwahrscheinlichen Ursprünge, mehr noch: er ist, was dem Künstler –

und mit ihm Brasilien! – als Aufgabe bleibt: der Akt der permanenten Selbsterfindung.

Abkürzungen

AV = Trevisan, João Silvério. *Ana em Veneza*. São Paulo², Best Seller, 1994.

DF = Mann, Thomas. *Doktor Faustus. Das Leben des deutschen Tonsetzers Adrian Leverkühn, erzählt von einem Freunde*. Berlin, S. Fischer, 1963.

Literaturverzeichnis

CORRÉA, Sérgio Alvim. *Alberto Nepomuceno. Catálogo Geral*. 2ª edição aumentada. Rio de Janeiro, Funarte, 1996.

DORNBUSCH, Claudia Sibylle. *Aspectos Interculturais da Recepção de Thomas Mann no Brasil*. [Diss. Mestrado, USP, manuscrito não publicado]. São Paulo, 1992.

GRIMM, Gunter. *Rezeptionsgeschichte. Grundlegung einer Theorie. Mit Analysen und Bibliographie*. München, 1977.

HOFMANN-ORTEGA LLERAS, Gabriela. *Die produktive Rezeption von Thomas Manns Doktor Faustus. Einzeltextanalysen zu João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Michel Tournier und Danièle Sallenave*. [Diss. Erlangen/Nürnberg 1992] (= Studia Romanica 84), Heidelberg, Winter, 1995.

KRÜLL, Marianne. *Im Netz der Zauberer. Eine andere Geschichte der Familie Mann*. Frankfurt/M., Arche, 1991.

- KURZKE, Hermann. *Thomas Mann. Epoche – Werk – Wirkung*. München, C.H. Beck, 21985.
- MANN, Julia. *Ich spreche so gern mit meinen Kindern. Erinnerungen, Skizzen, Briefwechsel mit Heinrich Mann* [Erstveröffentlichung 1958]. Berlin, Aufbau Taschenbuch, 1994.
- MANN, Thomas. *Erzählungen*. Frankfurt/Main, Fischer, 1966.
- METSCHER, Thomas. “‘Apokalypsis cum figuris’. Zu Thomas Manns Faustus-Roman.” In: LAMBRECHT, Lars/TSCHURENEV, Eva-Maria (Hg.): *Geschichtliche Welt und menschliches Wesen. Beiträge zum Bedenken der conditio humana in der europäischen Geistesgeschichte* (=Daedalus 4). Frankfurt/Main etc., Peter Lang, 165-173, 1994.
- REENTS, Edo. “Von der Welt als Vorstellung zur Welt als Wille. Schopenhauer und Thomas Manns Enttäuschung”. In: *Thomas Mann Jahrbuch* 8, 209-240, 1995.
- RENNER, Rolf G. “Die Modernität des Werks von Thomas Mann.” In: PIECHOTTA, Hans Joachim; WUTHENOW, Ralph-Rainer & ROTHEMANN, Sabine (Hg.). *Die literarische Moderne in Europa*, Bd. 1. Bonn/Opladen, Westdt. Verlag, 398-415, 1994.
- RUDOLPH, Andrea. *Zum Modernitätsproblem in ausgewählten Erzählungen Thomas Manns*. Stuttgart, Hans-Dieter Heinz Akadem. Verlag, 1991.
- STRÄTER, Thomas. “Wohin treibt die Insel Brasilien? João Silvério Trevisan erzählt von der Familie Mann.” In: *Neue Zürcher Zeitung*, Int. Ausgabe, 15.01.1998.
- STRAUSS, Dieter & SENE, Maria A. (Org.). *Julia Mann – uma vida entre duas culturas*. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.
- THIMANN, Susanne. *Brasilien als Rezipient deutschsprachiger Prosa des 20. Jahrhunderts. Bestandsaufnahme und Darstellung am Beispiel der Rezeptionen Thomas Manns, Stefan Zweigs und Hermann Hesses*. [Diss. Bonn 1988]. (= Bonner romanistische Arbeiten 31). Frankfurt/Main etc., Peter Lang, 1989.

TREVISAN, João Silvério. *Troços e Destroços: Contos*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 1997.

TREVISAN, João Silvério. “A Borboleta que Veio para Confundir”. In: *Julia Mann*, 139-144, 1997.

**EXÍLIO NO BRASIL DE ESCRITORES E INTELLECTUAIS DE
FALA ALEMÃ E A LITERATURA DO EXÍLIO
DE ULRICH BECHER E HUGO SIMON**

*Izabela M. Furtado Kestler**

Abstract: This paper presents some of the major aspects of the history of German exile after 1933 and the history of the exile of German-speaking writers and intellectuals in Brazil. The second part of the title is focused on the works of exile written by Ulrich Becher and Hugo Simon in Brazil.

Keywords: Literature of the German exile; History of exile; German exile in Brazil.

Zusammenfassung: Der vorliegende Aufsatz stellt einige der wichtigsten Aspekte der Geschichte des deutschen Exils nach 1933 und der Geschichte des Exils der deutschsprachigen Schriftsteller und Intellektuellen in Brasilien dar. Der zweite Abschnitt der Arbeit konzentriert sich auf die in Brasilien geschriebenen Exilwerke von Ulrich Becher und Hugo Simon.

Stichwörter: Exilliteratur; Exilgeschichte; Deutsches Exil in Brasilien.

Palavras-chave: Literatura do exílio; História do exílio; Exílio alemão no Brasil.

* A autora é professora doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço da autora: Rua Senador Vergueiro, 200 apto. 401, CEP 22233-900 Flamengo, Rio de Janeiro, RJ.

“Lá onde se queimam livros, um dia também se queimarão pessoas.”
(Heinrich Heine)¹

0. Introdução

Neste ensaio apresento alguns dos principais aspectos histórico-políticos do exílio de escritores e intelectuais de fala alemã no Brasil, enfocando sobretudo as obras escritas no Brasil ou de temática brasileira de dois autores praticamente desconhecidos: Ulrich Becher e Hugo Simon (KESTLER 1992). Não abordarei aqui as obras escritas e/ou concluídas no Brasil por Stefan Zweig. Tanto o exílio deste autor no Brasil quanto suas obras já foram objeto de estudos aprofundados, realizados entre outros autores por Alberto Dines em *A morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig* (DINES 1981). Para melhor compreensão do tema, traço aqui em primeiro lugar um panorama da história do exílio durante o nacional-socialismo na Alemanha.

1. Alguns aspectos da história do exílio

“O exílio não é uma invenção do século XX. Há, na história de todos os países e em todas as épocas, relatos de perseguição e banimento de minorias. A emigração em massa de pessoas provenientes do III Reich é, entre os casos conhecidos, no entanto, única e singular. Nunca antes na história de um país ocorreu a emigração em massa dos representantes da cultura e da ciência de um povo.” (BERG & BÖHME 1981: 419)

O fato histórico-político que provoca o exílio é a subida ao poder do partido nacional-socialista triunfante com a indicação pelo

¹ Citado segundo STAGHUN 1997: 54.

presidente Marechal Hindenburg de Adolf Hitler para o cargo de primeiro-ministro (chanceler) da Alemanha no dia 31 de janeiro de 1933. A chegada ao poder dos nacional-socialistas na Alemanha pela via democrática como consequência quase natural da instabilidade e do radicalismo político dos últimos anos da República de Weimar (1918-1933) provocou em pouco tempo o êxodo em massa de escritores, intelectuais de vários matizes políticos, artistas, cientistas, sindicalistas, políticos de quase todos os espectros (em primeiro lugar comunistas e social-democratas) e, com o correr dos anos, da minoria mais ameaçada (judeus alemães). No caso dos escritores e intelectuais, a maioria absoluta abandonou a Alemanha nazista em pouco tempo: até outubro/novembro de 1933.

É importante mencionar aqui que o início do êxodo em massa de escritores se dá não imediatamente após a nomeação de Hitler, mas sim com o incêndio criminoso do *Reichstag* (Parlamento alemão) na noite de 27 para 28 de fevereiro de 1933. Nesta mesma noite têm início a perseguição, o terror e a detenção de escritores e intelectuais de esquerda, assim como de opositores ao regime. A sequência de acontecimentos (dissolução e proibição de todos os partidos políticos, implantação do regime ditatorial, criação de organismos oficiais de controle de publicações e de toda atividade artística, a queima ritual de livros em muitas cidades alemãs no dia 10 de maio de 1933 etc.) vem demonstrar que a fuga dos escritores e intelectuais não fora uma precipitação. O regime nacional-socialista, na percepção da maior parte da intelectualidade, não era igual a qualquer outro tipo de governo autoritário.

“O objetivo do nacional-socialismo não era tomar o lugar do opositor político, mas sim realizar uma espécie de ‘ajuste de contas’ na tradição das lutas religiosas.” (RÖDER & STRAUSS 1980: xxxv)

Além disso, o nacional-socialismo pretendia não só o poder político, mas também – e este aspecto é o mais importante no tocante à literatura – o poder ideológico, ou seja, impor sua *Weltanschauung*

em todos os campos culturais. Aqui não é o lugar para se analisar em profundidade no que consistia exatamente esta *Weltanschauung*. A par das teorias da suposta superioridade racial do povo alemão, e sobretudo do anti-semitismo – este último é o fator que distingue o nacional-socialismo do fascismo italiano – a principal característica do nacional-socialismo é sua oposição a toda e qualquer idéia política que enseje o respeito às normas democráticas e à manutenção do estado de direito.

No tocante à literatura, basta lembrar que o nacional-socialismo e seus intelectuais preconizavam uma literatura voltada aos pretensos valores “eternos” da raça alemã. Dentro do contexto do pensamento e da práxis do nacional-socialismo, ou seja, de estímulo e fomento de uma política artística, literária e cultural de sustentação ideológica do regime, não havia lugar para escritores, artistas e intelectuais comprometidos ou com a tradição humanista ou com o questionamento moderno do início do século XX. A queima ritual dos livros de autores dos mais variados matizes – desde a autora comunista Anna Seghers até o autor de tradição humanista Stefan Zweig –, patrocinada pelo Ministério da Propaganda sob o comando de Josef Goebbels e com a ajuda decisiva das universidades e dos estudantes em quase todas as cidades universitárias no dia 10 de maio de 1933, é o marco principal da exclusão da produção literária que não convinha aos desígnios do nacional-socialismo.

A partir de 1933 tomaram o caminho do exílio cerca de 500.000 pessoas (ib.: xii). A grande maioria foi forçada ao exílio em virtude da política anti-semita do III Reich. Calcula-se também que cerca de 30.000 pessoas dentro deste universo de 500.000 eram opositores políticos ao regime nazista, e que cerca de 2.000 pessoas exerciam alguma forma de atividade literária. No tocante à fuga em massa de alemães e austríacos de origem judaica, tal fato marca, de um lado o fim da convivência entre alemães e judeus e entre austríacos e judeus (KESTLER 1995: 53). Além disso, a implementação do holocausto na Alemanha,

Áustria e em todos os outros países sob o domínio nazista marca o término da presença judaica na vida cultural e política da Europa.

A história do exílio passa por três fases, ligadas diretamente à consolidação inicial do regime nacional-socialista e posterior anexação da Áustria, à eclosão da II Guerra Mundial e à conseqüente invasão dos países vizinhos à Alemanha pelos exércitos nazistas. A primeira fase, que vai de 1933 a 1938, é denominada de exílio na sala de espera. Ou seja, os exilados se refugiam nos países próximos à Alemanha, aguardando a tão esperada queda do regime nazista. Os principais países de asilo desta fase são: França, Tchecoslováquia, Áustria, Suíça, Holanda, União Soviética e Inglaterra.

A maior parte dos exilados refugiou-se, no entanto, nos dois primeiros países citados, os quais, em função da estabilidade de seus respectivos sistemas democráticos permitiam, e no caso da Tchecoslováquia, até incentivavam as atividades políticas dos exilados. A preferência pela proximidade geográfica explica-se também pelo fato de que inicialmente era consenso entre os exilados de todos os grupos que o nacional-socialismo teria uma vida curta no poder. Nestes países de asilo, escritores e intelectuais juntamente com grupos políticos desenvolveram sobretudo atividades políticas de denúncia do nacional-socialismo. Jornalistas fundaram jornais, editores criaram editoras para publicação de obras do exílio e grupos políticos de diferentes espectros se associaram para lutar contra o regime nazista.

Não cabe aqui traçar todas as linhas de atividade política e cultural de escritores e intelectuais. É importante assinalar, no entanto, que este primeiro período do exílio foi em termos literários, artísticos e culturais o mais frutífero. Com o correr dos anos, as condições de vida de escritores e intelectuais deterioraram-se paulatinamente, sobretudo a partir de 1937-1938. Com o recrudescimento da recessão e do desemprego ao longo dos anos 30, França, Suíça e outros países de

asilo passam a restringir a concessão de vistos de permanência assim como licenças de trabalho para os exilados. Aumenta por outro lado a emigração, sobretudo de judeus alemães, principalmente após o pogrom (denominado pelos nazistas de *Reichskristallnacht*- noite dos cristais) e a queima de sinagogas em toda a Alemanha, realizados na noite de 9 para 10 de novembro de 1938. Com a anexação da Áustria em março de 1938, o número de exilados, que a esta altura já não são mais bem-vindos em nenhum país da Europa, cresce geometricamente. A anexação da Áustria assinala assim o fim do primeiro período do exílio.

O segundo período de 1938 a 1940 é o da fuga em massa de todos os grupos de exilados para países ultramarinos. Em março de 1939 a Tchecoslováquia, que abrigava tantos exilados, é invadida por tropas nazistas. Os grupos provenientes desse país e da Áustria afluem todos para a França e Inglaterra. Finalmente, em 1º de setembro de 1939, tem início a II Guerra Mundial com a invasão alemã da Polônia. Em maio de 1940 ocorre então a invasão da Holanda, Bélgica, Luxemburgo e da França, a qual, após a rendição assinada no dia 22 de junho de 1940, fica dividida em duas partes: a parte norte do país até o sul de Paris é ocupada pelas tropas alemãs e a parte sul permanece “livre” sob o comando do governo colaboracionista do Marechal Pétain, o chamado governo de Vichy. A invasão e ocupação da França provoca então a fuga em massa dos exilados (só na França viviam cerca de 55.000 exilados alemães e austríacos), que, sobretudo de Marselha, no sul da França, tentam obter vistos para países fora da Europa, os quais por sua vez criavam todo tipo de empecilhos na concessão de vistos aos exilados. Dentro deste quadro desesperador e de luta pela sobrevivência, não causa espanto a ausência de qualquer tipo de atividade cultural.

A terceira fase, de 1940 a 1945, denominada fase ultramarina, é marcada pela dispersão dos exilados em quase todos os continentes. Os EUA acolheram a grande maioria dos exilados, enquanto que

a América Latina acolheu entre 75.000 e 90.000 exilados (VON ZUR MÜHLEN 1988: 49). Havia também centros de exílio em Shanghai (China), Turquia, África do Sul, Austrália, Palestina (ainda sob mandato britânico) e até na Nova Zelândia. Em todos estes países de asilo, a maior parte dos escritores produziu obras significativas, as quais em sua maioria não chegaram a ser editadas nos países de asilo. Só em alguns países (México, Argentina, EUA, e na Europa, Inglaterra) foram criadas editoras especializadas na propagação da literatura do exílio.

2. Exílio no Brasil

O mais importante país de asilo na América Latina foi a Argentina, que acolheu entre 45.000 e 50.000 refugiados (ROJER 1989: 1). Após 1933 o Brasil se tornou o segundo mais importante país de asilo na América Latina, acolhendo apenas cerca de 16.000 emigrantes refugiados de fala alemã. Neste contexto, é importante mencionar que proporcionalmente ao tamanho do país, o Brasil acolheu muito menos refugiados do que poderia ter acolhido. Este fato deve-se não só à conjuntura político-econômica da época – Era Vargas, Estado Novo, recessão econômica, simpatia declarada do governo Vargas pelos regimes fascista italiano e nazista alemão – mas também e sobretudo à impiedosa política de imigração do governo brasileiro. A partir de 1937, com a instauração do Estado Novo, a política imigratória é marcada por forte tendência anti-semita, manifesta nas circulares secretas e memorandos enviados pelo Itamarati às representações consulares brasileiras na Europa mais procuradas por refugiados, em sua maioria apátridas. Não cabe aqui traçar um painel completo da legislação e das idéias xenófobas e anti-semitas que norteavam a política imigratória (CARNEIRO 1988: 501). Concomitantemente, realizou-se no Brasil uma política de nacionalização forçada das minorias étnicas, que culmina no caso da minoria de origem

alemã, com a proibição do uso público da língua alemã e com o fechamento de jornais e editoras alemãs em 1941 (OBERACKER s.d.: 1). Na seqüência da instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, o decreto de 12 de março de 1938 proibira o funcionamento de “filiais” brasileiras de partidos estrangeiros e quaisquer atividades político-partidárias de estrangeiros. Destes fatos depreende-se que a política de nacionalização como um todo afetou profundamente não só aquelas minorias étnicas, que eram o seu alvo principal – minorias alemãs, japonesas, italianas e outras –, mas também a própria assimilação e aculturação dos refugiados de fala alemã. Não cabe, por outro lado, no escopo deste trabalho traçar um quadro exaustivo da assimilação e da aculturação sócio-econômica dos refugiados de fala alemã no Brasil. É importante assinalar que o decreto citado acima impossibilitou a criação em bases legais de organizações antifascistas de exilados, como ocorreu sobretudo na Argentina e no México. Ou seja, tanto as atividades dos partidários do nazismo e do fascismo quanto aquelas dos inimigos dos regimes nazista e fascista eram consideradas ilegais. A declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo (Alemanha e Itália) em agosto de 1942 atinge indistintamente refugiados e membros das minorias étnicas provenientes destes países.

Quanto aos escritores e intelectuais pode-se, de um modo geral, constatar que a grande maioria veio para o Brasil só a partir de 1938 e em muitos casos somente porque a emigração para os Estados Unidos não era possível. O Brasil não era portanto para a grande maioria o país de asilo desejado. Ao contrário do que aconteceu no México e na Argentina, os escritores exilados no Brasil não conseguiram, até por razões legais em função do decreto de 1941, fundar uma editora própria ou publicar em editoras brasileiras obras em alemão. Por essa razão, algumas das obras literárias ou ensaísticas destes escritores e intelectuais foram traduzidas e publicadas em francês ou em português. Além disso, grande parte das obras escritas no Brasil só foi publicada no original nos países de fala alemã da Europa

após a II Guerra ou permaneceu inédita até hoje. O fato de que poucos escritores e intelectuais representativos e conhecidos se exilaram no Brasil explica também a pouca importância do Brasil enquanto local de produção de literatura do exílio. Dentre os escritores mais representativos situam-se Stefan Zweig (1881-1942); Paula Ludwig (1900-1974), autora de ampla obra lírica; Leopold von Andrian-Werburg (1875-1951), poeta pertencente ao círculo de Stefan George e de Hugo von Hofmannstahl em Viena; e o poeta, romancista e dramaturgo Ulrich Becher (1910-1990). Nem Paula Ludwig nem Leopold von Andrian-Werburg escreveram ou publicaram no Brasil. Há, como já mencionado acima, algumas obras literárias de importância ainda inéditas até hoje, dentre as quais destacam-se o romance autobiográfico *Der Schmelztiegel* (O caldeirão de culturas) de Marthe Brill (1894-1969) e a autobiografia romancada *Seidenraupen* (O bicho-da-seda) de Hugo Simon (1880-1950), importante personalidade da vida política e cultural da República de Weimar. Os intelectuais mais representativos fizeram suas respectivas carreiras e se tornaram conhecidos após a II Guerra no Brasil. Dentre estes, é importante mencionar: Otto Maria Carpeaux (1900-1978); Herbert Moritz Caro (1906-1991); Anatol Rosenfeld (1912-1973); Vilém Flusser (1920-1991); Paulo Rónai (1907-1992); e o casal Egon (1910-1991) e Frieda Wolff (1911).

Contam-se, entre as obras publicadas no Brasil, coletâneas de ensaios pseudo-filosóficos (*Die Totalschau des Universums* em 1945 de Walter Menzl); de ensaios literários (*A cinza do purgatório* em 1942 e *Origens e fins* em 1943 de Otto-Maria Carpeaux por exemplo); obras sobre a questão judaica (*Judeus te contemplan!* em 1945 de Erich Fraenkel por exemplo); romancês históricos e/ou de entretenimento traduzidos para o português (*À sombra do Corcovado* em 1941 de Frank Arnau e *Beaumarchais, o aventureiro do século da mulher* em 1942 de Paul Frischauer por exemplo); relatos autobiográficos (*À la recherche d'un monde perdu* em 1944 de Susanne Eisenberg); e, por fim, três biografias elogiosas de Getúlio Vargas, escritas por encomenda do Departamento de Imprensa e Propaganda

do Estado Novo pelos autores Paul Frischauer, Wolfgang Hoffmann-Harnisch e Hans Klinghoffer.

3. Ulrich Becher

A única obra literária em alemão escrita e publicada no Brasil durante os anos 40 foi *Das Märchen vom Räuber, der Schutzmann wurde* (A lenda do salteador que se tornou policial) de Ulrich Becher, mimeografada numa tiragem de 500 exemplares em 1943 e distribuída pela *Notbücherei deutscher Antifaschisten in Rio de Janeiro* (Impressora de emergência dos alemães anti-fascistas no Rio de Janeiro), fundada por Willy Keller, diretor de teatro também exilado no Brasil. A difusão desta pequena obra se restringiu aos simpatizantes da causa anti-fascista e aos membros da *Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten* (Associação de emergência dos alemães antifascistas), liderados também por Willy Keller. Neste conto, o autor traça o perfil de Adolf Hitler como gângster, bandido e líder de um bando de assaltantes, que é chamado pelos poderosos para conter e eliminar a revolta dos trabalhadores.

Durante sua curta estada no Brasil (1941-1944), Ulrich Becher escreveu quatro dos cinco romances do *Brasilianischer Romanzero* (Romanceiro brasileiro), publicado em 1962 em Hamburg/Alemanha. A obra é composta de 5 romances, sendo que o primeiro e o último são os mais longos: “Romance dos cachorros raivosos do Rio”, “Romance da floresta estranha”, “Romance da árvore vermelha”, “Romance da morte do beija-flor”, e “Romance do encontro com João Damasceno Baunilha”. Além disso, escreveu no Brasil grande parte do poema narrativo *Die Ballade von Franz Patenkindt-Romanze von einem deutschen Patenkind des François Villon in fünfzehn Bänkelsängen* (A Balada de Franz Patenkindt – Romance de um afilhado alemão de François Villon em quinze canções ambulantes),

publicada somente em 1980 em Munique/Alemanha. A estada no Brasil, no entanto, inspirou-o também na composição das peças de teatro *Samba e Der Herr kommt aus Bahia* (O Senhor vem da Bahia), que numa versão posterior tem o título de *Makumba*, da maior parte dos poemas da coletânea *Reise zum blauen Tag* (Viagem ao dia azul), assim como dos contos “Die Frau und der Tod” (A mulher e a morte) (BECHER 1969: 203/326) e “Fussballeidenschaft des Napoleon Bonaparte” (A paixão pelo futebol de Napoleon Bonaparte) (BECHER 1983: 203/212). Em todas estas obras, o autor descreve um mundo de estranhezas, de paisagens mágicas e às vezes ameaçadoras. Os brasileiros têm nomes fantasiosos (em sua maioria de origem romana ou grega; Agamenon, Napoleão, Capitulina, Orestes etc.). Entregam-se ao hipnotismo dos transe da macumba e ao poder da magia negra, o que atesta o misticismo dos brasileiros. O transe se repete também no carnaval, quando o rufar dos tambores e a cadência ritmada da música levam as pessoas ao delírio. A ignorância e a miséria proliferam na cidade como a raiva entre os cães vira-latas no “Romance dos cachorros raivosos”. A linguagem do autor é carregada de adjetivos, as imagens são quase barrocas, as descrições da natureza são impregnadas de medo e fascinação. Os heróis das peças e contos são peregrinos num mundo exótico e ameaçador. A natureza surge sobretudo no *Brasilianischer Romanzero* como um *locus amoenus*, um paraíso terrestre em contraposição ao inferno da cidade do Rio de Janeiro.

“O poeta transmite através de comparações, metáforas e alusões mitológicas o movimento e o encanto da natureza, e deixa-se envolver pela atmosfera inebriante da paisagem de beleza máxima, nunca antes vista. O poeta transmite ao leitor a sensação de estar diante de um espaço primordial, intocado, inédito, como aquele do paraíso ou da idade do ouro.” (SOUSA 1996: 75)

O estilo do autor, por alguns críticos denominado de *Urwaldbarock* (barroco tropical) (ZELLER 1983: 58), é sobrecarregado de imagens exóticas e mitológicas e construções sintáticas incomuns, sobretudo nos romances de *Brasilianischer Romanzero*.

Ulrich Becher nunca foi em vida um autor muito conhecido. Segundo um dos pesquisadores de sua obra, Dieter Bachmann, Becher pertence à geração de autores que foi “devorada” pela II Guerra Mundial. Era jovem demais e desconhecido, quando partiu para o exílio. Após o término da Guerra, ele e outros de sua geração não conseguiram se tornar conhecidos (BACHMANN 1970: 27).

4. Hugo Simon

Juntamente com Stefan Zweig, Hugo Simon foi um dos mais proeminentes exilados no Brasil. Não cabe aqui, no entanto, traçar a trajetória biográfica de Simon. Mas é importante assinalar que ele foi, durante a República de Weimar, banqueiro, mecenas, colecionador de obras de arte moderna, curador do Museu de Arte Moderna de Berlim, membro influente do partido social-democrata e acionista da casa editorial Fischer. O seu exílio no Brasil começou sob circunstâncias pouco auspiciosas. Por estar sob ameaça de deportação para a Alemanha após a invasão alemã na França, onde ele e sua família viviam desde 1933, Simon teve que comprar um passaporte tcheco com o nome de Hubert Studenic. Foi com esta identidade que ele chegou ao Brasil em 1941. Com medo de ser denunciado às autoridades policiais brasileiras, ele e sua esposa saíram do Rio de Janeiro e se transferiram para Barbacena (MG). No Brasil, o casal Simon vivia precariamente, praticamente sem ter acesso aos depósitos financeiros na Inglaterra e nos EUA. Em Barbacena, Simon fez amizade com outro exilado ilustre, o escritor francês Georges Bernanos, e se dedicou à criação e ao estudo do bicho-da-seda. Somente após a II Guerra Simon conseguiu, com a ajuda de cartas de Albert Einstein e de Thomas Mann, que comprovavam sua identidade verdadeira, restabelecer sua situação civil. Sua autobiografia romanceada *Seidenraupen* foi escrita em Barbacena e em Penedo (RJ), onde passou seus últimos anos de vida. Não cabe, no entanto, no escopo deste ensaio uma

análise exaustiva do romance. Apontarei apenas alguns dos aspectos mais importantes desta obra inédita.

A ação das mais de 1.600 páginas deste romance, que não foi terminado, se estende de 1890 a 1940. Os vinte capítulos descrevem as principais passagens da trajetória do narrador, Hubert, que muitas vezes se assemelham à trajetória do autor: a infância numa pequena cidade da fronteira da Prússia com a Polônia; juventude e formação como agrônomo; atividade como fazendeiro na propriedade paterna, mudança para Berlim; casamento; transição para a atividade bancária; a I Guerra Mundial; revolução de novembro de 1918 na Alemanha; participação no 1º gabinete ministerial do estado da Prússia como ministro das finanças no início da recém-criada República de Weimar; retirada da atividade política; participação na vida cultural da República; criação de uma fazenda-modelo; ascensão do partido nazista ao poder em 1933; fuga para a França no mesmo ano; participação ativa nos comitês de auxílio aos refugiados; e finalmente eclosão da II Guerra Mundial. Esta última estação deveria ter sido complementada pela narrativa da fuga em circunstâncias dramáticas da França e posteriormente pela descrição da nova vida no Brasil como criador do bicho-da-seda.

Embora o romance pareça uma autobiografia do autor, ele na verdade segue o modelo do gênero literário *Bildungsroman* (romance de formação). As referências autobiográficas são muitas, sobretudo aquelas relacionadas ao pano de fundo histórico e social e à descrição de alguns fatos da vida do autor, mas o modelo básico do romance – o desenvolvimento gradual da personalidade do protagonista – orienta-se claramente por alguns exemplos do gênero *Bildungsroman*. Os modelos literários são em primeiro lugar a autobiografia *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit* (Da minha vida. Poesia e Verdade) de Johann Wolfgang Goethe e o romance de formação *Der Nachsommer* (O Verânico) de Adalbert Stifter. Há no romance de Simon e de Stifter os mesmos temas: cultivo e lavoura de árvores frutíferas, sobretudo das amoreiras; implementação de polí-

ticas agrárias; melhoria e aperfeiçoamento do gosto artístico e principalmente a busca de um centro espacial e espiritual como lugar de tranqüilidade, segurança e paz interior. No romance de Simon, o centro espacial é a fazenda-modelo em Seelow, com seu aviário, jardins floridos e estufa de flores raras e exóticas. O centro espiritual se concretiza na idéia do socialismo, no empenho pelas reformas sociais, que incluíam uma política de distribuição de terras para os camponeses bóias-frias com o objetivo de diminuir o desemprego nas cidades, e na luta pacifista durante a I Guerra Mundial. O cultivo do bicho-da-seda é o cruzamento das duas formas de tranqüilidade desejadas. Ele é a comprovação de que “as fronteiras não existem quando os povos querem cooperar pacificamente, intercambiando seus talentos para o proveito recíproco” (SIMON s.d.: 11).

Com a ascensão do nazismo, o centro de paz e segurança, representado pela fazenda-modelo, é destruído. Só no Brasil, então, a busca deste centro termina, o que já é antecipado no primeiro capítulo do romance através da descrição de uma viagem do naturalista e criador de bichos-da-seda Dr. Niels. É também o interesse mútuo pelo bicho-da-seda que aproxima o protagonista de sua futura esposa: “Parece que são os fios misteriosos do bicho-da-seda que sempre se tecem em torno da minha vida” (ib.: 453).

A busca da tolerância e da harmonia são os pontos que unem os personagens do romance. O intercâmbio de idéias, o refinamento do gosto artístico e também os ideais humanistas aproximam e enredam com seus fios de seda os personagens do romance. Mas a harmonia e a tolerância encontradas têm sempre pouca duração. Fatores externos tornam provisórios os espaços de harmonia, seja na cidade natal do protagonista, em Seelow, ou no círculo de amigos em Berlim. Todas as tentativas de cultivo do bicho-da-seda significativamente fracassam. Em última análise, o autor mostra que na Alemanha sob aquelas condições históricas não há lugar para projetos utópicos social-reformistas nem para se seguir o modelo de formação humanista.

“*Seidenraupen* é um exemplo raro, mas não incomum, de obra da literatura alemã do exílio de autoria de judeus alemães, que em termos de composição e de idéias foi profundamente marcada pelo idealismo alemão. O significado artístico deste tipo de texto é em geral não muito grande, pois se trata caracteristicamente de uma obra epigonal; seu valor histórico-cultural como documento da recepção continuada do idealismo alemão, da ‘religião’ dos judeus alemães assimilados é ao contrário imenso.” (TRAPP 1986: 31)

A identificação do autor do romance com o mundo alemão é tão grande, que sintomaticamente o protagonista de *Seidenraupen* é de origem protestante. A questão do judaísmo e das relações entre judeus e alemães é praticamente inexistente no romance.

O Brasil surge no romance como a última alternativa para a realização do projeto humanista personificado no cultivo do bicho-da-seda. As referências ao Brasil relacionam-se, como já citado acima, às narrativas de viagens de pesquisa naturalista. Além disso, o Brasil aparece como uma espécie de refúgio para os que querem escapar da opressão alemã. A possibilidade de emigração para o Brasil é sempre mencionada quando os males políticos da Alemanha são abordados: a guerra, o militarismo, o espírito de subalternidade e a obediência cega. Quando, por exemplo, o amigo do protagonista, Robert, resolve emigrar para a França e tenta convencer o protagonista a ir com ele, por acreditar que em caso de uma guerra o partido social-democrata seria incapaz de impedi-la, Hubert lhe responde:

“Pode ser que chegue a hora em que eu tenha que ir embora daqui. Mas neste caso eu não gostaria de ficar na Europa. Penso num país como o Brasil, lá se poderia viver.” (SIMON s.d.: 526)

Anos depois, quando a guerra parece já praticamente inevitável, Robert exorta-o de novo a emigrar:

“Se a Europa te for muito estreita, vá então para o Brasil. Só não fique na Alemanha, nesta terra, onde até os poetas e os pensadores,

sem falar na maioria dos políticos, foram e são súditos obedientes.”
(ib.: 840)

Neste sentido, *Seidenraupen* é: “um ajuste radical de contas com a Alemanha com os meios do romance clássico de formação. A ruptura com a Alemanha é definitiva.” (TRAPP 1986: 37)

O Brasil é, em última análise, o lugar utópico, onde as iniciativas social-reformistas do protagonista devem ser bem sucedidas. Por isso, o Brasil na verdade não é um país real, mas sim um objetivo longínquo, um sonho. O romance *Seidenraupen* é, além disso, um documento literário valioso para análise da mentalidade da burguesia de esquerda não-comunista na Alemanha durante os últimos anos do Império Wilhelminiano e durante a República de Weimar. Como Hugo Simon não retornou à Alemanha após a II Guerra, ele e seu romance são hoje praticamente desconhecidos. Autor e obra, assim como as tendências éticas e social-reformistas da elite burguesa de esquerda da República de Weimar caíram no esquecimento.

Referências Bibliográficas

- BACHMANN, Dieter. “Die Gegenwart als Geisterbahn. Hinweis auf den Autor Ulrich Becher anlässlich der Resistenz des Publikums gegen seinen grossen Roman Murreljagd”. In: *Die Weltwoche* Nr. 34, agosto de 1970.
- BECHER, Ulrich. *Reise zum blauen Tag*. St. Gallen, Buchdruckerei Volksstimme, 1946.
- BECHER, Ulrich. *Samba*. Viena, Universal Edition, 1950.
- BECHER, Ulrich. *Der Herr kommt aus Bahia*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1958.
- BECHER, Ulrich. *Brasilianischer Romanzero*. Reinbek bei Hamburg, Rowohlt, 1962.

- BECHER, Ulrich. “Makumba”. In: *Spiele der Zeit II*. Berlin, Weimar, Aufbau, 1968.
- BECHER, Ulrich. “Die Frau und der Tod”. In: *New Yorker Novellen. Ein Zyklus in drei Nächten*. Berlin, Weimar, Aufbau, 1969.
- BECHER, Ulrich. *Franz Patenkindt. Romanze von einem deutschen Patenkind des François Villon in fünfzehn Bänkelsängen*. München, Universitäts-Verlag, 1980.
- BECHER, Ulrich. “Fussballleidenschaft des Napoleon Bonaparte”. In: *Vom Unzulänglichen der Wirklichkeit. 10 nicht so nette Geschichten*. Basel, Lenos, 1983.
- BERG, Jan & BÖHME, Hartmut & al. *Sozialgeschichte der deutschen Literatur von 1918 bis zur Gegenwart*. Frankfurt a.M., Fischer, 1981.
- Biographisches Handbuch der deutschsprachigen Emigration nach 1933* (org. Institut für Zeitgeschichte München & Research Foundation for Jewish Immigration New York, direção e redação Werner Röder & Herbert A. Strauss). 3 vols., München, New York, London, Paris, K.Saur, 1980.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas. Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- DINES, Alberto. *A morte no paraíso. A tragédia de Stefan Zweig*. 2.Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- KESTLER, Izabela M. Furtado. *Die Exilliteratur und das Exil der deutschsprachigen Schriftsteller und Publizisten in Brasilien*. Frankfurt a.M., Peter Lang, 1992.
- KESTLER, Izabela M. Furtado. “Judeus e alemães: De Moses Mendelsohn a Adolf Eichmann”. In: *Cadernos de Letras* 11. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 51-54, 1995.
- OBERACKER, Karl Heinrich. “Die Vernichtung der deutschsprachigen Presse in Brasilien im Jahre 1941”. São Paulo, Instituto Hans Staden, s.d.
- ROJER, Olga Elaine. *Exile in Argentina 1933-1945. A historical and literary introduction*. Frankfurt a.M., Peter Lang, 1989.

SIMON, Hugo. *Seidenraupen*. [Cópia doada pela família Simon encontra-se no Hamburger Arbeitsstelle für deutsche Exilliteratur (Arquivo de Hamburgo de literatura alemã do exílio)].

SOUSA, Celeste H.M. Ribeiro. *Retratos do Brasil. Hetero-imagens literárias alemãs*. São Paulo, Editora Arte & Cultura, 1996.

STAGHUN, Gerhard. "Heinrich Heine: um solitário – um poeta entre nações e religiões". In: *Deutschland. Revista de política, cultura, economia e ciência*. Bonn, Societäts-Verlag, Nr. 2, Abril de 1997.

TRAPP, Frithjof. "Die Autobiographie des Bankiers und Politikers Hugo Simon. Politische Reflexion im Medium des deutschen Idealismus". In: KOCH, Edita (Org.). *Zeitschrift Exil*. Caderno 2, ano VI., Maintal, 1986.

VON ZUR MÜHLEN, Patrik. *Fluchtziel Lateinamerika. Die deutsche Emigration 1933-1945: politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration*. Bonn, Neue Gesellschaft, 1988.

ZELLER, Nancy Anne. *Ulrich Becher: a computer-assisted case study of the reception of an exile*. Frankfurt a.M., Peter Lang, 1983.

PRESENT DIRECTIONS OF GERMAN EXILE STUDIES IN THE USA

Hans-Bernhard Moeller*

Abstract: This essay considers the present state of U.S. scholarship on German exile literature, focusing on the recent move from a purely literary toward a social and cultural perspective. This move becomes evident in research projects on refugee children as well as in the growing interest for women in exile.

The article presents the abundant research opportunities in the U.S., but mentions also voices of frustration and fatigue. Perhaps the generational replacement among North-American Germanists contributes to bring forth a different attitude toward the subject of literary exile. In view of political shifts and technological changes, some reorientation in literary exile studies may be inevitable.

Keywords: German Exile Studies in the U.S.; Exile Children; Women in Exile.

Resumo: Este ensaio trata da presente situação dos estudos norte-americanos sobre literatura alemã de exílio, focalizando a volta recente de um enfoque puramente literário a uma perspectiva social e cultural. Essa volta torna-se evidente em projetos de pesquisa sobre filhos de exilados, bem como no interesse crescente em mulheres no exílio.

O artigo apresenta as oportunidades abundantes de pesquisa nos Estados Unidos, mas observa também indícios de frustração e cansaço. Talvez, a troca de gerações entre os germanistas norte-americanos contribua para criar uma atitude diferente em relação ao assunto do exílio literário. Em vista de modificações políticas e mudanças tecnológicas, uma reorientação dos estudos literários do exílio pode ser inevitável.

* The author is Associate Professor of German Studies, Film and Comparative Literature at the University of Texas, Austin. The author's address: Prof. Hans-Bernhard Moeller, Ph.D., Department of Germanic Studies, E. P. Schoch H. 3.102, University of Texas, Austin, Texas 78712. E-mail: h-b.moeller@mail.utexas.edu.

SIMON, Hugo. *Seidenraupen*. [Cópia doada pela família Simon encontra-se no Hamburger Arbeitsstelle für deutsche Exilliteratur (Arquivo de Hamburgo de literatura alemã do exílio)].

SOUSA, Celeste H.M. Ribeiro. *Retratos do Brasil. Hetero-imagens literárias alemãs*. São Paulo, Editora Arte & Cultura, 1996.

STAGHUN, Gerhard. "Heinrich Heine: um solitário – um poeta entre nações e religiões". In: *Deutschland. Revista de política, cultura, economia e ciência*. Bonn, Societäts-Verlag, Nr. 2, Abril de 1997.

TRAPP, Frithjof. "Die Autobiographie des Bankiers und Politikers Hugo Simon. Politische Reflexion im Medium des deutschen Idealismus". In: KOCH, Edita (Org.). *Zeitschrift Exil*. Caderno 2, ano VI., Maintal, 1986.

VON ZUR MÜHLEN, Patrik. *Fluchtziel Lateinamerika. Die deutsche Emigration 1933-1945: politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration*. Bonn, Neue Gesellschaft, 1988.

ZELLER, Nancy Anne. *Ulrich Becher: a computer-assisted case study of the reception of an exile*. Frankfurt a.M., Peter Lang, 1983.

PRESENT DIRECTIONS OF GERMAN EXILE STUDIES IN THE USA

Hans-Bernhard Moeller*

Abstract: This essay considers the present state of U.S. scholarship on German exile literature, focusing on the recent move from a purely literary toward a social and cultural perspective. This move becomes evident in research projects on refugee children as well as in the growing interest for women in exile.

The article presents the abundant research opportunities in the U.S., but mentions also voices of frustration and fatigue. Perhaps the generational replacement among North-American Germanists contributes to bring forth a different attitude toward the subject of literary exile. In view of political shifts and technological changes, some reorientation in literary exile studies may be inevitable.

Keywords: German Exile Studies in the U.S.; Exile Children; Women in Exile.

Resumo: Este ensaio trata da presente situação dos estudos norte-americanos sobre literatura alemã de exílio, focalizando a volta recente de um enfoque puramente literário a uma perspectiva social e cultural. Essa volta torna-se evidente em projetos de pesquisa sobre filhos de exilados, bem como no interesse crescente em mulheres no exílio.

O artigo apresenta as oportunidades abundantes de pesquisa nos Estados Unidos, mas observa também indícios de frustração e cansaço. Talvez, a troca de gerações entre os germanistas norte-americanos contribua para criar uma atitude diferente em relação ao assunto do exílio literário. Em vista de modificações políticas e mudanças tecnológicas, uma reorientação dos estudos literários do exílio pode ser inevitável.

* The author is Associate Professor of German Studies, Film and Comparative Literature at the University of Texas, Austin. The author's address: Prof. Hans-Bernhard Moeller, Ph.D., Department of Germanic Studies, E. P. Schoch H. 3.102, University of Texas, Austin, Texas 78712. E-mail: h-b.moeller@mail.utexas.edu.

Palavras-chave: Estudos norte-americanos sobre literatura alemã de exílio; Filhos de exilados; Mulheres no exílio.

Stichwörter: Studien zur deutschen Exilliteratur in den USA; Emigrantenkinder; Frauen im Exil.

1. Introduction

In North America, research into German exile began at an early date and was not limited to self-reflections by the Hitler refugees themselves. During the 1940s, the New York paper *Der Aufbau* printed articles about German language writers and filmmakers in exile in the USA (e.g., PINTHUS 1944: 47, KAFKA 1944: 42). From 1944 to 1947, American-born Harold VON HOFÉ, the author's teacher, published a series of essays on *German Literature in Exile* in the *German Quarterly*, the organ of the American Association of Teachers of German. These articles originated in New York and Los Angeles, the primary centers to which Central Europeans fleeing Hitler's Germany had flocked. In 1957, William K. PFÉILER published *German Literature in Exile*, the first book-length study on the subject, in Nebraska, America's distant Middle West.

Since these mid-century analyses, many pages of American criticism and literary history about the German-speaking refugees of the 1930s and 40s have been written, in fact, altogether too many for a definitive assessment by a single chronicler. Nevertheless, this article considers the state of American German exile studies from their inception to the present, keeping in mind the special status of North American exile scholars and the politics of higher education. In the main, however, I intend to survey some past approaches and accomplishments, some new departures and criticisms, as well as some coming changes within American studies of German-language exile.

In addition to the sheer volume of American criticism devoted to German exile literature, some further factors hinder an adequate overview of the broad spectrum of exile research in the USA. American scholars may focus on the exiles within a variety of academic disciplines: Jewish studies or demographics, history or political science, sociology or economics, theater arts or belles-lettres, fine arts or philosophy. Clearly, these are too many fields to maintain in sharp focus. In addition, the American research professor tends to work rather individualistically, almost in isolation, a point to which I will return in more detail later. Many individual university researchers are thus moving in diverse directions, hampering our overview. The mesh of American and German collaboration, moreover, frequently complicates distinguishing between which portion of research was carried out on this side of the Atlantic and which was not. Ever since a first symposium on *Exile and Inner Emigration* was held at the University of Wisconsin, Madison, in the early 1970s, interconnections have been apparent. A conference might be held in the USA with the proceedings published in Germany, as were the Madison results, and vice versa. Scholars from the two countries at least would join in an exchange of ideas and insights about common exile concerns.

The multiplicity of such conferences also escapes an individual's control. More than one and a half dozen have taken place since the early 1970s. Despite the general isolation of researchers, steps forward tend to emerge from these scholarly meetings. Initially, they pursued the urgent objectives of securing source material from aging writers, of identifying eyewitnesses and other survivors, of procuring documentation, and exchanging bibliographical data. The exile specialists amongst the readers know themselves how vexing it was, to be forced to formulate introductions to a sub-discipline that was groping for criteria and methods – all this at the very time the researcher was still gathering sources. As the first coordinates of German literary exile evolved, these conferences gradually yielded more

theme-oriented focuses. Only one conference was dedicated to a single literary genre; the 1976 meeting at Columbia, South Carolina, concentrated on *Deutsches Exildrama und Exiltheater*. Other generic studies were largely left to the wealth of emerging monographs and dissertations. Nearly half a dozen conferences pursued lines of demarcations: *Exile and Inner Emigration I and II* (1971), *German Exile Literature and Literature in the Third Reich* (1977), *German Exile Literature and Literature of the Post-War Period* (1979), and, finally, *Exile Literature and the Arts* (1988). Several scholarly meetings concentrated on historical aspects, such as a 1991 conference on *World War II and the Exiles* and the 1982 Houston event that endeavored to place the literary exile in the larger historical context of the epoch from the early 1930s to the mid-1960s. Another 1990 meeting in Texas chose an aspect related to history, the Spanish Civil War, but ultimately emphasized the aesthetics of exile, as did a 1983 forum in Los Angeles. Two conferences during the 1980s and early 1990s dealt with the reception of refugee writings: the 1984 Riverside, California, symposium on *Exil: Wirkung und Wertung*, and the 1991 Nashville, Tennessee, meeting on *Die Resonanz des Exils*. A sketch of the major American exile conferences which by and large were sponsored by the Society for Exile Research must suffice here. Any attempt to profile the numerous monographs authored by individual scholars and devoted to exiles, genres, and images of America in the works of refugee writers would take us too far afield. Here we may refer to Herbert LEHNERT's works on Thomas Mann, James K. LYON's *Brecht in America* (1980), Jost HERMAND's numerous essays (cf. 1972, 1981, 1992), and the imposing multi-volume series on the exile centers of California and New York, edited by John M. SPALEK and Joseph STRELKA (1976, 1989), as paradigms for this branch of scholarship.

Rather than simply enumerating accomplishments of American research on German exile literature which must fall victim to constraints of time and space, I shall turn to some less charted terrain

and new directions which may ultimately yield more benefits to scholars weighing future options for their own exile studies in Central and South America.

2. Research on Exile Children and the Young

One trend from pure literature toward the social and cultural sciences becomes apparent in the new research focus on refugee children and youth and is evident in the following interview between exile scholar and Brecht specialist James K. LYON and the dramatist's daughter, Barbara Brecht-Schall.

"LYON: (...) About the German exiles in the USA we meanwhile know quite a lot. (...) About the exiles' children and their reception, experiences, acclimatization etc. we know only a little. How do yours compare with those of other refugee children (...)?" (LYON 1997: 18)

Here, Barbara Brecht-Schall recollects details from her pre-teen years in the Southern California of the 1940s. The parents shielded brother Stefan and her from certain "adult" issues of their exile existence. She neither knew that her father was under constant observation by the FBI, nor did she ever become aware of Brecht's extramarital relationships sensationalized by John FUEGI in his 1994 book *Brecht and Company: Sex, Politics, and the Making of Modern Drama*. Apparently both parents exercised discretion surrounding their "open marriage", mostly to assure stability in the life of offspring who had been subject to numerous dislocations during the family's flight from the Nazis (LYON 1997: 34-35). Both Helene Weigel and Brecht, as Barbara recalls them, were caring parents, with Brecht promoting serious family conversations over dinner. He took great interest in his children's schooling activities as well as in their extra-curricular pursuits (ib.: 26).

LYON's interview, of course, has abandoned the conventional autobiography, the literary record narrating a continuum of birth, childhood, youth and maturity. Instead many eclectic, non-synchronic snapshots document episodes from Barbara Brecht's childhood. These offer fragments of an exile topography: the home, initially furnished with Salvation Army furniture, the dinner table, experiences with parents and brother Stefan, neighbors, school and the lack of friends. Memories of earlier exile stations intervene. Time after time, the work of reconstruction clearly underscores the problems associated with biculturalism, especially the child's bilingualism creating self-awareness as the "other", while concomitantly further distancing herself even from the biological parents.

The acculturation of children of exiles has long fascinated social scientists and authors of autobiographies alike. As a forerunner of current research interest centered on refugee youth, Ruth NEUBAUER in the mid-60s wrote *Differential Adjustment of Adult Immigrants and Their Children to American Groups. The Americanization of a Selected Group of Jewish Immigrants of 1933-1944* (1966). The 90s raised the general public's awareness of children in the USA: Children and TV, children/youth and crime, youth and unemployment, children and economic exploitation became the new buzz words.

This media climate may have elevated the focus of scholarly awareness in exiles of this age group. As a consequence, two recent conferences united former exiles and scholars confronting this issue. *Kinder im Exil – Kinder im Holocaust – Kinder im Faschismus*, an international forum organized by Victoria Hertling, took place at the University of Nevada, Reno, Nevada, Oct. 3-6, 1996. Sonja Levitin, well-known exile author of books for children and young readers, was the personal "eyewitness", offering readings from her works. The second event, an *Anschlußtagung* or sequel, entitled *Für ein Kind war das anders. Literarische und künstlerische Repräsentationsformen traumatischer Kindheitserfahrungen im nationalsozialisti-*

schen Terrorsystem (im Versteck, Ghetto oder KZ), was chaired by the American and German team of Guy Stern, Wayne State University, Detroit, and Barbara Bauer of the *Institut für Neuere deutsche Literatur und Medien, Philipps-Universität Marburg*. The *Philipps-Universität* hosted this international symposium from May 22-25, 1997. Not having been present at either meeting, I am obliged to await conference reports and publications of the proceedings. What emerges from these exchanges, however, is a clear common denominator: the double focus on both exile and the Third Reich.

3. Women in Exile

A further departure concerns research on women in exile. In her 1996 essay, *Die Aktualität der Frauen- und Geschlechterforschung für die Exilforschung*, Sibylle QUACK states:

"Because women originally were not seen as autonomous beings in exile research, or at best marginally, and exclusively in relation to 'their' (famous) men, their biographies initially had to be processed and completed [aufgearbeitet]. This task has in no way been exhausted. We need to expand the above to include inquiries about the exile experiences of both women and men and integrate these." (33)

The very status of women in the traditional Western cultural canon may complicate QUACK's research agenda. Consider, as a case in point, Anna Seghers. Arguably the most widely read female German exile author, Seghers tended to prefer male protagonists, and critics have identified in her works the "masculine look" (Erika HAAS 1980). By contrast, Christiane ZEHL ROMERO (1993) perceives an evolution in Seghers. She discerns a positive reassessment of the female both as provider and preserver of that routine domestic life or *gewöhnliches Leben* which alone may make the refugee existence bearable. Yet even this scholar concedes that Seghers never did publish

Frauen und Kinder in der Emigration, although this series of sketches was found among the novelist's posthumous papers (ib.: 61-62).

In *Women's Voices in American Exile*, Guy STERN and Brigitte SUMANN treat prominent representatives of the exile intelligentsia ranging from Hannah Arendt to Hilde Spiel. Their study, however, focuses only on women who wrote just fiction and poetry. The authors make frequent reference to early research such as Gabriele KREIS' seminal study *Frauen im Exil. Dichtung und Wirklichkeit* (1984), the *Women in Exile* Special Issue of the American journal *The Germanic Review* 62 (No. 3, 1987), and Renate WALL's *Lexikon deutschsprachiger Schriftstellerinnen im Exil 1933-45*, now in its 3rd edition (1995).

STERN and SUMANN reveal several demonstrable patterns characteristic of the biographic and literary activities of their exile subjects:

1. Female exile writers developed much later than their male partners, sometimes not until after reaching a different continent and occasionally not even until their husbands' death. As examples STERN & SUMANN cite Alice Herdan-Zuckmayer, Stella Hershan, and Gertrud Thieberger-Urzdil. Among refugees to South and Central America, Paula Ludwig and Anna Steuerwald-Landmann also wait past their return to Central Europe from Brazil and Chile, respectively, until they begin publishing. Hilde Domin underlines this pattern. In conversations with this researcher, she defined herself as *Bodenpersonal* or ground personal while fleeing from Hitler's Germany to Italy, thence to the United Kingdom, and, finally, in 1940, to the Dominican Republic. Her husband, Erwin Walter Palm, an art historian and recognized scholar of Iberian and Ibero-American cultures, himself published poetry, plays and many translations, especially from Latino and even Mayan sources. Indeed, Hilde Palm remained in his shadow until metamorphosing into the impor-

tant and productive poet Hilde Domin upon her return to Central Europe. Most exile researchers have come face to face with the bravery and astounding flexibility of refugee artists' wives who in their adopted settings re-invented themselves vocationally in jobs ranging from candy maker (Katja Arendt) to eye training specialist, frequently with low-skill employment simply to eke out a living for their families. Elisabeth Hauptmann, for instance, actually toiled in the Midwest as a maid. Elsewhere Hilde Marx worked variously as a live-in au pair and a retail shop clerk.

2. Female exile writers in the U.S. concentrated on literary forms with relatively small marketing hopes. On the one hand, they worked in the genre of autobiography. This by itself, STERN & SUMANN suspect, may not have furthered their name identification in the face of a literary canon that tends to focus on other genres. Eva LIPS's *Rebirth in Liberty* (1942) and Friedelind WAGNER's *Heritage of Fire* (1945) can serve as examples. The foremost illustration, however, may be *Blood and Banquets: A Berlin Social Diary* by Bella FROMM who wrote for both the *New York Post* and the distinguished *Harper's Magazine*. This autobiography first appeared in 1942 and was reissued in the 1990s both in hardcover and paperback. As an aside, let me mention here work in this sub-discipline of exile autobiography by former students of mine who concentrated on women in Latin America. After writing her dissertation on poet Erich Arendt, Suzanne SHIPLEY gave accounts of Katja Arendt's experiences in Columbia. Working on a broader spread of autobiographies, Katherine MORRIS continues to publish on *German-Jewish Women in Brazil*, pursuing autobiography as cultural history with a feminist bent (QUACK 1995 b: 147-158; also MORRIS 1996).

As a second genre, women exile writers favored poetry, again a format with low market appeal in the USA. In addition, among

poets such as Ilse Blumenthal-Weiss, Lisa Kahn, Lili Körber and Margarete Kollisch, some voicing proto-feminist themes (Vera LACHMANN, *Golden tanzt das Licht im Glas*, 1969) may have been ahead of their time and the general public's readiness for such tones. Like Hilde Domin, Rose Ausländer, too, largely depended for recognition on post-World War II Germany (*Blinder Sommer*, 1965; *36 Gerechte*, 1967; *Noch ist Raum*, 1976).

3. Women developed a more successful bridge to American publishers and readers in youth-oriented literature. Adrienne THOMAS, a journalist for the New York *Free World Magazine*, wrote *Reisen Sie ab, Mademoiselle?* (1944). Patently more successful in the New World, Hertha PAULI published three books for children and juveniles which were destined to become all-American reading fare (*The Story of the Christmas Tree*, Boston, 1944; *Silent Night: The Story of a Song*, New York, 1951; *Lincoln's Littlest Correspondent*, Garden City, New York, 1952). Sonja Levitin's narratives likewise became standards in many libraries.
4. Exiled women writers also were active as scriptwriters for the Hollywood studios. Among roughly a dozen we can find the very same Hertha Pauli, as well as Erika Mann, Lilo Dammert, Lilly Hatvany and Victoria Wolff. Probably the most professional among exile film writers belonging to this group were Gina Kaus and Salka Viertel, both with many film credits. Viertel not only contributed centrally to almost half a dozen screenplays for Greta Garbo but also successfully cultivated at her Santa Monica home an integration of Hollywood and the German Weimar in exile (MOELLER 1976: 699). Successful film scenarists of the younger exile generation that had reached the New World as children not only included Salka Viertel's son Peter but also women such as Ruth Praver-Jhabwala (screen-

plays for James Ivory's *Room With a View*, 1986, and *Mr. and Mrs. Bridge*, 1989).

When learning of an exile career like Hertha NATHORFF's, it becomes clear why a relatively high proportion of women exile studies focus on subjects other than literature or even the arts. Renate WALL relates that NATHORFF, a gynecologist from Central Europe, went to work for her husband, himself a medical doctor, and subsequently instructed other female exiles in the care of infants, children and the sick (WALL 1995: 136-137). Throughout she authored verse published in the press as well as in journals and anthologies. For her diary, *Das Tagebuch der Hertha Nathorff*, she earned several literary prizes. Following the death of her husband, she once again changed her profession, becoming a psychotherapist at a well-known sanatorium. A range of gifts, including her proven literary talent, reverberates in a memorable series of life roles and professions which repeatedly demonstrate NATHORFF's prioritizing family welfare over her own individual self-expression.

In an essay in *Frauen und Exil (Exilforschung 11, 1993)*, Heike KLAPDOR has challenged an earlier (male) consensus that viewed such phenomenal female exile adaptability as less of a downward step on the social status ladder than it would have been for highly trained men. In *Überlebensstrategien statt Lebensentwurf* she demonstrates that in the extreme crisis of exile even women with professional qualifications placed survival before status; Nathorff thus appears almost the rule rather than the exception. Doris Dauber in Argentina, Ph.D. philologist, in her roles of maid, nanny, packer, and even toilet attendant at a nightclub (described in her *Eine Nacht – ein Leben*, 1945) could serve as a further example. According to KLAPDOR,

"It was easier for women in times of crisis to subjugate themselves to generalities and imperatives, to create the elementary pre-conditions for survival, instead of dwelling in despair about their shaken identity." (26)

On the basis of this rationale, KLAPDOR promotes differentiating criteria that enable the researcher to distinguish the specific gender reactions to the conditions of exile. A parallel position is advocated by Sibylle QUACK who observes:

“Who today, for example, would deny that in the decision to emigrate not only age but also gender played an exceedingly important, indeed, often decisive role?” (1996: 33)

In his *Epilogue: The First Sex*, American cultural historian Peter GAY similarly emphasizes “adaptability” as a virtue that he finds in individual life stories of women exiles as well as in the scholarly writings devoted to them (358); he asserts that “women rallied – astonishingly and magnificently – in their new homelands” (359). He, further, states that “the time of the mute, inglorious women has come”, he would sooner recognize them than extol the Hannah Arendts and Anna Freuds. This is, of course, not the tenor of all research dedicated to women refugees. *Frauen und Exil*, the special 1993 year-book issue of *Exilforschung*, does feature more prominent literary figures such as Erika Mann, Nelly Sachs, Hermynia Zur Mühlen and Christa Winsloe. And respect is duly accorded in the same volume to non-literati, for instance, highly regarded dancer Lotte Goslar and historian Selma Stern. Still, the subtitle of this volume, “Zwischen Anpassung und Selbstbehauptung” [Between Adjustment and Self-Assertion], also underscores a social emphasis. “Great-woman history is as problematic as great-man history.” (GAY 1995: 355)

Correspondingly, recent researchers of exile have sought to identify the role of women refugees in the immigrant community, rescue and assistance agencies, and the American labor movement (QUACK 1995 b, Part II). In addition, their track record has been documented. The results shed light on women as aid givers: physicians, social workers, psychologists and psychoanalysts. In addition, the exile experiences of female refugee historians, legal professionals, former

Reichstags politicians from the Left, and even women farmers have been scrutinized (ib.: 215-340).

4. Further Perspectives

Individual research projects in this sub-field in the 1990s have been augmented by collective ones yielding omnibus volumes and conference reports. An institutionalization is apparently under way. As an aside, let me recall a past episode from one of the early international conferences on exile. A colleague from East Germany and I were introduced to one another. At one point I tried to explain to him that exile studies at the University of Texas meant me alone, meaning that I was the only professor out of two dozen Germanists in this specialty. He persisted in asking about the institute of which I was a member. Wasn't there some official group comparable to the East Berlin Institute for Marxism/Leninism or an *Akademie*, some official body of which I was part? He could not fathom that American professors would be mostly on their own in their research focus and decisions, including even buying their own postage for research-related correspondence, and, of necessity, applying here and there for occasional funding. In their individualistic American notions of research, University of Texas clerical staff, on their part, failed to understand that any requests mailed to GDR or other Eastern European archives would not be honored unless submitted on official university letterhead stationery. On plain paper, even a professor simply would have been almost a non-entity in the East...

To return to our topic of institutionalization, there are now organized efforts promoting the advanced research in this specialty, however loose and individualistically American. Circles of shared interest are springing up. Take, for instance, the *Arbeitskreis Frauen im Exil* active since 1990 (QUACK 1996: 34, 43 footnote 28). It has

striven to convene for regular annual conferences, and true to its international "parent organization", the Society for Exile Research / *Gesellschaft für Exilforschung*, it has even held a meeting in Central Europe. It sponsored the 1996 Wuppertal event jointly with the Else-Lasker-Schüler-Gesellschaft. Of course, such conferences have not been an American monopoly; we duly note the *Frauen im Exil forum* at the *Kurt-Schumacher-Akademie* (Bad Münstereifel, FRG, Oct. 28-30, 1991; cf. *Nachrichtenbrief* 49-54; BENNINGHOFF-LÜHL 1991: 13-17). Other conferences include the 1991 symposium *Women in the Emigration after 1933*, sponsored by the German Historical Institute, Washington, D.C. Such group contacts and shared interests are apt to promote exchanges and further insights.

The refugee haven of the U.S. accommodated more women exiles than men – 53% versus 47% (QUACK 1995 a: 75-82). Whether the focus is on the everyday story in exile, the occupations, the arts in general, or on literature, specialists in the methodology of women and gender studies are now actively engaged in the field. Sibylle QUACK concludes a recent research report with the conviction "Ein großes Aufgabengebiet liegt vor uns" (1996: 41).

In addition to studies of exile children and women, other relatively smaller research trails have been forged. Official governmental relations to individual exiles, both those of the Third Reich and those of the USA, have become somewhat more accessible with the opening of sources. Studying some aspects of the German exiles in Mexico during the mid-1970s, I became aware of FBI surveillance of their correspondence with other German-language authors in the USA. Working on novelist Stefan Heym's New World writings at the same time and assuming that this similarly left-leaning exile might also have been under the watchful eyes of the same secret service, I wrote to the agency requesting his files. To my surprise I was indeed sent some material. But most of the records had simply been blacked out. The march of history, not to forget the relatively recent American

Freedom of Information Act, that entitles Americans to see certain official records, has changed this situation. Alexander STEPHAN, for one, has made good use of the new access and brought to light much new information culminating in his *Im Visier des FBI. Deutsche Exilschriftsteller in den Akten amerikanischer Geheimdienste* [In the Sights of the FBI. German Exile Writers in the Files of the American Secret Service Agencies] (1995).

Exploring government sources, for instance the American archives in Virginia and others in Eastern Europe, can be part of new exile research. Other desiderata include aspects of the refugees' return and reception. Wulf KOEPKE has raised the question as to the designation of Paul Celan, Erich Fried and Peter Weiss (and one could add Wolfgang Hildesheimer). They are generally viewed as members of the *Gruppe 47*, and thus as figures of West German post-World War II literary life. Has their exile status been adequately assessed? (KOEPKE 1996: 87) Are there similar cases of younger-generation writers who had fled to the USA? Or did all the representatives of this age group remain in America, as did Peter Viertel and Frederic Morton (cf. MOELLER & SANTNER 1989)? The larger question here is that of acculturation v rejection of assimilation. Other desiderata I would include – albeit at the risk of sounding pro domo – are additional cross-disciplinary studies, for instance, comparative literature perspectives.

These are but a few of many possible future research avenues within the exile field. At the same time, colleagues have warned of *Ermüdungserscheinungen* or fatigue in the field. In *Exilliteratur – ein abgeschlossenes Kapitel?* Bernhard SPIES does not just raise a rhetorical question, as he points to some voices of frustration with past research results (*Exilforschung* 14, 1996: 11-30). To him, however, if there is indeed a certain stagnation in exile studies, it would originate from methodological shortcomings. As a principal problem SPIES identifies what one could rightly term the false ideal of a quasi

“unified field theory” for exile studies. He detects in scholarly writing on the exile three underlying patterns:

1. the moral-political intent or, at least, character of committed art;
2. common literary exile aesthetics;
3. psychological-anthropological archetypes, such as Harry LEVIN’s ‘proposition of *Paradise Lost* as a fundamental formulaic model for all exile narratives (LEVIN 1966: 62).

According to SPIES:

“The search for these principles has remained without results, but, unfortunately not without effect: literary exile studies have opened internally a field of tensions among one-sided positions which are as much mutually exclusive as they pre-condition each other. Methodologically, exile studies have gotten so entangled that their present status defines itself more on the basis of the problems they engender than with their theme.” (1996: 16-17)

To SPIES, then, any stagnation would be largely of the discipline’s own making. This overbearing need to him, is, however, also historically motivated. He considers it on the one hand as a component of the epochal desire for a recognized “signature of the era”. On the other hand, it originated from a defensive attitude within this specialty in its initial stages when exiles, especially in the Federal Republic of Germany, tended to be regarded as verging on traitors. This *Legitimationszwang* or compulsion to legitimate the scholarly cause continued to be perceived even after recognition came in the 1970s.

History evidently is easily tempted to have a hand in both exile experience and exile studies. SPIES himself wonders whether or not any sense of stagnation among scholars might not also be inspired by changes in the general political climate. One may recall here that the student protest generation brought a dramatic upswing of societal

interest in exile. The former rise and current fall in public perception of that generation may then also, conversely, mark a decline for exile literature. And the public mood today is much more conservative and given over to national, rather than supranational concerns, namely exile.

Or can one instead detect the reason for this temporary or long-term sense of stagnation in financial constraints? American humanities faculties, and foreign language departments in particular, are caught in a pincer grip. First: Foreign language programs, especially those concentrating on European cultures, have experienced a considerable decline in the last five years, resulting in demonstrable cuts of state support. Second: The current financial fatigue within the ranks of American taxpayers of the 1990s, coupled with the increasing fortunes and strength of the Republican Party, have allowed politicians further to slash funding of higher education, especially at state universities.

Closely connected to this reduction in funding may be a generational change in research personnel with its wider ramifications. The American university system experienced a period of rapid growth in the late 1950s and early 1960s; the year 2000 will thus bring a massive change in the faculty profile. University administrations seized on the slump in foreign language enrollments and the funding crises to downsize and even terminate some programs. Some of the scholars recruited during the expansion and now nearing the traditional retirement age were forced into an early professional exit. Witness the case of John M. SPALEK, one of the true pioneers and dynamos amongst exile researchers. This indefatigable author of standard source guides, to wit his *Guide to the Archival Materials of the German-speaking Emigration to the U.S. after 1933* (1978), and his many other related studies of exile, became a recent casualty when the flagship of the New York higher education system, the State University of New York at Albany, closed its Department of German and Rus-

sian. What will happen to the central archives which Spalek established there is anybody's guess. Elsewhere, important figures in this area have indeed retired or been accorded emeritus status. A considerable number of the older faculty were themselves either exiles or European immigrants who took advantage of the aforementioned expansion phase; their successors, in times of economic depression and closed national job markets, will be American-born. One of the former comments: "Even American German Studies, as they become more and more American, will lose émigré perspectives and will view the exile experience from a more remote vantage point" (KOEPE 1996: 89).

Will this generational replacement involve a different attitude toward the subject of exile? Is the long-standing sensitivity favoring restitution, the *Wiedergutmachungsethos*, about to be eclipsed? In the words of Wulf KOEPE:

"Again and again we hear voices which proclaim that exile literature must first and foremost be viewed and interpreted as *literature*. But it is precisely here that one becomes cognizant that such a reading disregarding temporal circumstances, remains incomplete or slanted. Accordingly, it becomes apparent that a special commitment is an intrinsic part of this particular area of study and that science, with a paradoxical justification, suspects in this specialty the encroachment of a sort of foreign body." (1996: 75)

A new concentration is presently emerging in American and other Western literary studies. A recent symposium at Washington University, St. Louis – where another grand old man of exile research, the venerable Egon Schwarz, taught – was entitled *Postcolonial German Literature*. Should the change visible in this new focus be a harbinger of diversion from the traditional focus on exile studies with their characteristic *Wiedergutmachungsethos*? This may well be another sub-discipline, interested, like exile studies, in cross cultural subjects. Only time will tell. On the other hand, whoever witnessed the reception given Daniel Goldhagen in Germany, may think such

conjecture premature. GOLDHAGEN's controversial *Hitler's Willing Executioners. Ordinary Germans and the Holocaust* (1996) found an overwhelmingly positive echo there and among U.S. students of Germanistics, one which was at variance with professional criticism and the population at large.

Much more so than for other specialties, history, the political climate of the time, remains an intricate factor of exile studies. Concurrently, the radical technological changes of the information age also have their unique impact. What kind of effect will the World Wide Web have on exile studies in general? Will it, for instance, help overcome the individualist isolation of American researchers? Can we, perhaps, abstract a preliminary answer from current scholarly activity on women exiles? The feminist American WiG, Women in German, are establishing home pages (<http://macro.micro.umn.edu/wig.html>), and officially supported German websites such as the *Frauen-Info-Netz* in North Rhine-Westphalia at the University of Bielefeld, concentrate on *Frauenforschung* (<http://www.uni-bielefeld.de/IFF/fraueninfonyetz/>).

In the face of political shifts and technological changes, we may have to brace ourselves to accept some reorientation in exile studies. Goethe was right, after all, when he wrote:

"There is no doubt (...) that universal history must from time to time be revised. The necessity of this derives (...) because contemporaries living within the march of time are led to positions from which the past can be both viewed and assessed in a new mode." (413)

Bibliography

BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle (ed.). *Frauen in der Literaturwissenschaft*. Hamburg, Universitümlat, 1991.

Pandaemonium Germanicum. n. 3.1, p. 127-149, jan.-jun. 1999

- FROMM, Bella. *Blood and Banquets: A Berlin Social Diary*. Garden City, New York, Garden City Publishing Co., 1942. (Reprinted: New York, Carol Publishing Group, 1990.)
- FUEGI, John. *Brecht and Company: Sex, Politics, and the Making of Modern Drama*. New York, Grove Press, 1994.
- GAY, Peter. "Epilogue: The First Sex." In: QUACK, 353-365, 1995 b.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. "Materialien zur Geschichte der Farbenlehre. IV Abt. 16. Jahrhundert. Baco von Verulam." In: *Gedenkausgabe der Werke*. Zürich, Artemis, Vol. 16, 404-415, 1949.
- GOLDHAGEN, Daniel. *Hitler's Willing Executioners. Ordinary Germans and the Holocaust*. New York, Knopf, 1996.
- HAAS, Erika. "Der männliche Blick der Anna Seghers." In: *Notizbuch 2*, 134-149, 1980.
- HERMAND, Jost. "Schreiben in der Fremde. Gedanken zur deutschen Exilliteratur seit 1789." In: *Exil und Innere Emigration: Third Wisconsin Workshop* (ed. Jost Hermand & Reinhold Grimm). Frankfurt/M., Athenäum, 7-30, 1972.
- HERMAND, Jost. *Zu Ernst Toller. Drama und Engagement*. Stuttgart, Klett, 1981.
- HERMAND, Jost. *Engagement als Lebensform: über Arnold Zweig*. Berlin, Sigma, 1992.
- KAFKA, Hans (John). "What Our Immigration Did for Hollywood and Vice Versa." In: *Der Aufbau [USA]* X, No. 51, 22 Dec., 41-42, 1944.
- KLAPDOR, Heike. "Überlebensstrategie statt Lebensentwurf." In: *Frauen und Exil, Exilforschung* 11, 12-30, 1993.
- KOEPKE, Wulf. "Anmerkungen zur Kontinuität der Exilliteraturforschung in Nordamerika." In: *Exilforschung* 14, 75-94, 1996.
- KREIS, Gabriele. *Frauen im Exil. Dichtung und Wirklichkeit*. Düsseldorf, Claassen, 1984.

- LACHMANN, Vera. *Golden tanzt das Licht im Glas*. Amsterdam, Castrum Peregrini, 1969.
- LEHNERT, Herbert. *Thomas Mann – Fiktion, Mythos, Religion (=Sprache und Literatur 27)*. Stuttgart, Kohlhammer, 1965.
- LEHNERT, Herbert. "Thomas Mann in Princeton." In: *Germanic Review* 24 (January), 15-32, 1964.
- LEHNERT, Herbert. "Bert Brecht und Thomas Mann im Streit über Deutschland." In: In: SPALEK & STRELKA (eds.), 62-88, 1976.
- LEVIN, Harry. *Refractions. Essays in Comparative Literature*. New York, 1966.
- LIPS, Eva. *Rebirth in Liberty*. New York, 1942.
- LYON, James K. *Bertolt Brecht in America*. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1980.
- LYON, James K. (ed.). *Brecht in den USA*. Frankfurt/M., Suhrkamp, 1994.
- LYON, James K. "Interview mit Barbara Brecht-Schall." In: *Brecht Yearbook* 22, 9-71, 1997.
- MOELLER, Hans-Bernhard. "Exilautoren als Drehbuchautoren." In: SPALEK & STRELKA (eds.), 676-714, 1976.
- MOELLER, Hans-Bernhard & Eric SANTNER. "Frederic Morton." In: SPALEK & STRELKA (eds.), 690-703, 1989.
- MORRIS, Katherine (ed.). *Odyssey of Exile. Jewish Women Flee the Nazis for Brazil*. Detroit, Wayne State, 1996.
- Nachrichtenbrief/Newsletter der Gesellschaft für Exilforschung* 13 (Dez.), 49-54, 1991.
- NATHORFF, Hertha. *Das Tagebuch der Hertha Nathorff: Berlin – New York, Aufzeichnungen 1933 bis 1945 (=Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte. Schriftenreihe 54)*. München, Oldenbourg, 1987.
- NEUBAUER, Ruth. *Differential Adjustment of Adult Immigrants & Their Children to American Groups. The Americanization of a Selected Group of*

- Jewish Immigrants of 1933-1944*. (Diss. Columbia University, New York.), Ann Arbor, Michigan, University Microfilms, 1966.
- PFEILER, William K. *German Literature in Exile*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1957.
- PINTHUS, Kurt. "Dichter überwinden das Exil." In: *Der Aufbau* [USA] X, No.51, 22 Dec., 47, 1944.
- QUACK, Sibylle. *Zuflucht Amerika: Zur Sozialgeschichte der Emigration deutsch-jüdischer Frauen in die USA 1933-45*. Bonn, Dietz, 1995 a.
- QUACK, Sibylle (ed.). *Between Sorrow and Strength: Women Refugees of the Nazi Period*. New York, Cambridge Univ. Press, 1995 b.
- QUACK, Sibylle. "Die Aktualität der Frauen- und Geschlechterforschung für die Exilforschung." *Exilforschung* 14, 31-43, 1996.
- SHIPLEY, Suzanne. "In Exile: The Latin American Diaries of Katja Hayek-Arendt." In: *American Jewish Archives Journal* 34 (November) 157-188, 1987.
- SHIPLEY, Suzanne. "Das andere Tropenland Kolumbien." In: *Mexiko, das wohltemperierte Exil* (ed. Renata von Hanffstengel, Cecilia Tercero & Silke Webner Franco), 182-188, 1995.
- SPALEK, John M. *Guide to the Archival Materials of the German-speaking Emigration to the U.S. after 1933*. Charlottesville, University Press of Virginia, 1978.
- SPALEK, John M. & Joseph P. STRELKA (eds.). *Die deutschsprachige Exilliteratur seit 1933 in Kalifornien*. Vol. I, Bern, Francke Verlag, 1976.
- SPALEK, John M. & Joseph P. STRELKA (eds.). *Die deutschsprachige Exilliteratur seit 1933*. Vol. II, New York, Bern, Francke Verlag, 1989.
- STEPHAN, Alexander. *Im Visier des FBI. Deutsche Exilschriftsteller in den Akten amerikanischer Geheimdienste*. Stuttgart, Metzler, 1995.
- STERN, Guy & Brigitte SUMANN. "Women's Voices in American Exile." In: QUACK, 341-352, 1995 b.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Alfred Döblin." In: *German Quarterly* 17 (January), 28-31, 1944.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Heinrich Mann." In: *German Quarterly* 17 (March), 88-92, 1944.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Thomas Mann." In *German Quarterly* 17 (May), 145-154, 1944.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Franz Werfel." In: *German Quarterly* 17 (November), 263-272, 1944.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Bruno Frank." In: *German Quarterly* 18 (March), 86-92, 1945.
- VON HOFÉ, Harold. "German Literature in Exile: Leonhard Frank." In: *German Quarterly* 20 (March), 122-128, 1947.
- WAGNER, Friedelind. *Heritage of Fire*. New York, Harper, 1945.
- WALL, Renate. *Verbrannt verboten vergessen. Kleines Lexikon deutschsprachiger Schriftstellerinnen 1933 bis 1945*. Köln, 1986. (Most recent, 3rd edition: *Lexikon deutschsprachiger Schriftstellerinnen im Exil 1933-45*, Freiburg, 1995.)
- Women in Exile. Special Issue* (ed. Shelley Frisch). *The Germanic Review* 62 (Summer) 1987.
- ZEHL ROMERO, Christiane. *Anna Seghers*. Reinbek, Rowohlt, 1993.

GERMAN STUDIES IN THE U.S.: HISTORY, THEORY AND PRACTICE*

Hinrich C. Seeba**

Abstract: This paper discusses the profile of *German Studies* in the context of interdisciplinary intercultural area studies, as it has been developed during the last decades at universities in the United States, particularly at the University of California at Berkeley. In its first part, it deals with the institutional history of *German Studies*, in the second, with the underlying cultural theory, and in the third, with its hermeneutic practice.

Keywords: *German Studies*; Interculturality; Interdisciplinarity.

Resumo: Este artigo discute o perfil dos *German Studies* no contexto de estudos interdisciplinares e interculturais, como desenvolvidos, especificamente, nas universidades dos Estados Unidos, em particular na Universidade de Califórnia, em Berkeley, nas últimas décadas. A primeira parte trata da história institucional dos *German Studies*, a segunda, da teoria cultural que lhe serve de base, e a terceira, da prática hermenêutica.

Palavras-chave: Estudos Germânicos; Interculturalidade; Interdisciplinaridade.

Stichwörter: Germanistik; Interkulturalität; Interdisziplinarität.

* This article is a transcript of a lecture, given at the University of São Paulo, on May 19th, 1998 (transcript: Marcela Cosenza & Eunice Tomomi T. Suenaga; revision: Glauce Rocha de Oliveira).

** The author is Professor of *German Studies* at the University of California at Berkeley. The author's address: 620 Euclid Avenue, 94708 Berkeley, CA, USA.

0. Preface

What I am trying to put into words in favor of American *German Studies* is largely based on a concept of interculturality, as an argument for reflecting on the local angle from which we look at cultural difference. But writing about it in a Brazilian journal could easily be seen as pretentious, *blasé*, *unverschämt* or *chuzpah*, whatever cultural label you prefer, because I will be writing as an Americanized German, *oops*, as an Anglo-Americanized German who is completely ignorant (but anxious to learn) about the position here and now, *i.e.* the Latin-American and specifically the Brazilian angle on German affairs. But such ignorance, if coupled with curiosity, may be a good prerequisite for this triangulation of cultural perspectives.

1. Introduction

Where I come from, teaching at the foremost public university in the United States as an Americanized German, to start any presentation with a warm-up is considered good academic style, if possible, with some humorous anecdotal evidence which offers an easy lead-in to the problem to be discussed. Being German, however, and thus possibly too serious and too abstract, I am afraid that I have not mastered the humorous part as yet, but I did learn to approach problems inductively, starting with a concrete example which, while somewhat incidental or anecdotal, has some bearing on the general issue.

Both the obvious triumph and the implicit danger of *German Studies*, this new discipline of interdisciplinary cultural critique, were driven home to me two or three years ago when the best doctoral candidate I have had in thirty years of teaching took his examination in Berkeley's German Department. During the evaluation of the

student's performance, the outside examiner, the world renowned intellectual historian and leading expert on the Frankfurt School, Martin Jay, commented that this exam could as easily have taken place in the departments of History, Philosophy, Sociology or Rhetoric. As the range of exam topics included writers from Luther to Adorno, from Lessing to Lukacs, from Novalis to Nietzsche, from Heine to Hannah Arendt, from Gervinus to Gadamer, from Richard Wagner to Max Weber, from Brecht to Benjamin, with special emphasis on the strategies involved in the aestheticization of politics, this examination was indeed a splendid, if somewhat atypical, example of what *German Studies* can amount to. What Professor Jay meant as a well-deserved praise for a brilliant presentation of interdisciplinary expertise, which perfectly met the criteria of excellence we had tried so hard to instill in our students, could also be read as an indication of the blurring of disciplinary identity. If the achievement of the best students of German Cultural Studies has become indistinguishable from that of neighboring disciplines, we may have earned our colleagues' respect and a secure place in the *intellectual* competition of a high-power university. But we may also give our administrators, who for budgetary reasons are anxious to streamline the university's operations, some ideas for what they euphemistically call 'consolidation', *i.e.* the merging of departments, an eventual move which could undercut our struggle to retain *institutional* autonomy.

Thus caught between intellectual merits and institutional hazards, we have had to ask ourselves some of the questions I will discuss here: What is *German Studies*? What makes it so attractive? How did it come about? What are its theoretical implications? How is it practiced? And what are its own answers to the danger of disciplinary blurring? I will therefore deal, in the first part of my paper, with the institutional *history*; in the second part, with the underlying cultural *theory*; in the third part, with the hermeneutic *practice* and throughout all three parts, with an implicit metacritique of *German Studies*.

But in order to understand what we are talking about, when we use the term *German Studies*, I would like to start with a very tentative definition by saying first what it is not. *German Studies*, which to a dwindling group of critics is not much more than a glorified extension of an age-old standard college course called *Culture & Civilization*, should not be confused with *Landeskunde*, which has been a conventional, if sometimes rather pedestrian, attempt to introduce beginning students to the facts and customs of German life in a patchwork of basic information about *Gemütlichkeit* and the public school system, German holidays and trade unions, regional dialects and the gross national product. While such kaleidoscope of basic dates, figures and facts about the *potpourri* of historical, social and economic aspects of contemporary Germany is a helpful framing of textbooks in language classes, complete with visual aids for dramatic effect, it often reflects – and indeed resorts to – the public relations efforts of the tourist industry and government-funded German agencies abroad. The images associated with this commercial interest in German culture are the *clichés* of advertisement: from Polka and Rheinlander to the Viennese waltz, from *Stille Nacht, heilige Nacht* to the *um-pah-pah* of the *Oktoberfest*, from *Sauerkraut* to Frankfurters, from *Bavarian Lederhosen* to racy cars on the *Autobahn*, from Alt-Heidelberg to Neuschwanstein, from Gothic script to the mystery of fairy tale woods, from Hansel and Gretel to the Pied Piper of Hamelin.

German Studies, however, is not the academic version of a marketable Romantic image of a quaint past which has conveniently forgotten that Weimar is located next to Buchenwald and that the modern counterpart to the cobble stones of Rothenburg are the smoke stacks of the Ruhrgebiet. But *German Studies* today is also more than what the Bloomington model intended in the mid-seventies, when it took the first step to correct the fairy tale image of German culture by adding up-to-date information on political buzzwords such as *Mitbestimmung* and *Industrieverbände*, *Mehrwertsteuer* and *dynamische Rente*, *Lastenausgleich* and *Sozialversicherung* (cf.

HELBIG 1976: 54), all of them are terms of social engineering in the celebrated welfare state. Obviously, such topics were meant to prepare American students, usually future businessmen, so they could move with ease in the exclusively West-German culture; for East Germany remained off-limits anyway. Without a critical concept of cultural paradigms, however, even an expanded topography of the divided German culture, with comparative notes on *Bundestag* (West) and *Volkskammer* (East), *CDU* and *SED*, *AEG* and *LPG*, *ARD* and *ADN*, *BND* and *Stasi*, *Gruppe 47* and *Bitterfelder Weg*, *Habermas* and *Havemann*, *Schaubühne* and *Berliner Ensemble*, *Kreuzberg* and *Prenzlauer Berg*, would not have sufficed to turn superficial knowledge into critical understanding of cultural difference between East and West or, for that matter, even between American and German concerns.

In stark contrast to such affirmative models of cultural training, the underlying assumptions of *German Studies* today are much more sophisticated, methodologically based on cultural theory and ideologically motivated by a rather critical view of German history and society from a less than identificatory position outside of Germany. Partaking in the so-called cultural turn of the humanities and some social sciences and often associated with the critical school of New Historicism (cf. SEEBBA 1997 a), *German Studies* belongs to the wider field of interdisciplinary and increasingly intercultural area studies. While *International Studies*, which were introduced at the same time, offered a cross-sectional view of the entire world in wide-ranging comparisons, concentrating on international relations in law, trade, environmental politics etc., *Area Studies* would look at localized systems of interaction, at specific areas such as Germany and study the intersections of its history, its political and economic system, its society and culture. As part of this combined effort of several disciplines, *German Studies*, as it is now being practiced in the eminent German departments in the U.S., has become a discipline of its own by attempting to contextualize German literature as only one of the sev-

eral cultural practices, *i.e.* by connecting it with various other textual strategies, with film and architecture. Understanding culture as a collectively imagined system of significations and dealing with both verbal and visual representations of collective memory, *German Studies* aim at cultural literacy based on sensitivity to cultural difference. With this admittedly abstract definition in mind I will now turn to its historical, theoretical and practical implications.

2. Institutional History

Today hardly any job description in the United States for academic appointments in the humanities and social sciences does not list, as one of the major requirements, a proven commitment to cultural studies or, more specifically in the case of this article, to *German Studies*. This is a dramatic change from thirty years ago, when the New Criticism, the then-leading critical school with its devotion to close reading of literary texts, reigned supreme, when doctoral dissertations would still deal mainly with individual authors, preferably with minute details of their literary *oeuvre*, and when interpretive skills ranked among the top requirements for literary studies to be pursued in a teaching career at the college or university level. The fact that most of the doctoral candidates thirty years ago eventually landed a teaching job where language instruction, usually according to the local immersion method, was much more important than elaborate literary analysis, did not deter the new-critical emphasis on the "masterpieces" of German literature. After all, teaching jobs were plenty, and the canon of Western culture was unchallenged.

All of that changed in the 1970's mainly for four reasons.

First, the rebellious students of the late sixties, urging immediate political relevancy, eventually achieved the elimination of the for-

eign language requirements at American colleges and universities. As soon as our undergraduates were no longer required to learn German (which at the time was, next to French and Spanish, the major foreign language), the enrollment in our courses dwindled, and the reduced number of language classes usually taught by our graduate students could no longer support the extensive program in German literature. To use Berkeley as an example which still boasts the largest (and the top-ranked) German department in the country, the number of teaching assistants went down from ninety in the late sixties to thirty in the late nineties. In order to attract new students from other disciplines, the German department had to develop new concepts which would make the study of the German language and eventually literature attractive to students who were generally interested in a different culture, who, in most cases, had no longer any family ties to a German background and who needed now to be convinced rather than just be told that developing their language skills and even some literary expertise would provide the cherished access to the foreign culture. Thus, the question arose as to what the interdependence of language and culture really is. This question is the first theoretical challenge I will address later.

Second, the trauma of the Vietnam war ended the new-critical paradigm of aesthetic autonomy and raised questions of social and political relevance even for literary analysis. The frantic search for new theoretical paradigms (some of which I will discuss later with regard to the theory of *German Studies*) led to the adoption of French poststructuralism and, to a lesser degree which can be explained with the perceived difficulty of the German language, German hermeneutics and the Frankfurt school of Marxist-inspired social theory. While the French text model, with its affinity to American New-Criticism, was clearly preferred in other foreign language departments, the German departments increasingly acknowledged the fact that the fractures, divisions and catastrophes, so characteristic of German culture, could not be dealt with in a political void, but rather in a context

that allowed to see literary texts and their diverse instrumentalizations as largely determined by changing political culture and their different claims to national identity. Thus, the question arose as to what the role of language and literature in the construction of German national identity really is. This question posits the second theoretical challenge.

Third, the generation of exiled Jews from German-speaking countries, who had reshaped and directed the major German programs in the U.S. during the forties, fifties and sixties, was stepping aside in the second part of the 1970's. Most of them retired and died in a relatively short time span, leaving behind a legacy that could not easily be adopted by their former students. Even the post-war immigrants from Germany, who were beginning to leave their marks on the field – *Germanists* like Jost Hermand, Reinhold Grimm, Frank Trommler, Peter Uwe Hohendahl, Ernst Behler, Paul Michael Lützeler, Andreas Huyssen, Anton Kaes and myself – were not prepared to become the heirs of the exiles. Their agenda was very different, in most cases shaped by the political struggles in Germany during the sixties and thus anxious to change, if not politicize, the literary canon. While most of the exiles, in an effort to counter the political fallout of the Third Reich, had held on to an image of untainted classical German culture of the past, the German-trained post-war immigrants and their American-trained colleagues in the so-called successor generation, who started chairing the German departments in the late seventies, were much more interested in issues of contemporary post-war German culture, in current social movements such as environmentalism (the Greens), feminism in West Germany, socialism in East Germany and the divided efforts to deal with the Nazi past and their reflection in contemporary German literature. Increasingly critical of Germany's political culture, these pointedly *American Germanists* gained confidence *vis-a-vis* their German colleagues in affirming their American perspective on German language, literature and culture as markedly different from, and in no way inferior to, views, concepts

and theories developed at German universities. Over the years it has become increasingly clear that *German Studies* in the United States is no longer an offshoot of German *Germanistik*, not a mere branch of *Auslandsgermanistik*, as a colonizing view in Germany would have it, but a field of its own. Thus the question arose as to what the special American perspective is, when it comes to discussing things German. This question is the third theoretical challenge to be addressed in this paper.

Fourth, the demographic constitution of the student body has drastically changed over the last twenty years. While in the seventies the large majority of our students ethnically and intellectually came from a distinct Eurocentric background, with many of them second-generation immigrants from German speaking countries and in search of their cultural roots, the situation is very different today. At least in California, where the fallout from the Vietnam war and the return of Hong Kong to China is felt the most, homogeneity has given way to an unprecedented heterogeneity, with minorities often constituting the new majority. While these demographic changes are expected to clearly affect the general population profile of the U.S. as a whole not before fifty years from now, California is as always the test case for future developments. The population profile of the United States in 1995 resembles that of the student profile in California twenty years ago: 73.6 percent whites (who are expected to shrink to 52.8 percent by the year 2050), 10.2 percent hispanics (who will experience the largest increase, to 24.5 percent in the year 2050), 12.0 percent blacks (who will increase only slightly to 13.6 percent) and 3.3 percent Asians (with an expected increase to 8.2 percent). The article in the *San Francisco Chronicle*, from which I culled these figures, was entitled *Population Expected to Be Half Minorities by 2050* (March 14, 1996: A 3). But the future has long begun in California, the largest state on the West Coast, which has become the entrance gate for millions of immigrants from the Pacific Rim. The demographic change from small minority to large majority is nowhere more

noticeable than in the University of California, which, with nine campuses and about 200,000 students, is the largest university system in the country. The figures for the Irvine campus, which is located near the burgeoning communities of Chinese, Vietnamese and Korean immigrants, are a fairly good indication of what the undergraduate breakdown may look like at other campuses, such as Berkeley, in just a few years from now. In Irvine there are 53.0 percent Asian students, more than twice the size of the second largest group, that of white students at 25.0 percent, with hispanics trailing at 13.4 percent and black students at 2.6 percent (figures taken from an article by Norimitsu Onishi on "Affirmative Action" in *New York Times*, Sunday section: Education Life, March 31, 1996: 33). The acronym UCI, which stands for University of California at Irvine, has already been referred to as the "University of Chinese Immigrants" (ibid.: 28). The demographic shift from Eurocentric Identifications to eminently Asian identities is the background for what has become known as the "culture wars" (cf. GITLIN 1995), the struggle to retain, modify or replace the classical canon of American higher education. Thus the question arose as to how to adjust the German canon of cultural representations to better accommodate the rapidly changing priorities of a multicultural student body. This question is the fourth theoretical challenge we faced when we questioned the underlying assumptions of our discipline.

These four reasons – institutional, conceptual, generational and demographic – created an academic climate around 1980 that made the leading German departments in the U.S., with Berkeley being in the forefront, more receptive to the strong outside push for innovation coming from the DAAD, the German Academic Exchange Office in New York. It was the directors and deputy directors of this office (such as Dr. Ebel, Dr. Schmidt, Dr. Nastansky, Dr. Wedigo de Vivanco, Dr. Heidrun Suhr) who over the years proved to be reliable partners in the project of disciplinary innovation. They were very knowledgeable about and sensitive to the workings of the American

university systems, the need for conceptual change in the discipline and about individual faculty members and administrators nationwide who could and would get involved in this project. Berkeley was the first university, incidentally during my turn as department chair from 1977 to 1981, to start already in 1979 a DAAD-funded Summer Seminar in Interdisciplinary *German Studies*, which under annually changing topics would bring together for six weeks doctoral candidates from various fields and different universities to explore current issues of German culture. When I directed the summer seminar in 1984 and 1985, dealing with images and myths of national identity formation from the 18th century to the present, many of the participants were already on their way to become leading experts in *German Studies*, thus serving as what German politicians devoted to cost-effective programs like to call *Multiplikatoren*. The appointment of a series of DAAD-Lecturers who would serve as liaison between the German department and programs in the Social Sciences (History, Sociology and Political Science) starting in 1985 and the implementation of German-funded Centers for German and European Studies at Berkeley, Harvard University and Georgetown University in Washington D.C. in 1991 were the next steps to ground the interdisciplinary and interdepartmental concept of *German Studies* institutionally.

The obvious forum for the discussion of *German Studies* across the disciplines were the annual meetings of the *German Studies Association* (GSA), which was founded by the historian Gerald Kleinfeld in 1976 as *Western Association of German Studies* (WAGS), and the journal *German Studies Review*. The annual GSA conferences soon evolved, without a doubt, as the best and the most interesting conferences in the field, now attracting almost as many historians from Europe as Germanists from the U.S. The professional visibility the GSA and the journal provided were as important as the institutional framework – and the financial backing it provided – to win over also those colleagues who were afraid that literary analysis for which they

were trained might no longer be central to the degree program. Their fears were well-founded: the marginalization of purely literature-based programs has been the price to be paid by those faculty members who were too slow to adapt and, more seriously, by their students who were not properly trained to meet the changing demands of the classroom. But this institutional shift in the twenty-year history of *German Studies* would not have been possible without a strong undercurrent in theory, which emerged under the heading of New Historicism and New Cultural History.

3. Cultural Theory

Before I discuss some of the modern theoretical concepts which helped shape *German Studies*, I would like to pick up the four theoretical challenges which evolved from the discussion of the institutional history of *German Studies*:

1. the interdependence of language and culture,
2. the role of language and literature in the construction of German national identity,
3. the special American perspective on German culture,
4. the need for adjustments to the Eurocentric canon.

While the last two challenges, which involve the diverging positions in intercultural discourse, will be addressed more indirectly in theoretical terms, the first two questions can be answered more directly against the background of particularly German intellectual and institutional history. For the constitutive role of language in cultural understanding is central to German language philosophy from Herder and Humboldt through Novalis and Kleist to Nietzsche, Dilthey, Wittgenstein, Heidegger and Gadamer. Attention to the historicized interplay of language and culture, with cultural experience shaping

its language and with language determining cultural identity, is not just a fancy theoretical hypothesis for the sake of an ahistorical argument, but a fundamental assumption in the development of German culture since the 18th century. Anticipated by Herder's insistence on the linguisticity of thought, the prominent position in German language philosophy is represented best by Wilhelm von HUMBOLDT, who summarized his philosophical, educational and linguistic efforts of a lifetime as late as 1835 in the famous dictum on language-based cultural identity: "(...) so liegt in jeder Sprache eine eigenthümliche Weltansicht" (HUMBOLDT 1830-1835: 434), implying that any critique of cultural difference must be based on language criticism. The German discourse on the power of language, in theoretical as in fictional texts, is so powerful that major works of German literature, from Kleist's *Der zerbrochene Krug* (1808) and Grillparzer's *Weh dem der lügt* (1838) to Hofmannsthal's *Der Schwierige* (1921) and Peter Handke's *Kaspar* (1966) have espoused the primacy of language in generating truth.

Best expressed in Novalis's famous line "*Dann fliegt von Einem geheimen Wort / Das ganze verkehrte Wesen fort*" (NOVALIS 1802/1960: 345), the idea of redemptive language is not necessarily shared by Anglo-American or French philosophers of language with John Locke and de Saussure being only the best known advocates of the *a priori* of thought (cf. ARSLEFF 1982). It thus could be argued that cultural studies dealing with German texts are more likely to have to critically consider not only the theoretical principle of linguisticity of cultural propositions, but also the very language in which these propositions are being made. This, then, requires philological rigor and, even more important, literary sensitivity to the connotative power of language. It requires interpretative skills which, I would like to emphasize in the interest of disciplinary identity, only the language- and literature-based programs of cultural criticism, *i.e.* foremost the German departments, can cultivate. This emphasis on the vernacular of the cultural area to be explored, in our case the emphasis on Ger-

man as providing critical access to cultural difference, clearly distinguishes area studies from international studies whose *lingua franca*, for obvious reasons, is English.

It follows from this philosophical background that in the absence of a national state in the 19th century language and literature, as the prevalent areas for forming an “*eigenthümliche Weltansicht*”, became central to vicarious identity formation. The evidence to support this claim is overwhelming. For the present consideration, it must suffice to highlight the significance of language and literature for the disciplinary development of our academic field.

From Joachim Heinrich CAMPE, who in his *Wörterbuch der Deutschen Sprache* (1807) wanted to uphold the German language as the last bastion against Napoleon¹, to Jacob GRIMM, who in his *Deutsches Wörterbuch* (1854) lamented: “*Was haben wir denn gemeinsames als unsere Sprache und Literatur?*” (GRIMM 1854/1984: III), from Ludwig WACHLER, who in 1818 was among the first to write a history of national literature as the last resort for his demoralized readers², to Heinrich von Treitschke, for whom the history of German literature served as the vehicle of antisemitic nationalism, the study of German language and literature became the stepping stone

1 “Schließlich muß ich mich hier noch öffentlich zu der festen Meinung bekennen: daß es in unsern unglückswangern, oder vielmehr seit Jahren schon mit Verderben kreißenden Zeiten zum Besten unserer weiland Deutschen Völkerschaft durchaus nichts Nothwendigeres, Dringenderes und Verdienstlicheres zu thun giebt, als an dem Anbau – der fernern *Ausbildung, Reinigung und Festigung* – unserer herrlichen Sprache zu arbeiten. Sie, das einzige letzte Band, welches uns noch völkerschaftlich zusammenhält, ist zugleich der einzige noch übrige Hoffungsgrund, der uns zu erwarten berechtigt, daß der Deutsche Name in den Jahrbüchern der Menschheit nicht ganz verschwinden werde; der einzige, der die Möglichkeit künftiger Wiedervereinigung zu einer selbständigen Völkerschaft uns jetzt noch denkbar macht.” (CAMPE 1807: XXII f.)

for the foundation of the entire discipline, *Germanistik*. It should be remembered that Jacob GRIMM, who is generally honored as the founding father of our discipline, adopted the very term of *Germanistik* from another, long-established discipline, *jurisprudence*, where it meant – and still means – the study of Germanic law *versus* Roman law (cf. GRIMM 1846). GRIMM appropriated the term to embrace the integrated study of German language, German history and German law, a truly interdisciplinary project which soon would give in to ideological pressure, when the academic study of language turned into the study of German literature, now detached from historical and legal concerns, as the preferred articulation of German national identity. The ensuing separation of the disciplines, with only the students of Germany’s national literature identified as *Germanisten*, resulted in the narrowing of the cultural canon, with ever increasing emphasis on fictional rather than non-fictional texts and with a concurrent shift from the philological study of medieval texts to a nationalist reading of what was to become the classical canon (cf. SEEBA 1991). Thus the recent push for the interdisciplinary *German Studies* could also be seen as an attempt to undo more than a century of ideological instrumentalization and to return to the foundational moment of *Germanistik* in 1846, when it was the cultural context of language and literature which gave birth to the new discipline.

The early concept of *Germanistik* as a national discipline evolved at the same time as advocates of cultural history tried to ad-

2 “Den einzigen irdischen Trost gewährte damals [*i.e.* after 1806] der Hinblick auf eine großartige Vergangenheit; er wurde geschöpft aus der Geschichte und aus den Denkmälern des teutschen Lebens in Wissenschaft und Kunst; als Kleinod wurde bewahret die hehre Muttersprache, die reine Tochter freyer Mannheit; ihr Geist weissagte Errettung aus unwürdigen Banden. Bald mußte als einzige Hülfe in der Noth erkannt werden Rückkehr zu teutscher Gesinnung, zu teutschem Glauben, zu teutscher Frömmigkeit. Es war Gottes Stimme, die das teutsche Volk in sein Inneres zurückwies; dieses vernahm sie mit Ergebung und Vertrauen, und erwachte zu einem neuen Leben.” (WACHLER 1834: 3)

vance a trans-national, more comparative field, as it is revived today under the heading of New Cultural History. Indeed, there is a distinct conceptual affinity between *Kulturwissenschaft*, as it was established soon after 1850, with Wilhelm Heinrich Riehl in Munich and Karl Lamprecht in Leipzig being the most visible, but institutionally marginalized champions, and the leading paradigm of recent theory, cultural anthropology with its emphasis on language, spatial relations and the visual, as it is associated with names such as Clifford Geertz and James Clifford (cf. SEEBBA 1993, 1995). But beyond a certain conceptual affinity between the two, there may even be a traceable historical connection. The missing link could be found in the cultural transfer in which the mostly Jewish exiles, who were expelled from Germany by the Nazis, were engaged. The circle around the art historian Aby Warburg, himself a student of Lamprecht, is the most likely candidate for such transfer: Ernst Cassirer left Germany for England to eventually move on to Columbia University in New York, Erwin Panofsky went to the United States to teach at Princeton, and Ernst Gombrich went to England. Reinforced by the many exiles who shaped the German departments in the U.S. in the image of comprehensive cultural critique rather than narrow literary scholarship, this transfer looms large in the background of the renewed interest in cultural criticism (cf. SEEBBA 1997 b).

For the last twenty years the concept of *culture*, indeed, seems to have been on every critic's mind. There has been an inflation of concern with culture with small or capital *c*, in terms of *cultural difference* (as a descriptive term for dealing with "otherness"), *minority culture* (as a corrective to national hegemony in the post colonial age), *bi- or multiculturalism* (as a politically correct philosophy for a new kind of identity formation), *interculturality* (as a methodological principle for perspectivism in de-colonized research), and, of course, *cultural studies* (as an institutionalized field of investigation into cultural difference). Partly based on a new school of critical thought, New Cultural History, the call for cultural studies is an off-

spring of New Historicism and thus at least indirectly connected with Berkeley, which in the 1980's came to be seen by many observers as a hotbed for new theories for the analysis of cultural practice.

The name that comes to mind, of course, is that of Stephen GREENBLATT, who, I am sorry to say, has moved on to teach at Harvard University two years ago. But for almost two decades he has been identified with Berkeley so that the critical school of New Historicism, as whose founding father the author of *Shakespearean Negotiations* (1988) is seen, was identified already in 1982 as "*La scuola di Berkeley*" (CESARINI 1984). The fact that the journal *Representations* has been edited in Berkeley since 1984 and that the book series *The New Historicism: Studies in Cultural Poetics* has been edited by Stephen GREENBLATT and published by the University of California Press in Berkeley has contributed to the now legendary identification of Berkeley with a critical paradigm that in many aspects paralleled, yet was in fact preceded by, the critical practice of early *German Studies*, which started also in Berkeley in 1979 as an interdisciplinary exploration of cultural determinants in post-war Germany. Especially Stephen GREENBLATT's call for *cultural poetics* as "a study of the collective making of distinct cultural practices and inquiry into the relation among these practices" has drawn attention to what he calls "negotiations" between culturally different arguments (GREENBLATT 1988: 5). The term "negotiations", by now a well-established buzzword among the growing number of New Historicists, has drawn new attention to the complex relation between sets of collective beliefs and experiences as they involve literary and non-fictional modes of expression; "negotiation" refers to the process of circulation and exchange in which art captivates and in turn shapes social energy and collective memory.

Calling the study of such aesthetically mediated social relations "poetics", thus referring to the traditional set of poetic rules that govern literary discourse, evokes a long tradition in cultural philosophy,

developed mostly in Germany, of looking at claims to truth in terms of their fictional construction from diverse and ever changing perspectives. One among such critics, who would look at the constitutive role of language in various cultural systems of signification, was Ernst CASSIRER whose major work, *Philosophie der symbolischen Formen* (1923-1929), is based on the assumption that epistemological concerns, which had been central to philosophy since Kant, would have to give way to cultural studies in the symbolic construction of reality through language, mythological thought and artistic perception: "*Die Kritik der Vernunft wird damit zur Kritik der Kultur.*" (CASSIRER 1988: 11). This programmatic statement of 1923 has to be recognized as the founding moment for the "cultural turn" everyone seems to have adopted during the last twenty years, when another German philosopher became a source of inspiration across the disciplines: Friedrich NIETZSCHE. His famous dictum that truth is nothing but a perspective conglomerate of metaphors, which are no longer recognized as such,³ has highlighted the age-old assumption of hermeneutics (from Chladenius through Schleiermacher and Dilthey to Gadamer) that claims that truth needs to be interpreted in terms of the language in which it is made. It is this now widely accepted emphasis on the metaphoric and imagistic character of propositions which has given new importance to the interpretive skills developed and taught in the humanities. But when NIETZSCHE's outcry against the positivism of his time, "*nein, gerade Tatsachen gibt es nicht, nur Interpretationen*" (NIETZSCHE 1966 b: 903), is read today as a rejection of essentialism, the underlying plea for cultural perspectivism fits

3 "Was ist also Wahrheit? Ein bewegliches Heer von Metaphern, Metonymien, Anthropomorphismen, kurz eine Summe von menschlichen Relationen, die, poetisch und rhetorisch gesteigert, übertragen und geschmückt wurden und die nach langem Gebrauch einem Volke fest, kanonisch und verbindlich dünken: die Wahrheiten sind Illusionen, von denen man vergessen hat, daß sie welche sind, Metaphern, die abgenutzt und sinnlich kraftlos geworden sind, Münzen, die ihr Bild verloren haben und nun als Metall, nicht mehr als Münzen, in Betracht kommen." (NIETZSCHE 1966 a: 314).

perfectly into the ongoing debate on the parameters of ethnic, cultural and national identities.⁴

Concerns about the ethnic and cultural diversification of the American society, with a heterogeneity so much graver than that of Germany where the notion of a multicultural society is increasingly experienced but officially denied, have also raised the awareness of cultural difference in critical perspectives we employ in intellectual projects. Whereas among German intellectuals there is still a strong commitment to a universalist agenda, holding onto imperatives of a generalized truth which are considered valid norms independent of cultural difference, American intellectuals, who instinctively tend to shy away from self-righteous aspirations to the one and only truth, seem to have much more readily adopted multiculturalism, whether or not it happens to be the "politically correct" position, in epistemological as well as in more practical terms. The resulting divergence of how American critics look at German culture, emphasizing the critical concept of "positionality", and how Germans look at themselves, often unaware of differing perspectives, has contributed to the ever increasing independence of *German Studies* in the U.S., if not separation, from *Germanistik* in Germany (cf. SEEBBA 1996).

This divergence of fundamental viewpoints came about at the same time that a clearly growing theoretical interest in cultural 'otherness' and intercultural dialogue was expressed rhetorically in a fascinating way crossing the very cultural borders which had just been established. The metaphor of crossing borders has controlled recent cultural theory to such an extent that it is fair to speak not just of "local knowledge", as Clifford GEERTZ did in his cultural hermeneu-

4 "'Perspektivismus.' Unsere Bedürfnisse sind es, die *die Welt auslegen*; unsere Triebe und deren Für und Wider. Jeder Trieb ist eine Art Herrschaft, jeder hat seine Perspektive, welche er als Norm allen übrigen Trieben aufzwingen möchte." (NIETZSCHE 1966 b)

tics,⁵ and the “location of culture”, as Homi BHABHA did in his theory of cultural hybridity (BHABHA 1994), but of a pervasive localization of cultural discourse. In the spatial realm of locus, sites, places, borders, boundaries and thresholds much of today’s cultural criticism consists of an obsession with crossing borders through either traveling, migration, displacement and exile or through translation, transfer and transgression. There are at least twenty-five books, almost all of them published after 1990, entitled *Crossing Borders*, from fiction and autobiography to cultural history, literary theory and social analysis (from KENNEDY 1990 and YAKOBSON 1994 to GUTWIRTH, GOLDBERGER & SZMURLO 1991, HOLUB 1992 and HAOUR-KNIPE & RECTOR 1996); and there are twenty more titles of *Crossing Boundaries*, most of them in cultural studies, including several with a feminist bent (e.g. CANE, GROSZ & DE LEPERVANCHE 1988, DAVIES 1989, BUJS 1993, KLEIN & LEVELT 1981, MCCARTHY 1989, THOMPSON KLEIN 1996).

The interest in both drawing and crossing cultural borderlines was reflected in 1993 in a seminal and widely discussed article of political theory, which was published in *Foreign Affairs*. In this article, entitled “The Clash of Civilizations”, Harvard-Professor Samuel P. HUNTINGTON predicted that future wars, if any will be fought not between nations and their legitimizing ideologies, but along what he called “cultural fault lines”⁶. The image of seismic plates, which will

5 “To see ourselves as others see us can be eye-opening. To see others as sharing a nature with ourselves is the merest decency. But it is from the far more difficult achievement of seeing ourselves amongst others, as a local example of the forms human life has locally taken, a case among cases, a world among worlds, that the largeness of mind, without which objectivity is self-congratulation and tolerance a sham, comes. If interpretive anthropology has any general office in the world it is to keep reteaching this fugitive truth.” (GEERTZ 1983: 16).

6 “It is my hypothesis that the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological or primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation

collide in catastrophic earthquakes, gives the borders a violent twist and adds to the playful need for border crossings a sense of urgency. The clash of cultural systems, HUNTINGTON argued, will be the result of conflicting identity politics, with cultural identity being defined “by common objective elements, such as language, history, religion, customs, institutions, and by the subjective self-identification of people” (HUNTINGTON 1993: 24). Using these criteria, Huntington distinguished the following cultures where cultural fundamentalism may overtake political identifications: Western, Buddhist, Japanese, Islamic, Hindu, Slavic-Orthodox, Latin-American and African. In the aftermath of this article, it seems, cultural critics, if they are experts on collective identity formation, have become acceptable as limited partners even in political circles. While the raging war in former Yugoslavia was the immediate background for HUNTINGTON’s argument in favor of the political significance of studies in cultural identity, it would be easy to extend his concern to the one obvious historical example, where the lack of a consistent political system in a nation state was compensated culturally, with catastrophic consequences for the entire world, because the political culture was not experienced and sophisticated enough to withstand the brute force of fanaticism.

I am speaking, of course, of the particularly German obsession with “Kulturnation”, with special emphasis on the German character of art and music, philosophy, literature and literary history, ever since the collapse of the Holy Roman Empire in 1806 at the hands of Napoleon led Germans to define their collective identity culturally. SCHILLER had set the agenda already in 1795, when he, in a famous *distych*, *Das Deutsche Reich*, tried to locate the embattled German

states will remain the most powerful actors in world affairs, but the principal conflicts of global politics will occur between nations and groups of different civilizations. The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future.” (HUNTINGTON 1993: 22).

identity (“*Deutschland? Aber wo liegt es? Ich weiß das Land nicht zu finden.*”) in terms of a temporal and eventually ideological shift from the political to the cultural realm: “*Wo das gelehrte beginnt, hört das politische auf.*” (SCHILLER 1795: 30). If the cultural nation could be invoked only after the demise of the political nation, cultural identity would become the battle cry of nationalists determined to secure and, if need be, to invent a purely German identity called “*Deutschtum*” (cf. SEEBÄ 1998). In the increasingly ideological opposition to cultural alterity it was first the French and then the Jews, the epitomy of “*orientalische Fremdlinge*”⁷, who served to represent the dreaded threat of difference, “the other” of “*Deutschtum*”, which, in order to affirm “*das Eigene*”, had to be excluded, isolated, persecuted, expelled and finally, in the “*Final Solution*” of the Nazis, exterminated. The German tradition of defining culture (with the untranslatable “*Bildung*” itself being a translation from Cicero’s *cultura animi*, the raising of the mind) in opposition to the technological and scientific as well as the social and political reality may have helped refine the cultural sophistication in Germany, but it also left the educated ill-prepared to deal with the challenges of the ever more complex reality in times of crisis.

The stereotype of the stranger, who does not belong, the foreigner who has lost his home, or the alien, who brings doom, is still very common in popular culture today. Hollywood can do as little without him as did a play by Ibsen or, still earlier, a Romantic fate tragedy or, according to Aristotle, even Greek tragedy, with the decisive difference that the Greek word *xenos* meant both ‘stranger’ and ‘guest’. Modern man has been much less hospitable and finds himself easily in the grip of *xenophobia*, the aggressive fear of strangers, because it is this resistance to “the other” which helps him define what is familiar and what belongs to him as his own, *i.e.* personal

7 This is a standard phrase in antisemitic rhetoric, among others also in the founding text of modern, *i.e.* racist antisemitism (MARR 1879: 12).

identity. Obviously, identity formation cannot do without such antithetic constructions of “*das Fremde und das Eigene*”. But in cultural theory the often macabre fascination with the perceived threat by “the other” has been turned into a positive assessment of the alien perspective as an advantage, so much so that we as critics have been asked, in the title of an acclaimed book by Julia KRISTEVA⁸, to become “strangers to ourselves” and to use the position of a ‘foreign’ observer as a vantage point which allows insights otherwise not accessible.

If area studies led to interdisciplinarity the newly prevalent, almost fashionable interest in alterity raised the notion of interculturality, *i.e.* the need for a vantage point outside the cultural area to be examined, to the level of epistemological validity. The self-reflective view on cultural difference is the favored position which guides the frequent reference in the United States to “positionality”. *Positionality* means a metadiscourse where reflection on one’s own cultural partiality becomes thematic and where the outsider’s position is the preferred vantage point of criticism. This means in the extreme that the intercultural nature of a chosen subject can prove less significant than the intercultural view from which the topic is selected, shaped and discussed. To give but one example: It is one thing to look at Turkish writers writing in German, for instance Aras Ören, Emine Özdamar or Akif Pirincci (cf. SUHR 1990), and the lesson we can learn from a Turkish literary scholar living in the United States, for instance Azade SEYHAN, who chooses to write on German romanticism (SEYHAN 1992), is quite another. While the former concerns the constitution of the *subject matter*, the latter involves the construction of the *subject position*. Thus, intercultural identity comes into the view of critical perspectives, only when the selection of material and approach, the rheto-

8 “It is not simply – humanistically – a matter of our being able to accept the other, but of *being in his place*, and this means to imagine and make oneself other for oneself.” (KRISTEVA 1991: 13)

ric and result of the argument and the communication of the resulting insights can be traced to, or are self-reflectively situated in the intercultural experience of the critic. In view of these theoretical considerations it comes as no surprise that one prominent test case of intercultural criticism, within the American context and with regard to German culture, is the situation of the mostly Jewish exiles from German-speaking countries, who, living between two cultures and trying to adopt the new vernacular, were faced with the dilemma of growing ever more critical of the old vernacular while nostalgically clinging onto a past forever lost.

4. Hermeneutic Practice

In the last two decades there has been so much talk about the definition and theory of *German Studies*, that their advocates sometimes forgot to discuss how to implement them, or at least to indicate how / what they were already doing in the classroom under the auspices of *German Studies*. Actually, it relates to the alleged theoretical underpinnings of their project. This lack of bridge between theory and practice, a gap often considered characteristically German, was lamented for several years, in individual departments as well as at the national level, until the daily practice, eventually leading to remarkable results in the students' intellectual performance, convinced both the theoreticians and the skeptics that the celebrated "cultural turn" had actually taken hold.

Focusing now more 'locally' on the changing profile of my own department, I could identify the following major areas of emphasis: national identity formation, construction of memory, visual representations, urban modes of perception. Courses I have taught during the last few years include the following: "Introduction to Reading Culture", "German Concepts of *Kultur*", "*Väterliteratur*":

The Quest for Personal Identity". "Literary Criticism as Theory of Culture", "Myth and Metaphor: Theory and Practice of Imagistic Thought", "Cultural Poetics: History and Literature from Historical Perspectivism to New Historicism", "Academic Exile and Cultural Transfer", "Cityscape Berlin: Constructions of Urban Space", "Staging the Crisis of Modernity: Kleist's Dramas", "19th Century Survey: Literary, Intellectual and Institutional History".

But one of the best indicators of the substantial change is the topics of ongoing dissertations I am involved in now: "Aesthetic Reenchantments: Political Freedom and the Work of Art in German Modernism" (Brett Wheeler; on concepts of aestheticizing the political from Max Weber to Jürgen Habermas), "German Jews Beyond Journalism: Essayism and Jewish Identity in the Writings of Heine and Kraus" (Paul Reitter; on the role of essayism in Jewish acculturation), "Temporality and the Emerging Sense of Historicity in 18th Century Berlin" (Matt Erlin; on Friedrich Nicolai's contribution to the early urban discourse), "Representations of Memory: Trends Towards Orality in the Current Debate on the Berlin Holocaust Memorial" (Kirsten Harjes; on visual and verbal forms of commemoration), "Heterotopic Performances in the Berlin *Hinterhof*" (Rob McFarland; on the *Hinterhof* as a utopian site of both rural and urban attitudes), "Displays of the Exotic: German Perceptions of Primitivism" (Eric Ames).

Recent dissertations of students who went on to become professors of *German Studies* include the following: "*Intellektuelle Aporie und literarische Originalität. Wissenschaftsgeschichtliche Studien zum deutschen Realismus: Keller, Raabe und Fontane*" (Mark Lehrer, University of Denver), "Authenticities: Bodies, Gardens and Pedagogies in Late Eighteenth Century Germany" (J. Courtney Federle, University of Chicago; on corporeal identity in philanthropic writings), "Speaking Out of Place: Vulnerability of Narration and Narration of Vulnerability" (David Levin, Columbia University; on Sieg

fried's "*Lindenblatt*" as a cultural trope in Wagner's opera and Fritz Lang's film), "Reading and Identity Construction in the Eighteenth-Century German Novel: Gellert, La Roche, Nicolai, Goethe" (Robert Bledsoe, Rice University; on strategies of identificatory reading), "Poetics, Politics, and the Romantic Concept of the Work of Art" (Michel Chaouli, Harvard University; on the crossroads of aesthetics and politics in the early writings of Friedrich Schlegel).

If criticism across cultures, understood as reflecting on the transfer of culturally constructed meaning, is the main project of cultural studies as we understand and perform them today, we have to look for both theoretical and historical models which may help us understand the act of cultural transfer we are involved in when we look at literature written in a language other than our own. Obviously, we have to be bilingual in the literal and in a metaphorical sense in order to translate meaning from one language to another. This may appear as an obvious conclusion, but such appeal to common sense is no longer as common as one might wish. Academic disciplines are no longer necessarily defined by discrete subject matter, and their interdisciplinary efforts are often integrated also methodologically by adhering to pervasive theoretical paradigms such as Deconstruction or New Historicism, which persuaded critics to increasingly rely on English as the *lingua franca* of globalized intellectual exchange.

When, under the auspices of cross-disciplinary cultural studies, the scholar of French literature, for instance, deals with Nietzsche, the philosopher with Novalis, the colleague in Rhetoric with Hannah Arendt, and the critic of German literature with Adorno, they are all dealing with texts written in German, but most of them, including many Germanists, read and discuss them only in English translation. Besides, they often talk about the rhetorical construction of theoretical discourse without even looking at the particulars of the very language that generates and transports the argument. While in theory all

disciplines involved in cultural studies emphasize the integrity of what in such metaphorical transfer is to be understood as "the other", in practice the actual translation of such "other" subject matter into English is no longer avoided as a kind of linguistic colonialism. The theoretical commitment to multiculturalism and the practice of monolingualism does not seem to strike many cultural critics as a contradiction. But in view of recent political attacks on bilingualism and, even more so, in view of the rampant administrative push for the consolidation of smaller departments, with foreign language departments often slated to be absorbed by the English departments, the case must be made for the basic assumption that, within the project of multiculturalism, cultural competence means linguistic competence, *i.e.* the ability to look critically at the bilingual construction of the "otherness" of the subject.

5. Conclusion

For the conclusion of my observations, I will return to the opening scene and close the rather theoretical remarks with a much more tangible outlook. The doctoral candidate, whom I mentioned at the outset as a brilliant example of the kind of intellectual rigor in *German Studies* that I have tried to outline, proved to be the most sought-after candidate nationwide on the academic job market this year. He could even turn down a prestigious offer of Yale University, a most cherished position out of reach for most candidates, and decide, instead, to become Assistant Professor of *German Studies* and Intellectual History in the School of Foreign Service at Georgetown University in Washington D. C., where future politicians and diplomats for the entire world are trained. This is more real political impact than the politicized Germanists of the sixties could have dreamed up in their intellectual utopias. Obviously, *German Studies* has become a public field which can no longer be ignored, as the study of literature

sometimes was, as merely an academic version of private bedside reading. As an intellectual enterprise, it is both challenging as any demanding project and enjoyable as any venture which involves our identity as critical intellectuals and committed human beings.

Bibliography

ARSLEFF, HANS. *From Locke to Saussure: Essays on the Study of Language and Intellectual History*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1982.

BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. London/New York, Routledge, 1994.

BUJS, Gina. *Migrant Women: Crossing Boundaries and Changing Identities*. Oxford, Providence, R. I., Berg, 1993.

CAMPE, Joachim Heinrich. *Wörterbuch der Deutschen Sprache*. 5 vols. (1807-1811). Vol. 1, Braunschweig, Schulbuchhandlung, 1807.

CANE, Barbara, E.A. GROSZ & Marie DE LEPERVANCHE (eds.). *Crossing Boundaries: Feminisms and the Critique of Knowledges*. Sidney, Boston, Allen & Unwin, 1988.

CASSIRER, Ernst. *Philosophie der symbolischen Formen*. 3 vols. (Berlin, Bruno Cassirer Verlag, 1923-1929). Reprint, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, ⁹1988, ⁸1987, ⁹1990.

CESARINI, Remo. "Nuove strategie rappresentative: La scuola di Berkeley". In: *Belfagor* 39, 665-685, november 1984.

DAVIES, Carole Boyce (ed.). *Black Women's Writing: Crossing the Boundaries*. Frankfurt am Main, Holger Ehling, 1989.

GEERTZ, Clifford. *Local knowledge. Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York, Basic Books, 1983.

GITLIN, Todd. *The Twilight of Common Dreams: Why America is Wracked by Culture Wars*. New York, Metropolitan Books, 1995.

GREENBLATT, Stephen. *Shakespearean Negotiations: The Circulation of Social Energy in Renaissance England* (= The New Historicism: Studies in Cultural Poetics 4). Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1988.

GRIMM, Jacob. "Preface". In: *Deutsches Wörterbuch* Vol. 1 (Leipzig, S. Hirzel, 1854). Reprint, München, dtv, I-LXVIII, 1984.

GRIMM, Jacob. "Über den Namen der Germanisten" (Rede auf der Frankfurter Germanisten-Versammlung 1846). In: GRIMM, Jacob. *Recensionen und vermischte Aufsätze. Vierter Theil*. Berlin, Dümmler, 568-569, 1884.

GUTWIRTH, Madelyn, Avriel GOLDBERGER & Karyna SZMURLO (eds.). *Germaine de Stael: Crossing the Borders*. New Brunswick, N. J., Rutgers University Press, 1991.

HAOUR-KNIPE, Mary & Richard RECTOR (eds.). *Crossing Borders: Migration, Ethnicity and AIDS*. London, Bristol, PA, Taylor & Francis, 1996.

HELBIG, Louis F. "German Studies as Culture Studies: The Bloomington Model". In: *German Studies in the United States* (ed. Walter F.W. Lohnes & Valters Nollendorfs). Madison, The University of Wisconsin Press, 47-55, 1976.

HOLUB, Robert C. *Crossing Borders: Reception Theory, Poststructuralism, Deconstruction*. Madison, Wis., University of Wisconsin Press, 1992.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (1830-35). In: *Werke in fünf Bänden* (ed. Andreas Flitner). Vol. 3, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 368-756, ⁵1979.

HUNTINGTON, Samuel P. "The Clash of Civilizations". In: *Foreign Affairs* 72, n° 3, 22-49, summer 1993.

KENNEDY, Thomas E. *Crossing Borders. A Novel*. Wichita, Kansas, Watermark Press, 1990.

- KLEIN, Wolfgang & Willem LEVELT (eds.). *Crossing Boundaries in Linguistics. Festschrift Manfred Bierwisch*. Dordrecht, Boston, D. Reidel, 1981.
- KRISTEVA, Julia. *Strangers to Ourselves* (transl. Leon S. Roudiez). New York, Columbia University Press, 1991.
- MARR, Wilhelm. *Der Sieg des Judenthums über das Germanenthum. Vom nicht confessionellen Standpunkt aus betrachtet*. Bern, Rudolph Costenoble, 1879.
- MCCARTHY, John. *Crossing Boundaries: A Theory and History of Essay Writing in German 1680-1815*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Werke in drei Bänden* (ed. Karl Schlechta). Vol. 3, München, Hanser, 1966.
- NIETZSCHE, Friedrich. "Über Wahrheit und Lüge im außermoralischen Sinn". In: NIETZSCHE, 309-322, 1966 a.
- NIETZSCHE, Friedrich. "Aus dem Nachlaß der Achtzigerjahre". In: NIETZSCHE, 1966 b.
- NOVALIS. *Heinrich von Ofterdingen* (1802). In: *Schriften. Die Werke Friedrich von Hardenbergs* (ed. Paul Kluckhohn & Richard Samuel). Vol. 1: *Das dichterische Werk*. Stuttgart, Kohlhammer, 181-369, 1960.
- SCHILLER, Friedrich. "Das Deutsche Reich" (1795). In: *dtv-Gesamtausgabe*. Vol. 2, München, 1965.
- SEEBÄ, Hinrich C. "Fo(u)r Contexts: The Canon and Institutional History". In: *Rethinking Germanistik: Canon and Culture* (ed. Robert Bledsoe & al.). New York, Peter Lang, 3-11, 1991.
- SEEBÄ, Hinrich C. "Interkulturelle Perspektiven: Ansätze einer vergleichenden Kulturkritik bei Karl Lamprecht und in der Exil-Germanistik". In: *German Studies Review* 16, 1-17, 1993.
- SEEBÄ, Hinrich C. "Kulturanthropologie und Wissenschaftsgeschichte: Ansätze ihrer Verbindung bei Humboldt, Steinthal und Riehl". In: *Germanistik und Komparatistik. DFG-Symposion 1993* (ed. Hendrik Birus). Stuttgart/Weimar, Metzler, 111-130, 1995.

- SEEBÄ, Hinrich C. "German Studies in Amerika. Ein interdisziplinäres und interkulturelles Modell der Kulturtheorie". In: *Reformdiskussion und curriculare Entwicklung in der Germanistik. Dokumentation der Internationalen Germanistentagung des DAAD 24.-28. Mai 1995*. Universität Gesamthochschule Kassel (ed. Günter Blamberger & Gerhard Neuner). Bonn, Deutscher Akademischer Austauschdienst, 27-37, 1996.
- SEEBÄ, Hinrich C. "New Historicism und Kulturanthropologie: Ansätze eines deutsch-amerikanischen Dialogs". In: *Historismus am Ende des 20. Jahrhunderts. Eine internationale Diskussion* (ed. Gunter Scholtz). Berlin, Akademie-Verlag, 40-54, 1997 a.
- SEEBÄ, Hinrich. "Zwischen den Kulturen: Wissenschaftsemigration und German Studies". In: *Der Exodus aus Nazideutschland und die Folgen. Jüdische Wissenschaftler im Exil* (ed. Marianne Hassler & Jürgen Wertheimer). Tübingen, Attempto, 304-324, 1997 b.
- SEEBÄ, Hinrich C. "Deutschtum. Zur Rhetorik des nationalen Narzissmus beim sogenannten 'Rembrandt-Deutschen' (Julius Langbehn)". In: PRANGEL, Matthias & al. (ed.). *Festschrift für Horst Steinmetz*. Heidelberg, C. Winter, 1998.
- SEYHAN, Azade. *Representation and Its Discontents: The Critical Legacy of German Romanticism*. Berkeley, University of California Press, 1992.
- SUHR, Heidrun. "Fremde in Berlin. The Outsider's View from the Inside". In: HAXTHAUSEN, Charles W. & Heidrun SUHR (eds.). *Berlin: Culture and Metropolis*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 219-242, 1990.
- THOMPSON KLEIN, Julie. *Crossing Boundaries: Knowledge, Disciplinarity and Interdisciplinarity*. Charlottesville, VA, University Press of Virginia, 1996.
- WACHLER, Ludwig. *Vorlesungen über die Geschichte der deutschen Nationallitteratur*. Vol. 1, Frankfurt am Main, Verlag der Hermannschen Buchhandlung, 1834.
- YAKOBSON, Helen. *Crossing Borders: From Revolutionary Russia to China to America*. Tenafly, N. J., Hermitage, 1994.

*LÍNGUA -
SPRACHE*

OBSERVAÇÕES SOBRE O USO DE TOTALIZADORES NOMINAIS NO ALEMÃO E NO PORTUGUÊS DO BRASIL*

*Hardarik Blühdorn & Masa Nomura***

Abstract: The present paper deals with selected morphological, syntactic, semantic and pragmatic characteristics of nominal totalizers in German and in Brazilian Portuguese. In particular, it analyzes the elements *todo, cada, ambos* and *os dois*, as well as *alle, jeder, der ganze* and *beide*. In terms of morphology, it describes the formation of gender, number and case forms. In the field of syntax, it focuses on the position of totalizers in the nominal phrase, their relations to determiners and quantifiers, and the functional distribution of declension types. In terms of semantics and pragmatics, it investigates the codification of referential and quantificational information, definiteness and cumulative v distributive totalization. The epistemological interest is defined by the objectives of linguistic comparison between German and Brazilian Portuguese, including the analysis of typical errors committed by language learners in both directions.

Keywords: Nominal totalizer; Nominal phrase; Contrastive linguistics German-Portuguese.

Zusammenfassung: Der vorliegende Aufsatz behandelt ausgewählte morphologische, syntaktische, semantische und pragmatische Eigenschaften von Nominaltotalisatoren im Deutschen und im brasilianischen Portugiesisch. Im einzelnen werden die Elemente *todo, cada, ambos* und *os dois* sowie *alle, jeder, der ganze* und *beide* behandelt. Hinsichtlich ihrer Morphologie wird die Bildung von Genus-, Numerus- und Kasusformen beschrieben. Im Bereich der Syntax geht es um die Stellung der Totalisatoren in der Nominalphrase, ihre Beziehungen zu Determi-

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada, sob forma de conferência, no dia 12 de maio de 1997, na *VI Semana da Língua Alemã*, organizada pela Área de Alemão da USP. Uma segunda versão foi proferida no dia 08 de janeiro de 1998, no *IX Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Germânicos ALEG*, na Universidade de Concepcion, Chile.

** Os autores são professores doutores do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP.

nantien und Quantoren und um die funktionale Verteilung von Deklinationstypen. Im Bereich der Semantik und Pragmatik geht es um die Kodierung referentieller und quantifikationaler Information, um Definitheit und um kumulative vs. distributive Totalisierung. Das Erkenntnisinteresse wird durch den Vergleich zwischen dem Deutschen und dem brasilianischen Portugiesisch bestimmt, wobei auf typische Fehler von Sprachlernern in beiden Richtungen eingegangen wird.

Stichwörter: Nominaltotalisator; Nominalphrase; Kontrastive Linguistik Deutsch-Portugiesisch.

Palavras-chave: Totalizador nominal; Sintagma nominal; Lingüística contrastiva alemão-português.

1. Introdução

Neste artigo, apresentamos algumas observações contrastivas sobre o uso de totalizadores nominais no alemão e no português do Brasil. O trabalho insere-se no projeto de pesquisa *Gramática contrastiva alemão-português*, mantido pela *Área de Alemão* da USP.

Entendemos por totalizadores nominais elementos como *alle, sämtliche, die ganzen, jeder, beide* etc., no alemão, e *todo, tudo, cada, ambos* etc., no português. O termo *totalizador* emprestamos de VATER (*Totalisator*; 1984: 30; 1986: 25 nota 19) e BISLE-MÜLLER (*Totalitätsartikel*; 1991: 97 ss.). Trata-se de elementos que indicam a totalidade de um conjunto ou de uma quantidade. A característica totalizadora aparece também em determinados advérbios, como *immer/sempr e überall/por toda parte*, mas o ambiente sintático em que *alle/todo, jeder/cada, beidelambos* etc. tipicamente ocorrem são os sintagmas nominais. Limitar-nos-emos, para o momento, à análise desses elementos.

Um exame superficial do uso dos totalizadores nominais poderia produzir a impressão de que, nesse campo, não há grandes diferenças entre as línguas alemã e portuguesa. Observações mais acuradas, no entanto, nos levam à conclusão de que os totalizadores constituem uma fonte de usos não-idiomáticos (e até mesmo de erros) de caráter particularmente sutil. Isso vale tanto para aprendizes alemães do português (cf. exemplo (1.a)) quanto para brasileiros que aprendem o alemão (cf. exemplo (2)):

- (1.a) Cada aula você chega atrasado. (em vez de: *toda aula*)
[Jede Stunde kommst du zu spät.]
- (2) A – Hast du Geschichte oder Geographie studiert?
B – Die beiden. (em vez de: *beides*)
[A – Você estudou história ou geografia?
B – As duas.]

Pretendemos abordar, neste artigo, aspectos básicos da morfologia, sintaxe, semântica e pragmática dos totalizadores nominais das duas línguas. Por motivos técnicos, restringimo-nos aos elementos *todo, cada, ambos e os dois*, no português, e *alle, jeder, der ganze e beide*, no alemão.

2. As formas morfológicas dos totalizadores nominais

Como integrantes de sintagmas nominais, os totalizadores podem realizar as categorias flexionais de gênero, número e, no alemão, caso.

2.1. Gênero

Com exceção de *cada*, no português, e *beide*, no alemão, os totalizadores nominais das duas línguas realizam a distinção dos gêneros¹:

- (3) todo martelo (masc.), toda serra (fem.); cada (*cado) martelo, cada serra; ambos os martelos, ambas as serras; os dois martelos, as duas serras
- (4) aller Wein (masc.), alle Milch (fem.), alles Wasser (neutr.); jeder Tisch (masc.), jede Bank (fem.), jedes Regal (neutr.); der ganze Wein, die ganze Milch, das ganze Wasser; ?beider (NOM) Wein, ?beide Milch, ?beides Wasser

Cada é claramente um elemento indeclinável. *Beide* tem a forma neutra *beides* como pronome (cf. exemplo (2)). *Beider*, *beide* e *beides*, como formas do nominativo singular acompanhadas de substantivos (cf. (4)), soam estranhas. Não são previstas pelas gramáticas. Pode-se, porém, imaginar contextos em que parecem marginalmente admissíveis. Se uma pessoa quiser pegar leite da geladeira, onde tem duas garrafas, e descobre que o leite nas duas está estragado, poderá eventualmente dizer:

- (5) Beide Milch ist sauer. [Ambos-sg. o leite está estragado.]

O mesmo é imaginável com vinho azedo (*Beider Wein ist sauer.*) e com água quente (*Beides Wasser ist warm.*).

1 Utilizamos as seguintes abreviações: masc. – masculino, fem. – feminino, neutr. – neutro, sg. – singular, pl. – plural, NOM – nominativo, AKK – acusativo, DAT – dativo, GEN – genitivo. O asterisco (*) indica um uso claramente incorreto, o ponto interrogativo (?), um uso estranho.

2.2. Número

No português, a distinção dos números realiza-se somente com *todo*. No alemão, ela existe em *alle*, *beide*, *der ganze* e, marginalmente, em *jeder*:

- (6) todo martelo, toda serra (sg.), todos os martelos, todas as serras (pl.); cada martelo, cada serra, *cadas (os) martelos, *cadas (as) serras; *ambo (o) martelo, *amba (a) serra, ambos os martelos, ambas as serras; *o um martelo, *a uma serra, os dois martelos, as duas serras
- (7) aller Wein, alle Milch, alles Wasser (sg.), alle Leute (pl.); jeder Tisch, jede Bank, jedes Regal, ?jede Hausaufgaben; der ganze Wein, die ganze Milch, das ganze Wasser, die ganzen Leute; ?beider Wein, ?beide Milch, ?beides Wasser, beide Getränke

Cada é claramente utilizado só no singular, *ambos* só no plural. Um singular de *os dois*, como, p. ex., *o um* (cf. (6)), também não existe. No alemão, *jeder* é geralmente utilizado só no singular e *beide*, só no plural. Já mostramos, porém, que um singular de *beide* é marginalmente admissível. O mesmo é válido para um plural de *jeder*, que poderia ocorrer em função de um paralelismo com formulações no singular:

- (8.a) In der Universität bin ich ganz klar gegen jede Bevormundung. [Na universidade, estou claramente contra qualquer tutela.]
- (8.b) In der Universität bin ich ganz klar gegen jede Hausaufgaben. [Na universidade, estou claramente contra quaisquer deveres de casa.]

Em casos como esses, a interpretação será sempre a de “jede Art von Bevormundung” [qualquer tipo de tutela] e “jede Art von Hausauf-

gaben" [qualquer tipo de dever de casa], o que corresponde a um uso no singular.

Segundo ESCHENBACH (cf. 1995: 148 s.), podemos distinguir, no alemão, três números: o singular dos substantivos de massa, como em (9.a), o singular dos substantivos contáveis, como em (10.a), e o plural, como em (11.a):

- (9.a) Bier, Geld, Liebe
- (10.a) ein Auto, eine Tasche, ein Hund
- (11.a) mehrere Autos, mehrere Taschen, mehrere Hunde

Essa classificação, que, em parte, foge aos padrões da gramática tradicional, pode ser aplicada também ao português (cf. CAMACHO & PEZATTI 1996: 158 ss.):

- (12.a) cerveja, dinheiro, amor (singular de massa)
- (13.a) um carro, uma bolsa, um cachorro (singular contável)
- (14.a) vários carros, várias bolsas, vários cachorros (plural)

Observa-se que, no alemão, *alle* pode ser usado no singular de massa e no plural, mas não no singular contável:

- (9.b) alles Bier, alles Geld, alle Liebe
- (10.b) *alles Auto, *alle Tasche, *aller Hund
- (11.b) alle Autos, alle Taschen, alle Hunde

Jeder pode ser usado no singular contável, mas não no singular de massa e no plural:

- (9.c) *jedes Bier, *jedes Geld, *jede Liebe²
- (10.c) jedes Auto, jede Tasche, jeder Hund
- (11.c) *jede Autos, *jede Taschen, *jede Hunde

2 Os exemplos em (9.c) seriam viáveis se os substantivos fossem reinterpretados como substantivos contáveis.

Conseqüentemente, *alle* e *jeder* estão em distribuição complementar.

O mesmo não é válido para *todo* e *cada* no português. *Todo* pode ser usado no singular de massa, no singular contável e no plural:

- (12.b) toda cerveja, todo dinheiro, todo amor
- (13.b) todo carro, toda bolsa, todo cachorro
- (14.b) todos os carros, todas as bolsas, todos os cachorros

Cada pode ser usado só no singular contável:

- (12.c) *cada cerveja, *cada dinheiro, *cada amor
- (13.c) cada carro, cada bolsa, cada cachorro
- (14.c) *cada carros, *cada bolsas, *cada cachorros

A diferença de distribuição entre *alle/jeder* e *todo/cada* explica em parte a dificuldade que aprendizes alemães tipicamente têm com o uso de *todo* e *cada* no português (cf. exemplo (1.a) acima). Enquanto a totalização no singular contável em alemão exige inevitavelmente o uso de *jeder*, esse número em português permite ainda a escolha entre dois totalizadores com sentidos diferentes (cf. item 4.3. abaixo).

Em alemão, o totalizador *der ganze* pode ser usado nos três números, como *todo* no português:

- (9.d) das ganze Bier, das ganze Geld, die ganze Liebe
- (10.d) das ganze Auto, die ganze Tasche, der ganze Hund
- (11.d) die ganzen Autos, die ganzen Taschen, die ganzen Hunde

Observamos, porém, que no singular contável *der ganze* assume um sentido diferente de *todo*. Enquanto *todo cachorro* indica a totalidade de um conjunto e, nesse sentido, assemelha-se fortemente a *todos*

os cachorros, der ganze Hund totaliza apenas um indivíduo e significa “o cachorro todo (da cabeça aos pés)”. No alemão, somente a forma do plural *die ganzen Hunde* [todos os cachorros] serve para totalizar o conjunto.

Ambos e os dois existem só no plural, enquanto *beide*, desacompanhado de um substantivo (no seu uso pronominal), tem a forma do singular contável *beides*. Essa forma restringe-se a contextos como (2), em que se retoma conjuntamente a referência a duas entidades pré-mencionadas. Por não haver nenhum singular de *ambos e os dois* no português, o uso de *beides* geralmente causa dificuldades para aprendizes brasileiros do alemão.

2.3. Caso

A distinção entre diferentes casos existe só no alemão. Ela ocorre com *alle, jeder, der ganze e beide*:

- (15) *aller Wein* (NOM), *allen Wein* (AKK), *allem Wein* (DAT), *allen Weines* (GEN), *alle Leute* (NOM/AKK), *allen Leuten* (DAT), *aller Leute* (GEN); *jede Bank* (NOM/AKK), *jeder Bank* (DAT/GEN); *das ganze Wasser* (NOM/AKK), *dem ganzen Wasser* (DAT), *des ganzen Wassers* (GEN); *beide Getränke* (NOM/AKK), *beiden Getränken* (DAT), *beider Getränke* (GEN)

Geralmente, a formação dos casos no alemão causa problemas para aprendizes brasileiros, por não haver casos em português, mas essas dificuldades não são particulares dos totalizadores.

3. A sintaxe dos totalizadores nominais

3.1. Uso adnominal, pronominal e posição a distância

Tanto no português, quanto no alemão, os totalizadores têm duas funções sintáticas: podem ser utilizados junto a substantivos (uso adnominal), como nos exemplos (3) a (15), ou sozinhos (uso pronominal):

- (16) Quais obras de Schiller você conhece? – Conheço todas.
- (17) In meiner Klasse sind 20 Schüler, und jeder hat schon mindestens drei Hausaufgaben abgegeben. [Na minha turma há 20 alunos, e cada um já entregou pelo menos três deveres de casa.]

Além disso, podem ser utilizados em posições distantes do sintagma nominal ao qual se referem (cf. REIS & VATER 1980: 367 ss.):

- (18.a) Já li todos os livros da biblioteca.
- (18.b) Os livros da biblioteca já li todos.
- (19.a) Cada artigo desse senhor receberia um processo por difamação.
- (19.b) Os artigos desse senhor receberiam cada um um processo por difamação.
- (20.a) Ambos os pilotos estão insatisfeitos com seus carros.
- (20.b) Os pilotos estão ambos insatisfeitos com seus carros.
- (21.a) Os dois pilotos estão insatisfeitos com seus carros.
- (21.b) Os pilotos estão os dois insatisfeitos com seus carros.
- (22.a) Alle Weinflaschen sind leer. [Todas as garrafas de vinho estão vazias.]
- (22.b) Die Weinflaschen sind alle leer. [As garrafas de vinho estão todas vazias.]

- (23.a) Jeder Schüler hat ein Geschenk bekommen. [Cada aluno recebeu um presente.]
- (23.b) Die Schüler haben jeder ein Geschenk bekommen. [Os alunos receberam um presente cada.]
- (24.a) Die ganze Milch ist sauer geworden. [O leite todo estragou.]
- (24.b) Die Milch ist ganz sauer geworden. [O leite estragou todo./O leite estragou totalmente.]
- (25.a) Beide Eltern waren zu Hause. [Ambos os pais estavam em casa.]
- (25.b) Die Eltern waren beide zu Hause. [Os pais estavam ambos em casa.]

Observamos que a posição distante do totalizador exige sempre a presença de um artigo definido no sintagma nominal de referência. Além disso, o sintagma nominal deve estar no plural, mesmo com totalizadores como *cada* e *jeder*, que só existem no singular. A única exceção a essa regra é *der ganze*, no alemão, que pode ter o sintagma nominal de referência no singular, mas aceita a posição a distância com dificuldade. Em casos como (24.b), o intérprete relacionará, com maior probabilidade, o sentido totalizador de *ganz* ao predicativo *sauer* e não ao sintagma nominal *die Milch*. Em geral, o posicionamento a distância leva muitas vezes a efeitos particulares de sentido que não podemos discutir no presente trabalho. Ocupar-nos-emos, portanto, no que se segue, somente dos totalizadores nos seus usos adnominal e pronominal.

3.2. As posições dos totalizadores no sintagma nominal

Seguindo VAN ROEY (1974), REIS & VATER (1980: 366 s.) distinguem, para os constituintes do sintagma nominal antepostos ao nome, as posições de pré-determinante, determinante, pós-determi-

nante, quantificador e adjetivo, entre outros. Essas posições podem ser ilustradas pelos seguintes exemplos:

- (26) todas (pré-det) as (det) minhas (pós-det) três (quant) queridas (adj) irmãs
- (27) alle (pré-det) diese (det) meine (pós-det) hundert (quant) neuen (adj) Bücher [todos estes meus cem novos livros]³

No português, temos que considerar, ainda, a possibilidade de pospor constituintes ao nome. A posposição é possível com pré-determinantes (cf. (28.a)), pós-determinantes (cf. (28.b)) e adjetivos (cf. (28.c)), mas não com determinantes (cf. (29.a)) nem com quantificadores (cf. (29.b)):

- (28.a) esses meus livros todos
- (28.b) as três queridas irmãs minhas
- (28.c) as minhas três irmãs queridas
- (29.a) *irmã minha essa, *três irmãs minhas as
- (29.b) *minhas irmãs duas, *as minhas queridas irmãs três

Existe também uma possibilidade limitada de pospor dois constituintes, mas essa é raramente utilizada na realidade lingüística:

- (30) uma amiga minha boa, aqueles livros meus todos

Analisaremos, a seguir, quais posições são ocupadas pelos totalizadores. No português, os elementos *todo* e *ambos* ocupam claramente a posição de pré-determinantes:

3 Sintagmas como esses obviamente soam estranhos. Eles são apenas idealizações que servem para distinguir entre os diferentes constituintes do sintagma nominal. Na realidade lingüística, os sintagmas nominais, tanto do português quanto do alemão, costumam vir com apenas algumas das suas posições preenchidas.

- (31) todas/ambas (pré-det) as (det) minhas (pós-det) duas
(quant) queridas (adj) irmãs
(32) os palhaços todos/ambos

Cada combina-se com adjetivos, quantificadores, pós-determinantes (somente pospostos) e pré-determinantes (somente pospostos), mas não com determinantes:

- (33) cada (det) irmã (nome) minha (pós-det), cada (det) duas
(quant) semanas, cada (det) livro (nome) todo (pré-det)
(34) *cada o livro

Isso indica que *cada* mesmo ocupa a posição do determinante, uma vez que não é posponível:

- (35) *irmã minha cada

Os dois é um elemento composto de um determinante e um quantificador. Portanto, não é posponível, mas combina-se com pré-determinantes, pós-determinantes e adjetivos:

- (36) *irmãos os dois
(37) todos (pré-det) os (det) dois (quant) queridos (adj) irmãos (nome) meus (pós-det)

No alemão, só *alle* ocupa a posição do pré-determinante:

- (38) alle (pré-det) diese (det) meine (pós-det) hundert (quant)
neuen (adj) Bücher [todos estes meus cem novos livros]

Jeder, como *cada* no português, preenche a posição do determinante. Esse elemento pode ser combinado com quantificadores (somente ordinais) e adjetivos:

- (39) jeder (det) zweite (quant) tote (adj) Hering [cada segundo arenque morto]

No português, observamos que a combinação de *cada* com pré-determinantes e pós-determinantes é só possível se esses são pospostos. No alemão, onde não existe posposição desses elementos, utiliza-se uma construção com genitivo para combinar *jeder* com pós-determinantes:

- (40) jedes (det) meiner (pós-det) neuen (adj) Bücher [cada (um) dos meus livros novos]

Em vez da combinação de *jeder* com um pré-determinante, utiliza-se a combinação com o advérbio *ganz*:

- (41) *Er hat alles (pré-det) jedes (det) neue (adj) Buch
gelesen. [*Ele leu todo cada novo livro.]
(42) Er hat jedes (det) neue (adj) Buch (nome) ganz (adv)
gelesen. [Ele leu todo livro novo por inteiro.]

Die ganzen parece ser uma combinação de um determinante e um elemento que se insere entre o pós-determinante e o quantificador, que chamaremos doravante de pré-quantificador. Combina-se livremente com pré-determinantes, quantificadores e adjetivos:

- (43) all (pré-det) die (det) ganzen (pré-quant) neumodischen
(adj) Unsitten [todos esses (todos) maus costumes da
última moda]
(44) die (det) ganzen (pré-quant) hundert (quant) Bücher [to-
dos os cem livros]

Na presença de pós-determinantes, *ganz* não pode ser utilizado com o determinante *die*, mas pode se combinar, p.ex., com *diese*:

- (45) all (pré-det) *die/diese (det) meine (pós-det) ganzen (pré-quant) neuen (adj) Bücher [todos os/estes meus (todos) livros novos]

Beide, finalmente, preenche a posição do quantificador. Combina-se com pré-determinantes, determinantes, pós-determinantes, pré-quantificadores e adjetivos:

- (46) alle (pré-det) beiden (quant) Kinder, meine (pós-det) beiden (quant) lieben (adj) Kinder, die (det) ganzen (pré-quant) beiden (quant) Tische

Combinações com outros quantificadores restringem-se a ordinais, que podemos, nessa condição, considerar pré-quantificadores:

- (47) die (det) zweiten (pré-quant) beiden (quant) Kinder [os segundos dois filhos]

Combinações com quantificadores cardinais ocorrem às vezes na linguagem informal, mas parecem sempre irônicas:

- (48) Da sind die (det) zwei (quant) beiden (quant). [Ali estão os dois ambos.]

3.3. A declinação dos totalizadores no sintagma nominal

No português, a declinação dos totalizadores não apresenta peculiaridades. Restrita apenas pelo fato de que *cada* é indeclinável e *ambos* existe só no plural, ela segue simplesmente as regras gerais de concordância.

No alemão, a situação é consideravelmente mais complexa. Em primeiro lugar, precisamos distinguir dois tipos de declinação, que

WEINRICH (1993: 483 ss.) denomina de declinação grande e declinação pequena, respectivamente.⁴ A primeira distingue cinco desinências e é típica dos determinantes. A segunda distingue apenas duas desinências e ocorre nos adjetivos quando acompanhados por um determinante. Os dois, na verdade, constituem os pólos de uma escala que abrange, ainda, diversas variantes intermediárias. Podemos, portanto, falar também em declinação máxima, reduzida e mínima.

Nas posições do sintagma nominal, a variabilidade da declinação cresce a partir da posição do determinante para a esquerda e para a direita. Os determinantes sempre têm declinação máxima. Na sua presença, os elementos seguintes assumem declinação mínima (cf. as tabelas em WEINRICH 1993: 484 ss.):

- (49) dieser ganze Müll [este lixo todo], das eine große Haus [a primeira casa grande]

Somente os pós-determinantes mantêm declinação maior, enquanto acompanhados por um substantivo:

- (50) diese meine ganzen lieben Kinder [estes meus (todos) queridos filhos]

No uso pronominal, também os pós-determinantes podem assumir declinação mínima:

- (51) die meinen [os meus]

Os pré-determinantes podem perder sua declinação na presença de determinantes:

4 Outros autores (p.ex., REIS & VATER 1980: 370) utilizam a terminologia mais conservadora de declinação forte e fraca.

- (52) all_ dieser wunderbare Schnee [toda esta neve maravilhosa], all_ das kühle Bier [toda a cerveja gelada], all_ jene dummen Leute [todas aquelas pessoas burras]

Na ausência de determinantes, por outro lado, eles assumem declinação máxima:

- (53) alle wunderbare Schnee [toda neve maravilhosa], alle kühle Bier [toda cerveja gelada], alle dummen Leute [todas {as} pessoas burras]

A declinação dos pós-determinantes é geralmente quase-completa, só reduzida no nominativo singular masculino e no nominativo e acusativo singular neutro. Depois dos pós-determinantes plenamente declinados, os elementos seguintes assumem novamente declinação mínima, como em (54); depois dos pós-determinantes não plenamente declinados, assumem declinação maior, como em (55):

- (54) mit meinem alten Wagen [com meu carro velho]
 (55) mein_ alter Wagen [meu carro velho]

Entre os quantificadores, alguns como *kein* [nenhum] e *ein* [um] apresentam a mesma declinação levemente reduzida dos pós-determinantes. Outros assemelham-se à declinação dos adjetivos, como *einige* [alguns] e *mehrere* [vários]. A declinação dos elementos posteriores aos quantificadores obedece, a princípio, às regras já descritas: após um elemento plenamente declinado segue-se um elemento com declinação mínima e vice-versa. Mas às vezes ocorrem casos de dúvida, como em (57):

- (56) ein_ guter Wein [um vinho bom], mit einem guten Wein [com um vinho bom], kein_ kaltes Wasser [nenhuma água gelada], keines kalten Wassers [de nenhuma água gelada]

- (57) einige gute Leute [algumas pessoas boas], mit einigem gutem/guten Willen [com alguma boa vontade]

No total, a declinação dos quantificadores é a que mais apresenta irregularidades, o que se explica por sua posição intermediária entre os constituintes do sintagma nominal. A declinação dos adjetivos já é de novo totalmente clara. Os adjetivos assumem declinação máxima quando desacompanhados por outros elementos antepostos ao nome, e declinação mínima quando precedidos por elementos plenamente declinados:

- (58) heißer Kaffee [café quente] vs. der heiße Kaffee [o café quente], kühles Bier [cerveja gelada] vs. das kühle Bier [a cerveja gelada]

A função da declinação nominal no alemão está intimamente ligada à sinalização de definitude. Se elementos que não são nem determinantes nem pré ou pós-determinantes apresentam declinação máxima, esse é um sinal claro de indefinitude, pois, nesse caso, não pode haver nenhum pré-determinante, determinante ou pós-determinante no mesmo sintagma nominal. Se, por outro lado, os não-determinantes apresentam declinação mínima, esse é um sinal claro de definitude, pois tem que haver, nesse caso, um pré-determinante, determinante e/ou pós-determinante no mesmo sintagma nominal.

Observando agora a declinação dos totalizadores, constatamos que *alle* como pré-determinante tem uma variante plenamente declinada, que é a mais usada, e uma não-declinada que pode anteceder determinantes. A segunda é a menos freqüente:

- (59) alle(NOM/AKK)/alle(GEN) Kinder/allen Kindern (DAT) [todas (as) crianças], all_ die(NOM/AKK)/der(GEN) Kinder/den Kindern (DAT) [todas as crianças]

Jeder, como determinante, tem sempre declinação máxima:

- (60) jeder junge Hund (NOM), jedes jungen Hundes (GEN)
[cada cachorro jovem]

Der ganze e suas demais formas compõem-se do determinante *der*, que sempre tem declinação máxima, e do pré-quantificador *ganz*, que sempre tem declinação mínima, devido à presença obrigatória do determinante:

- (61) der ganze Müll (NOM), dem ganzen Müll (DAT) [o lixo todo], das ganze Bier (NOM), des ganzen Biers (GEN) [a cerveja toda]

Beide, finalmente, como quantificador apresenta declinação máxima na ausência de determinantes e declinação mínima quando da sua presença:

- (62) beide lieben Kinder [ambas (as) crianças queridas], die beiden lieben Kinder [ambas as crianças queridas]

4. A semântica dos totalizadores nominais

4.1. Tipos de informação

A seguir, analisaremos mais detalhadamente a semântica dos totalizadores nominais. Em primeiro lugar, é útil concretizar a distinção entre determinantes e quantificadores no campo semântico (cf. VATER 1984; CASTILHO 1993: 213 s.). Em termos gerais, os determinantes codificam informação referencial, i.e., referem-se à identidade do objeto em questão e respondem à pergunta “qual?” (cf. BLÜHDORN 1994: 172). Nessa função, podem ocorrer no uso adnominal ou pronominal:

- (63) Jene Männer sind Ausländer.
Aqueles homens são estrangeiros.
(64) Diese sind Brazilianer.
Estes são brasileiros.

Os quantificadores, por outro lado, codificam informação quantitativa, i.e., referem-se à quantidade do objeto em questão e respondem à pergunta “quanto(s)?” (cf. ib.). Eles também podem ocorrer acompanhados ou não de substantivos:

- (65) Viele Männer sind Ausländer.
Muitos homens são estrangeiros.
(66) Einige sind Brazilianer.
Alguns são brasileiros.

O *status* dos totalizadores nessa tipologia está pouco claro. No português, somente *todo* pode servir de resposta à pergunta “quanto(s)?”:

- (67) Quanto tempo você dedicou a ela? – Praticamente meu tempo todo.
(68) Quanto tempo você dedicou a esse trabalho? – *Cada hora.
(69) Quantas horas você dedicou a esse trabalho? – *Ambas./ *As duas.

E mesmo com *todo*, a resposta permanece relativamente vaga. O elemento indica a totalidade da quantidade disponível, mas não indica nada sobre seu tamanho.

No alemão, *alle* (cf. REIS & VATER 1980: 383 ss.) e *der ganze* têm características semelhantes de *todo*:

- (70) Wieviele Kekse hast du gegessen? – Alle./Die ganzen.
[Quantas bolachas você comeu? – Todas.]

Ambos e os dois não servem de respostas à pergunta “quanto(s)?”, mas fornecem mesmo assim informação quantitativa. Referem-se necessariamente a um conjunto de dois indivíduos, indicando ao mesmo tempo a totalidade desse conjunto. O número dois é um componente do significado de *os dois*, mas não de *ambos*. Quando do uso de *ambos*, é uma informação pressuposta. Isso fica claro em ambientes de negação e de interrogação, sendo que as pressuposições devem permanecer constantes sob essas transformações (cf. FRAWLEY 1992: 41 s.):

- (71.a) Paulo perdeu ambos os filhos.
- (71.b) É verdade que Paulo perdeu ambos os filhos?
- (71.c) Não é verdade que Paulo perdeu ambos os filhos.
- (72) Paulo tinha dois filhos.

Tanto (71.a) quanto (71.b) e (71.c) implicam a pressuposição (72). REIS & VATER (1980: 377 ss.) observaram o mesmo para *beide*, no alemão:

- (73) Wieviele Söhne hast du? – *Beide. [Quantos filhos você tem? – *Ambos.]
- (74.a) Beide Söhne von Fritz sind verheiratet. [Ambos os filhos de Fritz são casados.]
- (74.b) Stimmt es, daß beide Söhne von Fritz verheiratet sind? [É verdade, que ambos os filhos de Fritz são casados?]
- (74.c) Es stimmt nicht, daß beide Söhne von Fritz verheiratet sind. [Não é verdade, que ambos os filhos de Fritz são casados?]
- (74.d) Fritz hat zwei Söhne. [Fritz tem dois filhos.]

As sentenças (74.a) a (74.c) implicam a pressuposição (74.d).

Cada, bem como *jeder* no alemão, claramente não serve de resposta à pergunta “quanto(s)?” e nem contribui com nenhuma informação quantitativa, exceto a de que a entidade em questão vem individuada.

- (75) Wieviele Stunden hast du im Garten gearbeitet? – *Jede Stunde. [Quantas horas você trabalhou no jardim? – *Cada hora.]

Em relação à pergunta “qual?”, todos os totalizadores do português e do alemão podem servir de resposta:

- (76) Quais dos seus alunos passaram na prova? – Todos.
- (77) Qual dos seus alunos passou na prova? – Ambos./Os dois.
- (78) Qual grupo tem mais vitórias? – No momento, cada grupo tem três.
- (79) Welche deiner Schüler haben die Prüfung bestanden? – Alle. [Quais dos seus alunos passaram na prova? – Todos.]
- (80) Welche Bücher hast du gelesen? – Die ganzen. [Quais livros você leu? – Todos.]
- (81) Welches Bein hat sie gebrochen? – Beide. [Qual perna ela quebrou? – Ambas.]
- (82) Welcher Schüler hat die meisten Punkte? Im Moment hat jeder zehn. [Qual aluno tem mais pontos? – No momento, cada um tem dez.]

Esses dados semânticos indicam que os totalizadores têm mais características de determinantes que de quantificadores, o que é em parte compatível com suas funções sintáticas. *Cada e jeder*, como determinantes, não têm valor quantitativo; *todo, ambos e alle*, como pré-determinantes, e *ganz* como pré-quantificador, indicam totalização, mas não codificam nenhuma informação quantitativa.

nal propriamente dita. Por outro lado, é estranho que *beide*, como quantificador, somente pressupõe, mas não codifica o valor quantificacional e que *ambos*, como pré-determinante, compartilha essa mesma característica. Somente *dois* de *os dois* codifica claramente uma informação quantificacional. A subsunção tradicional dos totalizadores à categoria dos quantificadores (cf. VATER 1986) parece-nos, portanto, ainda discutível.

4.2. Definitude

No item 3.3. acima, observamos que a declinação no sintagma nominal alemão tem a função, entre outros, de indicar definitude ou indefinitude. Definitude de um sintagma nominal é a qualidade de sinalizar a identificabilidade do(s) indivíduo(s) aos quais se refere, enquanto indefinitude é a ausência dessa qualidade. A indicação de definitude associa-se, além da declinação, à presença de determinantes.

Em geral, a possibilidade de identificar o(s) indivíduo(s) de que se fala, pode ser garantida a partir de três fontes de informação: da situação imediata de comunicação (definitude dêitica), do contexto lingüístico prévio ou posterior (definitude fórica) ou do conhecimento geral dos interlocutores (definitude extra-situacional, que inclui definitude genérica e episódica, entre outras) (cf. HAWKINS 1978; BISLE-MÜLLER 1991: 25-49; MEIRELES & BLÜHDORN 1997: 132 ss.).

Para testar a definitude dos totalizadores, servir-nos-emos, primeiramente, do seguinte ambiente de ensaio:

- (A) In einem Zimmer waren X Affen. Y Affen rauchten.
 (B) Numa sala estavam X macacos. Y macacos fumavam.

Nas posições X e Y serão inseridos diversos elementos que se antepõem ao substantivo dentro de um sintagma nominal, para produzir cadeias como:

- (83) In einem Zimmer waren viele Affen. Manche Affen rauchten.
 Numa sala estavam muitos macacos. Alguns macacos fumavam.

Essas cadeias devem ser compreendidas como aberturas de narrativas sem contextualização prévia e independente da situação imediata, como acontece, por exemplo, quando uma criança volta do cinema e narra à sua mãe o conteúdo do filme. Nesse caso, a posição X é típica para fazer referência a um objeto antes não conhecido pelo interlocutor, ou seja, ela serve para introduzir ao contexto uma entidade nova (cf. REIS & VATER 1980: 379). A posição Y é típica para retomar a referência a um objeto pré-mencionado.

Vejamos, como se inserem, nesse ambiente, uma série de elementos do alemão (A1) e do português (B1):

(A1)

	X		Y		
In einem Zimmer waren	zehn	Affen.	Zehn	Affen	rauchten.
	viele		Viele		
	wenige		Wenige		
	mehrere		Mehrere		
	einige		Einige		
	?keine		Kein	Affe	rauchte.
	*die		Die	Affen	rauchten.
	*diese		Diese		
	*jene		Jene		
	*die beiden		Die beiden		
	*die ganzen		Die ganzen		
	*manche		Manche		
	*beide		Beide		
	*alle		Alle		
In einem Zimmer war	*jeder	Affe.	Jeder	Affe	rauchte.

(B1)

	X		Y		
Numa sala estavam	dez	macacos.	Dez	macacos	fumavam.
	muitos		Muitos		
	poucos		Poucos		
	vários		Vários		
	alguns		Alguns		
Numa sala não havia	?nenhum	macaco.	Nenhum	macaco	fumava.
Numa sala estavam	*os	macacos.	Os	macacos	fumavam.
	*estes		Estes		
	*esses		Esses		
	*aqueles		Aqueles		
	*os dois		Os dois		
	*todos os		Todos os		
	*ambos os		Ambos os		
Numa sala estava	*cada	macaco.	Cada	macaco	fumava.

Os asteriscos indicam os elementos que não podem ser utilizados na posição X sem a ajuda de algum contexto mais amplo. A ampliação do contexto, por sua vez, pode tornar esses elementos possíveis. Se acrescentarmos, por exemplo, à sentença:

(84) *Numa sala estavam os macacos.

uma anterior do tipo:

(85) Todos os animais estavam distribuídos pelos compartimentos da Arca de Noé.,

ela tornar-se-á plenamente correta. Nesse caso, teremos o uso anafórico do artigo definido. Da mesma forma, a frase:

(86) *Numa sala estavam estes macacos.

estará correta, se acrescentarmos a ela um contexto situacional em que o falante aponta para uma fotografia de um grupo de macacos. Teremos, então, o uso dêitico do demonstrativo *estes*.

Os elementos que podem ser usados em ambas as posições são elementos indefinidos. Todos codificam informação quantitativa. Eles têm dois tipos diferentes de uso: na posição X, estabelecem quantidades, na posição Y restringem quantidades. Numa cadeia como:

(87) Numa sala estavam muitos macacos. Dez macacos fumavam.,

o elemento *muitos* estabelece uma quantidade (maior que dez) e o elemento *dez* separa um subgrupo (de dez), dentro desse conjunto. No caso inverso:

(88) Numa sala estavam dez macacos. Muitos macacos fumavam.,

o elemento *dez* estabelece uma quantidade (de dez) e o elemento *muitos* separa um subgrupo (de menos de dez), dentro desse conjunto. É pela não-compatibilidade da quantidade estabelecida e da quantidade separada, que cadeias como as seguintes são inaceitáveis:

(89) *Numa sala estavam poucos macacos. Muitos macacos fumavam.

Os elementos que só podem ser usados na posição Y são os mais interessantes, já que os totalizadores estão entre eles. Esses elementos parecem poder restringir, mas não estabelecer quantidades, de maneira que a indicação da totalidade se insere na categoria maior de quantificação restritiva.

Ao mesmo tempo, os elementos que excluem o uso na posição X parecem ser elementos que envolvem pressuposições. Já vimos que os totalizadores, por exemplo, pressupõem a existência de uma quantidade cuja totalidade vão indicar. Entre esses elementos devem

também estar os definidos. Mas não necessariamente todos precisam ser definidos, pois o ambiente Y, na verdade, não exige que nele seja univocamente identificado um indivíduo.

Precisamos, portanto, de um segundo ambiente de ensaio, para poder distinguir entre elementos definidos e indefinidos:

- (C) Schau, wie sie rauchen, Z Affen.
- (D) Olha, como eles fumam, Z macacos.

Na posição Z, serão inseridos os mesmos elementos que testamos nos ambientes (A) e (B), produzindo sentenças como:

- (90) Schau, wie sie rauchen, die Affen.
Olha, como eles fumam, os macacos.

O deslocamento à direita é uma construção que só é possível com elementos claramente definidos (cf. REIS & VATER 1980: 389).

Vejamos as tabelas (C1) e (D1).

(C1)

	Z	
Schau, wie sie rauchen,	*zehn	Affen.
	*viele	
	*wenige	
	*mehrere	
	*einige	
	*keine	
	die	
	diese	
	jene	
	die beiden	
	die ganzen	
	*manche	
	*beide	
	*alle	
Schau, wie er raucht,	*jeder	Affe.

(D1)

	Z		
Olha, como eles fumam,	*dez	macacos.	
	*muitos		
	*poucos		
	*vários		
	*alguns		
	Olha, como ele fuma, Olha, como eles fumam,	*nenhum	macaco.
		os	macacos.
		estes	
		esses	
		aqueles	
	os dois		
	todos os		
	*ambos os		
Olha, como ele fuma,	*cada	macaco.	

Esse segundo ambiente de ensaio nos mostra que, além dos artigos *der/lo* e os demonstrativos *dieser/lestelesse* e *jener/laquele*, somente os totalizadores *die beiden/los dois* e *die ganzen/todos os* são definidos. Esses quatro elementos contêm um artigo definido como constituinte. Os outros totalizadores parecem não-definidos.

Juntando, agora, os critérios da informação codificada (referencial vs. quantificacional) e da definitude (elemento indefinido vs. quantificador restritivo vs. elemento definido) numa classificação cruzada, chegamos ao seguinte resultado:

	informação referencial	informação quantificacional
elemento indefinido	<i>ein²;</i> <i>um</i>	<i>ein, zehn, viele, wenige, mehrere, einige, kein;</i> <i>um, dez, muitos, poucos, vários, alguns, nenhum</i>
quantificador restritivo	<i>mancher, beide, alle, jeder;</i> <i>ambos, todos, cada</i>	<i>alle;</i> <i>todos</i>
elemento definido	<i>der, dieser, jener, die beiden,</i> <i>der ganze;</i> <i>o, este, esse, aquele, os dois, todos os</i>	<i>der ganze</i>

A tabela mostra a posição intermediária dos quantificadores restritivos entre os determinantes e os quantificadores. Eles apresentam semelhanças com ambos os grupos, mas em nenhum se inserem nitidamente.

Entre os quantificadores restritivos do alemão, podemos ainda distinguir os totalizadores *beide, alle* e *jeder* do elemento *mancher*, que separa um conjunto parcial:

5 A existência de elementos referenciais indefinidos (como o tradicional artigo indefinido) é controversa. Principalmente VATER (cf. 1984, 1986) tem defendido a opinião de que esses elementos são quantificadores.

- (91) In einem Zimmer waren zehn Affen. Manche Affen rauchten.
[Numa sala estavam dez macacos. Alguns macacos fumavam.]

Nesse exemplo, *manche* separa um conjunto parcial dos dez macacos pré-mencionados.

Podemos agora definir totalizadores como quantificadores restritivos que não separam quantidades parciais e que codificam, ao mesmo tempo, informação referencial, sem ser necessariamente definidos (cf. também REIS & VATER 1980: 389).⁶

É interessante rever, nesse contexto, a combinabilidade dos totalizadores com elementos definidos. *Cada* e *jeder*, que são eles mesmos determinantes, excluem essa combinação:

- (92) cada *o livro; jedes *das Buch

Mesmo assim, *cada* e *jeder* sozinhos não indicam definitude. Para formar sintagmas definidos, precisam ser combinados com atributos definidos:

6 Na bibliografia sobre o assunto, variam as opiniões sobre a definitude dos totalizadores. HEIDOLPH & al. (1984: 663 ss.), BISLE-MÜLLER (1991: 97) e SCHOPP (1995: 77) pertencem aos autores que os classificam como definidos. VATER (1984: 38 s.; 1986: 29 s.) e, seguindo a ele, EISENBERG (1994: 166) os veem como não-especificados quanto à definitude. ENGEL (1988: 540 ss., 666 ss.), DUDEN (1995: 343 ss.), WELKER (1992: 183 ss.), HUNDERTMARK-SANTOS MARTINS (1982: 134 ss.), CUNHA & CINTRA (1985: 347 ss.), CASTILHO (1993: 214 s.), entre outros, tratam-nos, de acordo com a gramática tradicional, como indefinidos. Também em relação ao quantificador restritivo *manche*, os gramáticos estão desunidos. Muitos autores tratam-no como indefinido (p.ex. ENGEL 1988: 545 ss., EISENBERG 1994: 163; DUDEN 1995: 351), enquanto outros, como VATER (1979: 99 ss.) e HEIDOLPH & al. (1984: 682) observam nele determinadas características de um elemento definido.

(93) cada um dos livros; jedes der (GEN) Bücher

Os pré-determinantes *todo* e *ambos* do português exigem a presença de um determinante no seu uso adnominal no plural (cf. (94)). Ao contrário disso, no seu uso pronominal (cf. (95.a/b)), excluem a presença de um determinante. *Todo*, no seu uso adnominal no singular (cf. (96)), permite mas não exige a presença de um determinante (com diferenças de sentido entre as duas variantes; cf. item 2.2. acima):

(94) todos/ambos os livros, *todos/*ambos livros

(95.a) Você já leu todos/ambos os livros? – Já li todos *os/ambos *os.

(95.b) Você já bebeu a cerveja toda? – Toda *a.

(96) Todo governo é corrupto. O governo todo é corrupto.

Esses dados corroboram a conclusão de que *todo* e *ambos* sozinhos não são definidos. O uso adnominal de *todo* sem determinante no singular é sempre genérico. Com essa restrição unívoca, pode dispensar o determinante. O uso pronominal remete a um antecedente que deve conter um determinante.

O pré-determinante alemão *alle*, pelo contrário, permite sempre o uso sem determinante, como em (97). Mas também não exclui a presença de um determinante em nenhum caso, como mostra (98). Isso indica que, nesse caso, os determinantes reforçam uma definitude latente. Na presença de determinantes, particularmente do artigo definido, *alle* tende a assumir declinação mínima, como em (99), enquanto sem determinante sempre tem declinação máxima:

(97) aller Wein, alle Milch, alles Wasser, alle Leute

(98) aller dieser Wein, alle jene Milch, alles dieses Wasser, alle jene Leute

(99) all der Wein, all diese Milch, all das Wasser, all jene Leute

Os dois, die beiden e *der ganze* contêm determinantes como constituintes. Esses elementos são sempre definidos.

Beide, finalmente, ocorre com frequência sem determinante, como em (100). A presença de um determinante pode ser excluída, como em (101):

(100) beide Bücher [ambos os livros], mit beiden Händen [com ambas as mãos]

(101) Möchtest du Tee oder Kaffee? – Beides./*Die beiden.

Em combinação com *die*, forma o totalizador *die beiden*, que apresenta características semânticas particulares, inexplicáveis como mero resultado da composição (cf. item 4.3. abaixo). Esses dados indicam que *beide*, como *alle*, possui definitude latente. Diferentemente de *alle*, essa não pode ser reforçada pelo artigo definido, mas o reforço por demonstrativos como *diese beiden*, *jene beiden* etc. é possível.

4.3. Totalização cumulativa e distributiva

Muitas línguas distinguem dois tipos de totalizadores:

(102) alemão:	<i>jeder</i>	vs.	<i>alle</i>
português:	<i>cada</i>	vs.	<i>todo</i>
inglês:	<i>each/every</i>	vs.	<i>all</i>
sueco:	<i>varje</i>	vs.	<i>all</i>
latim:	<i>quisque</i>	vs.	<i>omnis</i>
francês:	<i>chaque</i>	vs.	<i>tous</i>
italiano:	<i>ciascunologni</i>	vs.	<i>tutti</i>
espanhol:	<i>cada</i>	vs.	<i>todo</i>
turco:	<i>her</i>	vs.	<i>bütün</i>
japonês:	<i>hitori-dzutsu</i>	vs.	<i>min-na</i>

Os totalizadores das duas classes ligam-se com diferentes tipos de predicados. Comparemos os seguintes exemplos:

- (103.a) Diese Kinder bilden einen Kreis.
- (104.a) Estas crianças formam um círculo.
- (105.a) Diese Kinder sind sechs Jahre alt.
- (106.a) Estas crianças têm seis anos de idade.

Embora as frases (103.a) e (105.a) bem como (104.a) e (106.a) tenham exatamente as mesmas estruturas sintáticas, as interpretações que se pode atribuir a elas são diferentes. No caso de (103.a) e (104.a), entende-se que as crianças formam juntas o círculo, já que uma criança sozinha não pode formar um círculo. No caso de (105.a) e (106.a), entende-se que cada criança tem seis anos de idade, já que não é comum falar sobre a soma de idades de um conjunto de crianças. Na terminologia lingüística costuma-se dizer que frases como (103.a) e (104.a) trazem *predicados coletivos*, ou seja, predicados que, quando combinados com um argumento que designa um grupo de entidades, se referem ao grupo como um todo, enquanto frases como (105.a) e (106.a) trazem *predicados distributivos*, ou seja, predicados que se referem a cada integrante do grupo individualmente (cf. SCHOPP 1995: 79 ss.).

A mesma diferença que (103.a) a (106.a) mostram para o sujeito, pode ser observada também para o objeto direto, em frases como:

- (107.a) Wir haben die Bücher der Bibliothek zusammengestellt.
- (108.a) Juntamos os livros da biblioteca.
- (109.a) Wir haben die Bücher der Bibliothek durchsucht.
- (110.a) Pesquisamos os livros da biblioteca.

Em (107.a) e (108.a), entende-se que os livros foram juntados como conjunto, enquanto em (109.a) e (110.a) a pesquisa deve aplicar-se a cada livro em particular.

Quando inserimos totalizadores nas frases acima, observamos que *alle* e *todo* podem ser utilizados indistintamente em todos os casos:

- (103.b) Alle Kinder bilden einen Kreis.
- (104.b) Todas as crianças formam um círculo.
- (105.b) Alle Kinder sind sechs Jahre alt.
- (106.b) Todas as crianças têm seis anos de idade.
- (107.b) Wir haben alle Bücher der Bibliothek zusammengestellt.
- (108.b) Juntamos todos os livros da biblioteca.
- (109.b) Wir haben alle Bücher der Bibliothek durchsucht.
- (110.b) Pesquisamos todos os livros da biblioteca.

Ao contrário disso, *jeder* e *cada* só se combinam com predicados distributivos:

- (103.c) *Jedes Kind bildet einen Kreis.
- (104.c) *Cada criança forma um círculo.
- (105.c) Jedes Kind ist sechs Jahre alt.
- (106.c) Cada criança tem seis anos de idade.
- (107.c) *Wir haben jedes Buch der Bibliothek zusammengestellt.
- (108.c) *Juntamos cada livro da biblioteca.
- (109.c) Wir haben jedes Buch der Bibliothek durchsucht.
- (110.c) Pesquisamos cada livro da biblioteca.

Denominaremos os elementos como *alle* e *todo* de *totalizadores cumulativos* e os elementos como *jeder* e *cada* de *totalizadores distributivos*. Os totalizadores cumulativos, na maioria das vezes, podem ser utilizados indiferentemente com os dois tipos de predicados. Os totalizadores distributivos, ao contrário, só aceitam predicados distributivos. Nesse sentido, podemos dizer que os totalizadores cumulativos são os elementos não-marcados da oposição (cf. SCHOPP 1995: 86 s.).

No sistema alemão de quantificadores, a oposição cumulativo vs. distributivo é de grande importância, o que se pode verificar observando os pares *alle* vs. *jeder*, *einige* [alguns] vs. *manche* [alguns] e *die beiden* [ambos, os dois] vs. *beide* [ambos, os dois]. Vejamos os seguintes exemplos:

- (103.d) Einige Kinder bilden einen Kreis.
- (103.e) ?Manche Kinder bilden einen Kreis.
- (105.d) Einige Kinder sind sechs Jahre alt.
- (105.e) Manche Kinder sind sechs Jahre alt.
- (107.d) Wir haben einige Bücher der Bibliothek zusammengestellt.
- (107.e) ?Wir haben manche Bücher der Bibliothek zusammengestellt.
- (109.d) Wir haben einige Bücher der Bibliothek durchsucht.
- (109.e) Wir haben manche Bücher der Bibliothek durchsucht.

Embora a distinção de *einige* vs. *manche* não seja tão categórica como *alle* vs. *jeder*, fica bem evidente que (103.e) e (107.e) são frases menos aceitáveis que (103.d) e (107.d). *Einige* é um quantificador cumulativo e *manche* um quantificador distributivo (cf. VATER 1984: 30).

Com *die beiden* vs. *beide*, a diferença torna-se mais nítida ainda (cf. SCHOPP 1995: 82 s.):

- (103.f) Die beiden Kinder bilden einen Kreis.
- (103.g) *Beide Kinder bilden einen Kreis.
- (105.f) *Die beiden Kinder sind sechs Jahre alt.
- (105.g) Beide Kinder sind sechs Jahre alt.
- (107.f) Wir haben die beiden Bücher zusammengestellt.
- (107.g) *Wir haben beide Bücher zusammengestellt.
- (109.f) Wir haben die beiden Bücher durchsucht.
- (109.g) Wir haben beide Bücher durchsucht.

Nesse caso, o emprego do totalizador cumulativo *die beiden* chega a ser incorreto em combinação com predicados que só admitem uma interpretação distributiva, como acontece em (105.f). Analogicamente, a variante (111.a) do seguinte exemplo teria como única interpretação a (provavelmente não intencionada) de um casamento incestuoso:

- (111.a) Mein Nachbar hat einen Sohn und eine Tochter. Die beiden haben letzten Monat geheiratet.
[Meu vizinho tem um filho e uma filha. Ambos/os dois se casaram no mês passado.] (variante cumulativa – casaram um com o outro)
- (111.b) Mein Nachbar hat einen Sohn und eine Tochter. Beide haben letzten Monat geheiratet. (variante distributiva – cada um casou com seu companheiro)

Em português, a oposição entre quantificadores cumulativos e distributivos é menos espalhada pelo sistema dos quantificadores. Em particular, ela não se aplica aos elementos *ambos* [*beide*, *die beiden*] e *os dois* [*beide*, *die beiden*]. Dessa maneira, todas as seguintes frases são plenamente corretas:

- (104.d) Ambas as crianças formam um círculo.
- (104.e) As duas crianças formam um círculo.
- (106.d) Ambas as crianças têm seis anos de idade.
- (106.e) As duas crianças têm seis anos de idade.
- (108.d) Juntamos ambos os livros.
- (108.e) Juntamos os dois livros.
- (110.d) Pesquisamos ambos os livros.
- (110.e) Pesquisamos os dois livros.

No português, não existe diferença entre *ambos* e *os dois* quanto ao caráter da totalização. Além dos seus valores quantitativos diferentes (*os dois* codifica informação quantitativa, enquanto *ambos* só a pressupõe), a única diferença entre eles é estilística: *ambos* é con-

siderado mais culto e *os dois* mais cotidiano. Como *ambos* morfologicamente se assemelha a *beide* e *os dois* a *die beiden*, os falantes nativos de português tendem a utilizar, no alemão, *beide* como equivalente de *ambos* e *die beiden* como equivalente de *os dois*. Isso pode levar a usos incorretos em casos em que a distinção entre totalização cumulativa e distributiva é relevante, como no nosso exemplo acima:

- (2) A – Hast du Geschichte oder Geographie studiert?
B – **Die beiden*.
[A – Você estudou história ou geografia?
B – As duas.]

Nesse exemplo, o uso do totalizador cumulativo *die beiden* é incorreto, pois dá a entender que ocorreu o estudo de uma amálgama entre história e geografia, enquanto se sabe que disciplinas que se estudam simultaneamente não se misturam entre si. A alternativa correta seria o totalizador distributivo *beide(s)*, que não indicaria tal mistura.

Também os falantes nativos do português podem enganar-se facilmente no julgamento de tais sentenças alemãs. Quando apresentamos, num pequeno experimento, as frases (111.a) e (111.b) acima a estudantes de alemão da USP, observamos que a variante correta (111.b) foi reprovada por 14 de 54 informantes (26 %), enquanto 19 de 34 informantes (56 %) aceitaram como correta a variante incestuosa (111.a).⁷

Para os elementos *todo* e *cada*, a oposição entre totalização cumulativa e distributiva é válida também no português. Junto a predicados que permitem duas interpretações diferentes, os totalizadores podem servir para determinar a interpretação desejada pelo falante:

⁷ Trabalhamos com dois grupos de informantes que foram confrontados com diferentes variantes das frases. Um grupo tinha 54, o outro 34 integrantes.

- (112.a) O professor já conversou com cada estudante. (em particular, totalização distributiva)
(112.b) O professor já conversou com todos os estudantes. (seja em particular ou seja em conjunto, totalização cumulativa)

Uma restrição especialmente importante para o português é o fato de que a totalização distributiva não permite exceções. Em casos como:

- (113) Na festa de despedida, cada convidado bebeu cinco garrafas de cerveja.
(114) Auf dem Abschiedsfest hat jeder Gast fünf Flaschen Bier getrunken.,

uma única exceção invalidaria a afirmação. A totalização cumulativa, por sua vez, é menos afetada por exceções (cf. BISLE-MÜLLER 1991: 98). Frases como:

- (115) Todo alemão gosta de cerveja.
(116) Alle Deutschen mögen Bier.

não seriam invalidadas, se houvesse uns poucos alemães que não gostam de cerveja. Isso corresponde a dizer que a totalização distributiva é mais rígida que a cumulativa.

Pragmaticamente, isso pode ter como consequência que ela é menos polida em determinados contextos, fator que parece exercer um papel importante no português. O exemplo:

- (1.a) Cada aula você chega atrasado.
[Jede Stunde kommst du zu spät.],

que, a princípio, seria gramaticalmente correto, foi marcado como incorreto por 53 de 54 informantes (98 %). Ao invés disso, a frase:

- (1.b) Toda aula você chega atrasado.
[Jede Stunde kommst du zu spät.]

foi marcada como correta por 28 de 34 informantes (82 %). Parece-nos, portanto, que, no português, a polidez influencia a decisão entre totalização cumulativa e distributiva, o que não acontece dessa forma no alemão.

Outros exemplos que testamos com os informantes sugerem que, no português, prefere-se utilizar a totalização distributiva somente em casos em que ela é inevitável. Assim, a sentença:

- (117.a) Toda vez que eu encontro você, me lembro do nosso passeio em Nova Iorque.

foi marcada como correta por 52 de 54 informantes (96 %), enquanto a frase:

- (117.b) Cada vez que eu encontro você, me lembro do nosso passeio em Nova Iorque.

foi rejeitada como incorreta por 17 de 34 informantes (50 %). Observamos que o predicado *lembrar-se do seu passeio em Nova Iorque* não exige uma interpretação distributiva, pois a lembrança pode ser a mesma em cada ocasião.

No entanto, a frase:

- (118.a) Toda vez que eu encontro você, você parece mais nova.

foi marcada como correta apenas por 18 de 34 informantes (53 %), e a frase:

- (118.b) Cada vez que eu encontro você, você parece mais nova.

foi marcada como correta por 41 de 54 informantes (76 %). Nesse caso, temos um predicado que necessariamente deve ser interpretado como distributivo, pois a base de cálculo para a idade muda com cada encontro.

O alemão e o português se distinguem pelo peso que atribuem aos fatores rigidez da totalização e polidez interpessoal. No alemão prefere-se, para ser claro, o uso da totalização distributiva quando é possível, enquanto no português brasileiro se prefere, para ser ameno, o uso da totalização cumulativa quando a distributiva é evitável. Conseqüentemente, alemães, quando falam português, tendem a formar frases consideradas incorretas por brasileiros como:

- (1.a) Cada aula você chega atrasado.,

que são traduções literais do alemão:

- (1.c) Jede Stunde kommst du zu spät.

5. Considerações finais

Podemos agora resumir nossas observações nas seguintes descrições dos totalizadores nominais do alemão e do português do Brasil, nas quais se reúnem características morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Os totalizadores nominais do português:

- *todo*: elemento declinável (gênero e número); uso no singular de massa, singular contável e plural; pré-determinante; codificação informação referencial e quantificacional; estabelece pres-

suposição de alguma quantidade; quantificador restritivo; totalizador cumulativo; admite exceções.

- *cada*: elemento indeclinável; uso só no singular contável; determinante; codifica informação referencial; estabelece pressuposição de um conjunto de indivíduos; quantificador restritivo; totalizador distributivo; não admite exceções.
- *ambos*: elemento declinável (gênero); uso só no plural; pré-determinante; codifica informação referencial; estabelece pressuposição de um conjunto de dois indivíduos; quantificador restritivo; totalizador cumulativo; não admite exceções; estilo culto.
- *os dois*: expressão declinável (gênero); uso só no plural; composta de determinante e quantificador; codifica informação referencial e quantificacional; elemento definido; totalizador cumulativo; não admite exceções; estilo cotidiano.

Os totalizadores nominais do alemão:

- *alle*: elemento declinável (gênero, número e caso); uso no singular de massa e no plural; pré-determinante; declinação máxima, em combinação com determinantes também zero; codifica informação referencial e quantificacional; estabelece pressuposição de alguma quantidade; quantificador restritivo com definitude latente; totalizador cumulativo; admite exceções.
- *jeder*: elemento declinável (gênero e caso; número marginalmente); uso no singular contável, marginalmente no singular de massa e no plural; determinante; declinação máxima; codifica informação referencial; estabelece pressuposição de um conjunto de indivíduos; quantificador restritivo; totalizador distributivo; não admite exceções.

- *der ganze*: expressão declinável (gênero, número e caso); uso no singular de massa, singular contável e plural; composta de determinante e pré-quantificador; declinação máxima (determinante) e mínima (pré-quantificador); codifica informação referencial e quantificacional; estabelece pressuposição de alguma quantidade; elemento definido; totalizador cumulativo; admite exceções.
- *beide*: elemento declinável (caso; número marginalmente; gênero fixo); uso no plural, marginalmente no singular de massa; quantificador; declinação máxima na ausência de determinantes, mínima na presença de determinantes; codifica informação referencial; estabelece pressuposição de um conjunto de dois indivíduos; quantificador restritivo com definitude latente; totalizador distributivo; não admite exceções.
- *die beiden*: expressão declinável (caso); uso só no plural; composta de determinante e quantificador; declinação máxima (determinante) e mínima (quantificador); codifica informação referencial; estabelece pressuposição de um conjunto de dois indivíduos; elemento definido; totalizador cumulativo; admite exceções.

Os nossos resultados comprovam que os totalizadores nominais de modo algum constituem um campo trivial da gramática contrastiva do alemão e do português. Tanto na sua morfologia e sintaxe, quanto na semântica e pragmática, os totalizadores apresentam uma série de diferenças entre as duas línguas, muitas de natureza bastante sutil. Especialmente o uso dos totalizadores em relação aos números e a oposição entre totalização cumulativa e distributiva mostraram-se pontos críticos entre o alemão e o português, que podem levar a dificuldades para aprendizes das duas línguas como línguas estrangeiras.

Referências bibliográficas

- BISLE-MÜLLER, Hansjörg. *Artikelwörter im Deutschen. Semantische und pragmatische Aspekte ihrer Verwendung*. Tübingen, Niemeyer, 1991.
- BLÜHDORN, Hardarik. "Nicht und kein-. Zu Auswahl und Verwendung der Negationselemente". In: *Deutsch als Fremdsprache* 31, 170-175, 1994.
- CAMACHO, Roberto Gomes & Erotilde Goreti PEZATTI. "As subcategorias nominais contável e não-contável". In: KATO, Mary A. (org.). *Gramática do Português Falado, Vol. V: Convergências*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 155-183, 1996.
- CASTILHO, Célia M. M. de. "Quantificadores indefinidos. Observações para uma abordagem sintática". In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do Português Falado, Vol. III: As Abordagens*. Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, 213-232, 1993.
- CUNHA, Celso & Luís F. Lindley CINTRA. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- DUDEN. *Grammatik der deutschen Gegenwartssprache*. 5ª ed., Mannheim, Dudenverlag, 1995.
- EISENBERG, Peter. *Grundriß der deutschen Grammatik*. 3ª ed., Stuttgart, Metzler, 1994.
- ENGEL, Ulrich. *Deutsche Grammatik*. Heidelberg, Groos, 1988.
- ESCHENBACH, Carola. *Zählangaben – Maßangaben. Bedeutung und konzeptuelle Interpretation von Numeralia*. Wiesbaden, Deutscher Universitäts-Verlag, 1995.
- FRAWLEY, William. *Linguistic Semantics*. Hillsdale, Erlbaum, 1992.
- HAWKINS, John A. *Definiteness and Indefiniteness. A Study in Reference and Grammaticality Prediction*. London, Croom Helm, 1978.
- HEIDOLPH, Karl Erich, Walter FLÄMIG, Wolfgang MOTSCH & al. *Grundzüge einer deutschen Grammatik*. 2ª ed., Berlin, Akademie, 1984.
- HUNDERTMARK-SANTOS MARTINS, Maria Teresa. *Portugiesische Grammatik*. Tübingen, Niemeyer, 1982.
- MEIRELES, Selma M. & Hardarik BLÜHDORN. "O campo inicial da frase e a estrutura informacional do texto". In: *Pandaemonium Germanicum* 1, 121-162, 1997.
- REIS, Marga & Heinz VATER. "Beide". In: BRETTSCHEIDER, Gunter & Christian LEHMANN (orgs.). *Wege zur Universalienforschung. Sprachwissenschaftliche Beiträge zum 60. Geburtstag von Hansjakob Seiler*. Tübingen, Narr, 365-391, 1980.
- SCHOPP, Andrea. "Focussing on the Use of German *beide*". In: RICKHEIT, Gert & Christopher HABEL (orgs.). *Focus and Coherence in Text Comprehension*. Berlin, de Gruyter, 75-93, 1995.
- VAN ROEY, Jacques. *A Contrastive Description of English and Dutch Noun Phrases*. Brussels/Paris, AIMAV/Didier, 1974.
- VATER, Heinz. *Das System der Artikelformen im gegenwärtigen Deutsch*. 2ª ed., Tübingen, Niemeyer, 1979.
- VATER, Heinz. "Determinantien und Quantoren im Deutschen". In: *Zeitschrift für Sprachwissenschaft* 3.1, 19-42, 1984.
- VATER, Heinz. "Zur Abgrenzung der Determinantien und Quantoren". In: VATER, Heinz (org.). *Zur Syntax der Determinantien*. Tübingen, Narr, 13-31, 1986.
- WEINRICH, Harald. *Textgrammatik der deutschen Sprache*. Mannheim, Dudenverlag, 1993.
- WELKER, Herbert Andreas. *Gramática Alemã*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992.

AB UND ZU GEHT'S AUF UND AB – BINÔMIOS
EM ALEMÃO*

*Selma Martins Meireles***

Abstract: Binomials are idiomatic expressions consisting of two elements of the same formal class and united by a grammatical tie, usually a preposition or a conjunction. This paper examines examples of German binomials and the mechanisms that rule the selection and organization of their elements.

Key-words: Binomials; Idiomaticity; Idiom-structure principles.

Resumo: Binômios são expressões idiomáticas lexicais formadas por dois elementos da mesma classe formal, unidos por um elo gramatical, geralmente uma preposição ou uma conjunção. O artigo examina exemplos de binômios em alemão e os mecanismos que regem a seleção e a organização de seus elementos.

Palavras-chave: Binômios; Idiomaticidade; Princípios de estruturação de idiomatismos.

Schlüsselwörter: Zwillingsformen; Idiomatik; Idiomatismen: Strukturprinzipien.

1. Binômios

O título deste artigo pode ter causado estranheza a muitos leitores, pois o termo *binômio* é geralmente associado à matemática, designando, grosso modo, expressões compostas de dois termos ligados por um sinal de mais ou de menos. Como se pode notar pelos

* Este trabalho foi apresentado como conferência no dia 11 de maio de 1998, na *VII Semana da Língua Alemã*, organizada pela Área de Alemão da USP.

** A autora é professora doutora do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP.

exemplos constantes do título, binômios lexicais são estruturas similares. MALKIEL, em um estudo de 1959, define binômios como uma seqüência de duas palavras da mesma classe formal, colocadas no mesmo nível da hierarquia sintática e ligadas por algum elo gramatical, geralmente preposições e conjunções.

No entanto, o fato de suas palavras de uma mesma classe ocorrerem não é suficiente para que sejam consideradas um binômio. Para isso é necessário que tal seqüência tenha sido convencionalizada por uma comunidade lingüística. De um modo geral, entende-se por convencionalidade aquilo que é tacitamente aceito por uso ou consentimento geral. Essa noção de convencionalidade aplica-se tanto em nível social (p.ex. quando dizer algo, quando cumprimentar alguém) ou lingüístico (como dizê-lo: *olá, oi, bom dia, como vai* etc.). Quando a convencionalidade atinge o nível do significado, entramos no campo da idiomaticidade.

Ao observarmos os dois exemplos de binômios constantes do título, verificamos que o seu significado não equivale diretamente à soma dos significados de suas partes: *ab, zu* e *auf* são preposições, que geralmente designam um posicionamento no tempo ou no espaço. Se alguém tentasse entender as expressões *ab und zu* e *auf und ab* traduzindo cada uma de suas partes, teria algo como “desde e para” e “em cima e a partir de”, o que não faria o menor sentido.

Essa leitura “ao pé da letra”, que desconsidera o valor convencional de cada expressão, é freqüentemente realizada por falantes não nativos, que não tenham ainda desenvolvido um senso de idiomaticidade na língua estrangeira. A tais indivíduos, FILLMORE denomina **falante ingênuo**, aquele que desconhece os lexemas e as frases idiomáticas de uma língua. A respeito de **idiomaticidade**, TAGNIN escreve:

“Dizemos que uma expressão é idiomática apenas quando o seu significado não é *transparente*, i.e., quando o significado da expressão

toda não corresponde à somatória dos significados de cada um de seus elementos.” (TAGNIN 1989: 13)

Para citar um exemplo em português, pensemos em alguém que entenda as palavras *dar, nó, pingo* e *água*, mas não consegue entender o significado da expressão *dar nó em pingo d'água*, que significa “cumprir uma tarefa difícil, resolver uma situação onde tudo trabalha contra”. Mesmo que procure no dicionário AURÉLIO, que é a obra de referência mais utilizada pelos leigos no Brasil, não saberá o seu significado, pois tal expressão não consta da obra. Este indivíduo também não saberá em que ocasião ou com quais interlocutores usar tais formas, e terá grande dificuldade para entender atos de comunicação indireta, fazendo sempre uma interpretação literal ou falhando completamente em entender o que se pretendia comunicar com tal expressão.

Considerando tais pontos, podemos afirmar que os binômios *ab und zu* e *auf und ab* são expressões idiomáticas do alemão, pois que significam, respectivamente, algo como “de vez em quando” e “altos e baixos” – é interessante notar que estas expressões também são binômios em português.

Expressões idiomáticas caracterizam-se por terem sido convencionalizadas na linguagem de um determinado grupo social. TAGNIN (1989) cita três diferentes níveis de convencionalidade:

1. o **nível pragmático**, que une a situação social e a expressão verbal adequada a essa situação (ex.: dizer *muito obrigado*, quando queremos/devemos agradecer a alguém);
2. o **nível semântico**, que fixa o significado a uma forma lingüística ou a uma imagem (ex.: *bater com as dez*, significando “morrer”, ou a noção de que tudo que é *alto, claro* ou *leve* é considerado positivo, enquanto que *baixo, escuro* e *pesado* têm conotações negativas) e

3. o nível sintático, no qual são convencionalizadas a gramaticidade, a ordem dos elementos de uma expressão e sua combinabilidade.

Binômios inserem-se neste último grupo, pois o fator mais significativo é a **ordem** na qual aparecem os elementos a serem ligados. No caso dos binômios *ab und zu* e *auf und ab*, a inversão da ordem de seus componentes quebra a convencionalidade, deixando de ser reconhecidos como uma unidade lexical. Assim, *zu und ab* e *ab und auf* não têm sentido em alemão, do mesmo modo que *baixos e altos* não tem em português o mesmo sentido de *altos e baixos*. Tais binômios são denominados **irreversíveis**. É interessante notar que o binômio português *de vez em quando* admitiria a inversão, pois que a forma *de quando em vez* também já teria sido convencionalizada, embora eu, pessoalmente, não a conheça e ela não faça parte do meu idioleto.

Resumindo, para que uma seqüência de duas palavras ligadas por preposição ou conjunção seja considerada um binômio, é necessário que a ocorrência dos dois elementos tenha sido convencionalizada, i.e., de que eles ocorram sempre juntos e sejam aceitos como uma unidade, diferentemente da união de, digamos, seus sinônimos, por exemplo, em alemão, *mit Sack und Pack* – literalmente, ‘com saco e pacote’, no sentido de ‘com todos seus pertences’ e não *mit Tasche und Koffer* – ‘com bolsa e mala’. Este segundo par poderá ocorrer, mas será provavelmente entendido em seu sentido literal.

Em segundo lugar, a ordem, na imensa maioria das vezes, também é convencionalizada. A inversão da ordem geralmente leva à perda da idiomaticidade e passa a ser entendida literalmente ou como uma alusão, um “desmonte” da expressão original, como no caso de *heute oder morgen* (‘hoje ou amanhã’), com o sentido de “em breve, um dia desses”, e da inversão *morgen oder heute*, que seria entendida como uma especificação do dia em que algo aconteceria.

2. Mecanismos da formação de binômios

Um ponto digno de atenção são os mecanismos de formação dos binômios. Estudos mostram que há alguns mecanismos, comuns a várias línguas, que determinam quais elementos podem ser combinados e em que seqüência. Um pequeno exercício, feito com estudantes de alemão e no qual estes foram convidados a reconstituir binômios dos quais se separaram o primeiro e o segundo elementos, mostrou que, ainda que com poucos conhecimentos da língua, a quase totalidade dos binômios apresentados foi reconstituída corretamente, mesmo desconhecendo seu significado. Perguntados sobre as razões das escolhas, os estudantes citaram corretamente os dois princípios básicos para a formação de binômios sistematizados por MAKKAÏ (1972): os critérios fonético e semântico.

O critério fonético determina que binômios sejam formados de elementos que contêm **rimas** ou **aliteraões** (repetição de sons), como nos seguintes exemplos:

auf Schritt und Tritt (“por toda parte, sempre”)
fix und fertig (“exausto”)
klipp und klar (“claramente”)
mit Kind und Kegel (“com toda a família”)
ohne Saft und Kraft (“sem forças, desanimado”)
weder Salz noch Schmalz (“indefinido, incompleto”)

Pode-se ter, também, a simples duplicação da palavra, como em:

durch und durch (“totalmente”)
Hand in Hand (“juntos”)
Wort für Wort (“ao pé da letra”)

Os fatores semânticos determinam que os elementos formadores do binômio (aqui denominados *A* e *B*) devem manter determinadas relações semânticas entre si, as quais podem ser (cf. MAKKAÏ 1972):

- a) B é uma **variação** de A:
dies und das ('este e isto'; "várias coisas")
unter Schloß und Riegel ('sob fechadura e ferrolho'; "a sete chaves")

- b) A e B são:

sinônimos próximos:

Feuer und Flamme [sein] ('fogo e chama'; "[estar] entusiasmado")
voll und ganz ('cheio e completo'; "totalmente")
ohne Sinn und Verstand ('sem sentido e entendimento'; "sem critério")
gehüpft wie gesprungen ('saltado como pulado'; "tanto faz, indiferente")

mutuamente complementares:

Kopf und Kragen ('cabeça e colarinho'; "a própria vida")
Haus und Herd ('casa e fogão'; "seus bens")
Roß und Reiter [nennen] ('cavaleiro e cavalo'; "dar nome aos bois")
Land und Leute ('país e pessoas'; "a região e os habitantes")
[über] Tod und Teufel ('morte e diabo'; "[sobre] tudo")

uma subdivisão um do outro:

alles und jedes ('tudo e cada um'; "sem exceção")
auf Heller und Pfennig ('Heller (unidade monetária) e centavo'; "exatamente")
Jahr und Tag ('ano e dia'; "um longo tempo")

conseqüência inevitável ou possível um do outro:

[mit] Schimpf und Schande ('[com] insulto e vergonha'; "em desonra")

vergeben und vergessen ('perdoado e esquecido'; "esquecido, passado")
verraten und verkauft ('traído e vendido'; "abandonado, traído")
Knall und Fall ('estrondo e queda'; "imediatamente, em seguida")

opostos:

Freund und Feind ('amigo e inimigo'; "todos")
Tag und Nacht ('dia e noite'; "sem parar")
schwarz auf weiß ("preto no branco")
auf Leben und Tod ('de vida e morte'; "até o fim")

Os fatores semânticos combinam-se, geralmente, com os fatores fonéticos, como no exemplo *mit Sack und Pack*, onde há, além da rima, a relação de quase sinonímia, ou a aliteração e antonímia de *Freund und Feind*.

3. A ordem dos elementos no binômio

Além de mecanismos que regem a seleção dos elementos a serem combinados, há também mecanismos que regem a ordem de combinação dos mesmos. MAKKAJ (1972) cita os seguintes mecanismos, os quais podem interagir entre si:

- prioridade cronológica de A (ex.: *vergeben und vergessen, Knall auf Fall*);
- prioridades sociais (ex.: *mit Mann und Maus*);
- precedência do pólo mais forte em opostos, tendência a considerar um pólo como positivo e o outro como reverso da situação normal (ex.: *Freud und Leid*);

- preferência pelo padrão ‘curto + longo’ (ex.: *für Zeit und Ewigkeit*);
- conceitos considerados mais positivos/nobres em primeiro lugar (ex.: *von Kopf bis Fuß, Tag und Nacht, Freund und Feind, hoch und nieder*).

É interessante notar que tais mecanismos correspondem a alguns dos fatores que regem a topicalização apresentados em MEIRELES & BLÜHDORN (1997). Nesse artigo, foram apresentados fatores que regem a organização de elementos na frase alemã, quais sejam:

- a) serialização básica,
- b) elementos interrogativos e relativos,
- c) princípio da informação conhecida,
- d) princípio de situamento,
- e) princípio de empatia,
- f) princípio de iconicidade,
- g) princípio dos termos crescentes,
- h) princípio dos conectores de discurso,
- i) núcleo remático.

Dentre estes, nota-se que os princípios de empatia e iconicidade e o princípio dos termos crescentes também são válidos para a organização de sintagmas.

O **princípio de empatia** determina que elementos com os quais o falante tem maior identificação sejam nomeados primeiro. Este princípio engloba os mecanismos de MAKKAJ que se referem à prioridade social, aos conceitos positivos e ao “pólo mais forte”: o falante dá prioridade àqueles elementos que ele considera mais importantes ou desejáveis.

O **princípio de iconicidade** corresponde ao conceito de prioridade cronológica: os eventos são apresentados na ordem em que são percebidos pelo falante.

O **princípio dos termos crescentes** tem grande importância na organização de binômios e corresponde ao “padrão curto + longo” de MAKKAJ: os termos menores são apresentados antes dos maiores, os quais tendem a posicionar-se ao final da frase ou do binômio. Este princípio mostra-se especialmente importante, parecendo inclusive ter prioridade sobre os demais, como no caso de *Roß und Reiter* (‘cavalo e cavaleiro’), no qual o ‘critério social’, ou seja, o princípio de empatia é desconsiderado. Na formação dos trinômios, o princípio dos termos crescentes é claramente atuante, como nos exemplos:

Himmel, Herrgott und Sakrament!
Himmel, Sack, Zement!
Himmel, Gesäß und Nähgarn!
Jesus, Maria und Josef!
Jubel, Trubel und Heiterkeit
Punkt, Schluß und Streusand darüber

Trinômios são relativamente raros em comparação aos binômios. Em um levantamento que realizamos em DUDEN (1992) e em HERZOG (1994), encontramos um total de aproximadamente 180 binômios, mas apenas os seis trinômios aqui apresentados.

4. Os elementos do binômio

Examinando exemplos de binômios de várias línguas, entre elas o alemão, MALKIEL afirma que a maioria é formada por substantivos ou verbos. Em nosso levantamento para o alemão anteriormente citado pudemos comprovar que a grande maioria dos exemplos é de

substantivos (aproximadamente 50%); entretanto, binômios formados por verbos foram os menos representados. Encontramos ainda um grande número de casos de binômios formados por dois adjetivos/advérbios (ex.: *hoch und nieder, gut und schön*), ou por duas preposições (ex.: *um und um, ab und an*).

Quanto aos elementos de ligação, constatamos em nosso levantamento que os elementos de ligação podem ser as conjunções *wie, und (kopulativ), weder ... noch ..., oder (disjuntiv)* e as preposições *auf, in, für, an, bis, zu, wider*, sendo patente a imensa predominância da conjunção *und*.

É interessante também notar que muitos binômios em alemão encontram-se sob a regência de uma preposição, ou ainda de um determinado verbo. Maiores estudos nessa área seriam bastante interessantes. Como exemplos, podemos citar:

bei Nacht und Nebel
bei jm. ein und aus/aus und ein gehen
weder aus noch ein wissen
[etw.] los und ledig sein
außer Rand und Band
Stein und Bein schwören
mit/ohne Sang und Klang
seit/wie eh und je

5. Considerações finais

Apesar de corresponderem a unidades lexicais, o estudo dos binômios, assim como o de outras formas convencionalizadas, não deve ocorrer apenas em nível morfológico, mas sim, deve abranger também aspectos semânticos, estilísticos e culturais. O uso de binô-

mios serve mais à expressão que às necessidades de transmissão de informações, ou seja, emprestam à expressão um colorido especial, intensificando os conteúdos que exprimem e criando efeitos estilísticos importantes. Tais considerações são importantes não apenas para professores e aprendizes de uma língua estrangeira, mas também para tradutores, para os quais se coloca o problema de procurar reproduzir, na língua de chegada, as diversas nuances provocadas pelo seu uso.

Referências bibliográficas

- DUDEN. *Redewendungen und sprichwörtliche Redensarten (Duden vol. 11)*. Mannheim/Leipzig, Dudenverlag, 1992.
- HERZOG, Annelies. *Idiomatische Redewendungen von A – Z*. Leipzig/Berlin/München, Langenscheidt/Verlag Enzyklopädie, 1994.
- MAKKAI, Adam. *Idiom structure in English*. The Hague, Mouton, 1972.
- MALKIEL, Yanov. "Studies in irreversible binomials". In: *Lingua* 6, 113-60, 1959.
- MEIRELES, Selma & BLÜHDORN, Hardarik. "O campo inicial da frase e a estrutura informacional do texto". In: *Pandaemonium Germanicum. Revista de Estudos Germânicos* 1, 121-162, 1997.

DIE FRAU IM SPIEGEL DEUTSCHER SPRICHWÖRTER*

*Eva Maria Ferreira Glenk***

Abstract: This paper aims to demonstrate the proverb as a mental pattern that reflects and reinforces the values and norms of society through its use. We present the treatment given to women in German proverbs in opposition to the treatment given to men, showing the relationship between proverb and reality.

Keywords: German proverbs; Woman; Stereotype.

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar os provérbios como padrões de pensamento que refletem e reforçam através de seu uso os valores e as normas de uma sociedade. Apresentaremos o tratamento dispensado à mulher nos provérbios de língua alemã, contrapondo-os aos provérbios que tratam do homem, evidenciando a relação entre provérbio e realidade.

Palavras-chave: Provérbios alemães; Mulher; Estereótipo.

Stichwörter: Deutsche Sprichwörter; Frau; Stereotyp.

0. Einführung

Kein Kleid steht einer Frau besser als Schweigen.

Der Frau keine Stimme in der Gesellschaft zuzubilligen, das ist eine Jahrtausende alte Tradition vieler Kulturen, die sich bis in unser

* Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada, em janeiro de 1998, no IX Congresso da Associação Latinoamericana de Estudos Germânicos ALEG, na Universidade de Concepcion, Chile.

** A autora é professora doutora do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP.

ahrhundert erhalten hat – das Wahlrecht für Frauen ist eine recht eue Errungenschaft; die Universitäten standen ihnen lange nicht of-n; und bis heute wird den Frauen Ausbildung und politische Parti-pation in verschiedensten Erdteilen verwehrt. Die Kirche verwei-ert ihr Ämter und selbst in der Politik westlicher Staaten sind die rauen immer noch eine Minderheit.

Selbst die Linguistik mußte feststellen, daß Frauen im Gespräch it Männern benachteiligt werden: sie ergreifen weniger oft das Wort, e werden öfter unterbrochen; ihre Beiträge sind zögernder und we-ger durchschlagend als die der Männer.

Dies alles steht hinter dem oben zitierten Sprichwort. Es drückt so eine lange Zeit praktizierte Haltung Frauen gegenüber aus, und dt, sobald es verwendet wird, dazu ein, weiterhin diese Haltung nzunehmen.

Es ist natürlich nicht das einzige, das Frauen diskriminiert. So ie dieses finden sich viele andere diskriminierende, vorurteils-ladene Sprichwörter – und das nicht nur zum Thema *Frau*.

Sprichwörter sind Denkmuster, die Einstellungen, Wertungen, ormen und damit letztlich die sozialen Verhältnisse einer Gesell-haft widerspiegeln. Ihre Charakteristik ist es, durch ihre Verwen-ung diese Denkmuster zu verstärken und dadurch die sozialen Ver-hältnisse zu verfestigen.

Durch ihre sprichwörtliche Autorität legitimieren sie das Den-en und Verhalten der Individuen einer Gesellschaft, d.h., in einer on Männern dominierten Gesellschaft bestärken sie sowohl Männer ie auch Frauen in ihrem mustergelenkten Denken und Handeln. eshalb gehören Sprichwörter zur Kategorie der Stereotype.

In dieser Arbeit soll gezeigt werden, 1. daß Sprichwörter sprach-che und kulturelle Stereotype sind; 2. welche Wertungen und Ver-

haltensregeln in Bezug auf die Frau in Sprichwörtern ihren Nieder-schlag gefunden haben, wobei hier besonders die deutschen Sprich-wörter berücksichtigt werden; 3. daß in einer männerdominierten Gesellschaft die Männer im Sprichwort positiver abgebildet werden als die Frauen; 4. daß diese Sprichwörter bis heute im Umlauf sind und dazu beitragen, die in ihnen ausgedrückten Wertungen in der Gesellschaft zu verstärken. Zuletzt wird vorgeschlagen, den Kreis-lauf von Widerspiegelung und Verstärkung von Werten und Normen zu durchbrechen.

1. Sprichwörter sind sprachliche und kulturelle Stereo-type

Sprichwörter sind sprachliche Stereotype; sie gehören zur gro-ßen Klasse der **Phraseologismen**, zu der nach COULMAS (1981) alle fixen Verbindungen von Lexemen zählen. Er unterscheidet

- a) Phraseologismen, die die Funktion eines Satzgliedes oder Le-xems einnehmen können, z.B.: “der arme Teufel (hat sein Portemonnaie verloren.)”, “glauben an”, “in Angst setzen”, “gang und gäbe sein”, “Geld wie Heu haben”, “etwas auf die leichte Schulter nehmen”;
- b) satzförmige Phraseologismen, z.B.: “Das ist nicht mein Bier.” Hierzu gehören auch die Sprichwörter, z.B. “Wie gewonnen, so zerronnen.”;
- c) und schließlich pragmatische Phraseologismen, z.B.: “Guten Appetit”, “Guten Morgen”.

Sprichwörter weisen gewisse strukturelle, semantische, lexi-kalische und stilistische Merkmale auf, wie etwa ausschließliche Ver-wendung von Präsens oder Futur; Auslassung des Artikels, Ellipse

des Verbs; Verwendung von Metaphern, Parallelismus, Kontrasten und Vergleichen; veraltete Wörter; Reim, Assonanz, Metrik (vgl. SILVERMAN-WEINREICH 1981). Sie werden laut ARORA (1984) häufig von Einleitungsformeln wie "wie mein Vater sagt", "es heißt", "wie man weiß" begleitet. Diese formalen Elemente sind jedoch nicht das wesentlichste Merkmal der Sprichwörter.

Sprichwörter unterscheiden sich von anderen Phraseologismen dadurch, daß sie eine ganz besondere Funktion in der Kommunikation einnehmen: Sie drücken Wertvorstellungen einer Gesellschaft aus und tragen dazu bei, diese Wertvorstellungen aufrecht zu erhalten.

Sie stellen also **kulturelle Stereotype** im Sinne der Lippmannschen Definition (LIPPMANN 1949) dar, d.h. sie sind "Ausdruck der Konzepte, die von einer kulturellen Gemeinschaft geprägt und vom Individuum übernommen werden, und durch die es seine Welt wahrnimmt und interpretiert".

Während die Lippmannsche Definition von Stereotyp auf alle Sprichwörter zutrifft, charakterisiert der von WENZEL (1978:28) etwas enger gefaßte Begriff des Stereotyps die auf verschiedene Menschengruppen bezogenen Sprichwörter genauer:

"Ein Stereotyp ist der verbale Ausdruck einer auf soziale Gruppen oder einzelne Personen als deren Mitglieder gerichteten Überzeugung. Es hat die logische Form einer allgemeinen Aussage, welche in ungerechtfertigt vereinfachender Weise, mit emotional wertender und normativer Tendenz einer Klasse von Personen bestimmte Eigenschaften oder Verhaltensweisen zu- oder abspricht."

Wenzel unterscheidet dabei zwei Arten von Stereotypen: wertende (z.B.: "Die jungen Leute sind geldgierig.") und normative (z.B.: "Der Mann hat sich durchzusetzen.", "Jungen spielen nicht mit Puppen.").

Der **wertende** und/oder **normative** Charakter ist allen Arten von Sprichwörtern gemeinsam. Wenn eine Mutter ihr Kind mit *Morgen, morgen, nur nicht heute, sagen alle faulen Leute* auffordert, eine Arbeit, die es verschieben möchte, besser gleich auszuführen, dann drückt sie damit eine Haltung aus, die von der Gesellschaft positiv bewertet wird; der Arbeit wird große Bedeutung zugemessen. Sie soll schnell und gut gemacht werden, auch wenn das etwas kostet: *Erst die Arbeit, dann das Vergnügen; Ohne Fleiß kein Preis; Übung macht den Meister.*

Ehrlich währt am längsten; Der Klügere gibt nach; Spare in der Zeit, dann hast du in der Not – die Liste von Sprichwörtern, die die Individuen einer Sprachgemeinschaft kennenlernen und übernehmen, ist lang. An den in den Sprichwörtern kondensierten Erfahrungswerten und Verhaltensregeln richten sie ihr Verhalten aus; sie benutzen die Sprichwörter, um ihr eigenes Verhalten zu begründen oder zu rechtfertigen und geben gleichzeitig diese Werte und Normen an andere weiter.

Das Sprichwort erhält seine Autorität durch das allen Sprechern gemeinsame Bewußtsein, daß es wiedergibt, was "man" sagt, d.h., daß es die Akzeptanz und Autorität einer Sprachgruppe hinter sich hat.

Die SprecherInnen benutzen es also, um ihre eigene Position durch die sprichwörtliche Autorität des "man sagt" zu verteidigen. So schließt sich der Kreislauf: **das Sprichwort spiegelt die Wertungen und Normen einer Gesellschaft wider und verstärkt sie zugleich.**

Welche Wertungen und Normen zum Thema Frau in den Sprichwörtern des deutschen Sprachraums ihren Niederschlag gefunden haben, soll im folgenden Abschnitt vorgestellt werden.

2. Die Frau im deutschen Sprichwort

Im Rahmen einer umfassenderen kontrastiven Studie dreier Themen – *Tod, Frau und Geld* – im Sprichwortschatz der deutschen, portugiesischen, englischen, französischen und spanischen Sprache, die von der Parömien-Forschungsgruppe¹ an der Universität São Paulo durchgeführt wurde, untersuchte ich unter anderem das Thema *Frau* in den Sprichwörtern deutscher Sprache. Dabei verwendete ich vor allem WANDERS *Deutsches Sprichwörterlexikon* (1867) und SIMROCKS *Die deutschen Sprichwörter* (1988).

Die Stellung der Frau; Ehe und Familie; gute und schlechte Eigenschaften der Frau (eigentlich müßte es schlechte und gute Eigenschaften heißen, da ihr fast keine guten, jedoch eine endlose Liste schlechter Eigenschaften zugesprochen werden); ihre Pflichten; Verhaltensregeln und Ratschläge für die Männer sind Themen, die behandelt wurden. Ich stelle sie im folgenden an einigen Beispielen vor.

a) Die Stellung der Frau

Die Sprichwörter weisen der Frau ihren Platz in der Gesellschaft zu – fast immer einen geringeren als dem Mann, sei dabei gesagt:

*Mann ohne Weib, Haupt ohne Leib;
Weib ohne Mann, Leib ohne Haupt dran.*

Das Weib fragt, der Mann sagt.

Die Männer beim Schmause, die Weiber zu Hause.

¹ *Grupo de Pesquisa em Paremiologia*, bestehend aus Martha Steinberg, Anna Sanchez, Regina Rocha und Eva Glenk.

b) Zum Thema Ehe und Familie

Die Ehe wird vor allem als Wirtschaftsgemeinschaft gesehen:

Was die Frau erspart, ist so gut, als was der Mann erwirbt.

*Der Mann kann nicht so viel zum Tor hereinbringen,
als die Frau zum Hinterpförtchen heraustragen.*

*Ist der Mann unvorsichtig, / und die Frau eine Törlin, /
so geht alles den Krebsgang.*

Bei der Wahl der Frau ist folgendes zu beachten: Häßliche Frauen haben ihre guten Eigenschaften:

Häßliche Weiber hüten das Haus wohl.

Ein wirklicher Mann vermeidet sie allerdings:

Mein letzter Wille – 'ne Frau mit Brille.

Schöne Frauen haben jedoch auch ihre Schattenseiten:

*Es ist leichter wider den Satan streiten,
als wider ein schönes Weib.*

Je schöner Weib, je schlechtere Schüssel.

Aber man kommt nicht umhin, einzugestehen:

Schöne Weiber machen schöne Sitten.

Letztlich ist das Aussehen der Frau aber egal:

Lösch das Licht aus, so sind alle Weiber gleich.

Bei der Wahl der Frau spielt natürlich auch das Alter eine Rolle:

*Wer ein alt Weib nimmt des Geldes willen,
bekommt den Sack gewiß; wie es um das
Geld steht, wird sich finden.*

Junges Weib ist altem Mann das Postpferd zum Grabe.

Ein wichtiger Hinweis an alle Eltern heiratsfähiger Töchter:

Mädchen und Eier muß man nicht lange aufheben.

Das heikle Thema der Jungfernschaft wird sehr realistisch angegan-
gen:

Alle Mädchen sind Jungfern, solange der Bauch schweigt.

Auf die Jungfernschaft kann man keine Semmel borgen.

Ohne Kommentar:

Schwieger – Tiger.

Väter sind eben keine Mütter:

*Was der Mutter ans Herz geht,
das geht dem Vater nur an die Knie.*

Zur Kindererziehung:

Die Mutter eine Hexe, die Tochter auch eine Hexe.

Fleißige Mutter hat faule Töchter.

c) Die Eigenschaften der Frau

Daß Frauen eigentlich nur schlechte Eigenschaften aufweisen können, ist ja klar, denn:

*Es gibt nur zwei gute Weiber auf der Welt:
die eine ist gestorben, die andere nicht zu finden.*

Frauen sind daher ungeduldig, ungehorsam, unverträglich, berech-
nend, furchtsam, verführerisch, eitel, masochistisch, machen Arbeit;
aber besonders sind sie unbeständig:

Weiber sind veränderlich wie Aprilwetter.

leicht zu haben:

Frauenfleisch ist leichter zu bekommen, denn Kalbfleisch.

gefährdet:

Jungfern und Gläser schweben in steter Gefahr.

schlechte Chefs:

Wo Weiber regieren, steigen die Stühle auf die Bänke.

heimtückisch:

Weiberlist geht über Teufelslist.

und natürlich dumm:

Weiber haben langes Haar und kurzen Sinn.

Sie betrügen, lügen und verstellen sich:

Zwischen eines Weibes Ja und Nein läßt sich keine Nadelspitze stecken.

Weiber sind Katzen mit glatten Bälgen und scharfen Tatzen.

Sie sprechen immer viel und laut; man kann ihnen kein Geheimnis anvertrauen und ihre Lieblingsbeschäftigung ist, schlecht von anderen zu sprechen:

Drei Frauen, drei Gänse und drei Frösche machen einen Jahrmarkt.

Ja, Frauen sind einfach die schlechteren Menschen:

Weiber, Wein und Würfelspiel, Verderben machen, / wer's merken will.

Wenn die Weiber waschen und backen, / haben sie den Teufel im Nacken.

Wer ein böses Weib hat, braucht keinen Teufel.

Es gibt nur ein bös' Weib; aber jeder meint, er hätt' es.

Positive Eigenschaften haben sie verschwindend wenige aufzuweisen, aber hier ein Beispiel:

Wo keine Frau, da geschieht dem Kranken weh.

d) Die Pflichten der Frau

Frauen haben viele Pflichten. Eine Reihe von Sprichwörtern zeigt, wie eine gute Frau zu sein hat. Hier nur einige Beispiele:

Ein fromm Weib kann man nicht mit Gold überwägen.

Brave Hausfrau bleibt daheim.

Kein Kleid steht einer Frau besser als Schweigen.

e) Verhaltensregeln und Ratschläge für Männer

Es gibt auch einige wenige Verhaltensregeln für Männer, die sich aber entweder auf ihre körperliche Überlegenheit oder aber ihr sexuelles Verhalten beziehen:

Dem Mann ist es keine Ehre, eine Frau zu schlagen.

Eine Jungfrau schwächen ist wie eine Kirch' erbrechen.

Und hier noch einige gute Ratschläge für den Mann:

Versagen ist der Weiber Sitte, doch wollen sie, daß man sie bitte!

Willst du eine Frau nehmen, so zieh' die Ohren mehr zu Rat als die Augen.

Aber besser wäre es, gar nicht zu heiraten:

Es ist besser Weiber begraben denn zur Kirche führen.

Zu bedenken ist aber noch: Sind die Frauen auch schlecht, so sind sie doch Eigentum des Mannes, und müssen daher als solches gewartet werden:

Dein Weib, dein Schwert und dein Roß magst du wohl zeigen, aber nicht ausleihen.

Letztlich haben die Frauen aber leider doch viel zu viel zu sagen:

Frauen und Geld regieren die Welt.

3. Die Sprichwörter im Vergleich

Obwohl die Bestrebungen zur Gleichberechtigung von Mann und Frau in den westlichen Gesellschaften in diesem Jahrhundert große Fortschritte gemacht haben, sind die Frauen immer noch benachteiligt. Sie verdienen weniger als Männer, sind in leitenden Positionen und in der Politik mit ungleich geringeren Zahlen vertreten und viele erwerbstätige Frauen leiden mangels Unterstützung ihres Partners unter der Doppelbelastung von Haushalt und Beruf², um nur einige der offensichtlichsten Benachteiligungen zu nennen.

Um zu zeigen, daß in einer von Männern dominierten Gesellschaft auch die Sprichwörter mit den Männern sanfter umgehen als mit den Frauen, möchte ich einige Beispiele von Sprichwörtern zum Thema *Mann* vorstellen.

a) Männer sind sich ihres Wertes bewußt

Ach, was wären die Frauen ohne die Männer! Einen Mann zu haben ist für die Frau wichtiger als Geld, Haus, ja sogar körperliche Integrität:

Besser ein Mann ohne Geld, als Geld ohne Mann.

Besser ein Mann ohne Haus, als ein Haus ohne Mann.

Besser von schönem Manne geschlagen, als vom Bruder auf Händen getragen.

2 Daten nachzulesen in: "Informationen zur politischen Bildung. Frauen in Deutschland. Auf dem Weg zur Gleichstellung." Nr. 254, 1997.

Dieses Sagwort (es handelt sich hier nicht um ein Sprichwort im eigentlichen Sinn) bringt es auf den Punkt:

Alles kommt an den Mann, nur ich nicht, klagte die Nonne.

Der Zweifel an der absoluten Abhängigkeit der Frauen von den Männern findet jedoch auch seinen Ausdruck. Die Frauen scheinen sich ja doch nicht so viel aus den Männern zu machen, wie diese es sich wünschen würden:

An ihres Mannes Tod eine Frau ist noch nie worden grau.

Und manchmal sind es die Frauen, die "die Hosen anhaben":

Das ist fürwahr ein armer Mann, der sein Weib nicht zwingen kann.

Der Mann führt das Regiment im Haus, aber was die Frau will, muß geschehen.

Die Männer regieren die Welt und die Weiber die Männer.

b) Männer sind die besseren Menschen

Alter Mann, lieber Gott; altes Weib, alter Teufel.

Besser bei einem bösen Mann sein als bei einem freundlichen Weibe.

Besser des Mannes Bosheit als des Weibes falsche Frömmigkeit.

c) Die mitgemeinte Frau

Viele der Sprichwörter, die den Mann nennen, behandeln eigentlich allgemein menschliche Erfahrungen. Die Frau ist hier – wie so oft in sprachlichen Ausdrücken – nur mitgemeint³:

Armer Mann, kalte Küche.

Auch ein blinder Mann schießt bisweilen eine Krähe.

Auch ein guter Mann tut zuweilen einen bösen Schritt.

Das ist ein weiser Mann, der in die Zeit sich schicken kann.

Einem ehrlichen Mann ist es gleich, ob ihn ein Schelm lobt oder eine Hure schilt.

Eines Mannes Unglück ist des anderen Glück.

Wie sieht es in den anderen untersuchten Sprachen aus? Der Befund ist der gleiche. Der geringe Wert der Frau verglichen mit dem Mann findet in den verschiedenen von uns untersuchten Kulturen seinen sprichwörtlichen Ausdruck, in dem nur die Metaphern sich ändern:

Ein Mann wiegt zehn Weiber auf. (Deutsch)

Un hombre de plombo vale más que una mujer de oro. (Spanisch)

³ Zur Problematik des *Mitgemeinten* siehe POLENZ 1985 und zu der *mitgemeinten Frau* siehe PUSCH 1984.

Mais vale um homem de palha que mulher de ouro. (Portugiesisch)

A man of straw is worth a woman of gold. (Englisch)

4. Veraltet? Keineswegs!

Wie sehr diese Sprichwörter auch heute noch im Volksmund leben, zeigt eine von mir durchgeführte Untersuchung, in der der Bekanntheitsgrad und die Akzeptanz verschiedener auf die Frau bezogener Sprichwörter unter Jugendlichen und jungen Erwachsenen in São Paulo getestet wurde. Die vier bekanntesten und akzeptiertesten Sprichwörter sehen die Frau entweder nur im Bezug zum Mann – und da als sein Eigentum (*Mulher de amigo meu para mim é homem*. “Die Frau meines Freundes ist für mich ein Mann.”) bzw. normieren sie das weibliche Verhalten, das sich an männlichen Maßstäben ausrichten soll (*Beijar mulher que fuma é como lambar cinzeiro*. “Eine Frau zu küssen, die raucht, ist wie einen Aschenbecher abzuschlecken.”; *Mulher que não se enfeita por si se enjeita*. “Eine Frau, die sich nicht schön macht, macht sich selbst zur Zurückgewiesenen.”) oder sie sprechen der Frau schlechte Eigenschaften zu (*Mulheres quando se juntam a falar da vida alheia, começam na lua nova e acabam na lua cheia*. “Wenn Frauen zusammenkommen, um über andere zu reden, fangen sie bei Neumond an und hören bei Vollmond auf.”) Und auch hier bestätigt sich die Ungleichheit von Mann und Frau, die aus den Beispielen deutscher Sprichwörter bereits deutlich wurde. Während die Frau als Eigentum des Mannes angesehen wird, gilt das umgekehrt nicht: *O que há de errado em amar um homem casado?* (“Was ist schlecht daran, einen verheirateten Mann zu lieben?”).⁴

⁴ Es handelt sich um eine Maueraufschrift, von der Autorin gesehen in Santos, S.P., Brasilien.

Ob in den Sprichwörtersammlungen der nächsten hundert Jahre Sprüche wie *Eine Frau ohne Mann ist wie ein Fisch ohne Fahrrad* als Reaktion auf die vorurteilsgeladenen Sprichwörter früherer Zeiten vorherrschen oder aber gewisse polemische Sprichwörter einfach verschwinden werden, hängt von der Entwicklung unserer Gesellschaft ab.

Wenn es möglich ist, durch den Gebrauch von Sprichwörtern Normen und Werte einer Gesellschaft zu tradieren und zu verstärken, so sollte es auch möglich sein, eben diese Werte und Normen durch modifizierte Sprichwörter zu verändern. Schriftstellerinnen und Linguistinnen unseres Jahrhunderts sind sich der Macht der Sprache bewußt und halten es für möglich, durch die Veränderung der Sprache eine Änderung der Mentalitäten herbeizuführen. Keine neue Welt ohne neue Sprache, das ist ihr Motto. In diesem Sinne schlagen wir die Schöpfung und den Gebrauch ähnlicher Sprichwörter wie folgender vor:

* *Besser die Hausarbeit teilen als Junggeselle bleiben.*

* *Die Frauen beim Schmause, die Männer auch.*

* *Laß das Licht an, Sex ist bei Licht schöner!*

Versuchen Sie es selbst mal!

Literaturverzeichnis

ARORA, S. "The Perception of Proverbiality". In: *Proverbium* 1/1984, 3s.

COULMAS, F. *Routine im Gespräch. Zur pragmatischen Fundierung der Idiomatik*. Wiesbaden, 1981.

GRZYBEK, Peter. (org.) *Semiotische Studien zum Sprichwort – Simple Forms Reconsidered I* (Special Issue of: *Kodikas Code – Ars Semeiotica. An International Journal of Semiotics*). 3/4 1984.

"Informationen zur politischen Bildung. Frauen in Deutschland. Auf dem Weg zur Gleichstellung." Nr. 254, 1997.

LIPPMANN, W. *Public Opinion*. New York, 1949.

POLENZ, Peter v. *Deutsche Satzsemantik. Grundbegriffe des Zwischen-den-Zeilen-Lesens*. Berlin/New York, 1985.

PUSCH, Luise. *Das Deutsche als Männersprache*. Frankfurt am Main, 1984.

SILVERMAN-WEINREICH, B. "Towards a Structural Analysis of Yiddish Proverbs". In: MIEDER & DUNDES (ed.). *The Wisdom of many*. New York/London, 65-85, 1981.

SIMROCK, Karl. *Die deutschen Sprichwörter*. Stuttgart, 1988.

WANDER, K. *Deutsches Sprichwörterlexikon*. 5 Bde. Leipzig. 1867.

WENZEL, A. *Stereotype in gesprochener Sprache*. München, 1978.

*AKTIONSART**

*Maria Helena V. Battaglia***

Abstract: This paper presents a discussion on aspect and *Aktionsart* as categories of verbal forms in German and Portuguese. The distinction between the two categories is based on the assumption that *Aktionsart* is more important in the German verb system, whereas aspect plays a more significant role in Portuguese. Aspect as a morpho-semantic category may be further specified by *Aktionsart*, which is a lexical semantic category and belongs to the meaning of the verb.

Keywords: Aspect; *Aktionsart*; Verbal system; Past tenses.

Zusammenfassung: In diesem Aufsatz werde ich eine Unterscheidung zwischen Aspekt und *Aktionsart* vornehmen. Für die Unterscheidung gehe ich davon aus, daß die *Aktionsart* eine wichtigere Rolle im deutschen Verbalsystem spielt, während im portugiesischen Verbalsystem der Aspekt wichtiger ist. Aspekt ist eine morpho-semanticale Kategorie und kann durch die *Aktionsart* weiter bestimmt werden. Diese ihrerseits gehört als lexikal semantische Kategorie zur Bedeutung des Verbs.

Stichwörter: Aspekt; *Aktionsart*; Verbalsystem; Vergangenheitstempora.

Palavras-chave: Aspecto; *Aktionsart*; Sistema verbal; Tempos verbais do passado.

* Este trabalho foi apresentado como conferência no dia 12 de maio de 1998, na *VII Semana da Língua Alemã*, organizada pela Área de Alemão da USP.

** A autora é professora doutora do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP

1. Introdução

Em outros artigos já tive a oportunidade de abordar questões sobre os tempos verbais do passado do alemão e do português. Nessas pesquisas, o primeiro passo inclui sempre a sua descrição a partir da noção temporal, como realizei em minha dissertação de mestrado e complementei na tese de doutorado (BATTAGLIA 1990, 1996). No mestrado, defino os tempos verbais a partir da noção temporal expressa pelo *Perfekt* e *Präteritum* do alemão e Pretérito Perfeito e Imperfeito do português, usando as teorias de REICHENBACH (1947) e BULL (1968); na tese de doutorado, estendo a análise para todos os tempos verbais do passado do alemão e do português, incluindo a *Doppelumschreibung*, que compreende dois tempos verbais do alemão que não encontram paralelo no português.

Na tese, o enfoque principal foi estabelecer parâmetros que permitissem a descrição dos tempos verbais de ambas as línguas, abordando as semelhanças e diferenças, principalmente de acordo com sua ocorrência no texto escrito. Com base na noção temporal, o falante usa os tempos verbais para classificar os eventos a partir do momento da fala em concomitantes, anteriores ou posteriores. Porém, em muitos casos, a noção temporal mostrou-se insuficiente para definir os tempos verbais porque não apreende todas as situações em que ocorrem. Além disso, a noção temporal é expressa de maneira igual pelos tempos verbais de ambos os sistemas se tomarmos por base a sua definição em REICHENBACH e BULL. No entanto, como usuários das duas línguas, verificamos que há situações em que os tempos verbais não apenas expressam a relação temporal do evento com o momento da fala, mas desempenham ainda outras funções, como por exemplo, o tipo de evento, o tipo de ação ou a maneira como o evento é descrito, em que o tempo passa a ser o fator secundário. Nesses casos, houve a necessidade de recorrer a outras características inerentes aos tempos verbais como o aspecto e modo, mas talvez não tão marcadas como a noção temporal de acordo com o contexto e a situação em que ocorrem.

2. Definição de aspecto

A descrição do aspecto é provavelmente a parte mais complexa em uma análise contrastiva entre os sistemas verbais do alemão e do português. O aspecto é expresso de maneira diferente nas duas línguas. As diferenças envolvem várias categorias, a saber: a gramática, a semântica e o léxico, ou ainda, a combinação de uma ou mais categorias, sendo que no português ora é tratada como uma categoria gramatical ora semântica, enquanto no alemão, trata-se de uma categoria lexical, a *Aktionsart*, como veremos mais adiante.

Como vimos, a primeira diferença de *aspecto* entre as duas línguas encontra-se na sua caracterização. Se no português adotamos a palavra *aspecto*, no alemão essa palavra traz problemas, pois não se trata do aspecto tal qual ocorre nas línguas românicas ou no russo. Para o alemão costuma-se usar muito mais o termo *Aktionsart* (cf. KLEIN 1974). *Aktionsart* pode ser traduzido como *modo de ser da ação* ou o *modo da ação*, no entanto, para o presente trabalho mantenho o termo alemão, porque pretendo descrever o alemão e é um termo consagrado no meio lingüístico (cf. SALES CORÔA 1985).

Como o aspecto é uma característica do sistema verbal do português, inicio a análise definindo e apresentando o aspecto a partir do português. O aspecto pode ser considerado uma categoria gramatical (SALES CORÔA 1985), morfo-semântica (COSTA 1990), ou semântica (PERINI 1996).

O termo *aspecto* tem sua origem nas línguas eslavas. No russo, por exemplo, o aspecto se realiza através de duas formas morfológicamente distintas que podem ser acrescidas aos radicais de todos os verbos em todos os níveis temporais (passado – presente – futuro). O aspecto compõe-se de um sistema binário onde a ação é descrita como perfectiva ou imperfectiva. Por ação perfectiva, entende-se a ação em seus limites, ou a ação descrita sem se ater à constituição tempo-

ral interna, isto é, de maneira global, enquanto, a ação imperfectiva descreve as diversas fases de uma ação, ou a ação é descrita através da sua constituição temporal interna, de dentro para fora, mostrando as diferentes fases de um evento (cf. COMRIE 1976).

Para o aspecto no português me atendo às duas formas – Pretérito perfeito (doravante, PP) e o Pretérito imperfeito (PI) – que expressam ações anteriores ao momento da fala. Ao definir os tempos verbais, verifiquei que ambos localizam-se na mesma posição em relação ao momento da fala, i.e., ambos descrevem os eventos no passado (cf. BULL 1968). Poderia afirmar que, do ponto de vista temporal, os eventos descritos tanto em PP quanto em PI seriam anteriores ao momento da fala e, portanto, a noção temporal estaria neutralizada. Por isso, quando há dois ou mais eventos descritos em PP e PI, o aspecto é a marca distintiva. Exemplo:

(1) Eu estava lendo, quando o telefone tocou.

Como mostra o exemplo, as formas, PP e PI, indicam eventos do passado. Porém estão em oposição entre si e, por isso, desempenham uma função diferente do que estabelecer o tempo. Nesse caso, dizemos que PP e PI estão em oposição aspectual, em que PP descreve a ação perfectiva, i.e., a ação de maneira global, e PI a ação imperfectiva, ou seja, as diversas fases do evento. Sempre que a noção de tempo está neutralizada porque as duas formas se encontram em oposição, a característica do aspecto é a que estabelece a distinção entre as duas formas, sendo que o aspecto perfectivo será sempre expresso por PP e o aspecto imperfectivo por PI. Por isso mesmo, PP e PI não permitem a substituição de uma forma pela outra.

Em sua análise contrastiva entre os tempos verbais do russo e do francês, KLEIN (1974: 76) define o aspecto a partir dos seguintes critérios básicos:

1. tratar-se de uma categoria independente do nível temporal;
2. as diferenças aspectuais ocorrerem sempre no mesmo nível temporal;
3. a duração de uma ação não estar relacionada ao aspecto;
4. o limite de uma ação (implícito no aspecto perfectivo, não excluído no aspecto imperfectivo) não ser usado como distinção;
5. haver somente dois aspectos, ou melhor, o aspecto compor-se de uma oposição binária aspectual.

Diferenças lexicais como as que existem no alemão em *jagen* (caçar) e *erjagen* (apanhar, caçar) não expressam o aspecto. O russo possui para cada um dos verbos (*jagen* e *erjagen*) um verbo com dois aspectos (KLEIN 1974: 79).

O aspecto também desempenha um papel importante no texto narrado. Neste caso, a oposição de PP e PI serve para descrever a ação da figura e o cenário/fundo, respectivamente. No texto narrado, PP é ainda empregado para descrever uma seqüência de fatos, enquanto PI é usado para descrever os detalhes que compõem o cenário.

(2) No palco a deslumbrante, a única, a eterna Sarah Bernhardt agradecia em francês os aplausos brasileiros (...). Ao final do espetáculo, quatro meninos de libré entraram em cena carregando flores a mando do imperador. (SOARES 1995: 13)

Neste exemplo, PP descreve a ação do personagem *quatro meninos de libré entraram em cena carregando flores a mando do imperador* e PI, o cenário *a eterna Sarah Bernhardt agradecia em francês os aplausos brasileiros*. Embora concentre aqui a análise nas formas de PP e PI, a noção de aspecto não se limita a elas, como descrevo na minha tese, todavia é mais evidente, mais claramente expressa nessas formas (cf. BATTAGLIA 1996).

No alemão, concentro a análise nas formas do *Perfekt* (doravante, *Perf*) e *Präteritum* (*Prät*), procurando sempre a descrição dos sistemas a partir de um paralelismo que, como vimos, não se concretiza totalmente. O *Perf* e o *Prät* são formas que, diferente de PP e PI, não se encontram em oposição quanto à noção temporal. Talvez, nesse caso, o aspecto também não possa ser considerado a característica mais marcante para a distinção entre as duas formas. No alemão, discute-se muito sobre a possibilidade de haver uma outra categoria diferente do aspecto que contribua para a distinção entre o uso de *Perf* e *Prät*, a saber: a *Aktionsart*.

3. Definição da *Aktionsart*

Até agora foi possível mostrar alguns dos procedimentos necessários para a descrição dos sistemas verbais. Além da noção de tempo e o aspecto, agora veremos a *Aktionsart*. O que o aspecto e a *Aktionsart* têm em comum? O que é *Aktionsart*? Qual a diferença entre aspecto e *Aktionsart*?

Como vimos anteriormente, o aspecto e a *Aktionsart* são categorias diferentes que podem se complementar. A *Aktionsart* é definida como uma categoria léxico-semântica.

No alemão, a noção de aspecto também está presente, como analiso na minha tese, mas não é a distinção básica entre o *Perf* e o *Prät*. Quanto à localização dos eventos descritos pelo *Perf* e pelo *Prät*, verificamos que não estão na mesma posição em relação ao momento da fala como PP e PI no português. Isso significa que do ponto de vista temporal é possível estabelecer uma diferença entre o seu uso. Por outro lado, diferente do português, há situações em que uma forma pode substituir a outra. O *Perf* é descrito, normalmente, como a forma que indica uma ação conclusa anterior ao momento da

fala, enquanto o *Prät* descreve o evento afastado do momento da fala, i.e., localiza-o no passado (cf. BATTAGLIA 1996).

Se, no entanto, essas formas podem indicar o aspecto, precisamos verificar de que maneira isso é feito, iniciando pela descrição de figura e fundo no texto narrado. O *Perf* e o *Prät* também podem descrever a figura e o fundo, mas de uma maneira diferente do que ocorre com PP e PI. De acordo com WEINRICH (1985: 93s.) a ocorrência do *Perf* e do *Prät* na oração principal e na oração subordinada seriam responsáveis pela indicação da figura e do fundo. No exemplo (3), verificamos uma das raras situações em que a posição do tempo verbal coincide com o argumento de WEINRICH, porém, é quase uma exceção.

- (3) *Mein Liebling, mein Kleines, sag mir, wie es dir geht ... immer noch diese Hitze, bei Euch ... im Garten, mit dem Wasserschlauch ... aha, dein Freund, und Papa ... eine Eidechse ... hast du gefangen ... auf dem Stein ... am Morgen ... als alle noch schliefen, im Haus ...* (GRUENTER 1994)

[Meu querido, meu filho, me diga como você está ... ainda esse calor aí ... no jardim, com a mangueira ... aha, seu amigo e papai ... uma lagartixa ... você pegou na pedra ... de manhã ... enquanto todos estavam dormindo, na casa ...]¹

Na verdade, não é a posição do tempo verbal que determina o aspecto, mas o próprio verbo. Se o aspecto é dado pelo próprio verbo, devemos considerar o significado do verbo. No alemão também é possível descrever o começo ou o fim de uma ação, ou uma ação em seu desenvolvimento. Em geral, essa característica é dada pela

1 As traduções foram feitas pela autora, fazendo-se as adaptações necessárias para a compreensão no português.

Aktionsart. No exemplo, o verbo *fangen* (pegar), no *Perf*, indica uma ação da figura, enquanto *schlafen* (dormir), no *Prät*, é um verbo que indica a duração de um evento e por isso pode descrever o fundo sobre o qual se desenrola a ação.

A *Aktionsart* é definida como uma categoria léxico-semântica, ou seja, é inerente ao verbo, faz parte do significado do radical do verbo (KLEIN 1974: 103; COSTA 1990: 23). Como parte do radical do verbo, a *Aktionsart* pode ser expressa de diferentes maneiras:

1. pelo radical do verbo sem a presença de prefixos:

(4) *blühen* (florescer); *schlafen* (dormir)

Blühen e *schlafen* são verbos durativos e imperfectivos, pois não há indícios do limite do evento.

2. pela formação da palavra:

a) através da prefixação, i.e., adiciona-se um prefixo ao radical do verbo, que muda seu significado original. A alteração implica desde uma especificação maior do verbo até a sua negação.

(5) *verblühen* (murchar); *einschlafen* (adormecer)

Em *verblühen* temos a negação do verbo *blühen* e em *einschlafen*, uma ação pontual, perfectiva, anterior a dormir. *Verblühen* e *einschlafen* possuem as características de terminativo, iniciativo e perfectivo, marcando os limites do evento. As características durativo, imperfectivo, terminativo e perfectivo seriam dadas pela *Aktionsart*.

b) através da sufixação, isto é, adiciona-se um sufixo ao radical do verbo, que muda o significado:

(6) *streichen* [passar sobre] – *streicheln* (acariciar)

O verbo *streichen* significa alisar, passar a mão sobre, uma ação única, *streicheln* indica uma ação iterativa, repetida.

c) por meios lexicais e sintáticos:

(7) Er arbeitet *immer/unaufhörlich*. (durativ)

[Ele trabalha sempre/continuamente.] (ação durativa)

(8) Er *setzt* die Maschine außer Betrieb.

[Ele coloca a máquina fora de funcionamento.]

(Ele desliga a máquina.)

No exemplo (7), os advérbios *immer* e *unaufhörlich* reforçam a duração que já é expressa pelo verbo *arbeiten*. No exemplo (8), a expressão *außer Betrieb setzen* indica uma ação terminativa, ou seja, o limite da ação.

HELBIG & BUSCHA (1990: 72ss.) destacam dois grupos básicos para a classificação da *Aktionsart*, os verbos durativos e perfectivos. ENGEL (1988: 417) estabelece três grupos de acordo com a *Aktionsart*. No primeiro grupo encontram-se os verbos cujo significado lexical compreende a característica perfectiva (*erwachen* (acordar), *zerbrechen* (quebrar)), no segundo, estão os verbos neutros em relação a essa característica (*gehen*, *singen*) e, no terceiro, os verbos imperfectivos (*schlafen*). Para ele, as características de perfectivação e imperfectivação são inerentes à *Aktionsart*, não ao aspecto.

Se a *Aktionsart* faz parte do significado do verbo, também não poderia estar presente nos verbos do português? É claro que sim. Em geral, no português, os aspectos perfectivo e imperfectivo são intensificados pelo significado do verbo, a *Aktionsart*. Mas isso não impede que em determinadas situações, um evento durativo quanto à

Aktionsart pode ser expresso por PP (o aspecto perfectivo), prevalecendo o aspecto.

(9) O Patrulheiro pensou. (durativo) (VERÍSSIMO 1995)

O verbo *pensar* indica uma ação durativa ou até mesmo um estado, que se estende no tempo. Descrito em PP, *pensar* torna-se mais pontual.

COSERIU (1976: 52), que analisa o sistema verbal do português, define o aspecto como a maneira de se observar a ação verbal no tempo e define a *Aktionsart* como uma sub-categoria do aspecto, e não como uma categoria com status próprio na língua portuguesa. Ambas as categorias são expressas de maneira semelhante ao se especificar mais o verbo.

SALES CORÔA (1985: 67) considera que

“o aspecto se limita com o modo de ser da ação: podemos caracterizar o aspecto como categoria gramatical e o modo de ser da ação como categoria léxico-semântica. Embora os limites entre estas duas categorias não possam ser rigidamente fixados na prática – como os limites entre aspecto e tempo e entre tempo e modo também não podem – uma interpretação teórica permite que os separemos. (...) Uma consequência prática desta distinção teórica seria a de se considerar modo de ser da ação toda classificação que levasse em conta a informação semântica do radical verbal.”

E termina com a seguinte definição de aspecto e modo de ser da ação:

“A variação morfológica de um radical – portador de um determinado valor semântico – é um fenômeno gramatical: é o domínio do aspecto. A variação nos valores dependentes do radical que opõe um certo verbo a todos os outros – ou uma perífrase a todas as outras – é um processo léxico-semântico: é o domínio do modo de ser da ação.” (ib.: 67)

COSTA (1990: 23) considera que a língua portuguesa inclui em seu sistema semântico “a categoria de Aspecto que pode ser atualizada através de lexemas (caso que outros preferem chamar de Modo de Ação (*Aktionsart*)), através de morfemas flexionais ou derivacionais, e de perífrases (...)”

SACKER (1977: 24) propõe para a distinção entre o aspecto e a *Aktionsart* três características básicas: O aspecto é uma categoria subjetiva, gramatical e sintática, expressa pela forma verbal através da oposição binária perfectiva e imperfectiva. A *Aktionsart* é uma categoria objetiva, lexical, expressa pelo verbo. É inerente ao lexema, ou melhor, ao significado do verbo.

4. Considerações finais

Ante o exposto acima, interpreto o aspecto como uma categoria morfo-semântica que, no português, é expressa essencialmente pelas formas de PP e PI. O aspecto realiza-se por meio de morfemas acrescentados ao radical do verbo e compõe-se de uma oposição binária: a perfectividade e a imperfectividade. O aspecto perfectivo é descrito por PP e marca os limites de uma ação, que é descrita de maneira global, sem se ater à constituição temporal interna. O aspecto imperfectivo é descrito por PI e marca o desenvolvimento de um evento que é descrito em sua constituição interna, ou seja, marca as diferentes fases do evento. No texto narrativo, o aspecto é usado para indicar a ação da figura e o fundo. O aspecto pode ainda ser atualizado pelos lexemas, ou seja, a *Aktionsart*, que é uma categoria léxico-semântica, inerente ao significado do verbo (cf. COSTA 1990).

No alemão, a noção de aspecto não é a característica mais relevante para definir o uso do *Perf* e *Prät*, e sim, a *Aktionsart*, que é uma

categoria léxico-semântica, expressa pelo significado do verbo. A *Aktionsart* pode ser alterada ou especificada por prefixos, sufixos ou outros meios lexicais e sintáticos. O evento pode ser durativo, iterativo, imperfeito e a ação pode ser pontual, perfectiva.

Referências bibliográficas

- BATTAGLIA, M.H.V. *O uso dos tempos: pretérito perfeito e imperfeito do português e Perfekt e Präteritum do alemão*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP (mimeo), 1990.
- BATTAGLIA, M.H.V. *Os tempos verbais do passado do alemão e do português*. Tese de doutorado. São Paulo, USP (mimeo), 1996.
- BATTAGLIA, M.H.V. "Aspectos dos tempos verbais". In: *Pandaemonium Germanicum* 2, 193-204, 1998.
- BULL, William. *Time, Tense, and the Verb – A study in theoretical and applied linguistics, with particular attention to spanish*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1968.
- CASTILHO, Ataliba. "Ainda o aspecto verbal". In: *Epa – Estudos Portugueses e Africanos* 4. Campinas, Unicamp, 1984.
- COMRIE, Bernard. *Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. London, Cambridge University Press, 1976.
- COSERIU, Eugenio. *Das romanische Verbalsystem*. Tübingen, Gunter Narr, 1976.
- COSTA, Sônia B. B. *O Aspecto em português*. São Paulo, Contexto, 1990.
- ENGEL, Ulrich. *Deutsche Grammatik*. Heidelberg, Groos, 1988.
- HELBIG, G. & J. BUSCHA. *Deutsche Grammatik. Ein Handbuch für den Ausländer-Unterricht*. 2a. ed. Leipzig, VEB Enzyklopädie, 1991.
- KLEIN, Horst G. *Tempus, Aspekt, Aktionsart*. Tübingen, Max Niemeyer, 1974.

- MARKUS, Manfred. *Tempus und Aspekt*. München, Wilhelm Fink, 1977.
- MUGLER, Alfred. *Tempus und Aspekt als Zeitbeziehungen*. München, Wilhelm Fink, 1988.
- SALES CORÔA, Maria Luiza M. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília, Thesaurus, 1985.
- SAVEDRA, Monica. "Tempo passado em figura e fundo". In: *Projekt* 11, 16-19, 1993.
- WEINRICH, Harald. *Tempus. Besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart, Kohlhammer, 1985.

Textos dos exemplos

- GRUENTER, Undine. "Place Dauphine". In: GRUENTER, Undine. *Das gläserne Café. Erzählungen*. Frankfurt/Main, Fischer, 9-19, 1994.
- SOARES, Jô. *O Xangô de Baker Street*. 2a. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. "Lingüicinhas". In: *Revista Domingo do Jornal do Brasil*. Ano 20, nº 1.009, 11, 3/9/1995.

**LEXICALIZAÇÃO E DESLEXICALIZAÇÃO.
OBSERVAÇÕES SOBRE A EROSÃO DA LÍNGUA
EXEMPLIFICADAS NO ALEMÃO E NO PORTUGUÊS DO BRASIL***

*Hardarik Blühdorn & Alessandra Castilho da Costa***

Abstract: The present paper deals with grammaticalization as a comprehensive model of erosive processes in the history of natural languages, exemplified in German and Brazilian Portuguese. Grammaticalization is conceived of as the reduction of pragmatic versatility, semantic concreteness, syntactic liberty and phonetic substance of linguistic elements. It is subdivided into the processes of lexicalization, which transforms polylexematic into monolexematic elements, and deslexicalization, which reduces lexematic to sublexematic elements. In the middle of these processes stands the lexicon, which is seen as the central stock of linguistic elements. Within the lexicon, the process of grammaticalization continues, from lexical word classes through intermediate classes to grammatical word classes. The lower boundary of the lexicon is a critical threshold, down to which the process of grammaticalization is compensated for by linguistic recycling that leads lexematic elements back into the linguistic circuit, through the formation of new polylexematic units. Beyond this threshold, however, no recycling is possible any more, so that elements which have once lost their lexical character are condemned to disappear in the long run. The different stages of grammaticalization are introduced and illustrated by means of concrete examples, first from Brazilian Portuguese and afterwards from German.

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada, sob forma de conferência, no dia 14 de maio de 1998, na *VII Semana da Língua Alemã*, organizada pela Área de Alemão da USP. Gostaríamos de agradecer a Masa Nomura, Ataliba Teixeira de Castilho e Maria do Carmo Malheiros Waizbort pela leitura crítica e os valiosos comentários.

** O autor é professor doutor do Departamento de Letras Modernas, Área de Alemão, da USP. A autora é pós-graduanda da mesma Área, em nível de mestrado.

Keywords: Grammaticalization; Language history; Grammar and lexicon; Word formation; Etymology; German; Brazilian Portuguese.

Zusammenfassung: Der vorliegende Aufsatz behandelt am Beispiel des Deutschen und des brasilianischen Portugiesisch den Prozeß der Grammatikalisierung als ein umfassendes Modell für erosive Vorgänge in der Geschichte natürlicher Sprachen. Grammatikalisierung wird vorgestellt als Abbau der pragmatischen Vielseitigkeit, semantischen Konkretheit, syntaktischen Freiheit und phonetischen Substanz von Sprachelementen. Ihr Gesamtgebiet wird zerlegt in den Prozeß der Lexikalisierung, der polylexematische Elemente in monolexematische überführt, und den der Delexikalisierung, der lexematische Elemente zu sublexematischen reduziert. Im Mittelpunkt dieser Vorgänge steht das Lexikon, das als der zentrale Elementvorrat der Sprache gesehen wird. Auch innerhalb des Lexikons setzt sich der Prozeß der Grammatikalisierung fort, von den lexikalischen Wortklassen über die Übergangsklassen zu den grammatischen Klassen. Die untere Grenze des Lexikons stellt eine kritische Schwelle dar, bis zu der dem Prozeß der Grammatikalisierung das sprachliche Recycling gegenübersteht, durch das lexematische Elemente über die Bildung neuer polylexematischer Einheiten in den Kreislauf zurückfließen. Unterhalb dieser Schwelle jedoch ist kein Recycling mehr möglich, so daß Elemente, die einmal den lexematischen Charakter verloren haben, auf die Dauer zum Verschwinden verurteilt sind. Die verschiedenen Etappen der Grammatikalisierung werden anhand konkreter Beispiele, zunächst aus dem brasilianischen Portugiesisch, anschließend aus dem Deutschen, vorgestellt und illustriert.

Stichwörter: Grammatikalisierung; Sprachgeschichte; Grammatik und Lexikon; Wortbildung; Etymologie; Deutsch; Brasilianisches Portugiesisch.

Palavras-chave: Gramaticalização; História da língua; Gramática e léxico; Formação de palavras; Etimologia; Alemão; Português do Brasil.

1. Introdução

O presente trabalho tem um caráter histórico. A lingüística histórica foi o principal ramo da nossa ciência do século XIX, que vivenciou seu ápice nos trabalhos da escola neo-gramática, no período

de 1880 a 1910. Naquela época entendia-se por lingüística somente o estudo da história da língua. Desde a publicação da obra de Ferdinand de SAUSSURE (1916/1995), porém, a lingüística histórica chegou a ser negligenciada por ao menos 60 anos. Apenas a partir dos anos setenta, a lingüística começou a resgatar sua herança histórica.

Os lingüistas do século XIX consideravam sua tarefa atribuir a cada fenômeno lingüístico uma reconstrução da sua evolução histórica. Tal reconstrução já era vista como uma explicação suficiente dos dados. Já na lingüística atual, não nos contentamos com reconstruções históricas, sem nada saber sobre o funcionamento sincrônico e sistemático da língua. Em particular, queremos saber como os processos da mudança lingüística se integram dentro da realidade contemporânea.

Essa pergunta não é trivial, pois todos nós temos a impressão de que falamos, a princípio, a mesma língua durante toda a nossa vida. Como então a língua pode mudar? Por um lado, ocorrem mudanças relativamente leves de uso durante a vida de cada pessoa; por outro, as crianças de cada geração adquirem um sistema lingüístico sutilmente diferente do sistema da geração anterior. É interessante observar que cada geração de pais e de avós, em qualquer época e em qualquer país do mundo, ao perceber as diferenças entre sua própria língua e a falada por seus filhos e netos, queixa-se de um suposto declínio da língua. Na comunicação entre os filhos e netos, no entanto, a língua funciona tão bem quanto funcionava entre os pais e avós.

No presente trabalho, analisaremos mais detidamente o conceito do declínio da língua. Sabe-se, ao menos desde o século XIX, que a história das formas lingüísticas é um processo erosivo. Mas tal erosão é mesmo um declínio? Veremos, no que segue, uma seleção de exemplos, primeiramente do português e posteriormente do alemão, que sugerirá uma resposta diferenciada a essa pergunta.

2. O conceito de gramaticalização

Um dos conceitos-chave da lingüística histórica atual é a teoria da gramaticalização (cf. CASTILHO 1997). Entre os precursores dessa teoria encontramos o romanista alemão Leo SPITZER (1928/1961: 517), que observou que convenções estilísticas tendem a se fossilizar em regras sintáticas: "Nihil est in syntaxi quod non fuerit in stylo. Syntax, ja Grammatik sind nichts als gefrorene Stilistik."¹ A mesma observação foi feita por Talmy GIVÓN (1971: 413), com relação à sintaxe e morfologia: "Today's syntax is tomorrow's morphology."² As duas observações integram-se a uma tendência histórica generalizada, segundo a qual elementos inicialmente livres começam depois a obedecer a restrições gramaticais.

Para podermos entender melhor o conceito de gramaticalização, é interessante lembrar que todo elemento lingüístico tem uma forma e uma função. A função divide-se em três níveis: a função pragmática (comunicativa), a semântica (ligada ao significado) e a gramatical (função na sentença). No decorrer de sua gramaticalização, um elemento passa por quatro processos de perda:

- a perda de versatilidade de uso pragmático, ou seja, o elemento restringe-se cada vez mais a determinados fins comunicativos,
- a perda de concretude semântica, ou seja, o elemento torna-se cada vez mais abstrato,
- a perda de liberdade sintática, ou seja, o elemento limita-se cada vez mais a determinadas funções gramaticais, e
- a perda de substância fonética, ou seja, o elemento tende ao apagamento formal.

1 "Nada é em sintaxe que não tenha sido em estilo. Sintaxe e até mesmo gramática nada mais são que estilística congelada."

2 "A sintaxe de hoje é a morfologia de amanhã."

Segundo LEHMANN (1982: 13), a gramaticalização desenvolve-se ao longo da seguinte escala:

- (1) discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > apagamento

No discurso, temos as formulações livres que se orientam principalmente pelas intenções do falante. Na sintaxe, já existem regras mais rígidas, a serem seguidas na formação de sentenças e grupos sintáticos. Na morfologia, temos a derivação de palavras que obedece a regras ainda mais restritas. No campo entre a morfologia e a morfofonêmica encontra-se a flexão, em que vigoram as regras mais incisivas do sistema lingüístico.

O esquema (1) pode, pois, ser reformulado da seguinte maneira:

- (2) formulação livre > sentença > grupo sintático > palavra > afixo > apagamento

Um exemplo do português que ilustra bem o processo de gramaticalização é a palavra *você*. Originalmente, ela provém do sintagma *vossa mercê*, que foi reduzido a *vossemecê* e, posteriormente, a *vosmecê* e *você* (cf. CASTILHO 1997: 37). Já na língua falada de hoje, muitas vezes se usa apenas a forma mais abreviada *cê*, que se comporta quase como um prefixo verbal e que, no futuro, poderia até mesmo desaparecer.

O fato mais óbvio nesse exemplo é a perda da substância fonética. Quanto à limitação sintática, podemos observar que antigamente usava-se dos elementos *vossa* e *mercê* independentemente um do outro, enquanto *você* não é mais separável. Entre *você* e a forma coloquial *cê* apareceu ainda uma nova limitação, na medida em que *você* pode servir como sujeito e objeto, enquanto *cê* funciona apenas

como sujeito. Quanto à perda de concretude semântica, constatamos que *vossa mercê*, além de se referir ao interlocutor, atribui-lhe uma qualidade (*mercê*). De *você* para *cê* houve um outro estágio de perda de concretude, pois *você* é claramente identificável como pronome da segunda pessoa, ao passo que *cê* não se distingue foneticamente do pronome reflexivo, do índice de indeterminação do sujeito e da conjunção *se*. Com relação à perda de versatilidade do uso pragmático, a forma do pronome da segunda pessoa do plural *vossa*, antigamente uma forma comum, está hoje limitada a um uso altamente formal, em particular na língua escrita (p.ex. em *Vossa Senhoria*). Da mesma forma, o substantivo *mercê*, no seu sentido antigo de “favor”, “benefício”, “indulgência” está ficando obsoleto no português contemporâneo e sobrevive principalmente em expressões como *ficar à mercê de*.

Um segundo exemplo bastante discutido consiste no futuro dos verbos nas línguas românicas (cf. CASTILHO 1997: 35; DIEWALD 1997: 110). No latim, existia uma forma sintética do futuro exemplificada por *amabo* (do verbo *amare*). Como antecessora dessa forma, num estágio indo-europeu pré-latim, foi reconstruída a forma sintética **ama bho*, que se compõe da base *ama* e do verbo auxiliar **bho* (“vou”). Ainda no latim, introduziu-se ao lado de *amabo* uma nova forma sintética *amare habeo*, composta do infinitivo *amare* e do presente do verbo auxiliar *habere* (“haver”, “ter”). Essa chegou a substituir aos poucos a forma *amabo* e se desenvolveu a *amar hei* no português antigo, que, por sua vez, no português moderno se tornou novamente sintética: *amarei*. Mais recentemente, está se sobrepondo, pela terceira vez, uma forma analítica: *vou amar*. DIEWALD (1997: 110) representa essa evolução num quadro ilustrativo, que adaptaremos a seguir para o português:

Indo-europeu	Latim	Port. Arcaico	Port. Contemp.
*?			
* ama bho >	amabo >	∅	
	amare habeo >	amar hei >	amarei >
			vou amar > ?

O interessante nesse processo é a substituição contínua de um grupo sintático por uma forma analítica em que um antigo verbo é reduzido a um sufixo flexional. Antes que haja o apagamento da forma, porém, ela é substituída por um novo grupo sintático.

Os verbos auxiliares que participam da substituição são todos derivados de verbos plenos. A transferência de um verbo pleno para um verbo auxiliar também é chamada de gramaticalização, pois caracteriza-se pelos mesmos quatro fatores acima mencionados, ou seja, a perda de versatilidade do uso pragmático, de concretude semântica, liberdade sintática e substância fonética.

3. O lugar do léxico no processo de gramaticalização

O processo de gramaticalização pode ser ilustrado como uma escala em cujos pólos estão, de um lado, a formulação plenamente livre conforme as intenções comunicativas do falante e, de outro, o apagamento da forma lingüística:

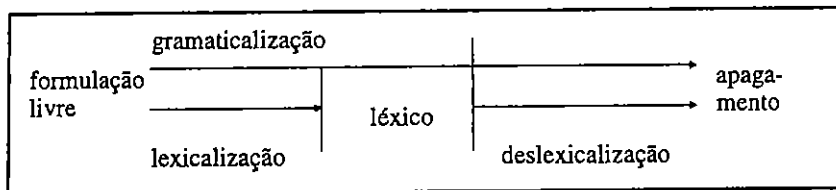


Fig. 1: O processo de gramaticalização

O desenho mostra, na parte superior, uma única seta que simboliza o contínuo processo de gramaticalização. Na parte inferior, colocamos como sistema central o léxico, que representa um estágio intermediário nesse processo. A parte da gramaticalização que consiste na redução de formulações livres a palavras denominamos de lexicalização e a parte que consiste na desintegração de palavras até seu apagamento, de deslexicalização.

Observa-se que a linha divisória que demarca a entrada ao nível da palavra é menor que a que demarca a saída. De fato, a saída do léxico constitui uma fronteira crítica no processo de gramaticalização, pois até esse momento, existe a possibilidade de reciclagem dos elementos. Uma vez ultrapassada essa fronteira, porém, os elementos estão condenados ao apagamento.

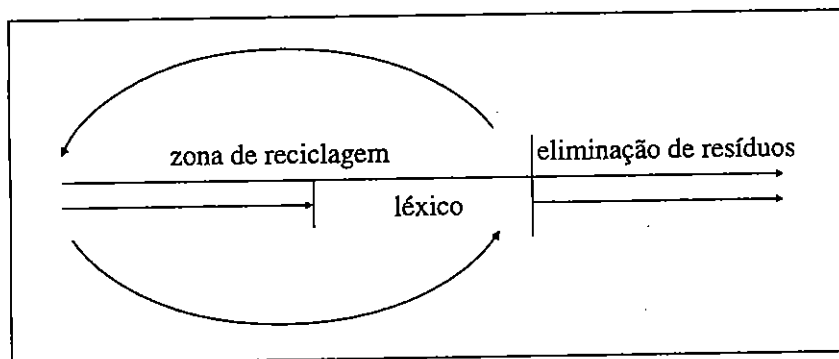


Fig. 2: A zona de reciclagem no processo de gramaticalização

Mas, o que exatamente entendemos por reciclagem lingüística? Um princípio fundamental da estrutura da língua determina que, a partir de um inventário de elementos lexicais, formam-se outros elementos mais complexos (por exemplo, sentenças), com base em regras gramaticais. Isso significa que, até o nível da palavra, todos os elementos que já passaram pela gramaticalização têm a possibilidade de entrar novamente em formulações livres, realimentando a gramaticalização. Essa situação, porém, não se sustenta abaixo do nível da palavra. Embora os sufixos de derivação e de flexão possam entrar em construções maiores, eles não podem ser usados como formas livres, e sim, somente de acordo com as regras rígidas da morfologia. É justamente essa rigidez que é finalmente responsável pela eliminação de tais elementos, pois restringe muito a criatividade lingüística (cf. CASTILHO 1997: 46).

Vejamos, a seguir, alguns exemplos do português, primeiramente de lexicalização e, depois, de deslexicalização.

As formulações mais livres na língua provavelmente são as coordenações, assim como em

- (3) Maria pegou um pincel e uma caneta.
- (4) O Roberto é grande e feio.

Nessas construções, os elementos coordenados têm a mesma função sintática e estão minimamente ligados entre si, i.e., nenhum dos dois depende do outro em termos sintáticos. Em determinados casos, porém, uma coordenação pode se convencionalizar e assumir um sentido que não se explica a partir dos elementos constituintes. Esse é o caso, por exemplo, de *arroz-e-feijão*, que ainda mantém a forma da coordenação, mas já assumiu um sentido próprio, inclusive de adjetivo:

- (5) A festa foi descontraída. Tivemos um papo bem arroz-e-feijão.

No caso de *verde-amarelo*, o conectivo desapareceu, tornando a estrutura coordenativa menos reconhecível:

- (6) O coração verde-amarelo sofreu quando o Brasil perdeu da Argentina.

Nota-se haver uma gramaticalização maior em *verde-amarelo*, pois desse termo já derivam outras formas, como *verde-amarelismo*, o que (ainda) não acontece com *arroz-e-feijão*. A escrita conjunta também pode sinalizar um grau elevado de lexicalização, como no caso de *vaivém*. Em São Paulo, os donos de uma papelaria brincaram com a escrita conjunta, criando como nome a palavra *papelivros*, que imita uma composição altamente lexicalizada, o que se verifica na dupla função grafêmica da letra “l”. As composições formadas a partir de coordenações são chamadas, na terminologia alemã, de composições copulativas (*Kopulativkomposita*).

Conforme o esquema (2) acima apresentado, as sentenças têm menor liberdade estrutural que as coordenações, já que nelas os elementos dependem uns dos outros. Com sentenças pode haver o mesmo processo de convencionalização e subsequente lexicalização observado nas coordenações. Um exemplo ilustrativo é a expressão *dá licença*, que é hoje usada como uma única palavra, de tal forma que se iniciou uma forte erosão através das seguintes etapas:

- (7) dá licença > licença > cença > ss

Segundo CASTILHO (1997: 57 pp.), este seria um exemplo de discursivização, sendo que o elemento vai se restringindo cada vez mais às suas funções discursivas. Discordamos, porém, dessa opinião, pois o que distingue (7) de (5) e (6) é apenas ser o ponto de partida uma sentença, e não uma estrutura menor. O processo de lexicalização em si é o mesmo (perda de versatilidade de uso pragmático, de concretude semântica, de liberdade sintática e de substância fonética).

Os grupos sintáticos (sintagma nominal, sintagma preposicionado, etc.) apresentam ainda menor liberdade estrutural que as sentenças. A grande maioria dos casos de lexicalização procede de grupos sintáticos, a saber, as palavras compostas que, na terminologia alemã, são chamadas de composições determinativas (*Determinativkomposita*). Tais composições consistem de uma base (em alemão, *Grundwort*) e de uma palavra determinante (alemão, *Bestimmungswort*) (cf. KEHDI 1997: 41). Em alguns casos, a estrutura composicional mantém-se totalmente analisável, como em *grade curricular*. Em tais casos, justifica-se o caráter de composição somente por haver no todo um significado não explicável plenamente pela somatória das partes.

Enquanto escreve-se *grade curricular* separadamente, tem-se adotado a escrita com hífen em casos como *pé-de-moleque* e a escrita conjunta em casos como *radiojornal*. Nesses casos, a escrita serve como indicadora da lexicalização. Existem, ainda, as palavras como *aguardente* ou *pernalta*, que, mesmo sendo reconhecíveis como composições, não mais se mantêm plenamente analisáveis.

Para concluir o presente item, daremos ainda alguns exemplos de deslexicalização no português. O índice mais importante da perda do caráter lexical é a redução da analisabilidade, pela qual os lexemas se tornam opacos. Vejamos a palavra *tartaruga*, que provém do grego antigo *tartaroukhos*, composição do substantivo *tártaros* (“abismo”) e do verbo *oikein* (“morar”), significando “habitante do tártaro”. Essa palavra chegou ao português através do latim *tartarūchu-* e do italiano *tartaruga*. No português moderno, a palavra mantém a aparência de composição, mas não é analisável a partir de *tarta* e *ruga*, já que *tarta* não existe e o significado de *ruga* não exhibe nenhum parentesco com *tartaruga*.

Um outro exemplo é *avestruz*, no qual o componente *struz* se tornou opaco. *Avestruz* provém do português *ave* e provençal *estrutz*, que deriva de *ave-struthiu*, do latim da idade média, e de (*avis*)

struthio, do latim clássico tardio, em que *avis* significava “pássaro” e *struthio*, “avestruz”. No latim clássico mais antigo, a palavra era *struth(i)ocamelus* que deriva do grego antigo *strûthos* (“pardal, avestruz”) e lat. *camēlus* (“camelo”). Em outras palavras, o elemento *struz*, antes de se tornar opaco, passou por dois processos de composição e por três processos de mudança de sentido. Inicialmente, no grego antigo, já significava “avestruz”, ao lado de “pardal”. A combinação de dois conceitos tão diversos provavelmente levou à sobreposição do conceito mais geral de “pássaro”. Nessa situação, *strûthos* ligou-se com *camēlus*, para significarem juntos novamente “avestruz”. O segundo elemento apagou-se, deixando o significado de “avestruz” com *struthio*. Em seguida, esse perdeu o sentido de “pássaro”, fazendo-se necessário o acréscimo de *avis*. Mais tarde ainda, o então *struthiu* perdeu sua independência, tanto formal quanto semântica, e reduziu-se finalmente a um elemento preso e inanalísável. A história do elemento *struz*, portanto, é um bom exemplo daquilo que denominamos de reciclagem lingüística. Hoje, porém, após ter passado por dois processos de lexicalização, esse elemento saiu do ciclo da reciclagem, entrou em deslexicalização e parece, pois, estar destinado ao apagamento.

Outros exemplos de deslexicalização são os lexemas que se tornam afixos, como, por exemplo, o substantivo latino *mente*, com o sentido de “modo”, “maneira” (cf. CASTILHO 1997: 45 p.). A partir de expressões como *agir cristã mente* (“agir de um modo cristão”), surgiram os advérbios do tipo *cristãmente*, e *-mente* tornou-se sufixo derivacional. Da mesma forma, os afixos flexionais às vezes provêm de palavras independentes. Segundo Hermann PAUL (1920: 151 pp.), as desinências indicadoras dos casos nominais nas línguas indo-européias provavelmente têm origem em antigas pré ou pós-posições. Já no proto-indo-europeu, essas estavam transformadas em sufixos flexionais, foneticamente reduzidos, que não ocorreram mais como elementos independentes. No português, como se sabe, as desinências dos casos reduziram-se a zero.

4. Erosão lexical exemplificada no alemão

Vejamos, a seguir, exemplos da erosão lexical no alemão. Como expusemos acima, na Fig. 1, a entrada ao léxico se dá através da lexicalização e a saída, através da deslexicalização. Podemos relacionar esse modelo aos principais processos da formação de palavras, a saber, composição, derivação e conversão. A composição liga-se mais intimamente à lexicalização e a derivação, à deslexicalização. Quanto à conversão, ela ocorre dentro do léxico, quando um elemento transita de uma classe para outra.

4.1. Lexicalização

4.1.1. Junção de palavras

Distinguimos no português três tipos de composição: a partir de formulações livres (coordenações), a partir de sentenças e a partir de grupos sintáticos. A mesma distinção pode ser feita no alemão.

Como exemplo de lexicalização de formulações livres, podemos citar a palavra *rot-grün* (“vermelho-verde”). A princípio temos aqui uma simples coordenação de dois adjetivos relacionados à cor, como quaisquer outras (*schwarz-gelb* – “preto-amarelo”, *lila-orange* – “lilás-alaranjado” etc.). Tais coordenações costumam indicar uma combinação das duas cores. No caso de *rot-grün*, desenvolveu-se um novo sentido no panorama político alemão, em que *rot* (“vermelho”) representa o partido socialdemocrata e *grün* (“verde”) o partido verde. A palavra *rot-grün*, nesse sentido, indica uma colaboração dos dois partidos (como em *rot-grüne Koalition* – “coalisão vermelha-verde”). Hoje, no entanto, ela já parece ter evoluído para um estágio posterior, visto que é usada para qualquer conteúdo ideológico que apresenta uma mistura de idéias provenientes dos dois partidos (como em *rot-grüne Mentalität* – “mentalidade vermelha-verde”).

Como exemplos de lexicalização de sentenças, podemos pensar nas palavras *bitte* (“por favor” ou “de nada”) e *danke* (“obrigado/a”), que são utilizadas como fórmulas de polidez. Ambas vêm de formas verbais, a saber, de *bitten* (“pedir”) e de *danken* (“agradecer”), conjugadas na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo (*ich bitte* e *ich danke*). Hoje em dia, não são mais analisadas como sentenças pelos falantes nativos, de tal modo que se inserem no discurso como partícula (no caso de *bitte*) e como palavra-frase (no caso de *danke*):

- (8) A – Gib mir mal bitte das Buch. – Danke.
 [Por favor, me dá o livro. – Obrigado.]
 B – Bitte. [De nada.]

Outro exemplo é a expressão *Gott sei Dank* (“graças a Deus”). Para ela, a ortografia padrão ainda prevê a escrita separada, mas em textos informais como bate-papos na Internet, cartas pessoais ou também na literatura, podemos já encontrá-la escrita como uma só palavra (*gottseidank*). Numa simples busca na Internet, encontramos mais de 1.000 provas, das quais citamos duas:

- (10) Hoffentlich bildest Du nur Dackel aus und keine für den Menschen gefährlichen Hunde, und gottseidank wohne ich weit weg von Bremen.
 [Tomara que você crie só bassets e nenhum desses cachorros perigosos para as pessoas, e graças-a-deus eu moro longe de Bremen.] (*de um bate-papo sobre criação de cães perigosos*)
- (11) Zwischendurch erschallt plötzlich ein wiederholtes lautes Gehämmer. Wir drehen uns um, gottseidank, kein Schaden am Bus.
 [Enquanto isso, ouve-se de repente, por repetidas vezes, uma martelada alta. Nós nos viramos, graças-a-deus, nenhum dano no ônibus.] (*de um diário de viagem*)

Em tais casos, também *gottseidank* exerce a função de partícula.

O mesmo ocorre com a expressão *was weiß ich* (“sei lá”), que tem sido usada na função de substantivo, de adjetivo ou até mesmo de prefixo, freqüentemente escrita como uma palavra só. Alguns exemplos da Internet:

- (12) Alte Gewohnheiten, das kann alles mögliche sein, von Fernsehgucken bis wasweißich.
 [Velhos hábitos, isso pode ser de tudo, de ver TV até sei-lá-o-que.] (*de um texto sobre religião*)
- (13) Zwischendurch sangen auch noch irgendwelche Kumpels mit, die irgendwie englisch oder irisch oder wasweißich was waren.
 [Enquanto isso, cantavam junto quaisquer amigos que eram de algum modo ingleses ou irlandeses ou sei-lá o que.] (*de um texto literário*)
- (14) Aufgeführt sind hier alle Linkseiten innerhalb meiner Homepage und Links zu anderen Seiten, die ich keiner festen Rubrik zuordnen kann. Dazu gehören Links zu Seiten von Freunden, besonderen Seiten oder Wasweißich-Seiten.
 [Aqui estão listadas todas as páginas de *link* dentro da minha *homepage* e *links* para outras páginas que eu não consigo encaixar em nenhuma categoria. Entre elas há *links* para páginas de amigos, páginas especiais ou sei-lá-que-páginas.] (*de uma homepage pessoal*)

Como exemplos de grupos sintáticos lexicalizados podemos pensar, entre outros, em todas as composições determinativas, como *Hochhaus* (“edifício”), *Waschmaschine* (“máquina de lavar roupa”), *radfahren* (“andar de bicicleta”) ou *steinreich* (“muito rico”). Mais interessantes, porém, são os casos, nos quais podemos observar o início do processo de lexicalização. Isso ocorre, por exemplo, com

nicht wahr? (“não é?”), expressão que vem se fixando como lexema. Na Internet, encontramos mais de 30 exemplos de *nichtwahr?*, escrito como uma palavra só, assemelhando-se assim ao *né?* do português:

(15) *Nichtwahr*, da wird es verständlich, dass solche Probleme mit der Optimierungsrechnung, und hier speziell mit der Komplexmethode, wesentlich besser gelöst werden können, als “von Hand”.

[Né, aí fica compreensível que tais problemas podem ser resolvidos muito melhor com o método de otimização, e aqui particularmente com o método complexo, do que à mão.] (*de um texto sobre computação*)

(16) Man würde mal sehen was passierte, *nichtwahr?*

[Ver-se-ia o que aconteceria, não é?] (*de um comentário político*)

(17) Sie wußten es, *nichtwahr?*

[Você sabia, não é?] (*de uma entrevista*)

Em todos esses casos, a lexicalização começa por mudanças pragmáticas e semânticas, com o aparecimento de novos modos de uso e novos significados. A ortografia, no alemão como no português, reflete a percepção de tais mudanças pelos usuários, que passam a empregar hífen ou a escrita conjunta. Observa-se, porém, que o hífen, como indicador de junção, é mais utilizado no português. No alemão existe uma tendência à escrita conjunta, sem estágios intermediários. No caso de *was weiß ich*, por exemplo, encontramos na Internet mais de 600 ocorrências escritas separadamente e cerca de 50 escritas em conjunto, mas nenhuma hifenizada. No alemão contemporâneo, o hífen, frequentemente, exerce uma função contrária à que exerce no português, ou seja, é utilizado para separar palavras compostas, quando sua estrutura é difícil de ser analisada. Compare os exemplos *Standarten* (“estandartes”) vs. *Stand-Arten* (“tipos de postura”), *Staubecken*, que pode ser *Stau-Becken* (“piscinão”) ou

Staub-Ecken (“cantos de poeira”), ou então, *Tiefkühlautomatensalat* (“salada do freezer”), que sem hífen poderia facilmente ser analisada como uma espécie de *Tomatensalat* (“salada de tomates”).³

4.1.2. Passagens pelas classes (Mudanças de classe) de palavra

Dentro do léxico, encontram-se palavras de várias classes. A gramática tradicional distinguia dez classes, a saber, substantivo, verbo, adjetivo, advérbio, preposição, conjunção, pronome, artigo, numeral e interjeição. Embora essa classificação seja lingüisticamente problemática, faremos uso dela, já que suas desvantagens não dizem respeito às questões da lexicalização.

CASTILHO (cf. 1997: 59) divide as classes de palavras em três categorias, que justapõe em um quadro sinóptico. A seguir, adaptaremos esse quadro, distinguindo entre palavras principais, intermediárias e gramaticais:

Palavras principais	Palavras intermediárias	Palavras gramaticais
função lexical		função gramatical
formas livres		formas presas
autosemânticas		sinsemânticas
categorias maiores	categorias medianas	categorias menores
substantivo	adjetivo e advérbio	preposição, conjunção, etc.
verbos plenos	verbos funcionais e modais	verbos auxiliares

3 Os exemplos são de Eike Christian HIRSCH (*Deutsch für Besserwisser*).

O quadro poderia ser inserido na Fig. 1 na página 280, no lugar do léxico, sendo que a entrada localiza-se à esquerda e a saída, à direita. As palavras principais caracterizam-se por uma maior autonomia pragmática, semântica e gramatical, enquanto as palavras gramaticais dependem fortemente de outras palavras. As palavras intermediárias, por sua vez, encontram-se entre as duas outras categorias, pois não podem ser consideradas igualmente autônomas como as palavras principais, nem tão dependentes quanto as palavras gramaticais.

Um dos processos da formação de palavras, a saber, a conversão, consiste na passagem de elementos de uma classe para outra, sem acréscimo de outros morfemas. Essas passagens ocorrem principalmente na direção da esquerda para a direita, e não no sentido contrário.

A conversão de palavras principais para palavras intermediárias ocorre, entre outros, quando um substantivo se torna adjetivo, como *Schuld* (“culpa”) > *schuld* (“culpado”), *Ernst* (“seriedade”) > *ernst* (“sério”), *Scheiße* (“merda”) > *scheiße* (“de merda”):

(18.a) Es ist deine Schuld, daß wir nichts zu essen im Haus haben.

[É culpa sua que não temos nada para comer em casa.]

(18.b) Du bist schuld, daß wir nichts zu essen im Haus haben.

[Você é culpado por não termos nada para comer em casa.]

(19.a) Was, ich soll so viele Eier essen? Ist das dein Ernst?

(Quê, eu tenho que comer tantos ovos? Isso é sua seriedade?)⁴

[Quê, eu tenho que comer tantos ovos? Isso é sério?]

4 Em alguns casos, acrescentamos uma tradução literal (entre parênteses), a fim de tornar clara a estrutura alemã para o leitor brasileiro. A tradução dada [entre colchetes] é pensada como um equivalente em um português estilisticamente adequado.

(19.b) Was, ich soll so viele Eier essen? Meinst du das ernst?
[Quê, eu tenho que comer tantos ovos? Você está falando sério?]

(20.a) Das Fußballspiel Brasilien – Argentinien war eine totale Scheiße.

[O jogo Brasil – Argentina foi uma merda total.]

(20.b) Das Fußballspiel Brasilien – Argentinien war total scheiße.

(O jogo Brasil – Argentina foi totalmente de merda.)

[Brasil – Argentina foi um joguinho de merda.]

Um outro exemplo é a conversão de verbos plenos para verbos modais. Por verbos modais entendem-se, na gramática do alemão, os verbos *können* (“poder”, “ser capaz de”), *müssen* (“precisar”, “ter que”), *wollen* (“querer”), *dürfen* (“poder”, “ter permissão”), *sollen* (“dever”) e *mögen* (“gostar de”, “querer”), que sintaticamente exigem o infinitivo de um verbo pleno como complemento e semanticamente modificam o sentido desse verbo. Todos os verbos modais do alemão foram derivados de verbos plenos e continuam ocorrendo hoje nessa função:

(21.a) Xuxa kann gut rechnen. (modal)

[Xuxa sabe calcular bem.]

(21.b) Ich kann leider kein Spanisch. (pleno)

[Infelizmente, não sei espanhol.]

(22.a) Wir müssen uns nochmals treffen. (modal)

[Precisamos nos encontrar novamente.]

(22.b) Entschuldigung, ich muß mal. (pleno)

[Com licença, preciso (ir ao banheiro).]

(23.a) Alle wollen *Titanic* sehen. (modal)

[Todos querem ver *Titanic*.]

(23.b) Was willst du eigentlich? (pleno)

[O que é que você quer?]

(24.a) Darf man hier fotografieren? (modal)

[Pode-se fotografar aqui?]

- (24.b) Mama, darf ich Kuchen? (pleno)
[Mamãe, posso (comer) bolo?]
- (25.a) Du sollst nicht töten. (modal)
[Não deverás matar.]
- (25.b) Wohin soll denn das Klavier? (pleno)
[Aonde deve (ir) o piano?]
- (26.a) Sie mag keine amerikanischen Filme anschauen.
(modal)
[Ela não gosta de ver filmes americanos.]
- (26.b) Magst du einen Kaffee? (pleno)
[Você quer um café?]

Todos esses verbos desenvolveram seus sentidos modernos e o emprego como verbos modais entre os séculos XIII e XVI. No período anterior a esse, eram só verbos principais. Assim, *können* deriva de um verbo *kunnan*, do antigo alto-alemão⁵, que significava “saber”, “entender”. A forma ancestral de *müssen* no mesmo período era *muozan*, com o significado de “ser capaz de”. *Wollen* provém de *wellen*, que no antigo alto-alemão significava “escolher” e também já “querer”. *Dürfen* deriva de *durfan*, que significava “precisar”, “ter necessidade” e sobrevive na forma moderna *bedürfen* (“necessitar”). *Sollen* era *solan*, já com o sentido de “dever” (“dever dinheiro ou um serviço”), e *mögen* provém de *mugan*, no sentido de “ser capaz de”, sentido que está sobrevivendo no verbo contemporâneo *vermögen* (“ser capaz de”).

Existem também casos, em que palavras principais transitam diretamente para a categoria das palavras gramaticais, como o substantivo *Dank* (“agradecimento”), que deu origem à preposição *dank* (“graças a”):

5 Chamam-se *antigo alto-alemão* o alemão dos séculos VIII a XI, *médio alto-alemão* o dos séculos XI a XIV e *novo alto-alemão* o desde o século XVII. A época dos séculos XV e XVI é uma época de transição, cuja língua se chama *novo alto-alemão inicial* (“*Frühneuhochdeutsch*”).

- (27.a) Jetzt habe ich dir so viel geholfen, und was ist mein Dank?
[Ajudei tanto a você, e qual é minha recompensa?]
- (27.b) Dank deiner Hilfe bin ich heute reich.
[Graças à sua ajuda, sou rico hoje.]

A conjunção *weil* (“porque”) também provém de um substantivo, a saber, *die Weil(e)* (“um período de tempo”). No antigo alto-alemão, usava-se a expressão *dia wīla sō* (“no tempo em que”, no sentido de “enquanto”), sendo *dia wīla* acusativo do substantivo *wīla*, com sentido temporal, e *sō* um complementador que iniciou uma frase temporal subordinada. No médio alto-alemão, omitiu-se o complementador *sō*, de modo que sobrou *die wīle*, expressão que passou a ser interpretada como conjunção temporal (no sentido de “quando”). Através de um tipo de reinterpretação bastante comum em todas as línguas, que transforma conceitos temporais em conceitos causais, *die wīle*, que havia se tornado *die weil*, assumiu, no século XV, o sentido de “como” e “porque”. Mais tarde, já no novo alto-alemão, escreveu-se *diweil* junto, omitiu-se finalmente o ex-artigo *die* e chegou-se, no século XVIII, à forma moderna *weil*, que funciona exclusivamente como conjunção causal.

A passagem de palavras intermediárias para palavras gramaticais pode ser ilustrada por advérbios que se transformam em preposições. Esse é o caso do advérbio *bī*, do antigo alto-alemão, que significava “perto”, e deu origem à preposição *bei* (“perto de”). O advérbio *bī* começou a desaparecer já no antigo alto-alemão e sobrevive apenas em formas compostas como *herbei* (“para cá”), *nahebei* (“nas proximidades”), *nebenbei* (“paralelamente”) etc.

Um outro exemplo é *hinter*, que ainda hoje existe como advérbio nos dialetos do sul dos países de língua alemã: *Ich geh hinter* (“eu ando para trás”). Essa forma deriva do antigo alto-alemão *hintar* que, por sua vez, vem de um comparativo da raiz proto-germânica **hin(d)-*,

provavelmente um adjetivo. A forma do médio alto-alemão *hinder*, ainda advérbio, também já era empregada paralelamente como preposição. Posteriormente, no novo alto-alemão padrão, seu uso como advérbio foi abolido.

Existe também o trânsito de advérbios para conjunções. Assim a conjunção *wenn* (“quando”, “se”) deriva de *wann* (“quando”). *Wann/wenn* era no médio alto-alemão *wanne/wenne* e no antigo alto-alemão, *hwanne/hwenne*. Ambos funcionavam principalmente como advérbios, sendo às vezes também utilizados como conjunções. A diferenciação entre o advérbio *wann* e a conjunção *wenn* é do século XIX.

4.2. Deslexicalização

A passagem da conversão para a deslexicalização (de palavras gramaticais para morfemas presos) pode ser exemplificada pelos prefixos verbais separáveis, como *ab-*, *auf-*, *aus-*, *durch-*, *ein-*, *hin-*, *her-*, *über-*, *unter-*, *weg-* etc. Como se sabe, esses prefixos são separáveis quando recebem acento tônico. Todos eles ocorrem também sozinhos, na função de advérbios e/ou preposições. Se olharmos, a título de comparação, os prefixos verbais não-separáveis, como *be-*, *er-*, *ent-*, *ge-*, *ver-*, *zer-* etc., que não podem mais receber acento tônico, verificaremos que muitos deles também provêm de advérbios e preposições. Tomemos como exemplo o prefixo *ver-*, que vem de uma raiz nominal indo-européia **per-* (com o sentido de “passagem além”). Essa raiz deu origem a advérbios (p.ex., sânscrito *pári* – “em derredor” e grego antigo *pró* – “em frente”, “à frente”), preposições (p. ex., grego antigo *perí* – “ao redor de”, *pará* – “ao lado de”; latim *prō* – “para”, “em vez de”; gótico *fra* – “fora”), e prefixos (p.ex., latim *prō-* e *per-*). Outro exemplo é o prefixo *ent-*, que está ligado à preposição gótica *and* (“ao longo de”), à preposição

grega *antí* (“em vista de”, “frente a”) e ao advérbio latino *ante* (“à frente”). Todos esses elementos derivam finalmente de uma raiz nominal indo-européia **ant-* (“lado frontal”; cf. o substantivo *Antlitz* – “rosto”). A comparação entre os dois tipos de prefixos sugere que também os prefixos hoje ainda separáveis estão a caminho de perder, no futuro, o acento tônico, a liberdade sintática e a analisabilidade semântica.

O processo de deslexicalização pode ser observado também em palavras principais que, às vezes, se tornam opacas sem terem passado por uma classe intermediária ou gramatical. Esse é o caso dos assim chamados morfemas únicos como *Him-* em *Himbeere* (“framboesa”), que provém do médio alto-alemão *hintber* e do antigo alto-alemão *hintperi* (cf. inglês arcaico *hindberrie*). O componente *hint-* dessas composições corresponde ao médio alto-alemão *hinde*, no antigo alto-alemão *hinte* (cf. inglês *hind*), que significava “cerva”. *Himbeere* seria então “*Hirsch(kuh)beere*” (“frutinha da cervo”). Podemos citar também *Brom-* em *Brombeere* (“amora silvestre”), do médio alto-alemão *brāmber*, antigo alto-alemão *brāmberi*. O componente *brām-*, procedente do médio alto-alemão *brāme*, antigo alto-alemão *brāma*, significava “arbusto espinhoso”. Um terceiro exemplo é o elemento *Schorn-* em *Schornstein* (“chaminé”), que vem do médio alto-alemão *schornstein* e do antigo alto-alemão *scor(en)stein*. *Schorn-* e *scor(en)-* correspondem ao médio alto-alemão *schore* (cf. neerlandês *shoor*, inglês *shore*) e significam “escora”, palavra essa que tem a mesma raiz de *Schorn-* e significa “peça para amparar e sustentar” (uma pedra que sustentava a chaminé acima da lareira). Primeiramente, a palavra *Schornstein* referia-se apenas a essa peça, e a partir daí foi metonimicamente generalizada para a chaminé toda.

Em algumas palavras, a composição tornou-se totalmente irreconhecível, por exemplo em *Adler*, do médio alto-alemão *adelar*, em que *adel* significa “nobre” e *ar*, “ave de rapina”. O mesmo

ocorre com *heute* (“hoje”), cujo antecessor no médio alto-alemão *hiute* provém do antigo alto-alemão *hiutu*, uma contração de *hiu tagu* (“este dia”). Assim também, o antigo alto-alemão *hiu jāru* resultou em *heuer* (“neste ano”).

Os mesmos processos de redução formal e de perda da analisabilidade observam-se também com relação aos sufixos. São conhecidos os exemplos *-heit*, *-tum* e *-schaft*, que eram ainda no médio alto-alemão substantivos independentes. *Heit* (cf. *Freiheit* – “liberdade”, *Gottheit* – “divindade”) significava “pessoa”, “classe ou nível social”, “caráter”. A variante *-keit* apareceu por assimilação fonológica em composições com adjetivos que terminavam em *-ec* (o atual *-ig*), como *ēwec-heit*, que se tornou *ēwecheit* e finalmente *Ewigkeit* (“eternidade”). *Tum* (cf. *Königtum* – “realeza”, *Eigentum* – “propriedade”) significava “poder”, “dignidade”, “posse”, “julgamento”, e *schaft* (cf. *Freundschaft* – “amizade”, *Botschaft* – “mensagem”, *Eigenschaft* – “qualidade”) significava “criatura”, “molde”, “qualidade”, “estado”, “comportamento”. Na verdade, os três elementos eram as bases (*Grundwörter*) das composições e até hoje determinam o gênero (*-heit* e *-schaft* feminino, *-tum* neutro). Como palavras independentes, desapareceram somente no novo alto-alemão inicial, no século XVI.

O sufixo mais deslexicalizado do alemão contemporâneo, que está se aproximando do apagamento, é *-er*, pronunciado como /ɛ/. Esse elemento, que ocorre, por exemplo, em *Bäcker* (“padeiro”), *Müller* (“moleiro”), *Lehrer* (“professor”) etc., provém, através do antigo alto-alemão *-āri*, do latim *-ārius* (port. *-eiro*, *-ário*) que, por sua vez, vem do itálico **-āsyos*.⁶ Com base nos textos antigos, que foram preservados até hoje, infelizmente não é mais comprovável se **-āsyos* (ou uma forma ainda mais antiga) ocorreu também como substantivo independente. Embora isso seja provável (se a teoria da

6 Agradecemos ao nosso colega Mário Eduardo Viaro a ajuda com essa etimologia.

gramaticalização não estiver errada), as pesquisas da lingüística histórica encontram aqui seus limites.

5. Considerações finais

Um fenômeno que envolve a perda da substância fonética, mas não toca às qualidades sintáticas, semânticas e pragmáticas, é o emprego de abreviações, bastante comum nos dias de hoje. Podemos pensar em *Bus* para *Omnibus* (“ônibus”), *Auto* para *Automobil* (“automóvel”), *Kino* para *Kinematograph* (“cinematógrafo”), *Taxi* para *Taxameter* (“taxímetro”), *Uni* para *Universität* (“universidade”).

O uso generalizado de abreviações, particularmente no setor administrativo, mas também no jargão da computação, que penetra cada vez mais na linguagem cotidiana, pode levar a um prejuízo do entendimento, bem como do aspecto estético da língua. Exemplos são: *ÖPNV* (*öffentlicher Personen-Nahverkehr* – “transporte público”), *AIP* (*Arzt im Praktikum* – “médico residente”) *Azubi* (*Auszubildender* – “aprendiz”, “estagiário”), *DaF* (*Deutsch als Fremdsprache* – “alemão como língua estrangeira”), *EDV* (*elektronische Datenverarbeitung* – “processamento eletrônico de dados”), *PC* (*Personalcomputer* – “microcomputador”) etc.

Pode-se observar que a comunidade lingüística muitas vezes critica o emprego exagerado de tais abreviações, quando se percebe que ele ocorre em função de modismos. Em alemão, criou-se a palavra irônica *Aküfi* (*Abkürzungsfimmel* – “mania de usar abreviações”), justamente para expressar tal crítica. Uma abreviação meramente formal não pode ser considerada um caso de gramaticalização, na medida em que não for acompanhada pela perda de liberdade sintática, concretude semântica e versatilidade de uso pragmático. Nesses casos, a comunidade tende a preservar as formas não-abreviadas.

Quando, no entanto, a abreviação traz consigo um efeito de sentido, esse justifica seu emprego, como em *Stagnation* (“estagnação”) e *Inflation* (“inflação”), *Kurlaub* para *Kur* (“spa”) e *Urlaub* (“férias”), *jein* para *ja* (“sim”) e *nein* (“não”), *Ostalgie* para *Osten* (“leste (socialista)”) e *Nostalgie* (“nostalgia”) ou *Tramödie* para *Tragödie* (“tragédia”) e *Komödie* (“comédia”). Nesses casos, as abreviações são consideradas legítimas.

Voltando ao conceito de partida deste trabalho, esperamos ter esclarecido em que medida se pode falar do declínio da língua. O processo de gramaticalização, que dividimos nos subprocessos de lexicalização e deslexicalização, provê uma precisão científica para as percepções que qualquer indivíduo pode ter no cotidiano da sua língua. A erosão lingüística existe mesmo e faz com que os nossos idiomas se transformem continuamente. Mas isso não implica que precisemos ficar preocupados. Nem a língua alemã nem a portuguesa estão em perigo, e sim, apenas em constante mudança. Esperamos ter mostrado através da análise histórica que a mudança, e conseqüentemente a erosão, é a principal fonte de renovação na língua, de modo que o aparente declínio não é nada mais e nada menos do que o surgimento do novo.

Referências bibliográficas

- CASTILHO, Ataliba T. de. “A gramaticalização”. In: *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, Salvador, UFBA, 25-63, 1997.
- DIEWALD, Gabriele. *Grammatikalisierung. Eine Einführung in Sein und Werden grammatischer Formen*. Tübingen, Niemeyer (= Germanistische Arbeitshefte 36), 1997.
- DUDEN. *Grammatik der deutschen Gegenwartssprache*. 5ª. ed., Mannheim, Dudenverlag, 1995.

- FLEISCHER, Wolfgang & Irmhild BARZ. *Wortbildung der deutschen Gegenwartssprache*. Tübingen, Niemeyer, 1992.
- GIVÓN, Talmy. “Historical Syntax and Synchronic Morphology: An Archaeologist’s Field Trip”. In: *Papers from the Seventh Regional Meeting*. Chicago, Ill., Chicago Linguistic Society, 394-415, 1971.
- HIRSCH, Eike Christian. *Deutsch für Besserwisser*. München, Deutscher Taschenbuch Verlag (= dtv 10952), 1988.
- LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization. A programmatic sketch*. Köln, Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts 1 (mimeo), 1982.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo, Sebastião Josué VOTRE & Maria Maura CEZARIO (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil. Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- PAUL, Hermann. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. 8ª. ed., Tübingen, Niemeyer, 1920.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 18ª. ed., São Paulo, Cultrix, 1916/1995.
- SPITZER, Leo. *Stilstudien. Zweiter Teil: Stilsprachen*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1928/1961.

Dicionários utilizados

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- Dicionários Editora. *Dicionário de Português-Alemão*. Porto, Porto Editora, 1983.
- Dicionários Editora. *Dicionário de Alemão-Português* (elaborado por Udo Schau). Porto, Porto Editora, 1985.

Dicionários Editora. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7ª. ed., Porto, Porto Editora, 1994.

DUDEN. *Etymologie. Herkunftswörterbuch der deutschen Sprache*. 2ª. ed., Mannheim, Dudenverlag, 1989.

KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. 21ª. ed., Berlin, de Gruyter, 1975.

Langenscheidts *Großwörterbuch Lateinisch*. Teil 1: MENGE, Hermann. *Lateinisch-Deutsch*. 22ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1984. Teil 2: GÜTHLING, Otto. *Deutsch-Lateinisch*. 14ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1985.

Langenscheidts *Taschenwörterbuch Altgriechisch*. Erster Teil: MENGE, Hermann. *Altgriechisch-Deutsch* (Neubearbeitung: Karl-Heinz Schäfer und Bernhard Zimmermann). 1ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1986. Zweiter Teil: GÜTHLING, Otto. *Deutsch-Altgriechisch*. 34ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1987.

PAUL, Hermann. *Deutsches Wörterbuch*. 9ª. ed. (Neubearbeitung: Helmut Henne und Georg Objartel). Tübingen, Niemeyer, 1992.

PFEIFER, Wolfgang et al. *Etymologisches Wörterbuch des Deutschen*. 3 vols., Berlin, Akademie-Verlag, 1989.

SEPP, HEINZ UND KONRAD
ODER: DIE GEBURT DES LEHRWERKS AUS DEM GEIST
DER REPUBLIK*

Christian Müller**

Abstract: This paper draws a parallel between German society and politics, German football and coursebooks for German as a foreign language (DaF) in the second half of the twentieth century. Departing from observations on the analogies between German football and politics made by Norbert Seitz, it discusses the cultural and pedagogical spirit of DaF-coursebooks from the fifties to the nineties.

Keywords: German as a foreign language; German politics and society; German football.

Resumo: Este artigo traça um paralelo entre sociedade e política alemãs, futebol alemão e livros didáticos de alemão como língua estrangeira (DaF), na segunda metade do século XX. A partir de observações sobre as analogias entre futebol e política na Alemanha, feitas por Norbert Seitz, discute-se o enfoque cultural e pedagógico dos livros didáticos de DaF dos anos 50 até os 90.

Palavras-chave: Alemão como língua estrangeira; Política e sociedade alemãs; Futebol alemão.

* Eine frühere Version dieser Arbeit wurde im Januar 1998 auf dem IX. Kongress des Lateinamerikanischen Germanistenverbandes ALEG an der Universität Concepción, Chile, vorgestellt. Die hier veröffentlichte Fassung wurde im Juli 1998 abgeschlossen.

** Der Autor war bis September 1998 Lektor des Deutschen Akademischen Austauschdienstes (DAAD) und Dozent für deutsche Sprache am *Centro de Ensino de Línguas* (CEL) der Universidade Estadual de Campinas. Gegenwärtig ist er Lektor für besondere Aufgaben in der Außenstelle des DAAD in Rio de Janeiro. Adresse: Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, Rua Presidente Carlos de Campos, 417, CEP 22231-080 – Rio de Janeiro, RJ. E-mail: <daadrj@easynet.com.br>.

Dicionários Editora. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7ª. ed., Porto, Porto Editora, 1994.

DUDEN. *Etymologie. Herkunftswörterbuch der deutschen Sprache*. 2ª. ed., Mannheim, Dudenverlag, 1989.

KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. 21ª. ed., Berlin, de Gruyter, 1975.

Langenscheidts *Großwörterbuch Lateinisch*. Teil 1: MENGE, Hermann. *Lateinisch-Deutsch*. 22ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1984. Teil 2: GÜTHLING, Otto. *Deutsch-Lateinisch*. 14ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1985.

Langenscheidts *Taschenwörterbuch Altgriechisch*. Erster Teil: MENGE, Hermann. *Altgriechisch-Deutsch* (Neubearbeitung: Karl-Heinz Schäfer und Bernhard Zimmermann). 1ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1986. Zweiter Teil: GÜTHLING, Otto. *Deutsch-Altgriechisch*. 34ª. ed., Berlin, Langenscheidt, 1987.

PAUL, Hermann. *Deutsches Wörterbuch*. 9ª. ed. (Neubearbeitung: Helmut Henne und Georg Objartel). Tübingen, Niemeyer, 1992.

PFEIFER, Wolfgang et al. *Etymologisches Wörterbuch des Deutschen*. 3 vols., Berlin, Akademie-Verlag, 1989.

SEPP, HEINZ UND KONRAD
ODER: DIE GEBURT DES LEHRWERKS AUS DEM GEIST
DER REPUBLIK*

Christian Müller**

Abstract: This paper draws a parallel between German society and politics, German football and coursebooks for German as a foreign language (DaF) in the second half of the twentieth century. Departing from observations on the analogies between German football and politics made by Norbert Seitz, it discusses the cultural and pedagogical spirit of DaF-coursebooks from the fifties to the nineties.

Keywords: German as a foreign language; German politics and society; German football.

Resumo: Este artigo traça um paralelo entre sociedade e política alemãs, futebol alemão e livros didáticos de alemão como língua estrangeira (DaF), na segunda metade do século XX. A partir de observações sobre as analogias entre futebol e política na Alemanha, feitas por Norbert Seitz, discute-se o enfoque cultural e pedagógico dos livros didáticos de DaF dos anos 50 até os 90.

Palavras-chave: Alemão como língua estrangeira; Política e sociedade alemãs; Futebol alemão.

* Eine frühere Version dieser Arbeit wurde im Januar 1998 auf dem IX. Kongress des Lateinamerikanischen Germanistenverbandes ALEG an der Universität Concepción, Chile, vorgestellt. Die hier veröffentlichte Fassung wurde im Juli 1998 abgeschlossen.

** Der Autor war bis September 1998 Lektor des Deutschen Akademischen Austauschdienstes (DAAD) und Dozent für deutsche Sprache am *Centro de Ensino de Línguas* (CEL) der Universidade Estadual de Campinas. Gegenwärtig ist er Lektor für besondere Aufgaben in der Außenstelle des DAAD in Rio de Janeiro. Adresse: Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, Rua Presidente Carlos de Campos, 417, CEP 22231-080 – Rio de Janeiro, RJ. E-mail: <daadrj@easynet.com.br>.

0. Einleitung

Im Jahr 1987 erregte ein Buch in der Gemeinde der Politologen großes Aufsehen. Das Buch trug den Titel: *Bananenrepublik und Gurkentruppe. Die nahtlose Übereinstimmung von Fußball und Politik 1954 – 1987* (SEITZ 1987). In dieser ernstgemeinten Studie behauptet der Autor, Norbert SEITZ, eine Wesensverwandtschaft zwischen den Protagonisten des deutschen Fußballs, speziell der Bundestrainer, und den ersten Köpfen des deutschen Staates, speziell der Bundeskanzler, nachweisen zu können. Dieses Buch ist bis heute aktuell, erstens, weil kein Autor die These von SEITZ bisher schlüssig widerlegt hätte, zweitens, weil, wie man weiß, sich im Kanzleramt in den letzten zehn Jahren nichts geändert hat. Um so mehr erscheint es mir daher angebracht, ein *tertium comparationis* hinzuzunehmen und die Wechselbeziehungen zwischen Nationalmannschaft, nationaler Führung und Nationalsprache zu beleuchten. Meine Betrachtung steht unter folgender These:

Deutsch-als-Fremdsprache-Lehrwerke sind gleichermaßen Manifestationen der je zeitbedingten, vorherrschenden, nationalen, abstrakten Identität wie es das Konzept einer Nationalmannschaft oder die Figur eines Regierungschefs sind: Hervorbringungen eines Zeitgeistes – hier paßt der Begriff wirklich –, die nur in ihrer Zeit wahr sind.

Ein Herberger wäre heute als Bundestrainer ebenso untragbar wie ein Adenauer unwählbar – wäre aber auch ein Duo SCHULZ/ GRIESBACH als Lehrbuchautoren heute unverlegbar?

1. Bern 1954 und die *Deutsche Sprachlehre für Ausländer*

Die Fünfziger Jahre und die erste Hälfte der Sechziger werden von dem Dreigestirn Sepp Herberger, Konrad Adenauer und Heinz Griesbach dominiert. Dora Schulz' und Heinz Griesbachs *Deutsche Sprachlehre für Ausländer*, von den Autoren als "Vollständiger Lehrgang der Deutschen Sprache" apostrophiert, war ein ungemein erfolgreiches Buch. Über fast zwanzig Jahre hat es eine Monopolstellung behaupten können wie nach ihm kein anderes. Es war dabei in jeder Hinsicht ein Produkt der Nachkriegszeit, schon deshalb, weil es die Zeit des Krieges und des Nationalsozialismus komplett ausblendete. Dies war eine Zeit der Rückbesinnung auf die überzeitlichen Werte, des Sich-Vergewisserns bleibender Sicherheiten, der Suche nach den unverrückten und unverrückbaren Wahrheiten. So liest sich das Buch auch:

Abschnitt 1: "Ich bin der Lehrer, und Sie sind die Schüler. Ich frage, und Sie antworten. Hier ist das Buch. Hier sind auch ein Heft, ein Füller und ein Bleistift. Wir lernen hier Deutsch. Wir lernen die Regeln, und wir üben die Grammatik." (SCHULZ 1968: 3)

Abschnitt 2: "Hier ist das Zimmer. Es ist das Schulzimmer. Das Schulzimmer ist groß. Es hat einen Fußboden, eine Decke und vier Wände. Vorn hängt die Tafel." (SCHULZ 1968: 8)

Legen wir einmal die fußballerischen Einsichten Sepp Herbergers, inzwischen längst sprichwörtlich geworden, daneben: "Der Ball ist rund. Ein Spiel dauert 90 Minuten. Der nächste Gegner ist immer der Schwerste. Elf Freunde müßt ihr sein." Oder auch die letztgültige Erklärung des Phänomens Fussball: "Warum gehen die Leut' ins Stadion? Weil sie nicht wissen, wie's ausgeht."

Von Konrad Adenauer ist einmal behauptet worden, seine Bundestagsreden hätten aus einem Wortschatz von rund 1000 Vokabeln bestanden. So lauten auch die in Erinnerung gebliebenen Dicta

des "Alten" etwa: "Meine Herren, die Situation ist da." Oder: "Die Lage war noch nie so ernst." Oder: "Meine Herren, ich stelle fest, daß ich einzig bin." Der Stil der Zeit war schnörkellos, lakonisch, sparsam, im Ausdruck für die Suche nach dem, was geblieben war nach der Korruption aller Werte und der Niederlage der großdeutschen Hybris. Nicht zufällig liest sich SCHULZ/GRIESBACH wie der kurz davor entstandene Text von Günter Eich, der heute paradigmatisch für die Literatur der Zeit genommen wird:

SCHULZ/GRIESBACH: <i>Deutsche Sprachlehre für Ausländer</i> (ab 1953)	Günter Eich: Inventur (1948)
Hier ist das Buch. Hier sind auch ein Heft, ein Füller und ein Bleistift. Wir lernen hier Deutsch. Hier ist das Zimmer. Es ist das Schulzimmer. Das Schulzimmer ist groß. Es hat einen Fußboden, eine Decke und vier Wände. Vorn hängt die Tafel. ...	Dies ist meine Mütze, dies ist mein Mantel, hier mein Rasierzeug im Beutel aus Leinen. Konservenbüchse: Mein Teller, mein Becher, ich hab in das Weißblech meinen Namen geritzt. ...

Von einer demokratischen, republikanischen oder gar kosmopolitischen Gesinnung ist noch wenig zu spüren. Der in den Rang eines Mythos erhobene Gewinn der Weltmeisterschaft 1954 in Bern wurde interpretiert als Sieg des edlen, selbstlosen und naiven Fußballsiegfrieds Deutschland über "welsche Raffinesse", über den Ballzauber südländischer Mannschaften. Gesiegt hatte natürlich Deutschland, nicht etwa die Bundesrepublik; in schöner Konsequenz bildeten auch die Lehrbücher für DaF Deutschland nach Maßgabe der Hallstein-Doktrin ab: Eine diffuse Landkarte in SCHULZ/GRIESBACH nennt Städte und Flüsse, verschweigt die Zweistaatlichkeit und behauptet noch in der Ausgabe von 1968:

"Berlin ist eine Stadt. Paris ist auch eine Stadt. Berlin und Paris sind Städte. Deutschland ist ein Land. Frankreich ist auch ein Land. Deutschland und Frankreich sind Länder." (SCHULZ 1968: 2)

2. Politischer Paradigmenwechsel und didaktische Phasenverschiebung – Die Troika und BNS

Norbert SEITZ konstatiert einen "merkwürdigen Achtzehnjahresrhythmus", in dem sich "epochale Wahlverwandtschaften zwischen Sport und Politik ereignen:

- 1936 in Berlin täuschte das Nazi-Regime den Rest der Welt mit dem Schein eines friedfertigen Festes der Jugend;
- 1954 in Bern traf sich das nachkriegsdeutsche Aufbaustreben mit dem sensationellen WM-Erfolg;
- 1972 in München präsentierte sich ein weithin unbeschwertes modernes Deutschland – ehe auch dieses von den Folgen seiner Vergangenheit heimgesucht werden sollte;
- 1990 wird der Weltmeistertitel rechtzeitig zur Wiedervereinigung erkämpft. (SEITZ 1997: 21)

Wenn man dieser Einteilung folgen will, müßte unsere nächste Betrachtung dem Zeitraum um das Jahr 1972 gelten. Die Akteure der Epoche sind: Der Bundestrainer Helmut Schön, ein Sanguiniker, ein beinahe geistreicher Plauderer mit angenehmer Stimme, der erste SPD-Kanzler der Bundesrepublik Willy Brandt, *primus inter pares* gleich zweier Troikas (der weltpolitischen Brandt – Scheel – Bahr und der parteipolitischen Brandt – Wehner – Schmidt), sowie die DaF-Troika Braun – Nieder – Schmoe, unter dem Kürzel BNS einer ganzen Generation von Deutschlehrern vertraut.

Indem Helmut Schön 1970 in Mexiko trotz zweier legendärer Partien den Einzug ins WM-Finale verpaßte, vollendete sich die akti-

ve Laufbahn des populärsten Fußballers der 60er Jahre: Uwe Seeler. Seine selbstlose Devise, nach der es wichtiger sei, "sauber gekämpft als gesiegt" zu haben, war ebensowenig zeitgemäß wie der Spielertypus selbst. Ganz neue Figuren beherrschten die Szene: Der auch 1970 noch junge und immer elegante, ökonomisch spielende Franz Beckenbauer; Paul Breitner, der sich über Jahre als Rebell, sogar als Maoist ausgab und seine Memoiren mit "Ich will kein Vorbild sein" überschrieb; dann natürlich und vor allem Günter Netzer, durch den das Vereinsduell Borussia Mönchengladbach – Bayern München personifiziert wurde. "Wo immer diese neuen deutschen Fußballer auftreten, da geben sie dem Spiel eine fast metaphysische Note", schrieb eine italienische Zeitung; Netzer und Beckenbauer befreiten den deutschen Fußballsport, so Gerd HORTLEDER, "von dem Image, eine Fortsetzung des Krieges mit anderen Mitteln zu sein" (HORTLEDER 1974: 112); Jürgen Werner meinte gar, Netzer spiele nicht, sondern "interpretiere Fußball" (apud SEITZ 1997: 103). Die sprichwörtliche Formulierung kam aber von Karl-Heinz Bohrer, damals Londoner Korrespondent der FAZ: "Nur solange Netzer aus der Tiefe des Raumes kam, so lange währte wirklich die deutsche Fußballherrlichkeit. Erfolgreich waren sie sicher sechs Jahre lang. Groß aber wirklich nur zwei bis drei Jahre, zwischen 1971 und 1973." (apud SEITZ 1997: 104)

Der Reformfußball des Bökelbergs, der Mannschaft von Borussia Mönchengladbach, stand damit als sportliches Pendant für die große politische Wende von 1969, die neue innerdeutsche und internationale Politik, die mit einem neuen, intellektuellen Diskurs und einem problemorientierten Denken um Anerkennung warb, diese auch in Form des Nobelpreises für Willy Brandt 1972 erreichte.

Wo waren die Autoren von DaF-Lehrwerken dieser Zeit? Sie standen zumeist in Lohn und Brot beim Goethe-Institut und formierten um 1970 die erste Troika, die zu einem erfolgreichen Umsturz in der Lehrbuchwelt ansetzte: Korbinian BRAUN, Lorenz NIEDER und

Friedrich SCHMÖE. Ihr Lehrwerk *Deutsch als Fremdsprache* setzte einen neuen Standard für mehr als zehn Jahre, bildete neue Menschen, Situationen und auch faktische Gegebenheiten ab; es erschienen Ausländer als Protagonisten (Pedro aus Brasilien), Deutschland bestand aus zwei Staaten und Berlin aus zwei Teilen, selbst die verfeimte Abkürzung *BRD* tauchte auf (BRAUN 1974: 22); ein Bewußtsein für soziale Unterschiede und Probleme keimte leise.

"Die Haupturlaubszeit ist der Sommer. Hauptreiseziele sind: Österreich, Italien und Spanien [...]. Aber nicht alle können Urlaub machen. Viele sind krank oder müssen sparen." (BRAUN 1974: 55)

Oder:

"Eine Illustrierte schreibt: In fünfzig Jahren kann man jedes Organ transplantieren, auch die Leber und das Gehirn. [...] Aber wer soll die Organe spenden? Die Lebenden oder die Verkehrstoten? Wer darf weiterleben und wer muß sterben? Wer kann das entscheiden? Und wer soll das entscheiden?" (BRAUN 1974: 52)

BNS wirft Fragen auf, legt den Finger auf Fehlentwicklungen, ohne auch nur im mindesten die Patentantworten der "Systemveränderer" der Zeit zu übernehmen.

Hier wird paradigmatisch deutlich, daß noch eine DaF-didaktische Phasenverschiebung zu bewältigen war: Die aus den Universitäten hervorgegangene gesellschaftliche Umwälzung von 1968 war personell und theoretisch noch nicht in unser Fach gedrungen. Die normalen Laufzeiten, die für die Bildung von Autorenteams, für erste Entwürfe, für das Verfassen eines ganzen Lehrwerks gelten, brachten diese didaktische Wende im Fremdsprachenunterricht erst 1978 mit dem Erscheinen von *Deutsch aktiv*, wiederum von einer Autoren-Troika (Gerd NEUNER, Reiner SCHMIDT und Heinz WILMS, ins Bild gesetzt von Theo SCHERLING).

Noch krasser wird dieses Faktum, die Ungleichzeitigkeit des Gleichzeitigen, an einem anderen Lehrwerk der 70er Jahre deutlich, nämlich *Deutsch 2000*. Der große gesellschaftliche Umbruch wurde hier total verkannt, die Woge des Neuanfangs verkümmerte hier zu einem Plätschern der Trendthemen. Dieses Buch war modern, geradezu penetrant modern. Der Autor, Roland SCHÄPERS, hielt sein Buch tatsächlich für geeignet, das Jahr 2000 bei guter Gesundheit zu erleben. Der damals entstehende Interessenskonflikt im Hueber-Verlag, der durch die Personalunion SCHÄPERS' als Autor und Cheflektor entstand, brachte das DaF-Programm des renommierten Verlags faktisch zum Stillstand. Erst die Trennung von SCHÄPERS und dessen Gründung eines eigenen Verlages machten den Neuanfang mit *Themen* als Antwort auf das *Deutsch-aktiv*-Revolutionöchen möglich.

Wenn wir also *Deutsch aktiv* als revolutionären Spätzünder des DaF-Metiers orten können, so war sein Erfolg auch etwa so kurzlebig wie das der Sozialdemokratie in der deutschen Regierungsgeschichte. Rocko und sein subversiver Humor waren so wichtig und zeittypisch wie – siehe Bundesliga – der Clown Sepp Maier, der Rebell Paul Breitner und der Spielmacher Netzer, der sich in seinem letzten Spiel für die "Mönche" kurzerhand selbst einwechselte, gegen die Order seines Trainers, und noch das spielentscheidende Tor in der 93. Minute erzielte. – Schon die Folgegeneration standardsetzender Lehrwerke, *Themen* und *Sprachkurs Deutsch*, wandte sich von dem emanzipatorischen Lehrkonzept, von der provozierenden Themenwahl und der fast anarchischen Gestaltung komplett ab. Von fehlenden Angelscheinen, tapsigen Einbrechern und demontierten Denkmälern war bald nicht mehr die Rede.

3. Zwischenepoche: Die geistig-moralische Wende und ihre Themen

Tatsächlich gelingt dem Hueber-Verlag mit dem neuen Lektor Fritz GLUNK auch der große Wurf in die neue Unverbindlichkeit: Praktisch zeitgleich mit der Implosion der sozialliberalen Koalition entsteht das Opus *Themen*, das von Beginn an nahtlos in die freundliche, bunte, aber auch *toughe* Welt der Reagans, Thatchers und Kohls paßt. In einer Art vorausseilendem Gehorsam verinnerlicht das Buch das Konzept der *political correctness*, noch bevor der Begriff erfunden war. Nur am Rand (Arbeitsbuch Ausland, *sic*) erschienen noch Themen, in denen herrschende Zustände kritisiert wurden: Der Lesetext "Gold im Mund – Zahnarzt gesund" z.B. verbreitete im Grunde nur Allgemeinwissen ("Deutschlands Zahnärzte haben Angst um ihr hohes Einkommen." – "Idealismus gibt es in unserem Beruf schon lange nicht mehr. Ich will viel Geld verdienen."). Trotzdem saß die gesamte Dentistengilde auf dem Sofa und nahm übel. Dies war Anlaß für eine wohlfeile Auseinandersetzung zwischen dem Bundesverband niedergelassener Zahnärzte und Herrn GLUNK vom Hueber-Verlag. – In der Neuauflage ist der Text übrigens nicht mehr abgedruckt.

Allenthalben strahlt das Lehrwerk Positives aus, als habe man die Kanzler-Rüge "Die Stimmung ist schlechter als die Lage" ausländerpädagogisch umsetzen wollen. Dabei wirkt es ästhetischer, auch eleganter als die Vorläufer, und steht damit in engerer Wesensverwandtschaft zu dem Präsidenten der Epoche, Richard von Weizsäcker, und der eigentlichen Lichtgestalt des deutschen Fußballs, Franz Beckenbauer, als zum Regierungschef. Beckenbauer, der nach der rheinischen Frohnatur Josef "Jupp" Derwall die Nationalmannschaft übernahm, sollte Ende der achtziger Jahre Glanz und Professionalität in die als "Gurkentruppe" geschmähte Elf bringen und sie zum Weltmeistertitel führen – dies in den Jahren der wirklichen *Wende*, 1989/1990. Dies ist der vierte Kulminationspunkt der politisch-sportlichen Wahlverwandtschaften, die wir mit SEITZ konstatierten.

4. Neues Deutschland in alten Schläuchen – Das Jahrzehnt der Enkelkratie

Die 90er Jahre sind die Zeit der Enkel: Adenauers Wiedergänger Helmut Kohl, der in den vergangenen Jahren diverse SPD-Enkel als Kandidaten verschlissen hatte, findet im Fußball sein echtes Pendant: Bundestrainer Hans-Hubert "Berti" Vogts war schon in den Siebziger Jahren so etwas wie eine herbergersche Spätentwicklung; in seinem Spielverhalten ("Der Terrier vom Niederrhein") und auch seinem Haarschnitt (gegenüber den modisch-langhaarigen Netzer, Overath und Müller immer mit auffallend kurzer Frisur) repräsentierte er die Werte der Zeit des Amateurfußballs. Indem diese Werte heute mit einem verschärften Materialismus, gar Hedonismus der Spieler kollidieren, aber auch für einen einigenden Überbau sorgen, versinnbildlicht die Arbeit von Vogts die Wirklichkeit der geistig-moralischen Wende, wie sie 1982 proklamiert wurde und im letzten Jahrzehnt umgesetzt wird. Überraschende Parallelen zwischen den beiden Protagonisten: Sowohl Kohl als auch Vogts wurden in ihrem Talent lange verkannt, von den Medien gnadenlos unterschätzt. Mit Beharrungsvermögen und Nehmerqualitäten haben beide ihre Positionen über Jahre festigen können. Vogts Meisterstück von 1996 (Er wechselt gegen Ende des Europameisterschafts-Finales den Stürmer Oliver Bierhoff ein, der erzielt das Ausgleichstor und trifft auch noch, in den ersten Minuten der Verlängerung, zum spielentscheidenden *Golden Goal*) kann durchaus neben der Chuzpe des Kanzlers bestehen, sich bietende Gelegenheiten entschlossen zu nutzen (s. die Verhandlungen zur Vereinigung). Sprachlich sind beide von geringerer Gabe, Vogts Erkenntnisse sind oft ähnlich wolkig und in der Metaphorik unsicher wie die des Regierungschefs: "Die Breite an der Spitze ist dichter geworden."

Die große europäische Zeitenwende 1989/90 manifestiert sich in der Produktion von DaF-Lehrwerken in vollendeter Parallele zur

Politik: Auf der einen Seite werden die bewährten Rezepte beibehalten, neu aufgelegt und mit "Quoten-Ossis" versehen; es erscheinen *Themen neu, Sprachkurs Deutsch neu, Deutsch aktiv neu, Stufen International, Sichtwechsel neu, Wege Neubearbeitung, Eindrücke – Einblicke Neubearbeitung, Mittelstufe Neubearbeitung* etc. pp. Auf der anderen Seite und etwas später erreicht die Welle der neuen Innerlichkeit und der Sinnsucherei die DaF-Autoren: Nicht mehr die deutsche Sprache, sondern die "Wege" dorthin sind das Ziel, immer auf der "Suche" sollen wir sein, es wird von archaischem Weltwissen geraunt, nur die großen "Elemente" sollen Plattform für Gedankenaustausch sein, Sterndeuterei und religiöse Mythen helfen plötzlich bei der Nebensatzbildung.

5. Conclusio

Norbert SEITZ stellt fest:

"Bisher hatte noch jede Ära der bundesdeutschen Geschichte die Nationalmannschaft, die sie verdiente." (SEITZ 1997: 9)

Hat sie auch jeweils das Lehrwerk, das sie verdient? Und wenn ja, was bedeutet das für die Spracharbeit im Ausland? Wird, wie die Verlage behaupten, alle fünf bis sieben Jahre der Fremdsprachenunterricht neu erfunden? Ist einmal die *language awareness* der Maßstab allen Handelns, dann unvermittelt ein "narrativer Ansatz", oder gar das Lernziel "interkulturelle Handlungskompetenz"? Oder ist nicht vielmehr ein Lehrwerk als *eine* Form der Selbstfindung und Selbstbefragung einer (nationalen) Kultur zu sehen, die eine natürliche Halbwertszeit hat?

Die Herausgeber gehen immer mit sogenannten "neuen Konzepten", "neuen Methoden" hausieren; ich behaupte: sie bemänteln

damit nur allzuoft die Notwendigkeit, ein neues, aktuelleres Buch auf den Markt zu bringen. Meine Auffassung wird gestützt von der Beobachtung vielen Lehrer, dass die Teilnehmer früher nur etwas anderes, höchstens *anders* gelernt haben, nicht aber schlechter oder langsamer.

Ein Vorschlag noch für künftige Lehrbuchautoren, in die Lerneinheit "Dativ- vs. Akkusativ-Ergänzung" des nächsten Lehrbuchs den folgenden Spielfelddialog aufzunehmen:

Schiedsrichter zum Spieler Willi "Ente" Lippens: "Herr Lippens, ich verwarne Ihnen!" – Darauf der Spieler: "Herr Schiedsrichter, ich danke Sie!"

Nachtrag Ende Oktober 1998

Im Einklang mit der hier vertretenen These folgte dem Rücktritt des Bundestrainers Berti Vogts die Abwahl des Kanzlers Helmut Kohl auf dem Fuß. Somit liegt die Schlußfolgerung nahe, daß in Bälde auch neue Impulse bei den DaF-Lehrwerken zu erwarten sind.

Literaturverzeichnis

BLICKENDÖRFER, Hans. *Keiner weiß, wie's ausgeht*. München, 1983.

BÖTTIGER, Helmut. *Kein Mann, kein Schuß, kein Tor. Das Drama des deutschen Fußballs*. München, Beck, 1993.

BREITNER, Paul. *Ich will kein Vorbild sein*. München, 1980.

HARIG, Ludwig & KUHN, Dieter. *Netzer kam aus der Tiefe des Raumes. Notwendige Beiträge zur Fußball-Weltmeisterschaft*. München, Hanser, 1974.

HORTLEDER, Gerd. *Die Faszination des Fußballspiels. Soziologische Anmerkungen zum Sport als Freizeit und Beruf*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1974.

JENS, Walter. "Herberger und Barbarossa". In: JENS, Walter. *Momos am Bildschirm 1973 – 1983*. München, Piper, 1984.

MORITZ, Rainer (Hg.). *Doppelpaß und Abseitsfalle. Ein Fußball-Lesebuch*. Stuttgart, Reclam, 1995.

SCHULZE-MARMELING, Dietrich. *Der gezähmte Fußball. Zur Geschichte eines subversiven Sports*. Göttingen, Die Werkstatt, 1992.

SEITZ, Norbert. *Bananenrepublik und Gurkentruppe. Die nahtlose Übereinstimmung von Fußball und Politik 1954 – 1987*. Frankfurt a.M., Eichborn, 1987.

SEITZ, Norbert. *Doppelpässe. Fußball & Politik*. Frankfurt a.M., Eichborn, 1997.

Zitierte DaF-Lehrwerke

AUFDERSTRASSE, Hartmut; BOCK, Heiko; GERDES, Mechthild; MÜLLER, Helmut. *Themen*. Ismaning, Hueber, 1983.

BRAUN, Korbinian; NIEDER, Lorenz; SCHMÖE, Friedrich. *Deutsch als Fremdsprache*. Stuttgart, Klett, 1971.

NEUNER, Gerhard; SCHERLING, Theo; SCHMIDT, Reiner; WILMS, Heinz. *Deutsch aktiv*. Berlin, München, Langenscheidt, 1978.

SCHÄPERS, Roland; LUSCHER, Renate & GLÜCK, Manfred. *Deutsch 2000*. München, Hueber, 1974.

SCHULZ, Dora; GRIESBACH, Heinz. *Deutsche Sprachlehre für Ausländer*.
München, Hueber, 1954 (zitiert nach: 1968).

**A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES DE CONTATO
ENTRE BRASIL E ALEMANHA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO
DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA**

*Carmen Zink Bolognini**

Abstract: This paper contextualizes the teaching and learning of German as a foreign language in Brazil in the socio-historical field of colonial and post-colonial discourse. On the basis of three illustrative texts, from 1620, 1855 and 1998, it discusses the Interlocutionary Positions (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) assumed by German and Brazilian speakers, as well as the possible consequences for the teaching and learning of German as a foreign language.

Keywords: German as a foreign language in Brazil; Colonial and post-colonial discourse; History: its significance for the teaching/learning of foreign languages.

Zusammenfassung: Dieser Aufsatz kontextualisiert den Unterricht und Erwerb von Deutsch als Fremdsprache in Brasilien im sozio-historischen Feld des kolonialen und post-kolonialen Diskurses. Ausgehend von drei illustrativen Texten, einem von 1620, einem von 1855 und einem von 1998, werden die von deutschen und brasilianischen Sprechern eingenommenen Interlokutionsorte (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) sowie die möglichen Konsequenzen für den Unterricht und Erwerb des Deutschen als Fremdsprache diskutiert.

Stichwörter: Deutsch als Fremdsprache in Brasilien; Kolonialer und post-kolonialer Diskurs; Geschichte: ihre Bedeutung für den Fremdsprachenunterricht/-erwerb.

Palavras-chave: Alemão como língua estrangeira no Brasil; Discurso colonialista e pós-colonialista; História: seu significado para o ensino/aprendizado de línguas estrangeiras.

* A autora é professora doutora do Departamento de Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas. Endereço da autora: UNICAMP, IEL, Departamento de Linguística Aplicada, CEP 13081-100 Campinas, SP.

SCHULZ, Dora; GRIESBACH, Heinz. *Deutsche Sprachlehre für Ausländer*.
München, Hueber, 1954 (zitiert nach: 1968).

**A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NAS RELAÇÕES DE CONTATO
ENTRE BRASIL E ALEMANHA:
CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO
DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA**

*Carmen Zink Bolognini**

Abstract: This paper contextualizes the teaching and learning of German as a foreign language in Brazil in the socio-historical field of colonial and post-colonial discourse. On the basis of three illustrative texts, from 1620, 1855 and 1998, it discusses the Interlocutionary Positions (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) assumed by German and Brazilian speakers, as well as the possible consequences for the teaching and learning of German as a foreign language.

Keywords: German as a foreign language in Brazil; Colonial and post-colonial discourse; History: its significance for the teaching/learning of foreign languages.

Zusammenfassung: Dieser Aufsatz kontextualisiert den Unterricht und Erwerb von Deutsch als Fremdsprache in Brasilien im sozio-historischen Feld des kolonialen und post-kolonialen Diskurses. Ausgehend von drei illustrativen Texten, einem von 1620, einem von 1855 und einem von 1998, werden die von deutschen und brasilianischen Sprechern eingenommenen Interlokutionsorte (*Lugares de Interlocução*; ORLANDI 1990) sowie die möglichen Konsequenzen für den Unterricht und Erwerb des Deutschen als Fremdsprache diskutiert.

Stichwörter: Deutsch als Fremdsprache in Brasilien; Kolonialer und post-kolonialer Diskurs; Geschichte: ihre Bedeutung für den Fremdsprachenunterricht/-erwerb.

Palavras-chave: Alemão como língua estrangeira no Brasil; Discurso colonialista e pós-colonialista; História: seu significado para o ensino/aprendizado de línguas estrangeiras.

* A autora é professora doutora do Departamento de Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas. Endereço da autora: UNICAMP, IEL, Departamento de Linguística Aplicada, CEP 13081-100 Campinas, SP.

0. Introdução

Este trabalho se insere em um contexto no qual a atenção dos profissionais da área de ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE) se volta para a necessidade de que perspectivas sócio-históricas sejam incluídas no momento de preparar o sujeito-aprendiz para falar a LE. A sugestão desse trabalho é que o foco da pesquisa nesses aspectos rediscuta a concepção de sujeito, e a própria concepção de linguagem, no sentido de relacioná-las à história.

O objetivo desse trabalho é fornecer subsídios para profissionais envolvidos em pesquisas sobre o ensino/aprendizagem de uma LE a respeito da maneira pela qual as relações de contato entre falantes nativos de línguas maternas diferentes podem ser definidas pela história. Para tanto, é necessário explicitar o conceito de aprendiz com o qual trabalho, ou melhor, ancorar o conceito de aprendiz a uma concepção de sujeito. De acordo com M. PÊCHEUX (1969), o sujeito é definido a partir do lugar que ele ocupa na cadeia discursiva, o Lugar de Interlocução (LI) (BOLOGNINI 1996), historicamente determinado por meio do discurso.

A metodologia de análise da qual lançarei mão para investigar a maneira pela qual o LI de brasileiros e alemães foi constituído historicamente, e a maneira pela qual essa história define relações de contato em LE, é descrita por S. SERRANI (1993). A autora estuda o processo de re-inscrição de traços de outros discursos em um discurso, introduzindo a noção de Ressonância Interdiscursiva de Significação para definir os processos parafrásticos presentes nos discursos. Ocorre uma Ressonância Interdiscursiva de Significação entre as seqüências quando há um efeito de vibração semântica mútua entre elas.

Os dados desse trabalho provêm de duas fontes: dados de arquivo, e dados obtidos em conversações entre estudantes brasileiros,

aprendizes de alemão como LE, e estudantes alemães, aprendizes de português como LE. A análise dos dados será feita a partir da investigação dos Sintagmas Nominais (SN) compostos por um nome e seus atributos, que apontem para o LI ocupado por brasileiros e alemães. Os dados de arquivo serão compostos por 2 documentos: um privado, uma carta escrita por um alemão no Brasil; e um documento público, um artigo publicado em um jornal tanto no Brasil como na Alemanha. Esses dados de arquivo foram selecionados devido ao fato de ilustrarem a maneira pela qual, em uma primeira instância, foram instaurados efeitos de sentido a respeito do Brasil (cf. ORLANDI 1991), e, em uma segunda instância, a maneira pela qual esses efeitos de sentido foram estabilizados no discurso tanto de alemães, como dos próprios brasileiros.

Finalizarei a análise dos dados apresentando as ressonâncias interdiscursivas de significação dos atributos que marcam o LI de brasileiros e alemães, instaurado em outra época, ocorridas em uma relação de contato conversacional travada entre estudantes brasileiros e alemães, e discutirei as suas implicações para o ensino de uma Língua Estrangeira. Trabalho com as noções de Discurso Fundador, Discurso Colonialista (cf. ORLANDI 1990), constituição e estabilização de Efeitos de Sentido (cf. ORLANDI 1995) e com a concepção de sujeito que fala a partir de um LI, sendo que uma das marcas históricas dos traços que definem esse LI será discutida aqui.

1. Relações de Contato: Discurso Fundador e Discurso Colonialista

De acordo com ORLANDI (1995), uma das características principais do quadro teórico da Análise do Discurso é a sua ancoragem a uma concepção de sujeito. A autora afirma que é no sujeito que o

discurso se realiza, uma vez que é ele quem coloca o discurso em movimento. É de particular importância ressaltar a questão da alteridade na constituição dos sujeitos, porque, ao colocar o discurso em movimento, o sujeito estabiliza o discurso que o constituiu, e constitui outros sujeitos a partir desse discurso. Ou seja, a relação do sujeito com o discurso é dupla: ele, ao mesmo tempo que é constituído pelo discurso, também constitui outros sujeitos para falarem a partir do seu LI. Sendo estabilizador de um discurso, o sujeito é estabilizador de uma história, de uma ideologia.

O LI de brasileiros e alemães em suas relações de contato foi constituído historicamente pelo discurso durante os primórdios das relações de contato entre a Europa, da qual a Alemanha faz parte, e o Novo Mundo, do qual o Brasil faz parte. Essas primeiras relações de contato se deram em contextos nos quais o Discurso Fundador, em uma primeira instância, e o Discurso Colonialista, em uma segunda instância, constituíram LIs (cf. ORLANDI 1990).

E. ORLANDI (1990: 24) define o Discurso Fundador como sendo aquele que instaura um processo de significação para uma cultura, para uma raça, para uma nacionalidade, instalando as condições de formação de outros discursos. O Discurso Fundador a respeito do Brasil, e que definiu o LI de brasileiros em suas relações de contato com alemães, ocorreu durante o período mercantilista da história da humanidade, que se caracteriza pelo empenho das nações européias em procurar fontes de matéria-prima e mercados consumidores para seus produtos (cf. ARENDT 1957). Para tanto, essas nações investiram seus esforços na procura por novas terras, que ocupariam, de acordo com os relacionamentos institucionais instaurados na época, o LI de colônia. O Brasil estaria entre essas novas terras a serem colonizadas, e como se sabe, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494 (cf. HOLANDA 1963), foi constituído o efeito de sentido segundo o qual o Brasil seria colônia de Portugal. Isso tem a implicação de

que, antes mesmo de ter contornos físicos, antes mesmo de se saber se essas terras eram habitadas ou não, definiu-se que os seus habitantes falariam a partir do LI de colônia.

E foi dessa forma que as relações de contato entre Brasil e Alemanha foram marcadas por um Discurso Fundador, que lhes definiu LIs: o primeiro, como fazendo parte do grupo dos países a serem colônias, e o segundo, como fazendo parte dos países a serem os colonizadores. Apesar de o Brasil não ter sido, institucionalmente, colônia da Alemanha, e apesar de a história de Alemanha não se pautar pela expansão colonialista (cf. ELIAS 1939), merece ser ressaltado aqui que as relações Europa vs. América foram marcadas, devido ao discurso colonialista, por relações ideologicamente determinadas de tal forma que as nações européias detinham o poder. O Discurso Colonialista trabalha, segundo ORLANDI (1990: 47), tanto a exclusão, como a fixação de sentidos, caracterizando-se, assim, por deter na mão dos colonizadores o poder de ser a fonte da história do território colonizado. Ao fixar-se o sentido de que o Brasil seria colônia, ficou definido que o LI do brasileiro seria aquele que os europeus lhe destinariam, ao contarem a história do Brasil. E é nesse contexto, no qual o europeu atribui LIs para brasileiros, na qual o europeu diz o que o brasileiro é, e ao dizê-lo, estabelece seu próprio LI também, que se configura a ideologia que permeia as relações de contato entre sujeitos representantes dos dois países: o poder do europeu sobre o brasileiro.

2. A História, Efeitos de Sentido, o Lugar de Interlocução do Sujeito

A instauração de efeitos de sentido (Discurso Fundador) e a sua fixação (Discurso Colonialista) é a história. A história como prá-

tica (HENRY 1994), a história que faz sentido (ORLANDI 1990). Os efeitos de sentido são dados pela história, e estabilizados pelo discurso. A relação da produção de efeitos de sentido com a história é dada pelo fato de que, ao falar, o brasileiro e o alemão fazem falar outros discursos, discursos anteriores a eles, em um processo de estabilização dos efeitos de sentido constituídos por esses discursos.

Em termos de ensino/aprendizagem de uma LE considero essa questão fundamental, porque nesse processo, os sujeitos estão sendo formados para utilizarem um outro código, a LE. A questão que fica a partir do momento em que se considera que a história deve ser levada em consideração pelos profissionais envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira, gira em torno da concepção de sujeito. Se o pressuposto é o de que o sujeito tem sua constituição, seu LI definido historicamente por meio do discurso, qual é o papel dessa constituição no momento em que uma relação de contato se estabelece? O brasileiro e o alemão, por exemplo, são constituídos pelo discurso de tal maneira que eles fazem parte de uma história, que lhes é dada pela sua Língua Materna (LM).

Tendo sido constituído pelo discurso, o sujeito é des-centrado, não é fonte e nem responsável pelos efeitos de sentido que produz. Ele é considerado parte dos processos de produção de efeitos de sentido, porque é no sujeito que eles se realizam (cf. ORLANDI 1990: 29). O sujeito re-inscreve, no seu discurso, os traços de outros discursos que o constituíram: o seu discurso “*se produz como trabalho sobre outros discursos*” (GUIMARÃES 1995: 66). Considerando, assim, que o sujeito é o efeito do pré-construído, do já-dito, que definem o seu LI, quando se pensa em termos de Língua Estrangeira, a re-inscrição de traços no discurso e a conseqüente definição de LIs torna-se mais complexa ainda. A partir do momento em que o sujeito se insere em um processo de ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira, ele entra em contato com uma outra história, com sujeitos que falam a partir de outro LI. Os discursos que constituíram os sujeitos apren-

dizes de uma Língua Estrangeira, e os discursos que constituíram os sujeitos falantes nativos da Língua Estrangeira são outros, têm sua origem a partir de outros LIs, por vezes opostos, como é o caso de brasileiros e alemães. Os brasileiros falam a partir do LI daqueles que têm a sua história contada a partir de gestos de interpretação feitos pelo europeu, seu colonizador, enquanto que o alemão fala a partir do LI daquele que contou a história do brasileiro, daquele que definiu o LI do brasileiro. As implicações dessas diferentes histórias de ambos para o ensino de alemão como Língua Estrangeira serão apresentadas aqui.

3. A Seqüência Discursiva de Referência

J.J. COURTINE (1981) denomina de Seqüência Discursiva de Referência (SDR) aquela a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização. Uma SDR não se caracteriza por ser um ponto inicial, mas sim, por permitir que processos de produção de efeitos de sentido e, no caso desse trabalho, constituidores de LIs para os sujeitos, sejam compreendidos. As SDRs que selecionei para a organização do meu *corpus* foram retiradas de uma carta escrita em 1620, cujo autor, conforme veremos, ocupa o LI definido pelo atributo *alemão*. Essa carta foi selecionada por abordar, em um pequeno extrato, os costumes dos habitantes nativos do país. A questão da religiosidade, tanto dos habitantes nativos, como do próprio autor da carta também fica evidente, pois, como ela data de um período no qual a inquisição, na Europa, promovia grandes discussões a respeito de questões que diziam respeito a aspectos religiosos, nela são encontradas ressonâncias interdiscursivas de significação que remetem a esse período.

É importante salientar que, para a minha análise, importa menos verificar o que é dito, com quais atributos os brasileiros são defi-

nidos na carta, mas sim, verificar quais as implicações dos atributos utilizados para a definição de LIs para brasileiros e alemães em suas relações de contato. O intuito é demonstrar que, projetando-se no futuro, a carta de 1620 permite a análise da instauração e estabilização de efeitos de sentido que definem o LI de brasileiros e alemães, de tal forma que suas consequências podem ser observadas em relações de contato conversacionais entre estudantes oriundos dos dois países.

4. Análise dos Exemplos

4.1. Sequência Discursiva de Referência

Exemplo 1:

Esse povo (...) denominado os brasileiros, Índios, Selvagens, Canibais ou Caribenhos (...) se multiplica como o gado irracional, acredita pouco em Deus (...) reza para o Diabo, tem a forma de um ser humano, anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses ... (retirado de NEUBER 1992)¹

O texto acima, conforme pode ser observado, inicia com um SN *Esse povo*, que tem a função de ser o sujeito gramatical do enunciado. A respeito desse SN são produzidos efeitos de sentido a partir do LI ocupado pelo autor da carta, que refletem uma perspectiva, e não a única possível, a respeito daquilo que foi encontrado nesse Novo Mundo.

O foco do autor da carta trata da religião e dos costumes dos nativos. Sobre a religião, o autor se manifesta utilizando dois seg-

¹ A tradução de todos os textos em alemão para o português é de responsabilidade minha.

mentos: *acredita pouco em Deus e reza para o Diabo*. Deus e Diabo, o bem e o mal, os dois extremos. Ao discorrer sobre a religiosidade dos habitantes nativos a partir do LI do europeu, daquele que está vivendo em um mundo marcado por perseguições, por caças às bruxas, vivendo no mundo da inquisição, o autor da carta produz efeitos de sentido que podem ser qualificados como sendo extremamente negativos para os habitantes nativos do país.

No discurso do sujeito de nacionalidade alemã, o habitante nativo do país é avaliado por meio do padrão de comportamento dado pelos valores da sociedade do sujeito avaliador. Pela alteridade, se ao habitante nativo é alocado um LI com características negativas, aquilo que é avaliado como sendo positivo encontra-se na sociedade do sujeito de origem alemã. Ou seja, na relação de contato entre os sujeitos originários dos dois países, no discurso do sujeito alemão, aquele que ocupa um LI privilegiado, é o alemão.

As consequências do discurso alemão/europeu ficam evidenciadas no texto acima, no enunciado (*esse povo) anda pelado, a não ser aqueles que são espanholizados, que se encontram entre os portugueses*. Esse enunciado aponta para um deslocamento operado no LI do habitante nativo, na medida em que eles modificam o seu comportamento (eles se vestem), aproximando-se, dessa forma, dos espanhóis e portugueses. Há muitos relatos de europeus que se adaptaram aos costumes dos habitantes nativos (cf. RIBEIRO 1995), e, também relatos de situações de confronto entre habitantes nativos e europeus/alemães. Mas, como se sabe, o discurso que vigorou foi o do europeu/alemão, e o discurso silenciado foi o do habitante nativo. Esse processo de silenciamento de um, e estabilização do discurso do outro, do europeu/alemão, ocorre em uma situação determinada ideologicamente pelo poder de um sobre o outro. O silenciamento é uma das manifestações desse poder. A situação descrita na carta, na qual o habitante nativo se vê deslocado, e modificando seu comportamento, é o resultado do silenciamento.

Observa-se que o atributo *espanholizado* qualifica o habitante nativo. O atributo *brasileiro*, que viria a definir os habitantes dessas terras, é empregado, no texto acima, como uma das denominações possíveis para o povo que habitava essas terras. O atributo *espanholizado* denota que, ao modificar seu LI, o habitante nativo entra em uma nova dimensão discursiva, pois não há ainda um termo lexical para defini-lo. Ele já não é mais aquele habitante nativo, seu LI não é mais o do *Índio, Selvagem, Canibal*, e nem é o definido pelo atributo *espanhol*, ou *português*. Seu LI é definido por outro atributo, um derivado da palavra *espanhol*. É nesse LI que o habitante nativo é colocado: como derivado de, mas não como alguém, com um atributo definido.

Observa-se, assim, que na SDR, aqueles que em primeiro lugar receberam o SN “brasileiros”, foram definidos por atributos que lhes asseguravam um LI menos privilegiado quando comparado ao LI do europeu/alemão.

4.2. Ressonâncias Interdiscursivas de Significação da SDR

O exemplo a seguir foi retirado de outro momento da história das relações de contato entre os dois países. Ele data de 1855, época em que discutia-se, no Brasil, a libertação dos escravos, e as suas consequências no que diz respeito ao povoamento do Brasil. Havia sido publicado um contrato de trabalho no Jornal Correio Paulistano, e que seria publicado também em Portugal, Suíça e Alemanha, convidando pessoas originárias desses três países, sendo que apenas 1/3 de Portugal, para virem trabalhar na construção de estradas, na Província de S. Paulo, com o requisito de que *Os operários sejam habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos países. Ou dados ao serviço de agricultura*². A necessidade dessa resolu-

2 O contrato de trabalho foi publicado no dia 2 de janeiro de 1855.

ção do governo da Província foi questionada por dois deputados, e o texto reproduzido no Exemplo 2 é a defesa em prol da contratação feita pelo editor do referido jornal, publicada a 8 de maio do mesmo ano.

Exemplo 2:

(...) A província toda clama e clamou sempre por boas estradas, como condição indispensável de seu progresso ... (houve) o dispêndio de muitas dezenas de contos annualmente, sem que pudessemos jamais possuir uma estrada siquer digna desse nome. (...) Por outro lado: a imperícia com que são feitas essas caricaturas de estradas, que temos, não será também um mal, e que cumpre remediar com a maior brevidade possível? Mas possui esta província, e mesmo o império, operários habilitados para esses trabalhos?

Os segmentos acima apresentam dois grupos representados por 2 SNs sendo colocados em oposição: o grupo dos operários que recebem o atributo de serem aqueles que *a província possui*, e o grupo de operários europeus, dentre eles, os alemães. Vale a pena ressaltar, que *os operários que a província possui*, como são denominados no texto, são de origem africana, pois eram os escravos que faziam os trabalhos braçais na época. Conforme discutido por GUIMARÃES (1992), a constituição de 1824 não considerava os escravos como cidadãos brasileiros. Por esse motivo, observa-se que o autor do artigo acima não faz referência aos operários trabalhadores do país como sendo *Brasileiros*, mas sim, como *operários que a província possui*. A esses operários é atribuído o LI definido pelos atributos *não habilitados*, ou *imperitos para construir estradas*.

Atribuir aos *operários que a província possui* o LI definido pelo atributo *não-habilitado* encontraria sua sustentação se considerássemos que o objetivo do articulista, ou do governo da província, era procurar mão-de-obra com formação específica para a construção de estradas. No entanto, conforme citado acima, o requisito exi-

gido não era exatamente esse, pois pedia-se no contrato de trabalho que os operários a serem contratados na Alemanha *sejão habituados aos serviços dos caminhos dos seus respectivos paízes ou dados ao serviço de agricultura*. A apresentação desse requisito por meio de dois enunciados, coordenados pela conjunção *ou*, indica que há, na verdade, duas questões em jogo: a primeira era a explicitada, que tratava da construção de estradas, e a segunda era uma questão não explícita, mas que definia os contornos da primeira, que era a questão do povoamento do país.

Em 1855, os políticos brasileiros já estavam sendo pressionados por outras nações no sentido de acabar com a escravidão do país. Esse gesto, no entanto, traria conseqüências para toda a sociedade brasileira, e uma delas dizia respeito ao povoamento do país. A partir da libertação dos escravos, um grande número de sujeitos, até então nem reconhecidos como brasileiros, passariam a ter direito à propriedade, ao trabalho, etc. Os políticos brasileiros estavam preocupados em povoar o país com pessoas que não tivessem origem africana, ou seja, que as terras não fossem ocupadas pelos escravos, uma vez libertos (cf. as discussões na Câmara dos Deputados em A.L. Cervo 1981). Nesse sentido, a preocupação com o perfil do operário europeu não estava restrita ao *serviço dos caminhos*, mas sim, e talvez principalmente, ao *serviço de agricultura*. Porque a agricultura fixaria esses sujeitos no país, e, conseqüentemente, o povoamento do Brasil seria feito com sujeitos que já tinham um LI privilegiado em relação aos brasileiros, que era o europeu/alemão.

Nota-se, assim, que os atributos que definem brasileiros e alemães nos exemplos 1 e 2 estão apontando para o mesmo LI para os sujeitos. Enquanto que no exemplo 1 os atributos resultantes efeitos de sentido produzidos pelo sujeito de nacionalidade alemã apontam para um LI mais privilegiado para este, no exemplo 2 o sujeito de nacionalidade brasileira promove ressonâncias interdiscursivas de significação desses atributos, e estabiliza, assim, os efeitos de senti-

do feitos anteriormente, em outra época. Ou seja, cerca de dois séculos depois, o LI mais privilegiado continua sendo o dos alemães, quando em relação de contato com brasileiros.

4.3. O contexto de ensino/aprendizagem de alemão como LE

A sala de aula de ensino/aprendizagem de alemão como LE é um dos diversos contextos nos quais relações de contato entre brasileiros e alemães são estabelecidas, mediadas pelos materiais didáticos, confeccionados na Alemanha, ou simplesmente pelo professor.

Gravações realizadas no Brasil, com estudantes brasileiros e alemães, os primeiros aprendizes de alemão como LE, e os segundos aprendizes de português como LE fazendo um estágio no Brasil, permitiram observar que há ressonâncias interdiscursivas de significação de atributos, promovendo a estabilização de efeitos de sentido, que continuam cedendo um LI mais privilegiado aos alemães, como pode ser observado quando os dois estudantes comparam suas duas Universidades:

Exemplo 3:

- | | | | |
|-----|----|--|-------------------------------|
| (1) | B: | <i>você gosta de Campinas?</i> | |
| (2) | A: | <i>sim ... ahn ... principalmente da Unicamp</i> | |
| (3) | B: | | <i>uhnhun</i> |
| (4) | A: | <i>muito bonita</i> | |
| (5) | B: | | <i>Unicamp é muito bonita</i> |
| (6) | A: | <i>relativamente nova ... e ... limpa</i> | |
| (7) | B: | | <i>uhnhun</i> |
| (8) | A: | <i>e ahn bem equipada com máquinas e</i> | |

- (9) B: *é mesmo?*
 (10) A: *sim às vezes não mas na maioria das vezes sim ...*
 (11) A: *uma técnica quase nova*
 (12) B: *técnica nova? na Unicamp? no Instituto de Mecânica?*
 (13) A: *sim³*

Em (1), B coloca uma pergunta, cujo tópico é Campinas, a A, que é respondida em (2) com um deslocamento do foco da cidade, *Campinas*, para a Universidade, *Unicamp*, na qual os dois estudam. Os primeiros atributos com os quais A define a Unicamp referem-se ao seu aspecto (*bonita, nova, limpa*), e com a repetição feita por B em (5), nota-se que há concordância por parte dele com a opinião expressa por A. Em (8), A enuncia outro atributo com o qual define a Unicamp: *é bem equipada com máquinas*, sendo interrompido por B com o enunciado que expressa surpresa *é mesmo?*, em (9). Em (10), A reafirma, modalizando *às vezes não ... mas na maioria das vezes sim ... uma técnica quase nova*, sendo que B, por sua vez, também reafirma o seu descrédito *uma técnica nova? ... na Unicamp? ... no Instituto de Mecânica?*, em (12).

- 3 B: *magst du Campinas?*
 A: *ja ... ahn ... besonders natürlich die Unicamp*
 B: *uhnhun*
 A: *sehr schön*
 B: *Unicamp ist sehr schön*
 A: *relativ neu... und... sauber*
 B: *uhnhun*
 A: *und ahn gut ausgestattet mit Maschinen und*
 B: *findest du?*
 A: *ja ... manchmal nicht ... aber grössten Teils doch...*
 A: *relativ neue Technik*
 B: *neue Technik? in Unicamp? ... in Maschinenbauinstitut?*
 A: *ja*

O descrédito e a surpresa são sinais de que os atributos *técnica nova, bem equipada*, não fazem parte da maneira pela qual B espera ter a sua Universidade definida por A. Porque, historicamente, o novo, o bom, está na Alemanha, e não no Brasil. Ocupar um LI equiparado ao dos alemães não faz parte da constituição histórica dos brasileiros. O discurso que prevaleceu na história do Brasil foi aquele que estabeleceu LIs mais privilegiados para os alemães, sendo que esse discurso teve seus efeitos de sentido estabilizados, e constituiu os próprios brasileiros, como os exemplos 2 e 3 o demonstram.

5. Conclusão

A relação de contato entre brasileiros e alemães no contexto de ensino/aprendizagem de alemão como LE já tem uma história atrás de si. Essa história pode definir os contornos das relações de contato conversacionais ocorridas entre os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e os falantes de sua LE como língua materna.

O LI historicamente definido dos alemães em uma relação de contato com brasileiros e alemães é mais privilegiado, porque esse efeito de sentido foi produzido sobre o Brasil e brasileiros desde os primórdios do estabelecimento das suas relações de contato. A *marca de nascença do brasileiro*, a marca que caracteriza o seu LI como sendo o de país colonizado, *retorna sempre que ocorrerem as condições adequadas* (ORLANDI 1990). Em se tratando de relações de contato nas quais há a presença do sujeito representante de um país com as características históricas da Alemanha, essas condições recorrem de tal maneira, que o brasileiro, conforme demonstrado no exemplo 3 acima, reluta em ter uma universidade do seu país definida por um atributo que a nivela (mesmo que *relativamente*) a uma outra universidade alemã.

A preparação de alunos de alemão como LE merece ter questões históricas envolvidas, porque falar uma LE implica em trazer toda uma história constituída em Língua Materna para uma relação de contato. Os alunos falam a Língua Estrangeira, mas a partir do LI que lhes é dado pela sua Língua Materna. Ressonâncias Interdiscursivas de Significação de discursos que apontam para os LIs constituídos e estabilizados ao longo da história continuam permeando as relações de contato entre sujeitos oriundos dos dois países.

Essa é uma questão que remete a discussões ideológicas. Se estamos preparando sujeitos para estabelecerem relações de contato com outros, a sala de aula de LE merece ser tratada como um lugar no qual espera-se que deslocamentos sejam operados. O aprendizado de uma LE pode ser responsável por deslocamentos. Seria desejável que o contato com uma outra história, com uma outra cultura por meio da Língua Estrangeira promovesse modificações no LI dos sujeitos aprendizes, e cabe a nós, professores de LE, analisarmos e revermos criticamente nosso papel nesse processo.

Estamos trabalhando ideologicamente no sentido de estabelecermos discursos que assegurem LIs privilegiados para uns em detrimento de outros, ou estamos trabalhando no sentido de revermos esses LIs? Se a constituição e a estabilização de LIs se dá na Língua Materna, fica como questão a ser discutida dentro da LA para o ensino/aprendizagem de uma Língua Estrangeira, se e como a Língua Estrangeira interfere no deslocamento do LI dos sujeitos-aprendizes. O texto acima demonstra que a história é definitiva. No entanto, a possibilidade de que deslocamentos nos LIs dos aprendizes de uma Língua Estrangeira sejam operados é uma das possibilidades com as quais deve-se contar a partir do momento em que os profissionais trabalhem com e reconheçam o papel da história na constituição dos sujeitos.

Referências bibliográficas

- ARENDRT, H. *As origens do totalitarismo* vol. II. Ed. Documentário, 1957.
- COURTINE, J.J. "Analyse do Discours Politique". In: *Langages* 62, 1981.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador* (trad. R. Jungmann). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1939.
- GUIMARÃES, E. *Os Limites do Sentido*. Campinas, pontes, 1995.
- HENRY, P. "A História não existe?" (trad. José Horta Nunes). In: *Gestos de leitura* (org. E. Orlandi). Campinas, Ed. Unicamp, 29-53, 1994.
- HOLANDA, S.B. *Do Descobrimento à Época Colonial* vol. 2. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1963.
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*. Campinas, Cortez/Ed. Unicamp, 1990.
- NEUBER, W. "Amerika in deutschen Reiseberichten des 16. und 17. Jahrhunderts". In: *Das Bild Lateinamerikas im deutschen Sprachraum*. Tübingen, Niemeyer, 37-54, 1992.
- PÊCHEUX, M. "Análise Automática do Discurso" (1969; trad. E. Orlandi). In: *Por uma Análise Automática do Discurso* (orgs. F. Gadet & T. Hak). Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- RIBEIRO, D. *O Povo brasileiro*. 2ª. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SERRANI, S. *A Linguagem na Pesquisa Sociocultural Um estudo da repetição na Discursividade*. Campinas, Ed. Unicamp, 1993.

*RESENHAS –
REZENSIONEN*

Otto HOLZAPFEL, Lieblose Lieder. Und fragst Du mich, was mit der Liebe sei – Das 'sozialkritische' Liebeslied. Bern, Berlin, Frankfurt etc.: Peter Lang Verlag 1997 (190 S., DM 61,00, ISBN 3-906757-94-3)

Lieblose Lieder? Der Titel des Buches, zusammen mit seinen zwei Untertiteln, von denen der eine ein Brecht-Vers ist, macht neugierig. Liebe – Lied – Sozialkritik: eine unerwartete Assoziation. Bevor man das Buch aufschlägt, sieht man auf dem Umschlagbild vor einer dunklen Mauer eine hübsche traurige Frau mit zwei Kindern stehen. Sie sehen arm und verlassen aus. Was für ein Buch ist das? Ein Liederbuch mit Goethe-Texten und Schubert-Melodien? Eine volksliedkundliche Abhandlung? Fragen, die nicht leicht zu beantworten sind.

Es geht um das Thema Lieblösigkeit in Volksliedern, womit hier Lieder gemeint sind, die aus verschiedenen gesellschaftlichen Schichten stammen, in der Regel mündlich überliefert wurden und deren Autoren man kaum bestimmen kann. (Die behandelten Texte werden dokumentgetreu wiedergegeben, was einige Schreibfehler rechtfertigt.)

Um die Bedeutung dieses Buches besser zu verstehen, muss man zuerst wissen, dass die Reihe der Volksballaden-Edition (*Deutsche Volkslieder mit ihren Melodien: Balladen*) – eine der wichtigsten Quellen der Volksliedforschung – nicht nach thematischen, sondern nach historisch-kritischen Kriterien organisiert ist. Die neue Ausgabe des Deutschen Volksliedarchivs (DVA) in Freiburg gliedert sich jedoch nach thematischen Schwerpunkten, die in Zukunft in einzelnen Bänden bearbeitet werden sollen. In diesem Zusammenhang ist das Buch von Otto Holzapfel zu sehen.

Dass die erste thematische Abhandlung aus diesem Projekt lieblose Lieder zum Gegenstand hat, gehört zu einer zweiten Frage: Wenn man mit *Lied* fast notwendig das Wort *Liebe* assoziiert, wie kann die Rede von Lieblosigkeit sein? Darüber hinaus weist der Begriff "sozialkritisch" im Untertitel des Buches darauf hin, dass die persönliche Ebene auch in Beziehung zur Gesellschaft gesehen wird.

Gerade der traditionellen Betrachtungsweise des Liebesliedes tritt Otto Holzapfel entgegen: Eine "romantisierende Vorstellung" solcher Texte habe zum Vergessen gebracht, dass in Liebesliedern nicht nur vom "lauschigen Plätschern des Brunnens unter der Linde" gesprochen wird, sondern auch – und nicht weniger – von Enttäuschungen, Verlogenheit und Problemen. Der Verfasser, der langjährige Volkslied-Erfahrung bei der Herausgabe von drei Bänden der *Deutschen Volkslieder...* und eines *Vierzeiler-Lexikons* im DVA gesammelt hat, möchte der Volksliedforschung eine neue Perspektive eröffnen, die die Liedtexte nicht nur aus ästhetischer Sicht wertet, sondern vor allem auf ihren Wirklichkeitsbezug schaut. Man kann durchaus feststellen, dass dieses Ziel in weiten Teilen erreicht wird. Denn das Thema 'Liebeslied' ist so umfangreich, dass eine kohärente und klare Darstellung wie die vorliegende zweifellos viel zur Forschung beiträgt, auch wenn sie keine definitiven Ergebnisse vorstellt.

Das der ziemlich kurzen Einleitung vorangestellte Motto faßt auf folgende Weise die Idee des Werkes zusammen: "Das Ganze ist weder eine moralische noch eine ästhetische Mustersammlung, sondern ein Beitrag zur Geschichte des deutschen Volkslebens. (Ludwig Uhland, 1844)". Diesen Beitrag versucht der Verfasser durch Liedtexte und Kommentare im Hauptteil des Buches aufzubauen, der mit einem theoretischen Abschnitt zum Liebeslied endet. Ihm folgen ein Stichwort-Register; ein Liedregister mit Verweisen und das DVA-Liedregister der Gruppe III ('Liebeslied').

Die Abschnitte des Hauptteils gliedern sich wie folgt: Ein Liedtext, der in der mündlichen Überlieferung eine mehr oder weniger feste Form angenommen hat, wird kurz vorgestellt. Anschließend wird er mit ähnlichen Liedern oder Strofen verglichen und kommentiert. Durch dieses Verfahren ergibt sich für den Leser ein lebendiges Bild von der Volksliedkultur des 19. und frühen 20. Jahrhunderts. Aufgrund der Analysen von insgesamt vierzehn Haupttexten sowie zahlreichen Vergleichstexten wird dem Leser deutlich, welche Mentalität aus den Liedern spricht, wie argumentativ mit den Problemen und Fragen der Zeit umgegangen wird, wie soziale Beziehungen (Ehe, Familie, Kinder) bewertet werden und bei welchen Gelegenheiten die Lieder gesungen wurden.

Zu den behandelten Liedtexten gibt der Verfasser die Melodien, ausführliche Beschreibungen der Überlieferung sowie erläuternde Kommentare, an denen besonders ihre *political correctness* auffällt: "Dass sie [die Volksdichtung] jedoch keine Lösung [für die Probleme] bietet, sondern sogar männlichen Chauvinismus noch fördert, muß kritisch angemerkt bleiben." (S.115)

Betrachten wir als Beispiel das Lied *Warum bist du so traurig*, in dem ein Mann und eine Frau über eine ungewünschte Schwangerschaft sprechen. Obwohl der Mann bereit ist, die Verantwortung für das Kind zu übernehmen, ist wegen der sozialen Umstände von Heirat nicht die Rede. Da die Ehre der Frau auf diese Weise nicht wiederzuerlangen ist, möchte sie sterben: *Ich wollt' ich wär gestorben, / Und läg in kühlen Grab!* Vergebens versucht der Mann, sie von dieser Idee abzulenken.

Interessanter als der Vergleich mit der heutigen Kultur, für die nach Otto Holzapfels Meinung solche Probleme schwer vorstellbar sind, sind die möglichen Antworten auf die Fragen: Was bedeuten diese Lieder in ihrer Zeit; was für einen Einfluss konnten sie auf die damalige Gesellschaft ausüben? Denjenigen, die die Lieder sangen

und hörten, können sie sowohl der gedanklichen Flucht vor der Wirklichkeit als auch der kritischen Selbstreflexion gedient haben. Bezüglich der Gesellschaft kann ihre Wirkung "anti-emanzipatorisch" oder im Gegenteil "sozial-kritisch" gewesen sein. Die gesellschaftliche Funktion spiegelt also die persönliche Einstellung gegenüber den Liedern wider.

Die große Diskrepanz zwischen den beiden möglichen Funktionen ergibt sich aus der Form der Lieder. Einerseits läßt ihre stereotype Struktur individuelle Gefühle kaum zur Sprache kommen, was zur Folge haben kann, dass man den Inhalt der Texte unkritisch akzeptiert. Dann werden durch die Identifikation auch die etablierten Normen der Gesellschaft angenommen. In dem erwähnten Lied *Warum bist du so traurig* beispielsweise bedauert die Frau ihre durch ungewollte außereheliche Schwangerschaft verlorene Ehre. Da sie keine Lösung für ihre Situation erkennen kann (außer der nicht in Frage kommenden Heirat), möchte sie der Realität durch den Tod entfliehen. Dieses Lied könnte durchaus den Effekt haben, die traditionelle Meinung über Schwangerschaft und Ehre zu verstärken, und wäre deshalb nach den Worten des Autors anti-emanzipatorisch.

Andererseits werden durch die streng regelmäßige Liedform persönliche freie Assoziationen auch ermöglicht. Indem man eigene Erfahrungen mit einem Lied assoziiert, hat man die Gelegenheit, sich der gesellschaftlichen Normen bewusst zu werden und sich mit ihnen auseinanderzusetzen. Anlässlich desselben Liedes könnte man sich zum Beispiel fragen, worin die Ehre überhaupt besteht – was natürlich schon eine starke Kritik an den sozialen Regeln darstellen würde. Die Bedeutung der Lieder hängt somit vom Bewusstsein der Menschen ab, die sie singen bzw. hören: Durch lieblose Themen – Enttäuschung, Trauer, Spott – können sowohl Resignation als auch Kritik an der "Unvollkommenheit dieser Welt" (Ernst Klusen, *Handbuch des Volksliedes*) zum Ausdruck gebracht werden.

Der (manchmal vielleicht etwas redundante) Hauptteil des Buches endet mit dem Versuch einer Definition der Gattung Liebeslied, wobei betont wird, dass es nicht nur Gefühle ausdrückt, sondern auch durch "seine populäre Akzeptanz populäre Mentalität" (S. 160) widerspiegelt. Dies aber auf eine dynamische Weise, indem mit dem Lied persönliche Meinungen und Erfahrungen verknüpft werden.

Der Aufbau des Buches ist ungewöhnlich und kann die Lektüre etwas verwirren. Er ist aber doch auch interessant. Dass die theoretischen Abschnitte zum Beispiel erst nach der Vorstellung der kommentierten Texte folgen, wenn der Leser sich bereits mit dem Gegenstand vertraut gemacht hat, trägt dazu bei, eine sachgerechtere Definition des Liebeslieds aufzubauen, die sich nicht auf formale Kriterien beschränkt.

Die von Otto Holzapfel angeschnittene Diskussion betrifft drei wesentliche Fragen der literarischen Ästhetik: die Beziehung zwischen Literatur und Natur (d.h.: Wirklichkeit), die Beziehung zwischen Literatur und dem Menschen sowie die Funktion der Literatur. Den ersten Punkt erläutert der Autor über den Begriff der *mimemis*: "Wir können beim Liebeslied selbstverständlich aus den Quellen keine unmittelbare Realität ablesen, aber wir dürfen darin literarische Spiegelbilder sehen – und das, was wir einen 'Realitätshorizont' nennen: einen deutlichen vorhandenen Wirklichkeitsbezug." (S. 14)

Der zweite und dritte Punkt beziehen sich auf die grundlegendsten Fragen der Literaturwissenschaft: Warum wird überhaupt Literatur geschrieben, und wozu wird sie gelesen? Allgemeingültige Antworten darauf sind natürlich kaum zu erwarten, denn sie verändern sich nicht nur in Raum und Zeit, sondern vor allem von Mensch zu Mensch. Deshalb formuliert der Autor viele seiner Gedanken über sozialkritische Liebeslieder in konditionalen Sätzen: "(...) falls, und das ist ein auch für mich absolut ungeklärter zentraler Punkt, falls der Sänger bzw. der Zuhörer über diesen Text nachdenkt und seine Kon-

sequenzen reflektiert (...).“ (S. 114) Alles hängt also vom Bewusstsein des einzelnen Menschen ab. Aber was die Lieder persönlich bedeuten, bestimmt auch ihre soziale Funktion. Indem die Lieder dazu anleiten, konventionelle Verhaltensmuster zu lernen und zu übernehmen, sind sie konservativ; indem sie aber dazu auffordern, über diese Muster nachzudenken, haben sie eine sozialkritische Funktion.

Am Ende des Buches findet der Leser eine Übersicht über die diskutierten Themen und verwendeten Begriffe im Stichwort-Register. Falls er sich wissenschaftlich mit deutschen Liebesliedern beschäftigen möchte, kann das Liedregister eine weiterführende Informationsquelle sein.

Kann ein solches Buch speziell dem brasilianischen Leser etwas bringen? Es vermittelt eine Ansicht der deutschen Kultur, die nicht zum Kanon gehört und daher unerwartete Perspektiven eröffnet. Es kann dazu anregen, auch brasilianische Volkslieder mit anderen Augen zu betrachten, und so zum Ausgangspunkt für interkulturelle Reflexionen werden.

Meiner Meinung nach wäre Ottos Holzapfels Abhandlung, in der es um Werke einer bestimmten Volkskultur geht, auch ein geeigneter Anlaß für die Wiederaufnahme der Diskussion über den Begriff des Volkes. Dass wir heute vielleicht Schwierigkeiten haben zu verstehen, wie Lieder zum Aufbau einer Gesellschaft beitragen, ist ein Zeichen unserer postmodernen Kultur, in der Singen immer mehr zu einer Beschäftigung für wenige Professionelle wird. Und mit dem Begriff des Volkes assoziieren wir bevorzugt national motivierte Barbarei. Haben wir vergessen, dass kulturelle Tätigkeiten wie das gemeinsame Singen von Volksliedern eine wesentliche Dimension des menschlichen Lebens bilden? Jeder gehört zu einer kulturell definierten Gruppe, ob er will oder nicht, und diese Gruppe nimmt teil an einer größeren kulturellen Wirklichkeit. Die Aufgabe liegt also darin, sich nicht nur der eigenen Identität bewusst zu werden, sondern

vor allem wieder anzuerkennen, dass über diese Identität auch eine Einheit mit anderen hergestellt wird. Vielleicht könnten alte Volkslieder, indem sie solche Reflexionen anregen, sogar dazu führen, daß irgendwann einmal neue gesungen werden ...

Juliana P. Perez, pós-graduanda, Área de Alemão, USP

Angelika LINKE, Markus NUSSBAUMER & Paul R. PORTMANN,
Studienbuch Linguistik. Ergänzt um ein Kapitel von Urs Willi
'Phonetik und Phonologie'. 3., unveränderte Auflage. Tübingen,
Niemeyer 1996 (*Reihe Germanistische Linguistik* 121
(Kollegbuch), 472 pág. DM 39,80, ISBN 3-484-31121-5)

O *Studienbuch Linguistik* foi elaborado pelos autores a partir de sua experiência nos cursos básicos de lingüística na Universidade de Zurique e foi pensado como uma introdução à lingüística germânica.

O livro está dividido em duas partes distintas, com cinco capítulos em cada uma. Os autores propõem que cada parte seja tratada em um semestre de curso.

A primeira parte, mais teórica, vem precedida de uma introdução onde são elencadas as diversas disciplinas que se ocupam de alguma forma da língua, a saber, a teologia, a retórica, a antropologia, a psicologia entre outras, a seguir, é definido o que se entende por lingüística e é apresentada detalhadamente a concepção do livro. O capítulo inicial trata da semiótica como disciplina fundamental, com seus conceitos básicos para a compreensão e descrição da comunicação. Os dois capítulos seguintes tratam da gramática, um deles trata do que os autores chamam de questões clássicas, i.e., questões de morfologia e de sintaxe, e o outro da gramática gerativa. O quarto capítulo aborda a semântica e o quinto a pragmática.

Na segunda parte é levado em conta o uso mais concreto da língua, a língua em textos, no diálogo, em sua manifestação psico-social-histórica. Aqui são apresentadas teorias de várias subdisciplinas da lingüística, complementadas com concepções de outras áreas. É o que os autores na introdução denominam *Bindestrichlinguistiken* (lin-

güísticas com traço de união), como a lingüística do texto, a análise da conversação, a sociolingüística, a psicolingüística e a lingüística histórica.

A partir da segunda edição vem anexado um novo capítulo ao livro, e que fazia falta em sua primeira edição: em 29 páginas são tratadas de forma bastante didática questões de fonética e fonologia do alemão.

No livro são apresentadas tanto as teorias clássicas das principais correntes lingüísticas, quanto abordagens mais recentes. Dada a profusão de teorias lingüísticas, os autores se incumbiram de selecionar e apresentar somente as que lhes parecem mais relevantes para a compreensão do que se está discutindo na área da lingüística germanística nos anos 90.

Cada capítulo situa o leitor historicamente quanto às questões que serão tratadas e estabelece relações entre germanistas renomados e autores conhecidos internacionalmente. Em seguida, estão indicações de leitura, que vêm classificadas. Assim, no capítulo sobre lingüística do texto, por exemplo, são apresentadas as obras introdutórias, as sobre tipologia textual, sobre argumentação, tema, compreensão textual, produção de texto, linguagem oral e escrita e estilística. Os livros recomendados são apresentados com indicações sobre sua importância e sobre o grau de dificuldade na leitura. São, portanto, uma boa orientação para o estudante que está se iniciando. O professor, por sua vez, tem aí um panorama dos autores mais renomados da lingüística germanística e das obras de referência para orientar seus estudantes.

Todas questões controversas são apresentadas didaticamente; algumas são introduzidas por perguntas, às quais se responde com a discussão dos resultados de diversas teorias, ilustrando tudo com tabelas e exemplos.

Entre os capítulos há indicações remissivas, facilitando ao leitor traçar os elos entre as diversas teorias e abordagens.

O *Studienbuch Linguistik* não deve ser visto como um livro introdutório para estudantes que ainda não tem muita formação em lingüística, é, antes de mais nada, um livro que além de informar sobre as mais diversas teorias e abordagens, as relaciona e situa dentro do panorama internacional de estudos da linguagem. Nesse sentido, o público brasileiro, especialmente professores de língua alemã e de lingüística, terão a oportunidade de ter uma orientação tanto em relação aos temas tratados no âmbito da lingüística alemã, quanto aos autores que trabalham sobre cada um deles.

Eliana Gabriela Fischer, Área de Alemão, USP

Brigitte HANDWERKER (Hg.), Fremde Sprache Deutsch. Grammatische Beschreibung – Erwerbsverläufe – Lehrmethodik. Tübingen: Gunther Narr Verlag, 1995 (*Tübinger Beiträge zur Linguistik* 409, 292 S., DM 96,00, ISBN 3-8233-5074-9)

In diesem Buch geht es um Überlegungen zur fremden Sprache Deutsch aus zwei Sichtweisen: einerseits aus der Sicht des Nichtmuttersprachlers im Erwerbsverlauf und andererseits aus der des Sprachspezialisten mit seinem Erkenntnis- und Anwendungsinteresse. Die Betrachtungsweisen fließen zusammen in den linguistisch und den psycholinguistisch ausgerichteten Untersuchungen zum Erwerb der deutschen Sprache.

Elf Beiträge sind hier in drei thematischen Blöcken zusammengestellt: Teil I behandelt das Thema "Erwerbsverläufe", Teil II die "Grammatische Beschreibung / Kontrastivität / typologische Einordnung" und Teil III die "Lehrmethodik". Alle diese Beiträge stammen aus einem Kolloquium zum Thema "Fremde Sprache Deutsch", das die Herausgeberin im Sommersemester 1994 an der Humboldt-Universität zu Berlin veranstaltet hat. Das Hauptanliegen des Kolloquiums bestand darin, sprachliche Phänomene zu analysieren und zu vergleichen zum Zwecke eines besseren Verständnisses von Erwerbsprozessen und einer Optimierung des steuernden Eingriffs im Fremdsprachenunterricht. In diesem Sinne präsentiert Teil I die Ergebnisse von Forschungen zum ungesteuerten Erwerb morphologisch-syntaktischer und semantischer Kategorien des Deutschen sowie zum Lernerlexikon deutscher Fremdsprachenlerner. Teil II handelt von einigen ausgewählten Bereichen des Deutschen aus einzelgrammatischer, kontrastiver und typologischer Sicht und ihrer Nutzbarmachung für den Fremdsprachenunterricht. Teil III ist dem Methodenvergleich, der Unterrichtskonzeption und dem Einsatz von Lehrmitteln im DaF-Bereich gewidmet. Die Sprachspezialisten, die hier ih-

ren Beitrag leisten, zielen darauf ab, eine Integration der entsprechenden Forschungsergebnisse mit den Erkenntnissen der Fremdsprachendidaktik zu fördern, um zu einer effektiveren Steuerung im Fremdsprachenerwerb zu gelangen.

In Teil I werden vier Artikel vorgestellt. "Das Genus im DaZ-Erwerb" von Heide Wegener (Universität Potsdam) behandelt den natürlichen Erwerb des deutschen Genus durch polnische, russische und türkische Kinder. Die formalen und semantischen Regeln der Genuszuweisung im Deutschen werden geschildert, und danach die schwierige Aufgabe des Lernalters beim Erkennen und Klassifizieren der deutschen Genus-Kasus-Numerusmarker. Erklärt werden die Funktionen, die durch die genusanzeigenden Formen in den verschiedenen Lernphasen realisiert werden. Die Erwerbsreihenfolge Numerus>Kasus>Genus wird herausgearbeitet, und den linguistisch-kognitiven Erkenntnissen zufolge ist das Auswendiglernen solcher Reihenfolgen ausschlaggebend.

Rainer Dietrich (Humboldt-Universität) behandelt in seinem Beitrag "L2-Zeit" den ungesteuerten Erwerb der Temporalität durch Erwachsene mit verschiedenen L1-Sprachen. Im Mittelpunkt stehen die Ausdrucksmittel und deren Verwendung während des Erwerbsverlaufs bei Deutschlernern im Vergleich zu Lernern anderer L2-Sprachen. Entscheidend für die Reihenfolge der Erwerbsschritte sind dabei der Grad an Komplexität des sprachlichen Ausdrucks, die Art und die Richtung der temporalen Relation und die Natur des Relatums. Anhand von Daten zum Erwerb von Finitheit und Modalverben und zum Erwerb von Zeitadverbien werden die Auswirkungen der verschiedenen Veränderungsfaktoren auf das Lernaltersprachensystem demonstriert.

Karin Birkner, Christine Dimroth und Norbert Dittmar (Freie Universität Berlin) präsentieren die Ergebnisse ihrer Longitudinalforschung zum Konnektor *aber* im ungesteuerten L2-Erwerb bei pol-

nischen und italienischen Erwachsenen. Das Ergebnis zeigt, dass *aber* schon in einer früheren Erwerbsphase erlernt wird, und das lässt sich auf seine geringen syntaktischen Beschränkungen und auf seine mögliche Polyfunktionalität in elementaren Lernervarietäten zurückführen. Der Gebrauch von *aber* mit seiner fortschreitenden semantischen Unterscheidung wird anhand von Tests zu verschiedenen Diskurstypen untersucht und mit dem Normalgebrauch durch deutsche Sprecher in den gleichen Diskurstypen verglichen. Dabei wird erwiesen, dass die Lerner *aber* erwerben, um ihr Bedürfnis nach komplexeren Strukturen zu erfüllen, und dass bis zum zielsprachlich angemessenen Gebrauch von *aber* in den Lernaltersprachen eine Reihe interaktiver, diskursiver und grammatischer Regeln zusammenspielen.

Sylke Grünwald und Peter Scherfer (Bergische Universität GHS Wuppertal) präsentieren ihren Beitrag zur Behandlung einiger Aspekte des Erwerbs französischer Präpositionen durch deutsche Lerner. Das Ziel der Untersuchung ist es, Erkenntnisse über die Struktur und Genese des mentalen Lexikons bei Fremdsprachenlernern zu gewinnen. Die Ergebnisse erlauben es, die Rolle zweier Dimensionen des Spracherwerbs, nämlich der mentalen Repräsentation und der Lernprogression, zu präzisieren.

Teil II umfasst vier Artikel über einzelgrammatische Punkte aus kontrastiver und typologischer Sicht. Der Beitrag von Rainer Bäuerle (Universität Stuttgart/Technische Universität Berlin) behandelt die temporalen Konjunktionen des Deutschen. Hier wird die Frage untersucht, inwieweit die temporalen Konjunktionen wirklich eigenes temporales Potential haben. Die hier aufgestellte These ist, dass die Festlegung zeitlicher Relationen – Vorzeitigkeit, Gleichzeitigkeit und Nachzeitigkeit – zwischen den Sachverhalten nicht die zentrale Funktion, sondern nur eine zusätzliche Möglichkeit der temporalen Konjunktionen ist. Dieser Ansicht nach setzen die temporalen Konjunktionen eine neue Bezugszeit für nachfolgende Information, unabhängig von der im Zuge der Diskursinterpretation erreichten

Bezugszeit. In diesem Sinne werden 'bevor / während / nachdem' als explizite Festlegungen bezüglich eines zweiten Sachverhalts betrachtet.

Vor dem Hintergrund der Typologie- und Universalienforschung diskutiert Erika Kaltenbacher (Universität Heidelberg) in ihrem Beitrag "Syntaktische Aspekte der Wortstellung im Sprachvergleich" die Reihenfolgebeziehungen in verschiedenen syntaktischen Konstruktionen des Deutschen. Es geht hier um typologische Muster wie etwa 'präpositional' vs. 'postpositional'. Brigitte Handwerker (Humboldt-Universität) versucht ihrerseits in ihrem Beitrag "Zur Relevanz eines typologischen Fragenkatalogs für Lerner- und Lehrergrammatiken", die Ergebnisse aus der Typologie und Universalienforschung für die Fremdsprachenvermittlung nutzbar zu machen. Am Beispiel des Passivs wird hier der Versuch unternommen, eine Lehrer- bzw. eine Lernergrammatik für Fortgeschrittene zu entwickeln.

Gerda Uhlisch (Humboldt-Universität) bringt Beobachtungen zur Transferauffälligkeit einzelner sprachlicher Strukturbereiche in ihrem Beitrag "Interferenz(fehler) im Fremdsprachenunterricht". Dabei wird festgestellt, dass die L2-Lerner im Notfall vom Transfer muttersprachlicher oder auch fremdsprachlicher formal und funktional ähnlicher Elemente Gebrauch machen, um ihre kommunikativen Bedürfnisse zu befriedigen.

Im Teil III "Lernmethodik" bringt Paul Weinig (Goethe-Institut Frankfurt) in seinem Artikel "*Sin ze leren ân als verdrissen: Deutsch als Fremdsprache – ein Fach und seine Methoden*" einen Überblick über die geläufigen Methoden des Fremdsprachenunterrichts in ihrer historischen Entwicklung und ihre Auswirkungen im Bereich der DaF-Didaktik. Die methodischen Ansätze werden durch Beispiele aus Lehrbüchern illustriert mit Angaben zur zugrundeliegenden Sprachtheorie in bezug auf die Prinzipien, auf das Lehrkonzept und auf die Realisierung in der Unterrichtspraxis.

Meinhard Persicke (Humboldt-Universität) beschäftigt sich seinerseits mit Problemen der Literaturvermittlung im DaF-Unterricht. Er lenkt sein Interesse auf die Arbeit und den Umgang mit literarischen Texten. Seiner Meinung nach sollte als erster methodischer Schritt eine klare Abgrenzung zwischen den Forschungs- und Aufgabenfeldern der Literaturwissenschaft, der Muttersprachliteraturdidaktik und der Fremdsprachenliteraturdidaktik vorgenommen werden. Nach dieser Einteilung reicht das Forschungsgebiet der Literaturwissenschaft von theoretischen Fragen bis hin zu aktuellsten deutschen Gegenwartsreflexionen über literarische Epochen, Autoren – Lebenslauf und Werke, Gattungs- und Genrespezifika, Produktions- und Rezeptionsforschung, Literaturgeschichte und literarische Kommunikation. Bei der Muttersprachliteraturdidaktik stehen Fragen der Didaktisierung und Instrumentalisierung zur Theorie und Praxis im Mittelpunkt. Was nun die Literaturvermittlung betrifft, geht es hier nicht nur um eine Vermittlung deutscher Literatur an sich, sondern um die Herstellung einer Übereinkunft zwischen dem Gegenstand der Literaturvermittlung einer beliebigen Sprache und einem fremdsprachigen Rezipienten, wobei die Rezeptionsästhetik und die interkulturelle Hermeneutik zu den wichtigsten Interpretations- und Vermittlungsverfahren der DaF-Literaturdidaktik zählen. Zwischen Text und Fremdleser tritt die kulturelle Dimension ins Spiel, die kulturell verschiedene Außenansichten gegenüberstellt.

Christine Steinmetz (Humboldt-Universität) widmet sich dem Einsatz von Wörterbüchern im DaF-Bereich in ihrem Aufsatz "Wörterbuch? – Nein, danke! Über den Umgang mit diesem Medium im Unterricht 'Deutsch als Fremdsprache'". Die Forderungen der Theoretiker und Praktiker an ein Wörterbuch für Deutschlernende werden mit den Entscheidungen verglichen, die für die Realisierung von Langenscheidts *Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* getroffen wurden. Dieses hat nach dem Kriterium der Gebrauchshäufigkeit im geschriebenen und gesprochenen Deutsch eine Auswahl von ca. 66.000 Stichwörtern und Wendungen getroffen, wobei der gespro-

chenen Sprache besondere Aufmerksamkeit geschenkt wurde. Da sind nicht nur einfache, verständliche und präzise Definitionen registriert. Es geht vielmehr um Informationsbereicherung durch Angaben über Synonyme und Antonyme, Kollokationen, Anwendungsbeispiele, Komposita mit dem Stichwort und die üblichen grammatischen Angaben. Die Autorin des Beitrags analysiert im *Großwörterbuch DaF* besonders die typologische Gestaltung der Artikel, die Darstellung von Wortfamilien und die Verweise auf etymologische Verwandtschaftsstrukturen, sowie die Zuordnung von stilistischen Merkmalen, die Kennzeichnung von Wörtern mit einem bestimmten Zeitbezug und den Umgang mit den Wörtern fremder Herkunft.

Kontrastive Studien über Probleme der Aneignung und den Erwerb einer fremden Sprache und die Versuche, didaktisch-methodologische Strategien zu entwickeln, die dazu bestimmt sind, solche Probleme in der Unterrichtspraxis zu überwinden, sind zwei wichtige Forschungsgebiete, die bei uns Sprachforschern und Fremdsprachenlehrern immer willkommen sind. Trotz der spezifischen Probleme, die allen natürlichen Sprachen eigen sind und die hier im Werk beschrieben werden – in bezug auf Deutschlerner aus Polen, Russland, Italien, Frankreich und aus der Türkei – sind diese Ausführungen zum Thema fremde Sprache auch brasilianischen Lesern nützlich, insofern sie uns reiches methodisches Forschungsmaterial liefern und Anregungen zu neuen Sichtweisen bringen, die uns erlauben, kulturbedingte Sprachunterschiede in ähnlicher Weise aufzuarbeiten. Sie geben uns gleichzeitig zu erkennen, dass die kontrastiven Studien, die in den akademischen Kreisen Brasiliens getrieben werden, hohen Anspruch auf Qualität besitzen und den in Deutschland getriebenen Forschungen in nichts nachstehen.

Masa Nomura, Área de Alemão, USP

Claudio Di MEOLA, Der Ausdruck der Konzessivität in der deutschen Gegenwartssprache. Theorie und Beschreibung anhand eines Vergleichs mit dem Italienischen. Tübingen: Max Niemeyer Verlag 1997 (*Linguistische Arbeiten* 372, ix + 339 S., DM 148,00, ISBN 3-484-30372-7)

1. – Das vorliegende Buch untersucht den Ausdruck von Konzessivität im Deutschen und Italienischen, also die Verwendung von Elementen wie *obwohl, auch wenn, dennoch* etc. im Deutschen und *anche se, sebbene, eppure* etc. im Italienischen – ein insgesamt in der Linguistik noch wenig bearbeitetes Gebiet. Es handelt sich um eine Habilitationsschrift aus der Philosophischen Fakultät der Universität Köln. Mit über 300 Seiten ist die Arbeit umfangreich, bleibt aber gut lesbar, vor allem dank der klaren und sachlichen Schreibweise, die bereits in der Dissertation des Autors (Di MEOLA 1994 – vgl. meine Rezension BLÜHDORN 1997) positiv auffiel.

Das Buch beginnt mit einem sehr kurz gehaltenen Kapitel zum "Forschungsstand" (S. 3-9), in dem eine Reihe von einschlägigen Arbeiten aufgezählt werden. Auf Diskussion wird hier verzichtet. Im zweiten Kapitel zur "Definition der Konzessivität" (S. 10-41) werden insgesamt sechs "Faktoren für eine Definition der Konzessivität" vorgestellt und knapp diskutiert: "Einräumung", "Gegensatz", "Hindernis", "Enttäuschung einer Erwartung", "Abweichung von einer Norm" und "Negierung eines Kausalverhältnisses". Hier werden auch einzelne Aspekte aus der Forschungsliteratur etwas genauer ins Visier genommen. Abschließend gelangt der Autor zu seiner eigenen Definition der Konzessivität als "versteckter Kausalität" (S. 32 f.), eine Definition, die nach seinen eigenen Worten "nicht das gesamte Spektrum der möglichen Konzessivwerte" abdeckt (S. 45), die aber in den folgenden Kapiteln die Grundlage für die weitere Analyse bildet.